



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO - PPGDSTU

AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO

DO PODER DAS REDES AS REDES DO PODER:
Necropolítica e Configurações Territoriais Sobrepostos do Narcotráfico na metrópole
de Belém-PA

Belém, PA
2018

AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO

**DO PODER DAS REDES ÀS REDES DO PODER:
Necropolítica e Configurações Territoriais Sobrepostos do Narcotráfico na metrópole
de Belém-PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento.

Belém, PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Couto, Aiala Colares de Oliveira

Do poder das redes às redes do poder: necropoder e configurações territoriais do narcotráfico na metrópole de Belém-PA / Aiala Colares de Oliveira Couto; Orientador, Durbens Martins Nascimento. - 2017.

300 f.: il.; 29 cm
Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

1. Narcotráfico – Belém (PA). 2. Poder. 3 Territorialidade – Belém (PA). 4. Redes. 5. Necropolítica. I. Nascimento, Durbens Martins, orientador. II. Título.

AIALA COLARES DE OLIVEIRA COUTO

DO PODER DAS REDES ÀS REDES DO PODER: Necropolítica e Configurações Territoriais Sobrepostos do Narcotráfico na metrópole de Belém-PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento.

Aprovada em: 29/05/2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento
Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Hisakhana Corbin
Examinador Interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Milton Cordeiro Farias
Examinador Interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Examinador Externo – PPGeo-UFPA

Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães
Examinador Externo – PPGCS/UFOPA

À minha mãe, Dilma Colares, por todo amor a mim depositado, a ela sou grato por toda a vida.

À minha filha, Ailana Couto, meu amor incondicional, deixo aqui meu pedido de perdão, por toda ausência.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos da conclusão desta tese de doutorado vão, em primeiro lugar, para Deus, criador dos céus e da terra. Como cristão, não poderia deixar de colocá-lo em primeiro lugar. Também vão para os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDST) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), cuja convivência nestes quatro anos serviu-me de aprendizado e crescimento intelectual e profissional.

Ao meu orientador, prof. Dr. Durbens Martins Nascimento, pelas discussões, orientações e, principalmente, pela acolhida nestes 10 anos de convivência no Observatório de Estudos e Defesa da Amazônia, no qual fui inserido quando ainda era aluno da especialização. Desde esse momento, minha trajetória pôde ser acompanhada de perto por ele, por isso sempre lhe serei muito grato.

Ao meu amigo, Prof. Msc. Bruno Cesar Pereira Malheiros, por suas orientações, conversas e debates, os quais foram fundamentais para que eu encontrasse uma direção a partir de uma leitura que me fez enxergar outras possibilidades de compreender o meu objeto.

À Tatiane Costa, pela acolhida no período em que estive no Rio de Janeiro em busca de materiais e reflexões acerca das leituras sobre Michel Foucault. O momento em que por lá estive foi de fundamental importância para que eu pudesse ter condições de clareza nas leituras. A ela sou muito grato.

Aos meus colegas da turma do doutorado, em especial: Bruno Soeiro, Marta Caetano, Vallência, Aurilene, Raimundo Diniz, Welson, Larissa Chermont, Marlinda, Gabriel, Lidiane e Roberta, pelas trocas de experiências durante as aulas, que levaram a frutíferos debates os quais contribuíram para a minha formação enquanto pesquisador. A todos sou muito grato, e não poderia deixar de agradecer à nossa colega, Stella Faciola Pessoa Guimarães (*in memoriam*), pela convivência, curta, mas alegre. Ter recebido seu carinho e sua amizade durante as aulas foi gratificante e isso ficará registrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento de parte da pesquisa durante o desenvolvimento do Projeto Rede-Brasil Amazônia de Gestão Estratégica, Segurança Pública e Desenvolvimento Regional, vinculada ao Pró-Estratégia durante o período de 2013 a

2015, em parceria com a UEPA, NAEA/UFPA e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Aos alunos do Grupo de Pesquisa Territórios e Espaços do Urbano na Amazônia (GPTEUA), que tiveram um papel fundamental na organização dos dados quantitativos da pesquisa. Aqui deixo o meu muito obrigado aos amigos: Rayanne, Alan, Eryck Batalha, Paulo, Stefani, Loren e Yan.

Aos amigos da Geografia, Jorge França e Gilberto Rocha, pelas longas conversas e debates que muito contribuíram para que se pudesse pensar num objeto de estudo o qual trouxesse uma contribuição para a comunidade acadêmica e para a sociedade.

Ao meu amigo Rafael (*in memoriam*), pelas conversas que muito me levaram a enxergar a respeito da organização do narcotráfico na periferia de Belém. A ele deixo aqui o meu muito obrigado pelos anos de amizade e pelo ensinamento que muito contribuiu para este trabalho.

Ao meu amigo Robson, pelas informações acerca do cotidiano do tráfico de drogas em Belém que, em grande medida, contribuíram para que fossem alcançados os objetivos desta tese.

Enfim, a todas as pessoas que, de alguma forma, tiveram algum tipo de contribuição, direta ou indireta. A todos deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.

(Michel Foucault)

RESUMO

O narcotráfico se apresenta enquanto uma problemática política, econômica e cultural do mundo contemporâneo, sobretudo, considerando os seus impactos sobre as grandes metrópoles, tornando-se, também, uma questão urbano-regional. Nesse sentido, ele tem configurado modelos de organização definidos em territórios-redes e territórios-zonas que estão demarcados e articulados sobre o espaço urbano. A definição do termo narcosobreposição, defendido na tese, trata da presença de territórios sobrepostos, onde o narcotráfico, em redes e em zonas e as narcomilícias, manifestam tecnologias de poder que fazem parte do cotidiano principalmente dos moradores da periferia. Assim, o objetivo central da tese é analisar a sobreposição de territórios em Belém a partir das relações de poder do narcotráfico. A cidade de Belém encontra-se entre as capitais mais violentas do Brasil, segundo os dados oficiais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Localizada na Amazônia Oriental, a cidade tornou-se um dos nós de organização espacial das redes ilegais do narcotráfico na região e um mercado consumidor em potencial para a venda de cocaína. A visão empírica da tese traduz termos como: precarização, “aglomerados urbanos de exclusão”, narcodisciplina, narcomilícias e narcosobreposição, pois a realidade sociogeográfica dos bairros onde o narcotráfico exerce influência aponta para uma dinâmica de conflitos urbanos em que a morte se apresenta enquanto uma categoria política das relações de poder. A revisão da literatura, análise documental, trabalhos de campo com registros fotográficos, entrevistas e observações sistemáticas, fizeram parte da metodologia da tese. Por fim, conclui-se que as divergências territoriais a partir da narcosobreposição têm levado à manifestação de um necropoder que disciplina os territórios e os sujeitos, resultando na configuração do mapa do extermínio que atinge as áreas vulneráveis da periferia de Belém.

Palavras-Chave: Narcotráfico. Poder. Redes. Territórios. Exterminio.

ABSTRACT

Narcotrafic presents itself as a political, economic and cultural problem of the contemporary world, especially considering its impacts on large metropolises, becoming also an urban-regional issue. In this sense, it has configured organizational models defined in territories-networks and territories-zones that are demarcated and articulated on the urban space. The definition of the term narcosobreposition, defended in the thesis, deals with the presence of overlapping territories, where narcotrafic, in networks and zones and narcomilices, manifests power technologies that are part of daily life mainly of the inhabitants of the periphery. Thus, the central objective of the thesis is to analyze the overlap of territories in Belém from the power relations of the drug traffic. The city of Belém is among the most violent capitals in Brazil, according to the official data of the Brazilian Forum of Public Security. Located in the Eastern Amazon, the city has become one of the nodes for spatial organization of illegal narcotrafic networks in the region and a potential consumer market for cocaine sales. The empirical view of the thesis conveys terms such as: precariousness, "urban agglomerations of exclusion", narcodisciplin, narcomilitias and narcosobreposition, because the socio-geographical reality of the neighborhoods where narcotrafic exerts influence points to a dynamic of urban conflicts in which death presents itself as a political category of power relations. The literature review, documentary analysis, field work with photographic records, interviews and systematic observations were part of the thesis methodology. Lastly, it is concluded that the territorial divergences from the narcosobreposition have led to the manifestation of a necropower that disciplines the territories and the subjects, resulting in the configuration of the map of the extermination that reaches the vulnerable areas of the periphery of Belém.

key-words: Narcotrafic. Power. Networks. Territories. Extermination.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1-	Sujeitos da Pesquisa.....	145
Esquema 2-	Rede interna de organização socioespacial do narcotráfico.....	177
Figura 1-	Operação das redes do tráfico de drogas – nível 1 (transporte, comunicação).....	205
Figura 2-	Operação das redes do tráfico de drogas – nível 2 (escala intraurbana).....	206
Figura 3-	Operação das redes do tráfico de drogas – nível 3 (redes e território).....	207
Esquema 3-	Esquema de Extorsão da Milícia junto ao narcotráfico.....	232
Charge 1 -	Ilustração da relação entre traficantes e milicianos.....	233
Imagem 1-	Secretário admite atuação de grupos de extermínio em Belém.....	237
Imagem 2-	Polícia prende 14 traficantes por dia.....	249
Imagem 3-	Facção leva a pior em guerra com a PM.....	259
Imagem 4-	Executado no meio da rua com 7 tiros.....	261
Imagem 5-	Homem executado com nove tiros na Cabanagem.....	262

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-	Redes e fluxos do tráfico de drogas na Amazônia.....	123
Mapa 2-	RMB: evolução do espaço urbano (1616-1980).....	134
Mapa 3-	RMB: estruturação do espaço metropolitano (1997).....	136
Mapa 4-	Redes de distribuição do tráfico de drogas em Belém.....	200
Mapa 5-	Bairros e zonas de Belém sobre o controle do tráfico de drogas.....	209
Mapa 6-	Redes de distribuição intraurbana do tráfico de droga em Belém.....	214
Mapa 7-	Bairros territorializados pelas milícias ou narcomilícias em Belém.....	229
Mapa 8-	Mancha de homicídios associados a confrontos com a Polícia nos bairros com a presença do narcotráfico (2014-2016).....	258
Mapa 9-	Manchas de homicídios associados à atuação de milícias em bairros com a presença do narcotráfico (2014-2016).....	264
Mapa 10-	Manchas de homicídios associados ao tráfico de drogas...	266
Mapa 11-	Sobreposição de territórios em Belém.....	270
Mapa 12-	Sobreposição de territórios e redes de organização espacial.....	271

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Sobre a existência de milícias em Belém segundo as entrevistas com os moradores dos bairros pesquisados	239
Gráfico 2-	Relação entre milícias e narcotráfico segundo as entrevistas com os moradores dos bairros pesquisados	240
Gráfico 3-	Relação dos homicídios na periferia de Belém com as ações das milícias segundo os entrevistados.....	243

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1-	Baixada da Perimetral no Bairro da Terra Firme.....	138
Fotografia 2-	Área de ocupação do Paracurí II.....	138
Fotografia 3-	Ocupação do Riacho Doce no bairro do Guamá.....	140
Fotografia 4-	Aviso proibindo assaltos aos moradores da área controlada por facção.....	169
Fotografia 5-	Aviso proibindo assaltos na comunidade em uma área do bairro do Benguí.....	174
Fotografia 6-	Pichação de integrante da Equipe Pernal da Terra Firme.....	178
Fotografia 7-	Pichação de membro da “Equipe Rex”.....	179
Fotografia 8 -	Símbolos que simbolizam a união entre as gangues.....	179
Fotografia 9-	Os Kengos do Bairro do Benguí.....	180
Fotografia 10-	Ocupação espontânea do Cubatão (Icoaraci).....	190
Fotografia 11-	Invasão da área da São João (Guamá).....	190
Fotografia 12-	Ocupação do Tucunduba (Terra Firme).....	191
Fotografia 13-	Área de Ocupação Tucunduba II (Guamá).....	191
Fotografia 14-	Entrada do Buraco Fundo (Icoaraci).....	195

LISTA DE SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
ALEPA	Assembleia Legislativa do Pará
AISP	Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social
CONSEP	Conselho Estadual de Segurança Pública
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CV	Comando Vermelho
EDUEPA	Editora da Universidade do Estado do Pará
EI	Estado Islâmico
EUA	Estados Unidos da América
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FDN	Família Do Norte
FIPAM	Formação Internacional de Pós-Graduandos em Áreas Amazônicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LENAD	Levantamento Nacional de Álcool e Drogas
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OBED	Observatório de Estudos em Defesa da Amazônia
ONG`S	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PLADES	Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
RISP	Regiões Integradas de Segurança Pública
RMB	Região Metropolitana de Belém

SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SIAC	Secretária Integrada Adjunta de Análise Criminal
SIEDS	Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
TC	Terceiro Comando
UNODOC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	30
3	PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE ANÁLISE SOBRE O NARCOTRÁFICO, O TERRITÓRIO E AS REDES.....	40
3.1	O narcotráfico estudado pelas Ciências Sociais: uma revisão da literatura.....	40
3.2	O território e a territorialidade em uma perspectiva das relações de poder.....	61
3.3	As redes e o território.....	78
4	DA GENEALOGIA DO PODER À CONFIGURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS.....	89
4.1	O poder disciplinar: o suplício como condenação do corpo.....	89
4.2	O poder disciplinar: a docilização dos corpos.....	101
4.3	A Biopolítica.....	107
5	RELAÇÕES DE PODER E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO NA METRÓPOLE.....	117
5.1	Heteronomia e geografia do narcotráfico na Amazônia: redes, nós e facções.....	117
5.2	A precarização dos territórios na periferia da metrópole.....	129
5.3	Sujeitos e poder: a micropolítica da definição de territorialidades do narcotráfico em Belém.....	142
5.4	A disciplinarização dos corpos por uma perspectiva das tecnologias de poder do narcotráfico.....	158
5.5	Das pichações às facções: da dominação político-econômica à apropriação simbólico-cultural dos territórios.....	172
6	DA PRECARIZAÇÃO URBANA ÀS REDES DE PODER: A ORIGEM SOCIOGEOGRÁFICA DA NARCOSOBREPOSIÇÃO DOS TERRITÓRIOS EM BELÉM.....	183
6.1	A “territorialidade precária” em “aglomerados de exclusão” na metrópole.....	183
6.2	Do poder das redes, às redes do poder: territórios-redes e	

territórios-zonas do narcotráfico sobre a metrópole de Belém.....	197
6.3 A periferia sobre vigilância e controle: o narcotráfico por uma perspectiva miliciana.....	216
6.4 O direito soberano de matar: do mapa do extermínio aos territórios sobrepostos do narcotráfico em Belém.....	244
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	276
REFERÊNCIAS.....	282
APÊNDICE.....	296
APÊNDICE A – Carta de Apresentação.....	297

1 INTRODUÇÃO

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir” (FOUCAULT, 1979).

A passagem acima de Michel Foucault reflete um pouco daquilo que se vivenciou durante o desenvolvimento desta pesquisa. Questionamentos e dúvidas fizeram parte de um longo e instigante caminho percorrido até a conclusão desta tese. Em cada ida ao campo de pesquisa, a proximidade com o objeto da investigação científica apresentou questões diferentes das hipóteses primárias levantadas na proposta inicial apresentada no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU-UFPA) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

O objetivo geral desta tese é analisar a sobreposição de territórios em Belém a partir das relações de poder do narcotráfico. Especificamente, pretende-se: compreender a definição de territorialidades do narcotráfico em Belém-PA a partir de suas tecnologias de poder; compreender o papel dos sujeitos na organização intraurbana do narcotráfico; verificar como ocorre a apropriação simbólico-cultural e a dominação político-econômica dos territórios do narcotráfico; verificar como estão organizados os territórios-redes e os territórios-zonas do narcotráfico em Belém-PA; relacionar o mapa do extermínio com os territórios sobrepostos em Belém.

O narcotráfico, como objeto ou tema de pesquisa, apresenta-se enquanto uma temática bastante instigante, pois trata-se de um dos mais relevantes problemas sociais, político, culturais e territoriais do mundo contemporâneo e, por conseguinte, um dos mais graves problemas presentes nas metrópoles brasileiras. Para chegar às informações detalhadas e precisas sobre o funcionamento do narcotráfico, são necessárias estratégias metodológicas que levem o pesquisador ao contexto real no qual ocorre esta atividade. O pesquisador deve estar preparado para as possíveis dificuldades que podem ser encontradas ao longo da pesquisa, principalmente quando se refere ao trabalho de campo.

Os dados do Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes mostram que o comércio ilegal do crime organizado alcança a cifra de US\$ 2 trilhões. Vale ressaltar, também, que esta estimativa equivale a cerca de 3,6% de toda a produção

e consumo no mercado mundial por ano, chegando a ser dez vezes superior ao PIB de países como a Colômbia, por exemplo.

Diante deste contexto, o Fórum Econômico Mundial, em 2011, apresentou um relatório no qual foram destacadas as cinco primeiras atividades ilegais no mercado global, onde obteve-se o seguinte ranking: 1º) Narcotráfico: US\$ 320 bilhões; 2º) Falsificação: US\$ 250 bilhões; 3º) Tráfico humano: US\$ 31,6 bilhões; 4º) Tráfico ilegal de petróleo: US\$ 10,8 bilhões; e 5º) Tráfico de vida selvagem: US\$ 10 bilhões. Se considerarmos que a maioria das transações são realizadas com dinheiro em espécie, segundo o FEM (2011), o esquema de lavagem de dinheiro torna-se um negócio bastante lucrativo e explica o porquê de as atividades ilegais gerarem cerca de US\$ 1 trilhão no mercado mundial.

Segundo a UNODC (2016), a “economia das drogas” apresenta-se enquanto uma verdadeira indústria que, na última década do milênio, chegou a faturar US\$ 870 bilhões. Nestes termos, a concentração no comércio do tráfico de drogas chega a 1,5% de todas as riquezas que são produzidas e que correspondem ao Produto Interno Bruto (PIB) mundial, e, portanto, chega a movimentar 40% das outras atividades ilegais lucrativas do crime organizado, tais como tráfico de armas, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro.

Em 2014, a UNODC apresentou o relatório Mundial sobre Drogas que destacou a questão do consumo no mercado global, e foi registrado que 243 milhões de pessoas, o que corresponde a exatamente 5% da população mundial que se encontra na faixa etária entre 15 e 64 anos de idade, consomem algum tipo de droga ilícita. Para a ONU, segundo o estudo, o consumo continua estável e aumenta proporcionalmente, seguindo o crescimento da população.

No Brasil, o Relatório do Escritório das Nações Sobre Drogas e Crime (UNODC, 2013; 2014) aponta para o crescimento do consumo de cocaína no país, o que, de certa forma, é favorecido pela localização geográfica, pelo aumento do poder de compra da população e pela conectividade existente entre organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e, mais recentemente, a Família Do Norte (FDN), com os cartéis Colombianos. Este tipo de organização torna-se, portanto, uma espécie de empresa multinacional do tráfico de drogas, com mecanismos e estruturas de poder consolidados, com atores cujas funções são bem definidas e os espaços de atuação bem delimitados, os quais

obedecem a comandos hierárquicos que relacionam as redes externas e internas do crime organizado.

O Brasil é o segundo maior mercado consumidor do mundo no uso da cocaína e seus derivados (crack, óxi ou merla), ficando atrás apenas dos EUA, que ainda tem o maior mercado mundial de consumo de cocaína, com cerca de 4 milhões e 100 mil (4.100.000) consumidores. O Brasil possui cerca de 2.800.000 usuários, segundo estudo realizado em 2012 pelo Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) em parceria com a Organização Mundial da Saúde.

No Brasil, o narcotráfico está territorializado nas favelas e nas periferias das grandes cidades, onde é possível encontrar todo e qualquer tipo de conflito pelo uso do território. Além disso, segundo os dados sobre o sistema carcerário brasileiro, do Ministério da Justiça de 2013, no país há uma população carcerária de 622.202 pessoas, sendo 138.366 pessoas presas pelo crime de tráfico de drogas; isso representa uma grande parcela de indivíduos presos por esse tipo de crime. O Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, ficando atrás de EUA (2,2 milhões), da China (1,65 milhões) e da Rússia (644 mil), e a maioria desses encarcerados são jovens negros de baixa escolaridade, de acordo com esses dados.

É justamente esta compreensão, a partir das relações de poder, que permite falar em sobreposição de territórios, tendo o narcotráfico como a base da reprodução de diversos conflitos de ordem social. Esses conflitos podem ser compreendidos a partir da análise da relação entre o micro e macro poder que envolve todo este arranjo espacial do narcotráfico reticular e zonal, o qual se materializa por meio da apropriação/dominação do território, resultando em conflitos relacionados ao mercado da droga.

A Amazônia é um espaço privilegiado para as ações estratégicas das redes do narcotráfico, pois a sua fronteira ultrapassa os limites brasileiros. Essa característica importante – somada às particularidades naturais da região, como floresta latifoliada e mata densa, localização geográfica próxima aos principais produtores de coca (Bolívia, Colômbia e Peru) e uma bacia hidrográfica a qual vai para além dos limites brasileiros – tem, portanto, uma dinâmica que obedece às necessidades e possibilidades dos mercados.

O narcotráfico na Amazônia, neste início de século, destaca-se enquanto uma das mais significativas e preocupantes ameaças à soberania nacional. Suas redes

criam estruturas de poder que conectam o local e o global nas relações transnacionais do comércio de drogas ilícitas, de forma que estas redes utilizam as cidades como suas bases operacionais, territorializando-se e articulando-se em facções ou comandos do crime organizado, os quais controlam as principais rotas de interesse do circuito espacial de distribuição, beneficiamento e consumo da droga.

Atualmente, a metrópole de Belém apresenta um papel singular para as redes do narcotráfico e tornou-se um importante “nó” ou “nexo” que se interliga com o esquema de distribuição de cocaína em escalas regional, nacional e mundial. Negligenciar esse papel seria uma forma de desconsiderar os impactos que o comércio de drogas ilícitas promove sobre a sociedade, e, por conseguinte, sobre o território.

O nível de integração de um Cartel pode tornar-se uma ameaça à soberania dos Estados, sobretudo quando o nível de organização do Cartel passa a controlar territórios fragmentados, de forma que a presença do Estado nessas áreas seja precária, o que possibilita o empoderamento das organizações criminosas. Nesse sentido, o narcotráfico torna-se o elemento fortalecedor desses grupos, pois quanto mais fortes economicamente, maior é a capacidade deles em adquirir influência sobre as questões políticas e econômicas dos países. Por isso, o narcotráfico representa uma ameaça à soberania do Estado-nação.

Em Belém, as organizações estabelecem bases operacionais que envolvem toda a metrópole – do centro à periferia. A conexão estrutural do tráfico de drogas impõe suas estratégias ao comércio/varejo de cocaína, criando canais de comunicação que facilitam cada vez mais a presença da metrópole nos grandes “mercados do pó”¹ e pasta à base de cocaína. Os reflexos perceptíveis são configurações geográficas as quais se formam sobre os bairros periféricos de Belém e convivem com os conflitos envolvendo sujeitos, como traficantes, milicianos e a polícia – como representação do Estado.

A respeito da metrópole de Belém, não existe estimativa de um percentual do PIB da cidade relacionada ao narcotráfico e, por isso, torna-se difícil apontar um número exato de pessoas que sobrevivem dele. Isso ocorre porque o narcotráfico é uma atividade dinâmica, a qual envolve um conjunto de ações que se misturam aos mercados formais como forma de lavagem de dinheiro, ou até mesmo de

¹ Trata-se de uma definição dada pelos traficantes de drogas aos mercados consumidores de cocaína em pó.

reprodução do capital. Sendo assim, tem-se as mais variadas alternativas de investimentos a partir de dinheiro oriundo do narcotráfico, como academias de musculação, pet shops, depósitos de bebidas, mercadinhos, açougues, padarias, salões de beleza, rede de vans clandestinas, dentre outros. Estas informações foram coletadas e comprovadas durante os trabalhos de campo desta pesquisa.

O narcotráfico evolui a partir da sua articulação em redes, o que permitem com que a droga e o dinheiro – oriundos de sua comercialização – circulem chegando aos principais mercados e criem sinergias entre países produtores, atravessadores e consumidores. Para tal objetivo, é necessário um tipo de organização interna que territorializa-se em redes e em zonas, dando sentido à denominação crime organizado.

Em Belém, o narcotráfico se destaca pelas características bem particulares que o diferenciam em relação à organização desse circuito ilegal em outras regiões, visto que, no caso de Belém, há uma relação entre as milícias e o tráfico de drogas, a qual alimenta uma relação que quase sempre contribui para a manifestação violenta do poder e que resulta no crescimento dos homicídios na cidade. De acordo com os dados da Secretária de Segurança Pública, de 2011 a 2016, em Belém houve um total de 517 execuções relacionadas ao tráfico de drogas.

Segundo o Mapa da Violência (2016), no Brasil, os homicídios por armas de fogo no período de 2011 a 2014 chegaram a um total de 159.474 e no estado do Pará, no mesmo período, chegou ao número de 8.788 homicídios. Quando o Mapa da Violência faz referência às capitais, Belém chega a um total de 2.232 homicídios por arma de fogo no período destacado.

Além disso, o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, traz dados de 2014 sobre as capitais mais violentas do Brasil. Belém ocupa a 6ª posição no ranking, ficando atrás de capitais como Natal (RN), Fortaleza (CE), São Luiz (MA), João Pessoa (PB) e Aracajú (SE). Em 2014, a capital teve uma taxa de 53,6 mortes para cada 100 mil habitantes.

O narcotráfico desenvolve uma estrutura organizacional completa, com reflexos na política, economia e cultura de muitas cidades brasileiras. Esta situação é vista principalmente nos espaços metropolitanos, nos quais se encontra um mercado consumidor privilegiado e que possibilita as mais variadas formas de reprodução do capital e da lavagem de dinheiro. As metrópoles da Amazônia (Belém

e Manaus) enquadram-se perfeitamente enquanto espaços de interesse dos narcotraficantes.

Em Belém, o narcotráfico organiza-se em terrenos férteis², principalmente em relação à obtenção de mão de obra barata e descartável. Os locais mais comuns são as áreas de favelas, periferias inchadas e dispersas, ou ainda em áreas geográficas precárias. Além disso, esse recrutamento deve obedecer ao esquema da divisão técnica e social do trabalho, que vai desde o atravessador da droga de um bairro para o outro, até os beneficiadores – *boqueiros, soldados, aviõzinhos* e os consumidores. Desse modo, a questão central desta Tese é como se dá a sobreposição dos territórios em função das relações de poder do narcotráfico na metrópole de Belém, definidas na tese, como; “*narcosobreposição*”.

Nos últimos anos, o narcotráfico vem demonstrando uma geometria de poder que necessita ser explicada, uma vez que envolve um conjunto de sujeitos que hora convergem, hora divergem em relação aos seus interesses pelo “mercado da droga”. Este fato contribuiu para que surgisse o interesse em estudar um tema tão pertinente para as Ciências Sociais, ainda mais quando se trata de uma problemática enfrentada pela região amazônica. Chegar aos meandros das sobreposições territoriais do narcotráfico em Belém é uma tarefa um tanto quanto necessária. Assim, busca-se, a partir das definições de poder, redes e território, a teoria necessária para responder tal questionamento geral e, nesse sentido, a analítica do poder de Michel Foucault, além dos estudos sobre o território na perspectiva de Rogério Haesbaert, ajudam a construir a teoria analítica e explicativa que, relacionada com outros autores da Geografia, Sociologia, Antropologia e História, ajudam a formar um campo interdisciplinar de pesquisas sobre o tema do narcotráfico.

Algumas questões específicas surgiram no decorrer dessa trajetória, tais como: de que maneira são definidas as territorialidades do narcotráfico na metrópole de Belém a partir de suas tecnologias? Quais os sujeitos que atuam na organização intraurbana do narcotráfico? Como ocorre a apropriação simbólico-cultural e a dominação político-econômica dos territórios do narcotráfico? Como se organizam

² O termo é utilizado na periferia para designar a ideia de que a partir de áreas precárias da cidade em termos de ocupação, é possível cooptar pessoas, sobretudo, jovens, que irão fazer parte dos esquemas de organização do narcotráfico. Além disso, também se consideram todas as possibilidades de fixação da atividade no bairro e a estocagem da droga em meio aos aglomerados urbanos encontrados nas áreas pobres da cidade.

os territórios-redes e os territórios-zonas do narcotráfico? Qual a relação entre o mapa do extermínio em Belém com a sobreposição de territórios?

Parte-se da hipótese de que a presença de territórios sobrepostos em função do narcotráfico é um dos principais fatores de aumento dos homicídios com características de execução, em que a morte se apresenta enquanto uma categoria política das relações de poder. Deste modo, ela contribui para a difusão dos conflitos urbanos envolvendo as disputas entre narcotraficantes e milicianos, os quais se apropriam dos negócios do narcotráfico, surgindo, então, uma narcosobreposição a qual está relacionada com o mapa do extermínio, sobretudo, na periferia da metrópole de Belém.

Diferentemente da dissertação de mestrado defendida pelo autor da tese em 2010, que relacionou as redes ilegais na Amazônia com a “territorialização perversa” do narcotráfico nas áreas de baixada de Belém, tendo como recorte espacial os bairros do Guamá e da Terra Firme, a tese analisa os bairros que estão sobre o controle do narcotráfico. Entretanto, ao mesmo tempo que esses bairros fazem parte de territórios do Estado a partir da segurança pública – com as ações da polícia de combate ao tráfico – fazem parte, também, de territórios de grupos *milicianos*, os quais mapeiam as bocas ou pontos de vendas de droga para extorquir e tirar proveito econômico do tráfico de drogas. Logo, nesse *jogo*, a *morte* torna-se necessária para a manutenção do poder.

A metodologia empregada para a pesquisa foi a pesquisa bibliográfica e análise de documentos acerca do tema diante de uma interpretação analítica interdisciplinar. Além disso, foram utilizadas as pesquisas de campo, com as entrevistas semiestruturadas e os relatórios, por meio de entrevistas livres e abertas. Somadas às observações participantes e os dados quantitativos das fontes primárias da Secretária de Segurança Pública, essas foram a base da fundamentação teórica e empírica da tese.

Para esta pesquisa, foram usados dados quantitativos de 2011 a 2016 disponíveis na Secretária Integrada Adjunta de Análise Criminal (SIAC) da SEGUP. A coleta de dados qualitativos também se enquadrou no recorte temporal de 2013 a 2016, o que corresponde a um período em que foram realizados diversos campos a fim de realizar as entrevistas e as observações em campo.

Esta pesquisa leva em consideração a experiência de vida do autor em relação ao contexto social e geográfico do narcotráfico na periferia de Belém. Foi,

então, a partir de alguns episódios específicos ocorridos que surgiu a inspiração ou até mesmo eles serviram como uma forma de comprometimento do autor da tese com o contexto social onde ele estava inserido. Dessa forma, foi possível contribuir para esta tese com reflexões acerca da temática partindo da experiência do vivido.

Somado a isso, serão citados dois momentos que marcaram a trajetória desta pesquisa. O primeiro ocorreu por volta do ano de 2004, quando dois traficantes dos bairros da Terra Firme e de Canudos, que eram vizinhos do autor da tese, passaram a disputar o controle de determinadas áreas que estavam sobre suas influências, resultando na morte de um deles. Contudo, o importante nessa história foi perceber toda a microrrelação e os micropoderes que se desenvolveram em função do narcotráfico a partir desses dois sujeitos.

O segundo episódio ocorreu quando um amigo de infância do autor passou a controlar a distribuição de CD'S e DVD'S piratas pelo centro comercial de Belém. Além disso, ele também passou a comandar as “bocas de fumo” da área do Tucunduba; a partir daí, recrutou jovens do bairro que passaram para a condição de soldados do tráfico, fazendo parte de um grupo armado intitulado “Liga da Justiça”, o qual agia como uma espécie de milícia, que monitorava o território, impedia assaltos aos moradores, fornecia os serviços de venda de gás e água mineral, cobrava taxas aos comerciantes e controlava os líderes comunitários.

Não foram somente esses episódios citados de forma resumida acima que influenciaram no interesse em pesquisar este tema, mas toda a trajetória de vida do autor, da fase de adolescência até a maioridade, em que conviveu com o narcotráfico dentro das escolas públicas localizadas na periferia de Belém, nas ruas em que morava e até mesmo na própria vivência cotidiana do lugar aonde, por várias vezes, chegou a exercer a função de *aviãozinho*, levando maconha e pasta a base da cocaína para os consumidores que se dirigiam até a baixada da Rua Gentil Bittencourt. Tais práticas não aconteciam somente no bairro da Terra Firme, mas na periferia em geral, pois ao relembrar o contexto social dos anos de 1990, época das gangues de Rua em Belém, mesmo que o tráfico de drogas ainda não tivesse tanta força, ele já existia como atividade.

À medida que o tráfico de drogas foi-se fortalecendo em termos econômicos, os integrantes das gangues foram sendo incorporados ao esquema do narcotráfico. Inclusive, vários integrantes de uma gangue criada no ano de 1991, na baixada da Gentil em Canudos, inseriram-se aos poucos no tráfico. O autor da tese foi aliciado

de várias formas para compor os grupos que se formavam, pois foi possível perceber que se trata de questões de poder, respeito, e aquisição de recursos em meio à marginalidade social que legitima a apropriação do tráfico sobre a vida cotidiana na periferia da metrópole. De fato, o poder é algo que chama a atenção para quem se interessa em fazer parte de organizações como essas.

Muitos jovens iniciam na infância como *aviãozinho*, outros como *pichadores*, por exemplo, e depois evoluem, tornando-se donos das *bocas de fumo* ou *patrões do tráfico*. Contudo, estabelece-se uma relação bastante conflituosa, a qual ocasiona a morte de muitos jovens que fazem – e fizeram – parte deste contexto social. É difícil encarar fatos de uma realidade em que o extermínio de jovens esteja extremamente associado ao tráfico de drogas e às ações da polícia e/ou milícias.

Compreender este contexto por um viés científico, apresentando teorias e categorias nas quais todas estas relações podem ser descortinadas à luz de um olhar geográfico, é uma tarefa intelectual de envergadura. É preciso haver, similarmente, um esforço filosófico afim de que se permita refletir acerca das relações que o poder pode exercer sobre as questões sociais, considerando-se a relação entre redes e território.

É possível visualizar de perto os bairros inseridos na dinâmica do tráfico de drogas em Belém, tais como: Guamá, Cremação, Cabanagem, Jurunas, Benguí, Buraco Fundo (no bairro de Icoaraci), Tapanã, Terra Firme, dentre outros. Todos estes são considerados bairros periféricos da metrópole e, hoje, segundo o resultado da pesquisa, tornaram-se espaços-territórios do tráfico de drogas. Foi possível fazer observações acerca da movimentação cotidiana dos sujeitos envolvidos na organização do tráfico de drogas em escala intraurbana.

A experiência do autor da tese enquanto pesquisador partiu de sua relação cotidiana como morador de um bairro controlado pelo narcotráfico e isso lhe permitiu a construção empírica do objeto, tornando-se assim, uma vantagem significativa para o desenvolvimento da pesquisa; mas, ao mesmo tempo, essa relação tornou-se uma barreira metodológica para garantir a neutralidade axiológica, como diz Weber. Porém, de fato, o interesse por este objeto de estudo só ocorreu a partir do seu ingresso como aluno de graduação em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2002.

Como o tráfico de drogas difundiu-se por toda a cidade, em função da expansão do comércio de *pó de cocaína* – que nos anos de 1990 era pouco

consumido na metrópole devido ao preço elevado no mercado, e nesse momento, oferecia-se mais a pasta à base de cocaína (“nóia”) e a *maconha* – percebeu-se que, com a sua popularização, os interesses econômicos sobre a venda da droga multiplicaram-se, levando a uma organização voltada para o controle do território, que passou a ser de fundamental importância para o tráfico de drogas na periferia. Isto corresponde a um contexto o qual o autor da tese acompanhou cotidianamente a partir dos bairros da Terra Firme, Canudos e Guamá, percebendo a inserção de integrantes das gangues destes bairros no circuito do narcotráfico nas condições de *olheiros, aviõzinhos, gerentes das bocas, soldados* e até mesmo *patrões do tráfico*, fato que fez com que os antigos territórios das gangues de rua passassem para o controle dos traficantes dos bairros.

As discussões e orientações o levaram para a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso, no qual abordou sobre a territorialidade do tráfico de drogas no bairro da Terra Firme. Posteriormente, desenvolveu uma monografia de especialização no curso de Formação Internacional de Pós-Graduandos em Áreas Amazônicas (FIPAM) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) com o título: “A Geografia do crime na metrópole: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém”, defendida em 2008, o trabalho foi agraciado com o Prêmio NAEA 2008 de melhor monografia da especialização. Em seguida, o autor da tese passou a fazer parte do Observatório de Estudos em Defesa da Amazônia (OBED), sob a orientação do professor Dr. Durbens Martins Nascimento, ingressando no projeto Consórcio das Forças Armadas no Século XXI da Capes. Subsequentemente, foi inserido no grupo de pesquisa Defesa e Fronteira na Amazônia.

Com a necessidade de ampliar a pesquisa, o referido ingressou no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES/NAEA), também da UFPA, e pôde, então, desenvolver a dissertação de mestrado, a qual buscou entender a relação entre as redes do narcotráfico na Amazônia e a territorialização perversa do narcotráfico na periferia de Belém. Fez-se, assim, um recorte espacial dos bairros do Guamá e da Terra Firme. Na medida em que a pesquisa avançava, a responsabilidade aumentava, uma vez que foi o primeiro trabalho desenvolvido sobre a temática no âmbito da Geografia paraense e nos programas de pós-graduação do NAEA. Contudo, tal responsabilidade levou à

publicação do livro “A Geografia do crime na metrópole: das redes ilegais à territorialização perversa na periferia de Belém”, publicado pela EDUEPA, em 2014, como resultado da pesquisa de dissertação.

Esse percurso intelectual conduz a pensar a metrópole contemporânea como o lugar, também, do narcotráfico, tendo em vista que este assume dimensões geográficas significativas a partir de relações sociais que ali se manifestam, por meio de organizações em redes não “formais”, as quais se territorializam sobre o espaço urbano. Assim, o narcotráfico ganhou uma escala de poder que vai do centro à periferia e da periferia ao centro, exercendo influência a partir de uma organização dinâmica e perversa, integrando toda a metrópole à economia do crime e manifestando constantes conflitos sociais em busca da apropriação e dominação do território.

Esta tese está dividida em quatro capítulos relacionados às questões e aos objetivos por ela propostos. Pretendeu-se explorar questões teóricas e empíricas sobre o narcotráfico na metrópole de Belém-PA, localizada na Amazônia Oriental. Buscou-se, em todo momento, descrever e analisar de forma crítica e construtiva cada capítulo construído ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Por isto, o presente trabalho dividiu-se da seguinte forma:

No primeiro capítulo da tese, apresenta-se uma revisão da literatura acerca do narcotráfico estudado pelas Ciências Sociais, ou seja, trata-se de uma primeira aproximação do objeto investigado, assim como também é realizado um debate sobre as definições de território e territorialidade a partir da perspectiva das relações de poder e, posteriormente, realiza-se a análise que relaciona redes e território.

No segundo capítulo, busca-se, a partir da genealogia do poder de Michel Foucault, alçar uma teoria explicativa que busca, na relação entre poder disciplinar e biopolítica, uma relação que contribui para a compreensão das configurações territoriais. Nesse sentido, parte-se de uma breve análise sobre o poder disciplinar e o suplício como condenação do corpo, a docilização dos corpos e, por fim, o biopoder.

No terceiro capítulo, ocorre o debate que trata das relações de poder e dos processos de territorialização do narcotráfico na metrópole de Belém. Para isto, é importante ter a compreensão acerca da relação que ocorre entre a precarização dos territórios urbanos, sobretudo, numa perspectiva da construção de micropolíticas que disciplinam os sujeitos e os territórios a partir de tecnologias próprias do

narcotráfico. Sendo assim, tem-se a dominação político-econômica e a apropriação simbólico-cultural dos territórios do narcotráfico em Belém.

Por fim, no quarto e último capítulo é realizado o debate acerca da precarização urbana, redes de poder e a origem sociogeográfica da narcosobreposição dos territórios sobre a metrópole de Belém. Com efeito, os “aglomerados urbanos de exclusão” na periferia de Belém foram apropriados pelas redes de poder do narcotráfico, configurando, então, territórios-redes e territórios-zonas que se difundiram pela metrópole. Nesse sentido, a periferia torna-se um espaço sob vigilância de narcotraficantes e narcomilicianos e, sendo assim, os conflitos em função de divergências territoriais contribuem para a expansão das manchas de homicídios ou para o mapa do extermínio que torna compreensível os territórios sobrepostos ou a narcosobreposição.

2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Traçar uma metodologia capaz de chegar até as respostas das questões que aqui foram levantadas não foi uma tarefa fácil, ainda mais quando nos referimos a um tema tão complexo de investigação científica como o narcotráfico. Ao associar tal fator com as milícias, a questão torna-se ainda mais emblemática. Tentar-se-á descrever todos os passos que foram seguidos em relação às etapas da pesquisa de forma a esclarecer como se chegou às respostas e conclusões.

Partiu-se do pressuposto de que a pesquisa científica deve ter o compromisso de ajudar a sociedade na compreensão da realidade do mundo e espera-se entender o funcionamento de determinados fenômenos, como eles surgem e como funcionam, quais as possíveis implicações, dentre outros fatores. Em um contexto de intensas transformações, nas quais a sociedade está inserida, ou por serem cada vez mais complexas e dinâmicas, essas transformações afetam a vida do indivíduo, influenciando em suas relações econômica, política e social. Por isso, uma série de inquietações surgiram, inclusive a respeito da validade científica ou o que está relacionado ao corpo teórico e, até mesmo, a sua finalidade.

Significativas alterações ocorreram ao longo de todo o processo histórico de evolução das ciências nos mais diversos campos; com isso, os padrões político, econômico, social e cultural já não são vistos pelos sujeitos como verdades absolutas. Essa “verdade” foi posta em cheque, pois a humanidade passou a renunciar as certezas que foram garantidas por séculos de tradição, a vivenciar as constantes mudanças que focaram na construção do conhecimento.

O conhecimento científico procura alcançar a verdade dos fatos (objetos), independentemente da escala de valores e de crenças dos cientistas; ele é resultado de pesquisas metódicas e sistemáticas da realidade. Como o objeto da ciência é o universal material, físico, naturalmente perceptível pelos órgãos dos sentidos ou mediante ajuda de instrumentos de investigação, o conhecimento científico é verificável na prática, seja por demonstração, seja por experimentação (FACHIN, 2006).

Dessa forma, o conhecimento científico fundamenta-se na busca de respostas por questões que necessitam de novas respostas ou de um novo modelo. O paradigma científico, enquanto padrão de orientação filosófico matriz, nestes termos, apresenta-se como uma teoria do conhecimento que teve origem a partir dos

estudos de um campo científico com métodos e valores, os quais se tornaram modelos para novas pesquisas. A mudança de paradigmas, ou transição de um para o outro, busca, na cientificidade do conhecimento, identificar certa coerência no que diz respeito ao questionamento crítico e criativo. Ou seja, dentro do princípio metodológico, o questionamento de forma sistematizada tem na discutibilidade o critério principal da cientificidade.

Diante da perspectiva da qual se afirma a importância da interseção entre a teoria prática e a prática teórica, tal convergência deve ser contextualizada, de forma que considere que a normativa do campo científico é envolvida por contradições e por diversos conflitos; por isso, não se deve formular procedimentos e processos uniformes diante de uma pesquisa. Conforme afirma Kuhn (2006, p. 20), “se a ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais, então os cientistas são homens que com, ou sem sucesso, empenharam-se em contribuir com um ou outro elemento para essa constelação específica”. Isso ocorre porque as pessoas estão no fim do ciclo da hegemonia e da ordem dos paradigmas conceituais. Vive-se um momento de perplexidade.

Na metade do século XVI, a noção do universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como uma máquina; e a máquina do mundo converteu-se na metáfora dominante da era moderna. Essas mudanças ocasionaram revoluções na física e na astronomia; a matemática forneceu à ciência moderna o instrumento privilegiado de análise e a lógica da investigação, por isso o conhecer significa quantificar (SANTOS, 1990).

O rigor científico tem a concepção de que é preciso dividir, classificar e, por fim, determinar as relações sistemáticas entre o que se separou. Isto significa que a experiência não aparece nesse processo, excluindo totalmente toda a conjuntura de análise. Assim, o paradigma dominante é construído em um contexto de ideias, o qual separa o objeto do sujeito, não havendo espaço para o senso comum e nem para a subjetividade, apenas para um domínio do rigor científico e das mediações.

Para Santos (1990), o paradigma emergente da revolução científica deve ser um modelo de conhecimento prudente para uma vida decente. O paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o de um conhecimento prudente), precisa ser também um paradigma social (o de uma vida decente).

Assim, surge a necessidade de que a ciência incorpore à sua função a emergência em realizar um exercício político que permita a completa compreensão

acerca da complexidade social, sem desconsiderar que o conhecimento científico e metódico se apresenta enquanto único meio de buscar o caminho que leve à validade do saber, validade esta entendida por meio de um método.

A presente pesquisa é qualitativa, entretanto, foram utilizados dados estatísticos oficiais para relacioná-los com os dados e com as informações coletadas, pois se partiu do princípio de que sem a pesquisa qualitativa seria impossível chegar à realização de um campo aprofundado e que fosse possível ter acesso aos principais sujeitos desta pesquisa. Dessa forma, o recorte espacial deu-se a partir da cidade de Belém, na Amazônia brasileira, no período de 2011 a 2016.

A investigação científica serviu para enxergar a realidade dos bairros que estão sobre o domínio do narcotráfico – por meio da convivência junto com os moradores – e houve um contato em que não se prendeu única e exclusivamente em amarras apresentadas pelos dados estatísticos da pesquisa quantitativa. Portanto, os bairros escolhidos foram: Barreiro, Benguí, Cabanagem, Cremação, Guamá, Jurunas, Sacramento, Terra Firme, Tapanã e Distrito de Icoaraci. A escolha destes bairros justifica-se pela relevância na movimentação da economia e na dinâmica do narcotráfico.

Destaca-se, também, que a escolha dos bairros não foi aleatória, pois já havia sido realizada uma pesquisa sobre o narcotráfico nos bairros do Guamá e da Terra Firme, porém com um corpo teórico e objetivos diferentes. Procurou-se, nesse sentido, um direcionamento que apontasse para a possível hipótese da sobreposição de territórios, portanto, houve a necessidade de se buscar dados da SIAC que apontam os bairros com as maiores incidências de execuções relacionadas: ao tráfico de drogas, aos conflitos com a polícia e as ações de grupos milicianos.

Assim, o Barreiro, o Benguí, a Cabanagem, a Cremação, o Guamá, o Jurunas, a Sacramento, a Terra Firme, o Tapanã e o Distrito de Icoaraci, sofrem com os três tipos de ocorrências de execuções. Além disso, os outros bairros de Belém que não apresentam estas coexistências se enquadram no grupo daqueles que sofrem algum tipo de influência do tráfico de drogas dentro do contexto intraurbano da metrópole.

Em segundo lugar, as entrevistas realizadas em campo apontavam para estes bairros como territorializados pelo narcotráfico, pois os sujeitos da pesquisa descreveram o funcionamento de todo o circuito de venda da droga, ao mesmo

tempo em que relataram sobre a relação das milícias com a extorsão de traficantes e a execução de jovens na periferia de Belém em situação de “conflito com a lei”³, segundo a interpretação dada por eles. É importante destacar que os bairros de Canudos, Cidade Velha, Reduto e Batista Campos não aparecem na tabela, porque nas ocorrências não há evidências de relação direta com algum tipo de conflito relacionado ao tráfico de drogas, mas os registros relatam sobre os dados destes bairros como causas desconhecidas, ou seja, não esclarecem sobre a real motivação do crime.

Por fim, estes bairros apresentam características muito semelhantes em termos de composição socioespacial e também em termos de produção do espaço, pois surgiram em função de um processo histórico de ocupação o qual surge com os movimentos de “invasão” ou de ocupações espontâneas. Portanto, são periféricos e têm a presença de aglomerados, e, além disso, contavam com a presença das gangues de rua que foram absorvidas pelas redes do tráfico de drogas.

Por isso, essa pesquisa qualitativa buscou, enquanto caráter exploratório, percepções e compreensões sobre a essência geral do narcotráfico, permitindo obter uma interpretação real dos fatos. Nos estudos sobre o narcotráfico, uma pesquisa desse tipo estimula os entrevistados a pensarem de forma livre sobre o tema ou sobre o objeto que está sendo estudado e, dessa forma, o pesquisador desenvolve conceitos os quais partem dos padrões que são encontrados na coleta de dados.

Utilizou-se entrevistados livres e questionários estruturados, considerando o esforço para que suas falas não tivessem nenhum tipo de interferência do entrevistador e, ao mesmo tempo, o contato com o cotidiano de alguns deles serviu para atingir um entendimento empírico acerca da realidade vivenciada por eles, sobretudo na periferia de Belém. Godoy (1995) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, como: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental, o caráter descritivo, o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como percepção do investigador e o enfoque emotivo.

³ O termo conflito com a lei refere-se ao ato de estar envolvido com algum tipo de atividade criminosa.

Foram exatamente quatro anos de investigação pelos bairros de Belém que sofrem influência, ou melhor, que estão mais inseridos nos mercados do tráfico de drogas. A pesquisa qualitativa apontou para uma reflexão acerca dos bairros que estão definidos como territórios zonas do tráfico de drogas, por isso – também – os locais foram escolhidos a partir das informações coletadas em campo e que apontavam para a existência de territórios do tráfico de drogas constituídos nestes espaços, instigando a necessidade de um maior aprofundamento sobre estas informações.

Ao saber que se trata de uma pesquisa de risco, resolveu-se ocultar informações que poderiam comprometer o andamento da pesquisa. As informações apresentadas aqui são aquelas mais pertinentes para entender o tráfico de drogas em Belém, entretanto, é necessário ressaltar que não foi fácil chegar até elas. Portanto, acredita-se que o que foi conseguido é o suficiente para dar clareza ao tema, considerando a pertinência para os estudos de ciência humanas.

A primeira etapa deu-se a partir da pesquisa bibliográfica e da análise documental, pois a investigação científica representa um processo sistemático de construção do conhecimento humano, motivando novos conhecimentos. Essa pesquisa também pode sistematizar conhecimentos pré-existentes, mas de forma que ocorra atualização, colaboração, desenvolvimento e ampliação da teoria estudada. Portanto, toda pesquisa enquanto atividade define-se pelo conjunto ou processo de atividades e procedimentos formulados para buscar respostas de questões iniciais em um processo investigativo, tendo como resultado a busca de conhecimento.

Daí a importância da pesquisa bibliográfica,

Pois ela nos atenta para as reflexões de cunho teórico e conceitual que norteiam a relação entre teoria e prática da pesquisa. Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto ocorre porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Nestes termos, a pesquisa bibliográfica abarca a leitura e interpretação de livros, artigos científicos, documentos, imagens, mapas, dentre outros. Esses materiais ajudam a conhecer o objeto e a teoria utilizada em sua explicação,

estabelecendo uma leitura atenta e sistematizada acompanhada por todas as anotações e fichamentos que foram realizados durante todo o processo investigativo e que fundamentaram a base teórica da pesquisa.

O problema apontado nesta tese observa o narcotráfico como um dilema da vida prática. O esforço intelectual está em busca de constantes reflexões teóricas que levem a um maior entendimento desse processo, enquanto objeto de pesquisa. Diante disso, as leituras de obras que tratam do tema como objeto de interesse para a investigação, tornam-se um esforço necessário a fim de formular teorias interpretativas. Assim, a pesquisa bibliográfica fornece esse suporte a todas as fases da pesquisa, pois ela auxilia tanto na definição do problema, quanto na construção dos objetivos e hipóteses.

Sobre a análise documental, destacamos que os estudos baseados em documentos exprimem uma análise que possibilita organizar e interpretar determinadas informações de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa. Cellard (2008) revela que o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas em um passado recente.

Além dos relatórios do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes (UNODOC), é necessário atentar-se para a análise de relatórios e registros sobre homicídios e tráfico de drogas, documentos estes cedidos pela Secretária de Segurança Pública do Pará, pela Polícia Federal, além do Mapa da Violência, eles foram minuciosamente analisados ajudando inclusive na elaboração de alguns mapas temáticos. Também, recorreu-se a jornais da cidade que tratavam sobre os temas pertinentes à pesquisa, e por isso foram aproveitados para confirmar algumas informações contidas nos relatórios estudados.

A segunda etapa constituiu-se como pesquisa de campo, onde dela deriva a observação dos fatos e fenômenos que ocorrem na área pesquisada. Durante o procedimento, ocorreu coleta de dados, análise e interpretação desses dados. Marconi e Lakatos (2010, p. 169) definem a pesquisa de campo como “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um

problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Para chegar até as informações mais precisas, utilizou-se a técnica da pedagogia investigativa, na qual o pesquisador faz perguntas e, em cima das respostas, elabora outras perguntas, podendo, assim, obter mais respostas. O resultado dessa coleta de informações levou à criação de um banco de dados, pois as perguntas foram formuladas priorizando as questões da problemática da pesquisa. “Contudo, este procedimento reconhece a importância de se manter uma sincronização permanente de reflexão e ação no trabalho de campo, como um ato de permanente equilíbrio intelectual” (BORDA, 1981, p. 55).

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque a partir do momento está preparado para a investigação empírica, o objeto sobre o qual se dirige o olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo (OLIVEIRA, 1996). Assim, esse procedimento será importante para comprovar as hipóteses levantadas sobre a configuração territorial do narcotráfico na Amazônia. Segundo Cardoso (1996), a coleta de material não é apenas um momento de acúmulo de informações, é também a combinação disso, com a reformulação de hipóteses e com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas.

Para a pesquisa de campo, construiu-se uma rede social, a fim de manter contanto com vários sujeitos envolvidos diretamente e/ou indiretamente com o narcotráfico ou com grupos de extermínio. Isso também possibilitou ter contato com moradores dos bairros que apresentaram ter forte conhecimento empírico sobre o narcotráfico e a violência urbana em Belém. Para isto partiu-se da reflexão de Borba (1981, p. 55), para quem, “o conhecimento então se movimenta como uma espiral contínua, em que o pesquisador vai das tarefas mais simples para as mais complexas e do conhecimento para o desconhecido, em contato permanente com as bases sociais”.

Aplicou-se, também, questionários estruturados que contribuíram para a elaboração de gráficos a partir das informações que foram cedidas nas repostas dadas pelos entrevistados. Isto só foi possível em função da construção de uma rede pessoal de informações que fez com se chegasse ao âmago da questão, entretanto, levou um pouco de tempo até que o grupo escolhido para a pesquisa tivesse confiabilidade e fornecesse informações relevantes. Por isso, os relatórios de

campo e as pesquisas abertas também colaboraram para o trabalho. Assim, foram exatamente quatro anos do período da tese coletando informações e quase sempre surgiam novos relatos que complementavam as respostas coletadas anteriormente ou abriam novos caminhos para a interpretação dos fatos. Portanto, considerou-se a importância da análise do discurso sobre as falas dos entrevistados.

A análise do discurso caracteriza-se pela prática especializada em analisar as construções ideológicas apresentadas em um texto. Assim como foram feitas análises das matérias dos jornais, foi importante passar por este campo da linguística, a fim de obter esclarecimento acerca das ideologias que estão por detrás da fala dos entrevistados e das matérias jornalísticas. Foi um meio de reflexão para alcançar uma coerência entre as entrevistas e os documentos. Dessa maneira, todo discurso se destaca como uma prática social de produção de textos; logo, é uma construção social que não é individual e deve ser analisada levando em conta o contexto social e histórico.

É necessário destacar que a análise do discurso se apresenta como uma teoria a qual tem como objeto de investigação o próprio discurso, considerando o entrecruzamento de diversos campos disciplinares como: a linguística, o materialismo histórico (por situar a linguagem na história) e a psicanálise (que introduz a noção de sujeito discursivo) (FERNANDES, 2008; ORLANDI, 1999). Então, leva-se em conta nas entrevistas a natureza social de cada discurso, a história, a ideologia materializada e a linguagem.

Para Foucault (2010), os diversos discursos encontrados em uma dada sociedade, ou em um grupo social específico, exercem funções de controle, limitação e validação das regras de poder desta mesma sociedade. Além disso, ele também destaca que um discurso pode ser conceituado como uma rede de signos conectados a outras tantas redes de outros discursos, em um sistema aberto que registra, estabelece e reproduz significados não esperados no interior do próprio discurso, mas os valores dessa sociedade que devem ser perpetuados.

Segundo Foucault (2010), o discurso não é um encadeamento lógico de palavras e frases que pretende ter um significado em si mesmo. Ainda que essa estratégia seja empregada, ela será uma importante organização (ordem) funcional em que se estrutura um imaginário social. O discurso deixa de ser a representação de sentidos pelo que se debate ou se luta e passa a ser, ele mesmo, o objeto de desejo buscado, dando-lhe, assim, poder intrínseco de reprodução e dominação.

Buscou-se considerar esses elementos importantes na pesquisa, de forma que a preferência foi ouvir pessoas de fato envolvidas no contexto do narcotráfico em Belém. Foram incalculáveis conversas em que ficou subentendido o jogo de poder que estava por detrás de uma construção social e territorial, o contato dependia de uma rede social e de uma rede de poderes para se constituir enquanto dominação. A escolha dos sujeitos entrevistados foi intencional considerando segundo Minayo (1995, p. 18), a “vinculação mais significativa para o problema a ser investigado”. Além do mais, a concepção do objeto de estudo qualitativo sempre é vista na sua historicidade, no que diz respeito ao processo de desenvolvimento do indivíduo e no contexto dentro do qual ele se formou (GUNTHER, 2006, p. 202).

Essa escolha obedeceu a alguns critérios de investigação científica e metodológica, tais como:

- 1) Pessoas envolvidas na atividade do narcotráfico nos bairros pesquisados, nas condições de “aviãozinho”, traficantes ou olheiros;
- 2) Viciados em droga que têm conhecimento empírico acerca do funcionamento do mercado da droga;
- 3) Pessoas que já fizeram parte do circuito do tráfico de drogas e que hoje não têm mais nenhum tipo de vínculo;
- 4) Moradores dos bairros periféricos de Belém que de maneira geral são influenciados pelo controle do tráfico de drogas;
- 5) Comerciantes dos bairros periféricos de Belém;
- 6) Agentes de Segurança Pública do estado do Pará;
- 7) Policiais Federais;
- 8) Criminosos envolvidos com assaltos e pequenos furtos em Belém.

É importante frisar que houve consentimento dos entrevistados para participar das entrevistas, de forma a contribuir com os resultados da pesquisa e para que isso ocorresse foi lhes garantido o anonimato e o sigilo total sobre suas identidades. Apresentaram-se os objetivos da pesquisa, garantindo-lhes que tinha fins acadêmicos possibilitando, portanto, as gravações.

Foi possível perceber que há o mesmo perfil em relação aos jovens que concederam as falas. Todos eram negros, com a faixa etária de 19 a 36 anos e a maneira em que foram executados era semelhante. Estes ocorridos, principalmente, foi o que motivaram o aprofundamento da investigação acerca da relação entre tráfico de drogas e os homicídios. Também foi possível identificar o valor simbólico e

o valor político que a morte tem para as geometrias de poder do narcotráfico e das milícias.

Foram feitos vários registros fotográficos das áreas periféricas de Belém onde atua o tráfico de drogas, e com isso, buscou-se explicar o significado que as pichações contêm hoje para este contexto. A análise dos dados oficializados pelos órgãos de segurança pública não substitui, em hipótese alguma, a cartografia construída a partir do campo realizado, pois se acredita que a responsabilidade do pesquisador em Ciências Sociais está na obrigação moral e intelectual, com a qual ele deve exercer a profissão tendo plena consciência do modo, tanto teórico quanto prático, de exercê-la, o que acarretará consequências, e de que é ele o autor e a causa voluntária dessas consequências (SCHLEMMER, 1992).

Na análise, pretendeu-se apresentar aquilo que foi construído a partir desta aprofundada pesquisa de campo, visitando os bairros como: Barreiro, Benguí, Cabanagem, Campina, Canudos, Condor, Cremação, Guamá, Marco, Jurunas, Pedreira, Reduto, Cidade Velha, Sacramento, Terra Firme, Una e o Distrito de Icoaraci. Foram tantas visitas que fora difícil quantificar neste momento, assim como também a quantidade de pessoas entrevistadas. Foram 71 pessoas entrevistadas, priorizando sempre os sujeitos mais relevantes para a pesquisa e utilizando as observações para se ter uma visão crítica dos fatos, relacionando-as aos dados levantados.

Para finalizar, procurou-se, por meio de dados coletados, sistematizar as informações analisadas e os resultados, de forma crítica, com a elaboração de mapas temáticos sobre as redes do tráfico de drogas na Amazônia e na metrópole de Belém. Ademais, elaborou-se também o mapa das manchas de homicídios e das redes internas de distribuição da droga, assim como projetou-se o mapa das áreas de controle territorial do narcotráfico. Portanto, a pesquisa é o processo de sistematização de construção do conhecimento que tem a responsabilidade de gerar novos conhecimentos e/ou confirmar ou refutar o conhecimento pré-existente. “A pesquisa científica caracteriza-se pelo procedimento sistemático pela busca de solução para determinado problema; a formulação do problema tem papel crucial” (GIANFALDONI, 2009, p. 23). É por isso que a busca de respostas deve seguir um rigor metodológico. Enfim, estas foram as etapas metodológicas que serviram de guia para buscar respostas em relação ao objeto de estudo e à comprovação da hipótese levantada.

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE ANÁLISE SOBRE O NARCOTRÁFICO, O TERRITÓRIO E AS REDES

Neste capítulo, o objetivo proposto é apresentar as diferentes perspectivas e abordagens teóricas sobre o narcotráfico, as redes, o território e o poder, em que se utiliza a pesquisa bibliográfica e a análise de documentos para apresentar o narcotráfico como objeto de estudos e as possíveis teorias que dão conta de explicá-lo enquanto uma temática investigada cientificamente. Trata-se de abordagens importantes para a construção de uma teoria que possibilite a comprovação da hipótese geral levantada por este trabalho. Assim, em relação ao conceito de território, é imprescindível saber que ele se constitui a partir de relações de poder e por isso preferiu-se buscar na genealogia do poder de Michel Foucault uma perspectiva analítica de categorização do narcotráfico sobre a luz das reflexões das Ciências Sociais e dos campos interdisciplinares.

3.1 O narcotráfico estudado pelas Ciências Sociais: uma revisão da literatura

Para dar início à discussão, necessita-se, antes de tudo, traçar uma breve explanação acerca do narcotráfico enquanto objeto de investigação científica dos campos interdisciplinares, considerando, principalmente, o impacto político, econômico e social causado por esta atividade. Porém, será feito, nesse primeiro momento, uma breve revisão da literatura em relação a este tema, como uma proposta introdutória que será delineada durante o desenvolvimento da tese. É importante destacar que os circuitos espaciais do narcotráfico se estruturam de acordo com os grandes mercados globais, impondo estratégias de desarticulação dos mecanismos de proteção e de defesa dos Estados nacionais, “fragilizando” as fronteiras e territorializando-se nas cidades.

Diversos autores desenvolveram pesquisas com a temática do narcotráfico; em nível internacional, pode-se destacar os trabalhos de autores como: Arlacchi (1986), Ehrenfeld (1990), South (1998), Kopp (1999), Zaitch (2002), Chabat (2009), Fabre (2013), todos eles com importantes contribuições acerca do objeto que se propuseram a investigar.

Arlacchi (1986) desenvolve um quadro teórico o qual estudou as forças que configuraram a máfia moderna no Sul da Itália, a partir de suas raízes nos sistemas

sociais e econômicos tradicionais e que passaram por reconfigurações no período pós-segunda Guerra Mundial. Para este autor, a partir dos anos de 1970, há um desenvolvimento do empreendedorismo mafioso em função do tráfico de drogas que passa a dar subsídios para os mecanismos de corrupção, intimidação e assassinato de funcionários públicos, o que, de certa forma, deu subsídios para a sua autonomia política.

A análise de relatórios, documentos oficiais e jornais contribuíram para que este autor concluísse que, embora o funcionamento da empresa de tráfico de drogas seja semelhante aos das empresas capitalistas, a máfia ainda mantém modos operatórios primitivos. Sobretudo considerando as guerras interfamiliares e a concorrência nos mercados que leva a conflitos sangrentos.

Ehrenfeld (1990) concentrou seus esforços na análise envolvendo a parceria entre organizações de tráfico de drogas, grupos terroristas internacionais e Estados, incluindo a Bulgária, Cuba, Líbano, Colômbia, Peru e Bolívia, que utilizam estratégias marxistas-leninistas em busca da subversão de governos democráticos legítimos.

A metodologia do autor em questão baseou-se na análise de documentos públicos oficiais e com isso a sua conclusão é de que o narcoterrorismo se manifesta de forma diferente do terrorismo internacional, pois une os aspectos comerciais do narcotráfico com os elementos ideológicos da violência terrorista. Para Ehrenfeld (1990), evidências apontam para o envolvimento da URSS na promoção do narcoterrorismo como uma forma de conduzir as atividades secretas no Ocidente.

Já South (1998) faz um estudo mais geral sobre a relação entre drogas e sociedade, na qual discute sobre o processo de normalização em andamento fazendo o debate entre proibição versus liberalização. Kopp (1999) analisará as políticas públicas de diversos países que tiveram como objetivo ter o controle do consumo de drogas ilícitas. Assim, o autor parte de uma análise que conclui que é possível definir uma política antidrogas a partir da lógica econômica.

Zaitch (2002) desenvolveu durante cinco anos trabalhos de campo etnográficos, com narcotraficantes colombianos na Holanda e na Colômbia, onde descobriu: o mundo social dos traficantes de drogas; como e porque eles se envolvem em atividades ilegais; a natureza de seu trabalho; e como eles estão organizados. Tal obra é utilizada por estudiosos do crime organizado e em debates sobre a relação entre imigração de latinos e o negócio da cocaína.

Pesquisadores como Rengert, Ratclife e Chakravorty (2005), ao fazerem um estudo sobre o narcotráfico nos EUA, destacam que a guerra contra as drogas tem sido ineficaz e de forma detalhada fazem análises econômicas e geográficas dos fatores que tornam locais atraentes para o mercado das drogas. Além disso, os autores concluem que os policiais que patrulham diariamente as cidades no interior do país estão em uma posição única para determinar quais são os problemas de um determinado local.

Chabat (2009) investigou as causas dos conflitos entre o México e EUA em torno do narcotráfico nas últimas décadas, a fim de encontrar um padrão recorrente. O autor revela que, na maioria dos casos, o conflito foi provocado pela corrupção a qual envolve o governo mexicano e a desconfiança das autoridades americanas, o que, de certa forma, complicou os esforços de colaboração entre os dois países no combate ao narcotráfico.

Fabre (2013) destaca que o tráfico de drogas é a parte mais visível dos lucros do crime organizado e tem se expandido desde o final da guerra fria. O autor também ressalta que a história mostra o impacto do tráfico de drogas na colonização do continente asiático, onde a nova ordem mundial reproduz elementos do passado, com novas possibilidades para o narcotráfico em função do processo de globalização, a exemplo do que vem ocorrendo na China, destacando também a impunidade em relação a lavagem de dinheiro.

O autor apresenta também uma nova interpretação acerca da crise financeira pós-guerra fria, explanando sobre a dimensão inexplorada dos atores ilícitos e tratando da crise do México de 1994, relacionando-a com o “efeito cocaína” a partir da lavagem local dos lucros no comércio com os EUA. Além disso, ele trata, do mesmo modo, da crise japonesa dos anos de 1990, na qual há uma relação entre a influência econômica da Yakuza e a bolha imobiliária, que contribuiu para adiar os ajustes necessários do mercado. Por fim, Fabre (2013) analisa a crise tailandesa de 1997, a partir da política de “branqueamento” de capitais, a qual, nesse momento, correspondia a 10% do PIB do país.

Em relação às literaturas brasileiras que tratam do tema destacam-se os trabalhos de: Misse (1999; 2006), Souza (1995; 2005; 2008), Zaluar (1995; 1996; 1997; 2004), Rodrigues (2004), Morais (2005) e Couto (2014). De maneira geral, todos estes autores se dedicaram em analisar os impactos sociais, políticos e econômicos do narcotráfico sobre o espaço brasileiro e suas metrópoles.

Misse (1999) teve como objeto o que ele chamou de “acumulação social da violência no Rio de Janeiro”, em torno da constituição de um “fantasma” social, o qual interliga pobreza urbana, desnormalização e criminalidade. O autor propõe uma perspectiva analítica para a compreensão do ciclo mais recente da acumulação da violência, a partir da hipótese de que um dos principais fatores do incremento dos recursos à violência nas práticas criminais é a sobreposição dos mercados ilícitos, ou seja, a do mercado de drogas e de “mercadoria política”.

Souza (1995; 2005; 2008) analisou o tráfico de drogas e as escalas supralocais, organizações, redes e o subsistema I-E-A (importação, exportação e atacado), a partir das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. O autor já havia realizado uma síntese que tratava deste tema a partir da definição acerca do conceito de território. Por fim, ele faz uma abordagem sobre o medo generalizado e a militarização da questão urbana na cidade do Rio de Janeiro, utilizando o termo “Fobópole” para tratar da violência urbana e dos conflitos armados que envolviam policiais e traficantes durante o processo de pacificação de favelas, tornando o medo difuso sobre a metrópole carioca.

Por outro lado, Zaluar (1995; 1996; 1997; 2004) realizou estudos antropológicos que partiram de uma abordagem a partir do interior das favelas. A autora foi capaz de interpretar o cotidiano dos moradores das favelas e a relação deles com o tráfico de drogas. Ela investigou, também, a participação de jovens na organização interna dos comandos, identificando as posições estratégicas utilizadas por eles diante dessa atividade (vapores, olheiros, fogueteiros, soldados etc.), definida por ela como “integração perversa”.

No contexto da violência urbana, são cada vez mais comuns problemas que resultaram de tal processo, como: o aumento dos homicídios, sequestros, atentados, assaltos e roubos. De certa forma, eles têm algum tipo de relação com o crime organizado e, direta ou indiretamente, com o narcotráfico. Em destaque, pode-se colocar as características do crime organizado: ilegalidade, formação de redes, a movimentação de grandes somas de dinheiro, a corrupção de policiais e políticos e a cooptação de pessoas.

É o “crime negócio”, como aponta Zaluar (1999, p. 67); esta autora considera o crime organizado como um novo tipo de crime relacionado ao contrabando de armas e de drogas, redes de escambo entre mercadorias roubadas e o tráfico de drogas. Além disso, baseado na lógica da acumulação capitalista, recruta jovens

pobres para trabalhar neste negócio, o qual é altamente lucrativo e mundialmente importante – em termos financeiros – devido a grandes somas de dinheiro envolvido.

Castells (1996) discute que, nas últimas décadas, as organizações criminosas vêm estabelecendo cada vez mais operações transnacionais, aproveitando-se da globalização econômica e de novas tecnologias de comunicação e transportes. Para este autor, a estratégia utilizada consiste em instalar suas funções de gerenciamento e produção em áreas de baixo risco, as quais detêm relativo controle do meio institucional. Dessa forma, volta-se a atenção às áreas com demanda mais afluyente, de modo que possam cobrar preços mais elevados. O narcotráfico apresenta-se enquanto um fenômeno bastante complexo e de difícil monitoramento, por isso Santana (1999, p. 101) o define como uma “empresa transnacional dedicada ao tráfico de drogas ilegais que não paga impostos e gera os maiores lucros”. São justamente esses lucros que tornam a economia do narcotráfico altamente competitiva dentro de esquemas envolvendo lavagem de dinheiro, por exemplo.

Sendo assim, ao expandir seus interesses econômicos e políticos, os grupos desenvolvem-se e tornam-se mais ramificados, aumentando o próprio mercado e o número de aliados. Além disso, engajam-se normalmente em outras atividades criminosas, tais como: o tráfico de pessoas e de órgãos, assassinatos, sequestros, a fim de preservar a própria segurança e a de seus negócios. Esse desenvolvimento faz dos grupos verdadeiras empresas de crime organizado, que possuem agências políticas e econômicas próprias (MANWARING, 2007).

Para Calderón (2014), o continente latino-americano está imerso em um contexto internacional que favoreceu um tipo de conflito não tradicional, fazendo com que a América Latina recebesse o impacto de ameaças em relação à segurança. Em particular, a região é fortemente afetada pelo tráfico de drogas que se espalhou pela virulência acentuada desde o início dos anos de 1990, concomitantemente com a expansão da globalização, aumentando o alcance e a importância das redes de tráfico.

A acumulação de capital ou geração de riquezas em virtudes do “negócio” ilícito das drogas estabelece um conjunto de possibilidades que desafiam a integridade territorial e política dos países latino-americanos que enfrentam essa problemática. Em relação ao papel que o Brasil exerce diante do contexto do narcotráfico internacional e aos impactos desse processo em território brasileiro,

Procópio Filho e Vaz (1997) destacam três fatores básicos necessários para o Brasil atentar-se em relação às dimensões dos problemas relacionados ao narcotráfico.

O primeiro conceito aborda a relevância política e econômica que o tema assumiu no cenário internacional e regional. As drogas, ao afetarem todos os países e projetarem-se no território brasileiro, levam importantes parceiros, particularmente, os Estados Unidos e a União Europeia, a desenvolverem políticas que, tanto o governo, como diferentes segmentos da sociedade brasileira, incitaram-se a posicionar-se.

Já no segundo, para os autores, o narcotráfico associou-se e pôde nutrir-se das mudanças e dos problemas que acometem a sociedade brasileira, como, por exemplo, o enfraquecimento do Estado, o aumento do desemprego, do subemprego como incremento e diversificação da economia informal em todo o país. Vale ressaltar que há uma deterioração da condição econômica e social da população, como a marginalização crescente de segmentos sociais no processo de desenvolvimento e o intenso crescimento dos centros urbanos, os quais são processos que se atrelam às drogas e aos elevados índices de criminalidade.

Por último, os estudiosos afirmam que há a incorporação de camadas populares no mundo do consumo de drogas, principalmente reservado às pessoas de classes média e alta. Sem esquecer que há o deslocamento do narcotráfico para as cidades de médio porte no interior dos Estados do Sudeste e do Centro-Sul do país. Neste trabalho, não é de menos importância o relato de fatos que testemunham a incapacidade ou inoperância do próprio Estado no cumprimento da maioria das suas funções básicas em matéria de prevenção e repressão, permitindo o alastramento da corrupção, disseminada nas esferas pública e privada.

Por outro lado, assim como o processo produtivo em que empreendimentos lícitos estão inseridos, a mercadoria comercializada no tráfico ilegal de drogas também atravessa diversas fases de produção e, além disso, o próprio mercado como um todo está sujeito às dinâmicas políticas e econômicas do cenário internacional e baseado na lógica da oferta e da demanda. Dessa forma, com a intensificação dos fluxos de bens de consumo, de pessoas e de capital acarretada pela globalização, principalmente a partir da década de 1970, o tráfico internacional de drogas, seguindo a ordem política e econômica vigente, também se globalizou (PROCÓPIO FILHO; VAZ, 1997, p. 99).

Sabe-se que os efeitos “perversos” da globalização do narcotráfico legitimam uma ordem imposta que fragiliza as estruturas governamentais dos Estados.

Nas fontes do crime global, existem organizações enraizadas nacional, regional e etnicamente, a maioria ostentando uma longa história, relacionada à cultura de países e regiões específicas, com sua ideologia, códigos de honra e mecanismos de filiação e comprometimento. Tais organizações solidamente fundadas na cultura do país não desaparecem nas novas redes globais. Ao contrário, a formação de redes em escala global permite que as organizações criminosas tradicionais sobrevivam e prosperem, à medida que escapam aos controles de um determinado Estado em momentos difíceis [...] (CASTELLS, 1996, p. 206).

Isso ocorreu em países da América Latina, a exemplo da Comunidade Andina, em especial, Bolívia, Colômbia e Peru, locais onde as economias estão fortemente misturadas à economia do narcotráfico, uma vez que os Cartéis do tráfico de drogas se fortaleceram em momentos de crises econômicas vivenciadas por esses países, estabelecendo, então, fortes relações institucionais com os governos. Ainda que esteja ocorrendo o enfraquecimento dos grupos, é impossível, por enquanto, desvincular a economia desses países ao mercado ilícito das drogas. O maior exemplo trata-se da Colômbia, onde a máfia é fortemente vinculada aos cartéis de droga. Esses cartéis promovem operações em muitos países e possuem organizações que lidam com os aspectos políticos, militares e jurídicos dos cartéis; os mais importantes são o Cartel de Cali, Medellín e o Norte Del Valle.

Existem outros exemplos dessas organizações mafiosas, que surgiram e se fortaleceram diante dos olhos dos Estados, como a Yakuza (Japão), na qual seus membros estão envolvidos em esquemas de proteção forçada, importação ilegal de pornografia sem censura da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA), casas de prostituição e imigração clandestinas. Ou, ainda, a Tríade (China), que incide de muitas organizações criminosas que têm bases na China, Malásia, Hong Kong, Taiwan, Cingapura, dentre outros. Esse grupo possui atuação também em cidades norte-americanas como Nova Iorque e Los Angeles, praticando crimes como roubos, assassinatos por encomendas, tráfico de drogas, falsificação de moeda e pirataria.

Castells (1996), em “O Poder da Identidade”, é bastante enfático ao afirmar que em todos os países e todas as regiões, as quadrilhas e redes de quadrilhas estão agora cientes da chance de se conectarem a redes mais amplas de atividades nesse submundo que marca presença dominante em muitas comunidades, cidades e regiões, sendo capazes, até mesmo, de adquirir a maior parte dos bens de alguns países pequenos, tais como a ilha de Aruba, próximo à costa da Venezuela.

Para Santana (1999, p. 101),

O primeiro aspecto global do narcotráfico é a distribuição territorial de suas atividades. Enquanto o cultivo e a colheita das plantas utilizadas como matéria-prima ocorrem em alguns países latino-americanos e asiáticos, as rotas destinadas ao transporte das drogas envolvem outros países e o consumo do produto em si se dá em um terceiro território. O tráfico internacional de drogas se mostra estreitamente alinhado ao sistema capitalista global, uma vez que adota a atual Divisão Internacional do Trabalho.

Por isso, o narcotráfico deve ser considerado uma ameaça transnacional à segurança dos territórios dos países que conectam as ações geoestratégicas dos grupos criminosos, que ao imporem estratégias de materialização das redes ilegais, criam territórios sobre a organização da economia do crime. Santana (1999) aponta para o fato de que o principal mercado consumidor para a droga latino-americana são os EUA e, em menor escala, a Europa. Contudo, o narcotráfico não abarca apenas o país fornecedor e o consumidor. Por se tratar de uma atividade ilegal, busca, na verdade, uma diversidade de rotas para que as drogas cheguem ao destino esperado. Com isso, países vizinhos dos produtores e consumidores são inseridos nesta dinâmica, seja na produção da droga, seja em seu tráfico.

Nesse sentido, a inserção de países e a seleção de mão de obra são essenciais para que a droga obtenha o seu destino final. No caso da América, ressalta-se que o destaque maior está para a produção de cocaína, visto que os maiores produtores de coca estão localizados na América do Sul; nesse caso, os países Andinos. Por causa disso, surgiu a necessidade em tornar determinados lugares bases ou “nós” da trama das redes ilegais do tráfico internacional de drogas.

Assim, Castells (1996, p. 210) fala que:

A partir dessas bases locais, nacionais e étnicas, fundadas na identidade e baseada em relacionamentos interpessoais de confiança/desconfiança (que se impõe, naturalmente, por força de metralhadoras), as organizações criminosas atuam em uma ampla gama de atividades. O tráfico de drogas é o principal negócio, a ponto de se concluir que a questão da legalização talvez seja a maior ameaça que o crime organizado tenha de enfrentar. Mas elas podem confiar na falta de visão política e na moralidade distorcida de sociedades que não se permitem ao âmago da questão: a procura rege a oferta.

Santana (1999, p. 102-103) ainda destaca que:

Outro fator que contribui para a globalização do problema do tráfico ilegal de drogas é a tecnologia. Os avanços tecnológicos do sistema capitalista global, por tornarem cada vez mais fácil a projeção de novas drogas e o acesso à informação por meio da internet, auxiliam o desenvolvimento desta empresa ilícita.

As bases locais são importantes para que toda esta relação consiga fazer com que o comércio de entorpecentes seja realizado e o avanço tecnológico apresente os instrumentos que deem suporte a toda estrutura organizacional dos mecanismos de funcionamento das redes ilegais.

Pode-se, então, afirmar que o narcotráfico apresenta riscos de diversas naturezas para a soberania dos Estados nacionais, especialmente nos países da América. Ele é um risco em potencial para a ordem jurídica, política e social destes países; sobretudo, em função de os maiores produtores de cocaína (países andinos) e o maior mercado consumidor dessa droga (EUA) estar localizado neste continente. Com isso, os respectivos governos enfrentam a ameaça interna e transnacional dos grandes cartéis responsáveis pela produção, distribuição e territorialização do narcotráfico. O objetivo dos cartéis da droga é extrair lucro das transações comerciais que envolvem o tráfico de drogas e a expansão do comércio global de entorpecentes, que permitiu com que, ao longo do tempo, os cartéis fossem fortalecidos, estendendo relações para outros territórios.

Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2005, p. 60):

Ainda que a ligação entre agravamento das condições sociais e aumento dos circuitos econômicos ilegais não deva ser hipostasiada, essas redes de comércio e de poder funcionam também como espécies de válvulas de escape diante do crescente desemprego e da precarização do trabalho, e encontram-se plenamente associadas à expansão do capital financeiro globalizado. Economia desregulamentada, “Estado mínimo”, precarização crescente do emprego, endividamento e especulação financeira generalizados formam um campo fértil para a proliferação de redes ilegais de economia e de poder.

Pode-se, também, buscar compreender o crescimento do narcotráfico internacional pelo viés da globalização-fragmentação, pois muitas áreas geográficas que estão precárias em função da perversidade sistêmica da internacionalização do sistema capitalista apresentam potencial de materialização da economia do crime.

Embora muito antigo em termos históricos, o tráfico de drogas mobiliza hoje um contingente de pessoas e um montante de recursos inéditos há história. Não há país na face da Terra que não esteja, de uma forma ou de outra,

articulando na sua teia de poder. As facilidades de deslocamento e transporte no atual período técnico-científico promoveram um incremento substancial nas atividades do chamado “narcotráfico” e sua globalização (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 63).

A estrutura organizacional do narcotráfico, ao vincular-se às estruturas formais da economia global e à estrutura institucional do Estado, acaba passando despercebida, e como já ressaltado, torna-se um “inimigo invisível”. Com a globalização, segundo Castells (1999), simultaneamente, as atividades criminosas e organizações ao estilo da máfia de todo o mundo também se tornaram globais e informacionais, propiciando os meios para o encorajamento de hiperatividade mental e desejo proibido, juntamente com toda e qualquer forma de negócio ilícito procurado pelas sociedades de armas sofisticadas à carne humana.

Sobre as regiões “excluídas”, Haesbaert e Gonçalves (2005) expõem que são justamente algumas áreas mais “excluídas” (nesse caso, aparentemente excluídas) dos circuitos da globalização que usufruem de melhores condições para a produção da droga. Este cenário é propiciado pela mão de obra extremamente barata e vulnerável, facilidade de controle (pela presença fraca do Estado ou em função de Estados corruptos) e condições físicas adequadas.

Em regiões de favelas – ou periferias inchadas das grandes metrópoles, ou ainda em áreas geográficas que apresentem milhares de camponeses pobres – o crime organizado encontra um terreno bastante fértil, sobretudo para a obtenção de mão de obra barata e descartável. O recrutamento obedece ao esquema da divisão técnica e social do trabalho, o qual vai desde o plantador de coca até o atravessador, passando pelos beneficiadores nos laboratórios e soldados do tráfico.

Rodrigues (2004), ao pesquisar sobre o narcotráfico, teve como objetivo tratar das principais questões que são apontadas sobre o tema nas políticas internacionais de proibição às drogas. Nesse sentido, ele faz uma análise do narcotráfico no mundo e a política de proibição, dando maior destaque para a região latino-americana. O autor, do mesmo modo, enfatizou a formulação da doutrina da “guerra às drogas” idealizada pelos EUA e as formas de operação das organizações criminosas da Bolívia, Brasil e Colômbia.

Sobre a produção, para Arbex Junior (2005, p. 24), “em termos bem amplos, por exemplo, a produção de cocaína é principalmente na Amazônia (Colômbia, Bolívia e Peru), a de ópio e derivados na Ásia central (Afeganistão) e as drogas

sintéticas nos Estados Unidos e na Europa”. É dessa forma que se encontra a divisão internacional do trabalho em relação ao tráfico de drogas, destacando a importância da região amazônica para o narcotráfico de cocaína. Miyamoto (2009) aponta onde a questão do tráfico de drogas, certamente, tornou-se um dos maiores problemas para os países, não apenas consumidores, mas também aqueles considerados rotas e produtores. O comércio de drogas é visto como o segundo negócio mais rentável do mundo, depois da indústria de armamentos.

Na análise de Haesbaert e Porto-Gonçalves (2005), verifica-se, do ponto de vista econômico, que o espaço mundial é caracterizado por maior flexibilidade e certa horizontalidade nas relações entre empresas e regiões. Ao mesmo tempo, os processos de globalização, na fase atual de globalização neoliberal, acentuam brutalmente as desigualdades, a exclusão e/ou segregação socioespacial (com índices crescentes de desemprego) e a exploração (com reintensificação do trabalho escravo, por exemplo). A onda de privatização neoliberal que hoje começa a ser contestada levou a uma mercantilização desenfreada que atinge os mais diferentes domínios da vida humana e inclui a expansão dos circuitos ilegais: tráficos de toda ordem que incluem o próprio tráfico de crianças e de órgãos.

Nos trabalhos de Arbex Junior (2005), ele aponta para o fato de que os estudos apresentados por especialistas indicam que grupos mafiosos, tradicionalmente limitados às próprias regiões, começaram a se associar, provavelmente, no final dos anos de 1980, com o objetivo de estender sua influência internacional, acompanhando a globalização econômica. A conjuntura da globalização dos mercados, a maior fluidez dos capitais por meio da internacionalização do sistema financeiro, a aceleração dos meios de transportes e a revolução das telecomunicações desenharam uma realidade altamente propícia para o avanço acelerado do narcotráfico, atividade que apresenta extraordinários níveis de rentabilidade.

A estrutura do crime organizado passou a ter um caráter transnacional, ao passo que mecanismos de policiamento e repressão preservaram – e ainda preservam – um caráter nacional. Isso assegurou às organizações criminosas uma grande capacidade de burlar as leis criadas pelos Estados nacionais, relativamente morosas e muitas vezes limitadas por antigas convenções internacionais (ARBEX JUNIOR, 2005).

Segundo o Relatório Mundial Sobre Drogas de 2014, apresentado em Viena pelo Escritório das Nações Sobre Drogas e Crime (UNODC), aproximadamente 243 milhões de pessoas, o que corresponde a 5% da população mundial com faixa etária de 15 a 64 anos de idade, já usaram algum tipo de droga ilícita em 2012. Ainda segundo a UNODC (2014), ocorreu uma queda na disponibilidade global de cocaína em função da queda de sua produção durante o período de 2007 a 2012. Entretanto, o uso de cocaína ainda permanece elevado na América do Norte, mesmo tendo diminuído desde 2006. Além disso, a UNODC ainda destacou o fato de que no caso da América do Sul e da África tem aumentado o uso de cocaína devido à expansão do narcotráfico por esses continentes, assim como o aumento do poder de compra tornou alguns países asiáticos vulneráveis ao uso da droga.

A ameaça transnacional do tráfico de drogas é, sem dúvida, alguma espécie de “inimigo invisível” que coloca em risco a soberania dos Estados nacionais. A característica empreendedora dessa atividade econômica ilícita, ao se fortalecer, consegue ampliar sua escala de atuação em níveis locais, nacionais e internacionais. Nas palavras de Rodrigues (2012, p. 7), “a inquietação causada por essa prática proibida é intensa porque ela é apresentada como um inimigo sem rosto, uma força potente e difusa difícil de ser localizada e que se oculta como um animal artiloso”.

O tema sobre soberania dos Estados nacionais e o narcotráfico vem, nas últimas décadas, tentando buscar esforços em prol da tentativa de acordos multilaterais que possam aparecer cada vez mais de forma significativa nas agendas políticas e reuniões de cúpulas dos Estados. Este, portanto, é um tema cada vez mais requisitado, sobretudo em função de se enquadrar na categoria de “novas ameaças” à segurança hemisférica.

Assim,

Não é, todavia, tão fácil que os Estados americanos estabeleçam uma agenda comum de segurança para o Hemisfério, haja vista, que as agendas nacionais de segurança são diferentes entre si. Um dos pontos em comum a essas agendas é a defesa do direito soberano que os Estados possuem de definir suas prioridades de segurança e suas estratégias para enfrentá-las (PAGLIARI, 2006, p. 31-32).

Ressalta-se que este mecanismo de combate ao narcotráfico apresenta ressalvas em função da possibilidade de conflitos, no que diz respeito à própria

soberania dos Estados nacionais. A política trata de um conjunto de países ou gestão compartilhada de conflitos, não obedecendo à ordem de apenas um país, encontrando-se aí uma questão política a ser resolvida que dificulta a execução dessa proposta. Outra ameaça à soberania dos Estados nacionais trata-se dos cartéis do tráfico de drogas, como já mencionado neste trabalho, pois esses grupos e seus atores sociais envolvidos nesta atividade ilegal objetivam o máximo possível de lucro, o que garante o crescimento e a expansão das atividades desenvolvidas pelos grupos, muitas vezes corrompendo as instituições legais do Estado.

Dessa forma, destaca-se que:

Como maiores produtores de coca, estão os países da América do Sul. A sua configuração administrativa e política e o favorecimento de oportunidades para investimentos em larga escala provindos de integrantes do mundo do crime organizado, componentes ativos da economia local, exercem marcante influência na estrutura do narcotráfico internacional. Nesse cenário, a Colômbia ocupa a posição de maior relevo em relação às organizações criminosas voltadas exatamente para o negócio das drogas, até mesmo pelo quase monopólio sustentado pelos seus cartéis, em toda a região do continente, sobre a produção e distribuição da droga (FERRO, 2009, p. 541-542).

Souza (2005) chama atenção para o fato de que a dinâmica econômica e sociopolítica de numerosas cidades brasileiras vem sendo influenciada crescentemente pela presença do tráfico. Este não é, por conseguinte, uma realidade meramente 'marginal' e, portanto, não pode ser encarado como um tema 'exótico', pois trata-se de algo cada vez mais 'normal' e relevante, cujos efeitos se fazem sentir cotidianamente e nos mais diferentes setores da vida social, sobretudo nas metrópoles.

Como ressalta Moraes (2006), o tráfico de drogas varejista que ocorre na maioria das cidades brasileiras e, mais notadamente, em sua periferia, reflete e reproduz práticas e ideologias da sociedade contemporânea e do sistema capitalista. Neste sentido, é possível verificar que as relações entre a sociedade e esta atividade tida hodiernamente como ilícita são mais profundas.

Para Souza (2005), a vinculação com a economia ilegal ocorre sobre a base de uma racionalidade econômica, aplicada à luz da realidade social de um país marcado por uma proverbial desigualdade de oportunidades. Esse elo liga-se, notadamente, ao acesso a bons empregos no setor formal da economia e não por qualquer 'desvio moral' ou 'inclinação patológica do crime'.

Campos (2005, p. 85) ressalta que “as favelas, sendo um dos pontos de maior importância no esquema de venda de drogas, se justificam amplamente à medida que, apesar de se constituir um ilícito penal, representa uma maior circulação de renda no interior dessa estrutura espacial”.

Já Morais (2005), em sua tese, demonstrou a partir de uma análise empírica que o fenômeno das “drogas” foi interpretado de forma equivocada pelo poder público desde a virada do século XIX para o século XX no Brasil. Entretanto, esta concepção equivocada gerou políticas públicas ineficientes e danosas e por isso o autor sugere medidas para o aperfeiçoamento da política pública brasileira para as drogas.

Ele chama atenção para o fato de que:

A “guerra às drogas” tem sido vitoriosa politicamente, tanto em termos de popularidade quanto de inserção em metas governamentais. No entanto, essa vitória não tem se convertido em benefícios práticos, como redução do número de prisões relativas às drogas, redução da violência relacionada ao tráfico, redução da disponibilidade de drogas, elevação do preço da droga e redução do consumo de drogas. Dado este fracasso, a legalização tem adquirido credibilidade intelectual e cognitiva, mas não o suficiente para se libertar dos riscos contidos em previsões do futuro. Ou seja, não se tem como garantir que o principal risco da legalização - a elevação do consumo - seria menos danoso do que os atuais problemas derivados da criminalização das drogas (MORAIS, 2005, p. 253).

Tem-se uma necessidade urgente em se fazer um debate envolvendo o tema da legalização X criminalização das drogas como forma de se compreender os riscos do presente e do futuro e considerar o que seria mais proveitoso em termos de redução dos riscos.

Segundo Morais (2005), o uso e o tráfico de maconha e cocaína podem gerar problemas como vício, morte precoce, improdutividade e gastos hospitalares, e estão relacionadas a atividades criminais. Estes problemas assumem dimensões mais exaltadas quando a opinião pública e o Estado são mais intolerantes à diversidade de comportamentos e quando se ignora que o uso de drogas geralmente não suprime os constrangimentos sociais impostos aos membros das sociedades.

Contudo, a tese de Rocha (2012) analisa as trajetórias e contradições que determinam o cotidiano de adolescentes que são explorados como “mulas” na rota internacional do tráfico de drogas existente no Estado do Paraná, região de fronteira Brasil – Paraguai. O relevante trabalho da autora mostra evidências de que as rodovias são utilizadas como rota para o tráfico de drogas internacional proveniente

do Paraguai, que fornece 80% da maconha consumida no Brasil. Portanto, o estudo buscou entender o funcionamento do tráfico de drogas conhecido como “formiguinha” numa região de fronteira e como se dá a exploração da força de trabalho de adolescentes nesta atividade.

Rocha (2012) desenvolveu como metodologia a pesquisa documental em relatórios e matérias jornalísticas acerca da produção de maconha no Paraguai, da existência de rota de tráfico internacional no estado do Paraná e os indícios de que os grupos criminosos ocupam aquela região. A autora faz uma observação importante sobre o uso de fontes jornalísticas e sobre os relatórios da ONU, pois:

[...] o uso de fontes jornalísticas pode trazer limitações e pouca confiabilidade, porém, na ausência de pesquisas acadêmicas que problematizam de forma direta a questão da rota de tráfico existente no Paraná, vimos a necessidade da utilização de notícias midiáticas como fontes primárias. Além dessas fontes buscamos em relatórios da *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), conhecido em português como Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, que também é bem polêmico por conta do papel que os organismos da Organização das Nações Unidas desempenham na América Latina e no mundo, questão que problematizaremos no texto. De qualquer forma, os documentos mostram o potencial de produção de *cannabis* do Paraguai, confirmando que este país fornece de 60 a 80% da maconha utilizada no Brasil, sendo essa informação essencial para a compreensão do objeto de estudo (ROCHA, 2012, p. 27-28).

A autora chama a atenção para uma questão importante, ou seja, a carência ou os poucos trabalhos produzidos sobre determinadas ações do narcotráfico que levam os pesquisadores deste tema a construírem uma metodologia que muitas vezes se torna referência para outros trabalhos. Porém, uma pesquisa deste porte deve buscar na pesquisa de campo os principais elementos empíricos que tornam o problema plausível de uma análise crítica e reflexiva.

No Brasil, torna-se necessária a preocupação com as implicações do narcotráfico sobre as instituições políticas, econômicas e sociais, visto que o Relatório do Escritório das UNODC (2013 e 2014) aponta para um crescimento do consumo de cocaína no país. De certa forma, essa situação é favorecida pela localização geográfica, pelo aumento do poder de consumo no país e pela conectividade existente entre organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), com cartéis Colombianos, por exemplo.

Eles tornam-se, então, uma espécie de empresa multinacional do tráfico de drogas, com mecanismos e estruturas de poder bem consolidadas e com atores que exercem funções bem definidas e espaços de atuação delimitados, obedecendo aos comandos hierárquicos. O nível de integração de um cartel pode se tornar uma ameaça à soberania dos Estados, sobretudo quando o seu nível de organização passa a controlar territórios fragmentados, ou com a presença precária do Estado, quando essas áreas serão apoderadas pelas organizações criminosas.

O narcotráfico torna-se, nesse sentido, um elemento fortalecedor desses grupos, pois quanto mais eles se fortalecerem economicamente, maior será a sua capacidade em adquirir influência sobre as questões políticas e econômicas dos países. Além disso, sua capacidade organizacional de se organizar em redes aparentemente descontínuas torna-se uma verdadeira ameaça à capacidade de regulação e controle por parte Estado-nação.

A geopolítica do narcotráfico nas Américas ocorre pela relação que envolve o Sul produtor e o Norte consumidor, embora nos últimos anos venha aumentando o consumo nos países Sul-Americanos. O narcotráfico no continente baseia-se em três tipos de drogas, comercializadas não apenas na região, mas, no mundo: cocaína, maconha e opióides. Assim, todo o continente está, de certa forma, à mercê dos feitos das redes ilegais, com maior ou menor nível de organização.

O continente latino-americano está imerso em um contexto internacional que favoreceu um tipo de conflito não tradicional, e a América Latina recebe o impacto de várias ameaças de segurança. Em particular, a região é fortemente afetada pelo tráfico de drogas, que se espalhou para a virulência acentuada desde o início dos anos de 1990, concomitantemente com a expansão da globalização, que aumentou o alcance e a importância das redes de tráfico (CALDERÓN, 2014).

A acumulação de capital ou geração de riquezas em virtude do “negócio” ilícito das drogas estabelece um conjunto de possibilidades que desafiam a integridade territorial e política dos países latino-americanos que enfrentam essa problemática.

A coca, enviada primariamente para cerca de dez milhões de consumidores norte-americanos e europeus, continua a provir exclusivamente dos Andes. Especificamente, a produção da folha dividia-se, em 2007, entre Colômbia (55% da área cultivada), Peru (30%) e Bolívia (16%) (UNODC, 2008, p. 7). Embora esses países detenham, de fato, um monopólio virtual do cultivo de coca, os governos de

países da região como Equador e Venezuela relataram a ocorrência de plantio em pequena escala em seus territórios (UNODC, 2012). Esses dados apresentam o papel crucial dos países Andinos na produção da coca, o que justifica a preocupação dos EUA no combate ao narcotráfico em outros territórios, a exemplo do Plano Colômbia (1996), visto que o grande mercado consumidor norte-americano se tornou alvo de cobiça dos grandes cartéis do tráfico de drogas.

Alguns estudos foram realizados em relação ao narcotráfico na Amazônia, como os trabalhos de Machado (1996; 1998; 2000), Procópio Filho (1997) e Couto (2014), dentre outros que já apontavam para uma reflexão sobre o papel do Brasil no contexto do narcotráfico. Considerado como uma área de trânsito da cocaína de origem Andina em direção aos mercados europeus e africanos, hoje também chama a atenção para fato o de que se apresenta enquanto um mercado consumidor em potencial, o que reflete em ações de facções ou comandos⁴ que se territorializaram nas metrópoles brasileiras.

É preciso considerar a presença cada vez maior do crime organizado no Brasil. Relatórios da UNODC (2011, 2012 e 2013) apontaram para o crescimento do mercado interno no país e isso justifica a necessidade de fortalecer a organização do tráfico de drogas internamente e suas conexões globais. Tal fato, por outro lado, força o Estado a realizar mudanças nas políticas de combate ao crime organizado.

A conjunção destes fatores continua a gerar condições propícias para a expansão do narcotráfico, fazendo com que o País deixe de ser apenas uma rota privilegiada do narcotráfico internacional, tal como tradicionalmente se fez acreditar. O Brasil processa, importa e exporta vários tipos de drogas. Tornou-se importante centro de produção e de consumo, além de fornecer novas drogas alternativas para os mercados interno e externo e de se ter constituído em mais uma peça da engenharia do crime do narcotráfico internacional. Assim, rapidamente cresce a importância do País no comércio internacional de drogas. Aumentam então, no cenário mundial, as expectativas quanto ao seu papel no enfrentamento do mesmo (PROCÓPIO FILHO; VAZ, 1997, p. 76).

Talvez a maior dificuldade brasileira no combate ao tráfico de drogas esteja na dimensão territorial de sua extensa fronteira. Somado a isso está a localização privilegiada do país para os narcotraficantes, que se encontra próxima aos principais produtores de coca, além da posição geográfica estabelecer a área de trânsito

⁴ São exemplos de comandos ou facções criminosas que hoje estão territorializadas em cidades brasileiras, inclusive comandando presídios, facções, como: Comando Vermelho do Rio de Janeiro, Primeiro Comando da Capital de São Paulo e Primeiro Comando do Norte do Amazonas.

praticamente obrigatória para a distribuição de cocaína em direção à Europa e África. O Brasil também se caracteriza enquanto um território de refúgio para traficantes em fuga de países vizinhos, fornecendo os principais materiais químicos para o beneficiamento de pasta de base.

Destaca-se que no Brasil, no que diz respeito ao mercado consumidor da droga, consome-se a maconha produzida no Paraguai e a cocaína oriunda da Bolívia; essas drogas entram no país transportadas por pequenos aviões, caminhões, carros, por pequenas e grandes embarcações. Ressalta-se que ocorre a produção interna de maconha, sobretudo a cultivada na região Nordeste, mas com crescente participação do estado do Pará na região amazônica. Com isso, o Brasil se apresenta como uma peça estratégica para a transnacionalização da economia do narcotráfico.

Todavia, é importante compreender a organização espacial e territorial do narcotráfico no Brasil e os mecanismos e estratégias de conexão com o circuito da produção, distribuição e consumo do mercado de drogas ilícitas que sustentam as redes e os cartéis do crime organizado, atuantes em diversas escalas. A tentativa de compreensão desse processo passa pela análise do contexto da região amazônica, ou seja, a estrutura organizacional do tráfico de drogas na região se apropria de características peculiares que lhe são concedidas.

A região amazônica, sobretudo a brasileira, enfrenta um grave problema no que diz respeito às atividades ilícitas. O território é “bombardeado” pelas redes do narcotráfico, ligadas às organizações criminosas situadas nos países andinos, ou seja, nos maiores produtores de cocaína do mundo (Bolívia, Colômbia e Peru). Essa “invasão” desafia os limites da fronteira brasileira e deixa como resultado um impacto negativo no território, tendo forte influência na política, na economia e na cultura do país. Nesse contexto, a região vive uma situação extremamente complexa, constituída de redes de relações, conflitos e sinergias entre atores locais, nacionais e internacionais que vão para além das fronteiras, envolvendo grandes empresas estatais e privadas (tanto nacionais quanto internacionais), com forte presença do governo federal se comparado aos governos municipal e estadual (MACHADO, 2002).

Destaca-se, também, que o tráfico de drogas se apresenta como um dos principais problemas da Amazônia da Colômbia, Bolívia e Peru, sendo também um problema da Amazônia de países como a Venezuela, Equador e, principalmente, da

Amazônia brasileira. O Brasil e a região exercem um papel importante para o circuito global das redes, sobretudo na faixa de fronteira com os países Andinos (Peru, Bolívia e Colômbia) que se destacam enquanto corredor de entrada dos fluxos de drogas ilícitas.

Com isso, estabelece-se um novo cenário de conflitos na região e de preocupação do governo brasileiro. Assim, a questão surge como um objeto de preocupação do Estado em relação à defesa do território. São novas dinâmicas territoriais em redes na Amazônia, especialmente organizadas, que não respeitam os limites do território nacional e suas relações vão para além das fronteiras brasileiras.

O narcotráfico na Amazônia, neste início de século, destaca-se como uma das mais significativas e preocupantes ameaças à segurança nacional. Organizado em redes, ele cria estruturas de poder que conectam local e global nas relações transnacionais do comércio de drogas ilícitas, em que estas redes criam a todo o momento novas dinâmicas organizacionais as quais surgem a partir de necessidades voltadas para ampliar as suas atividades operadas sobre e a partir dos territórios.

O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global; já não podemos falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, os inúmeros fluxos de todos os tipos de intensidades e direções são necessários para falar sobre os circuitos espaciais da produção. Essas seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção, até chegar ao consumo final (SANTOS, 1988).

Diante desta lógica citada pelo autor acima, entendemos que a Amazônia brasileira se torna importante para o tráfico internacional de drogas. Cidades da região são incorporadas pelas redes ilegais e passam a desempenhar a função de subespaços conectados a partir de estruturas espaciais que são territorializadas e que compõem toda a organização da economia do crime, desde os produtores/beneficiadores até os principais mercados.

Este mundo interconectado estabelece uma instantaneidade das informações e obedece a uma ordem global que se sobrepõe sobre a ordem local, que não seria possível sem a existência das redes técnicas as quais dão vida e sentido para a fluidez que o espaço geográfico adquire. A técnica se constitui enquanto um elemento importante para a escolha das cidades pelos narcotraficantes, pois garante

os canais de comunicação que promovem toda a ordem ou desordem na região amazônica.

Na região amazônica, Belém mantém posição estratégica para o narcotráfico, pois se destaca por ter uma periferia inchada e dispersa, possibilitando a expansão do comércio intraurbano de cocaína. Essa comercialização alimenta as organizações criminosas e fortalece economicamente os narcotraficantes que estão em posições importantes em relação à hierarquia que essa atividade cria enquanto organização.

Couto (2014) analisou a relação entre as redes ilegais do narcotráfico na Amazônia com a territorialização de grupos ligados ao tráfico de drogas na periferia de Belém, o que definiu como “territorialização perversa” em função de a integração à economia do crime reproduzir uma lógica de reprodução da violência urbana para manter o domínio do território. Partindo de forte base empírica associada aos trabalhos de campo, pesquisa etnográfica, análise documental e bibliográfica, o autor descreveu como a metrópole de Belém foi incorporada às redes, apresentando as estratégias de dominação político-econômica e simbólico-cultural do tráfico de drogas a partir de dois bairros periféricos da cidade.

Segundo Martin (1995, p. 36):

As alterações e mudanças em andamento estão modificando o sentido e o funcionamento da economia capitalista. Assim, a convergência de tecnologias distintas, especialmente computação, telecomunicações e processamento da informação, está ampliando a flexibilização organizacional e produtiva de negócios de todos os tipos e tamanhos.

Nesse contexto, o narcotráfico destaca-se enquanto um “negócio” altamente lucrativo que acompanha o funcionamento do sistema capitalista.

As redes ilegais apropriam-se até mesmo das bases legais do Estado e atuam de diversas formas. Na Amazônia, associam-se a outros crimes, como o contrabando, a biopirataria e o tráfico de armas. Segundo Smith (1994, p. 68):

Os processos de globalização estão permitindo maior integração e capacidade de interconexão entre estados e localidades. Esses processos refletem em uma multiplicidade de ligações e interconexões nas quais eventos, decisões e atividades em uma parte do globo podem acarretar importantes consequências em lugares bastante distantes dessas ações.

É desta forma que ocorre no espaço urbano da metrópole de Belém, onde bairros periféricos de uma ponta a outra envolvem toda a cidade no contexto do tráfico de drogas. Esses bairros, que surgiram em função dos processos de ocupação espontânea, hoje garantem a organização estrutural do narcotráfico, e é a partir deles que são criados os territórios.

Propõe-se, aqui, apresentar uma interpretação que não aparece na ideia central dos trabalhos sobre o narcotráfico que foram brevemente apresentados nesta revisão da literatura, ou seja, uma perspectiva de abordagem teórico-empírica que não fez parte da pesquisa destes diversos autores. Portanto, a diferença desta tese em relação a estes trabalhos apresentados brevemente é que ela explica, de forma analítica, a sobreposição de territórios ou territórios sobrepostos, definidos aqui, como *narcosobreposição* que se dá na metrópole a partir das relações de poder do narcotráfico, considerando, também, os micropoderes e a morte como uma política demarcadora de territórios de sujeitos que se beneficiam do tráfico de drogas.

De certo, no espaço urbano de Belém, o crescimento econômico do narcotráfico acabou por justificar a necessidade de configuração de territórios que apresentam relações de poder, geometrias e relações multiescalares. Desvendar essas territorialidades tornou-se algo fundamental para uma interpretação mais precisa acerca desta problemática que é considerada urbana. Ao levar em conta os efeitos socioespaciais nas cidades – sobretudo nas grandes metrópoles, seja em Belém, ou em outra cidade de qualquer região do Brasil – o tráfico de drogas causará de alguma forma outras implicações que levarão a manifestações de conflitos sociais na disputa pela dominação ou apropriação do território.

Assim, o narcotráfico busca em áreas estratégicas a forma mais eficaz para a sua atuação. É uma atividade que impõe lógicas de organização, pois desconsiderar os seus efeitos sobre a produção do espaço ou sobre a constituição de territórios seria negligenciar toda a geografia imposta pelo próprio tráfico de droga. Por isso, torna-se salutar buscar explicações sobre os diversos tipos de territorialidades que ele impõe, principalmente nas grandes cidades brasileiras. Territórios em redes ou em zonas, contínuos ou descontínuos que impõem todo e qualquer tipo de ordem considerada “estranha” aos mecanismos de segurança do Estado.

3.2 O território e a territorialidade em uma perspectiva das relações de poder

O território é uma categoria estudada por várias áreas do conhecimento, tais como Antropologia, Biologia, Ciência Política, Economia e Sociologia, mas é na Geografia que esta categoria vai encontrar um campo bastante fértil de discussões e reflexões, especialmente na Geografia Política. É na compreensão dos fundamentos que se compõe as relações de poder as quais moldam não apenas a sociedade, mas também o espaço produzido, o qual se torna território a partir de um campo de forças resultantes destas relações.

Nas últimas décadas, a Geografia tem se preocupado em explicar as diversas manifestações de poderes que constituem territórios, não se restringindo apenas à análise macro dos processos políticos. Ela se preocupa, também, em explicar as diversas formas de construção de territórios a partir daquilo que Foucault (1979) definiu como micropoderes, para explicar o conjunto de relações que constroem o exercício do poder.

Alguns geógrafos se debruçaram em um esforço teórico na tentativa de apresentar uma definição concreta para a categoria território, definições que passaram pelas questões políticas, econômicas, sociais e culturais e que norteiam as relações de poder na sociedade. Por isso, têm-se vários conceitos que ora se complementam, ora entram em contradição, mas todos eles têm como base analítica o “poder em estado puro”.

O sentido etimológico de “território” deriva do termo latim “terra” e corresponde ao termo *territorium*. De acordo com Bailly (1992), este se constrói pela adição à terra do sufixo *torium*, que designa o lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir; território, lugar da terra, âmbito terrestre localizado. O que se enfatiza com o sufixo é o sentido de localização; do termo original, é a localização de uma determinada porção do espaço envolvendo superfície, formas e limites.

Diversos teóricos fizeram um esforço em definir o conceito de território, no qual a consistência de sua definição se dará a partir do nascimento da Geografia Política na Alemanha durante a segunda metade do século XIX, sobretudo, na fase imperialista da Europa em direção da Ásia e da África.

A relação da Geografia com os projetos de dominação imperialista dos Estados Europeus apresenta uma condição desconfortável, levando a várias críticas e questionamentos sobre o real significado da Geografia para a ciência. Ratzel na Alemanha e Humboldt na França justificavam a espacialização do poder de seus Estados sobre o território dos outros, deixando bem claro os projetos políticos que estavam sobre o discurso desses pensadores. Foi o poder dos Estados de dominação que criaram a *geopolitik* ou geopolítica alemã, idealizada por Ratzel (MORAES, 2007).

Segundo Moraes (2007), Ratzel (1993) foi o grande precursor da definição de um conceito de território. Para este teórico, a fundamentação do território estava baseada nos interesses do Estado, o que pode ser explicado, segundo Raffestin (1993), pelo próprio contexto histórico de Ratzel. Na época, a Alemanha do século XIX estava atrelada ao contexto Hegeliano, ou seja, Ratzel (1993) racionaliza e dá ao Estado sua significação espacial, teorizando-o “geograficamente”.

Os estudos realizados pelos Ratzelianos tinham forte relação com as políticas ideológicas expansionistas do Estado, além de uma grande influência naturalista, cujo tema é predominante nos trabalhos de Ratzel (1993). Por isso, estes estudos levaram à marginalização da temática territorial nas discussões da academia, pois a categoria território estava limitada na esfera das estratégias geopolíticas dos Estados-nações.

De acordo com Gottman (1973), se o território é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização, ele tem duas funções principais: a) servir de abrigo, como forma de segurança; b) servir como trampolim para oportunidades. Segundo Saquet (2007), segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território, bem como relações externas, de poder e dominação. Assim, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes.

As transformações históricas que passaram a repercutir a partir dos anos 60 do século XX chamaram a atenção para a necessidade de rever o conceito de território. Era preciso levar em consideração outras relações de poder que se manifestavam no espaço. Com isso, a categoria território reapareceu na geografia crítica e, com ela, diversas análises sobre o seu significado e conceito – não ligados apenas à ação do Estado-Nação em si, mas a partir do entendimento de que diversos atores sociais – compõem o espaço com várias territorialidades que se

manifestam em práticas culturais simbólicas, políticas e econômicas, exprimindo relações de poder que diversas vezes fogem à regra do Estado maior.

Com isso, ele desvinculou-se da visão “estadocêntrica”, passando a ser analisado também por meio de outras variáveis da Geografia Humana, como as categorias de lugar, região e espaço vivido. Porém, o conceito de território, embora muitas vezes polêmico, terá sempre como base de interpretação a apropriação do espaço por um determinado grupo, ou seja, é a apropriação/dominação⁵ que dá sentido ao território.

Entretanto, é importante, que haja uma preocupação de cunho metodológico e que não se confundam as categorias espaço e território, ambas da Geografia, mas que também são estudadas por outros campos científicos. Sabe-se que território e espaço são categorias diferentes, embora tenham uma relação que as aproximem. Observa-se que sempre aparecem confusões em termos conceituais destas categorias, que resultam em definições precipitadas de alguns cientistas sociais.

Para Raffestin (1993, p. 58):

O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume apenas a uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação.

Assim, o espaço seria a “prisão original” e o território a “prisão que os homens constroem para si”. Nesse sentido, o território seria o “espaço por excelência, o campo de ação dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 59). O espaço é o “local de possibilidades, a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a quaisquer práticas que serão o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

Raffestin (1993) define o espaço como um conjunto de possibilidades para as ações de determinados atores, a partir do qual se forma o território: resultado de

⁵ Estas duas concepções acerca do conceito de território podem ser encontradas em Haesbaert (2004). Aqui neste trabalho elas representam definições que tem um valor conceitual importantes para os estudos sobre o narcotráfico, pois a apropriação no sentido simbólico-cultural, tem como característica as relações simbólicas que são construídas a partir de relações cotidianas do tráfico de drogas e que tem nas gírias, nas roupas, nas músicas ouvidas, nas danças e nas pichações e seus códigos, as formas mais representativas da presença do crime. Por outro lado, a dominação no sentido político-econômico, surge a partir das relações de poder, onde tem-se as formas mais perversas de controle e violência para fins de comercialização da droga em “bocas” ou “pontos” de vendas espalhados pelos bairros.

uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Esse ator, por conseguinte, define um campo para sua ação que não corresponde necessariamente ao “espaço”, mas um espaço especificamente construído pelo ator, o qual comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema carregado de significados.

Para este autor, o espaço e o território não são termos equivalentes.

O território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço [...] O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja, energia e informação e que por consequência revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Para Raffestin (1993), o território é um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema semântico. Ele destaca que do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território e que toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamento, traduz-se por uma “produção territorial” que em sistemas de tessituras, de nós e redes organizadas hierarquicamente, permite assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, permitindo, dessa maneira, realizar a integração e a coesão dos territórios.

O autor dá certo destaque para a atuação das redes sobre o território. As redes aparecem como possibilidades de manifestação simbólica e de controle da área de interesse dos agentes. Territórios fragmentados se encontram por meio de nós que compõem a teia de relações sistematizadas pelos fluxos manifestados. Todo território está sujeito a conflitos, a disputas pela sua conformação, ou seja, todo poder ameaçado pode manifestar algum tipo de resistência por meio de conflitos, pelo uso da força, pelas guerras, ou até mesmo pelo uso legítimo da violência.

Partindo do pressuposto de que o território se fundamenta, essencialmente, no exercício das relações de poder sobre o espaço, as relações têm sido historicamente concretizadas de acordo com as particularidades de cada grupo

social. Nesse sentido, Souza (1995) avança em relação à visão de território proposta por Raffestin (1993).

No texto “o território sobre o espaço e poder: autonomia e desenvolvimento”, o autor Marcelo Lopes de Souza dá início ao texto a partir de uma citação da obra “A Arte da Guerra”, de Sun Tzu. Naquele tempo, já havia uma preocupação em conhecer justamente o território, pois para Sun Tzu quando se tem o conhecimento profundo sobre os territórios, os objetivos tendem a ser alcançados e o oponente será derrotado.

A conformação da batalha do terreno é de grande importância nas batalhas. Assim sendo, apreciar a situação do inimigo, calcular as distâncias e o grau de dificuldades do terreno, quanto à forma de se poder controlar a vitória, são virtudes do general de categoria. Quem combate com inteiro conhecimento destes fatores vence, de certeza, quem o não faz é certamente derrotado (SUN TZU apud SOUZA, 1995, p. 77).

As guerras foram essenciais para que a geografia tivesse o conceito de território associado a uma espécie de expansão do poder do Estado. A visão estadocêntrica negava todo e qualquer tipo de manifestações de poder em uma escala menor. Por isso, houve esta necessidade em propor uma reflexão mais precisa e coerente com as diversas manifestações das microrrelações de poder que fazem parte da história da sociedade. Além disso, considerar a relação entre identidade e espaço é ter a projeção dos aspectos culturais do território, assim como as relações econômicas dão sentido a uma outra abordagem do conceito.

Para Souza (1995, p. 78), “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O autor deixa claro que a questão primordial em seu trabalho não é apresentar quais são as características geológicas e os recursos naturais de certa área, mas o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações efetivas e de identidade entre um grupo social e o seu espaço. Isto é visto porque territórios existem e são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais das mais diferentes e que podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica ou cíclica, portanto, não se reduz à escala do território nacional ou do Estado.

Tem-se, assim, o território sobre uma perspectiva geográfica que o vê sobre múltiplas manifestações das relações e poder, enquanto que a territorialidade, na

abordagem de Ratzel, estava muito mais ligada à escala do território nacional. Ou seja, uma territorialidade do Estado-nação naturalizada, assim como na abordagem de Raffestin (1993).

Souza (1995, p. 86) destaca ainda que:

outra forma de abordar a temática da territorialidade mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um deslocamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território. Aqui, o território será um campo de forças, uma teia de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (o de fora, os estranhos, os outsiders).

É importante, também, destacarmos que Souza (1995) chama a atenção para o fato de que vários tipos de organizações espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir diante de nossos olhos, sem que haja uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com os seus atributos materiais e o território enquanto um campo de forças.

Os territórios, assim,

[...] podem, [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de século ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (SOUZA, 1995, p. 87).

Nesse sentido, o autor destaca alguns exemplos de territorialidades flexíveis existentes nas grandes metrópoles modernas, tais como os territórios da prostituição feminina ou masculina, que se concentram nas áreas de obsolescência ou “espaços deteriorados” dos grandes centros comerciais. Isso demonstra o caráter cíclico desse tipo de territorialização e cria uma identidade territorial que pode ser considerada apenas relativa, muito mais funcional do que efetiva, pois seus limites territoriais são instáveis devido à mobilidade existente.

Contudo, não é que apenas exista quase sempre, é uma superposição de diversos territórios com formas e limites não coincidentes, mas que, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes (SOUZA, 1995).

Em relação às críticas que Souza (1995) faz a Raffestin (1993), vale dizer que os dois autores concordam ao afirmarem que o espaço é anterior ao território. Porém, segundo Souza (1995), há um problema no trabalho de Raffestin (1993), pois “[...] este autor incorre no equívoco de “coisificar”, “reificar” o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material – vale dizer, o espaço social” (SOUZA, 1995, p. 96).

Também contrariando Raffestin (1993), neste trabalho, parte-se do princípio, de que o espaço é constituído pela sociedade, resultado da materialização do trabalho humano, das transformações da primeira natureza em natureza artificializada ou objeto geográfico, com símbolos, sentidos e significados atribuídos pelo homem a partir das relações sociais difundidas cotidianamente. Além disso, naturalizar o espaço é uma forma de negligenciar a existência de uma natureza livre das ações devastadoras do homem, enfim, esta perceptiva corre o risco de empobrecer o conceito e confundir a análise.

Para Souza (1995, p. 97);

Raffestin não chega a romper com a velha identificação do território com o seu substrato material, ou seja, com aquela espécie de “hipostasiamento” a que se fez alusão no título esta seção (p. 97). A diferença é que Raffestin não se restringe ao “solo pátrio”, ao *boden ratzeliano*. Essa materialização do território é tanto mais lamentável quando se tem em mente que Raffestin pretendeu desenvolver uma abordagem relacional adequada à sua Geografia do poder, entendida de modo frutiferamente mais abrangente do que como uma Geografia do Estado. Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial (sem sombra de dúvidas pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si.).

A definição do conceito de território, segundo a interpretação dos dois autores, acaba passando pelo exercício do poder ou por suas relações. Mesmo diante das críticas de Souza (1995) a Raffestin (1993), há um campo de forças que está presente em ambas análises. Ou seja, uma analítica do poder, a partir de suas relações intrínsecas à sociedade sobre o espaço.

É importante frisar que o poder, em geografia, passou por várias interpretações que foram manifestadas em relação à sua classificação. Ele já foi definido enquanto a capacidade de se exercer domínio por meio do binômio

ordem/obediência, ou até mesmo, apresentando-se também como uma espécie de mecanismo de controle social e repressão exercido pelo Estado.

Outro importante pensador que teorizou sobre a definição da categoria foi o geógrafo Milton Santos, a partir do texto “O retorno do território”, no qual, segundo ele:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1998, p. 137).

Nestes termos, de acordo com Santos (1998), caminhamos, ao longo do século, da antiga comunhão individual dos lugares com o universo à comunhão hoje global, ou seja, a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território. É claro que Milton Santos está se referindo ao contexto da globalização na qual impõe uma interdependência dos lugares e uma crescente internacionalização dos mercados graças ao advento das técnicas; mais precisamente, este quadro se consolida com o advento do “meio técnico científico e informacional” (SANTOS, 1997).

Sendo assim, para Santos (1995, p. 137):

Nesse longo caminho, o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e do Século das Luzes à era da valorização dos recursos chamados naturais.

Para Santos (1998), o território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, moldava-o. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. Acerca desta transnacionalização, pode-se assim afirmar que ela é reflexo da globalização econômica, com fortes implicações na política e na cultura dos Estados nacionais.

Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, território “estatizado”, hoje tudo não é estritamente “transnacionalizado”. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno (SANTOS, 1998, p. 138).

Essa forma de abordagem sobre o conceito de território na concepção miltonsantiana passa também pela definição de que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1998, p. 38).

A partir dessa realidade é que se encontram hoje no território novos recortes, além da velha categoria região, ou seja, resultado da nova construção do espaço e no novo funcionamento do território, considerando as horizontalidades e verticalidades. Assim, as horizontalidades seriam os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS, 1998).

A globalização dá novos sentidos e novos significados ao conceito de território, pois hoje tem-se territórios transnacionais. Portanto, torna-se imprescindível partir de uma interpretação que também considere não apenas os fixos presentes sobre o espaço, mas também a dinâmica dos fluxos os quais, conectados a partir de pontos, reforçam esta funcionalidade que, por muitas vezes, torna-se híbrida, pois as relações verticais partem de um número diverso de sujeitos.

Por isso, Santos (1998, p. 138) destaca que “[...] a ideia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: a noção de rede”. Seria, então, essa a forma mais comum de pensar os territórios: em redes, diante do processo de globalização ou de transnacionalização dos lugares.

Desse modo,

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (SANTOS, 1998, p. 139).

A noção de territórios em redes, na obra de Milton Santos, está afinada ao conceito de horizontalidades e verticalidades. Segundo ele:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas (SANTOS, 1998, p. 139).

Santos (1998) é categórico ao afirmar que antes do enfraquecimento atual do Estado Territorial, a escala da técnica e a escala da política se confundiam, porém, na atualidade essas duas escalas se distinguem e se distanciam. Por isso mesmo, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território.

Portanto,

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidades se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS, 2001, p. 19).

O que o autor deixa claro é a sua insistência em definir o território a partir de seu uso, ou seja, “o território usado”, mesmo ele destacando que num sentido mais restrito o território é um nome político para o espaço de um país. Para o autor, a existência de um país pressupõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. “Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território” (SANTOS, 2001, p. 19).

A partir desta linha adotada pelo autor, segundo Santos (2001), impõem-se a noção de “espaço territorial”: um Estado, um espaço, mesmo que as “nações” sejam muitas. Esse espaço territorial está sujeito a transformações sucessivas, mas em qualquer momento os termos da equação permanecem os mesmos: uma ou mais nações, um Estado, um espaço.

Portanto,

O que interessa discutir então é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria (SANTOS, 2001, p. 21).

A partir desta breve análise sobre a perspectiva miltonsantiana de *território*, pode-se perceber uma série de inquietações acerca deste conceito. Em primeiro lugar, o autor não considera as relações de poder que definem o “território apropriado”, ou como ele coloca, o “território usado”; elas ficam subtendidas, mas a partir de uma lógica econômica e da globalização. Em segundo lugar, há uma confusão que envolve o conceito de espaço que, por diversas vezes, é tido como sinônimo de território, embora a proposição fosse apresentar uma diferença entre estes conceitos.

Por fim, há de se considerar, também, que embora essa vinculação direta e exclusiva do território ao controle estatal teria sido ultrapassada pela contemporaneidade, porém não fica clara – na proposição apresentada – a nova delimitação espacial que substitui a escala nacional (MORAES, 2013).

Para além das críticas, é importante, além disso, atribuir ao geógrafo Milton Santos o valor que o território adquire diante de uma perspectiva de um mundo como possibilidade ou de uma globalização mais humana, pois o território, hoje, é também vetor de transformações e resistência a uma globalização perversa a qual é imposta a toda sociedade. O território, nestes termos, é também protagonista das possibilidades que podem levar a uma consciência universal, proposta por Milton Santos em “por uma outra globalização”. Há um distanciamento das concepções de Milton Santos em relação aos trabalhos de Raffestin (1993) e Souza (1995), como se pode perceber, porém Santos (1995) também concorda com a ideia de que o espaço é anterior ao território.

O mundo contemporâneo encontra-se diante de um intenso processo de globalização/fragmentação do espaço, ao mesmo tempo em que vê emergirem movimentos nacionalistas e regionalistas de cunho separatistas que redefinem o sentido de região e, por conseguinte, o de território. O território passa a ter um valor não apenas relacionado ao enraizamento de um grupo ou até mesmo ao exercício do poder legitimado pelo uso da violência, mas também adquire um significado

simbólico ou cultural que é expresso pelos vários grupos sociais que compõem o espaço em sua totalidade.

Torna-se necessário, assim, ter o conhecimento das diversas territorialidades que são instituídas por seus agentes. Nesse sentido, Haesbaert (2002) parte do princípio no qual ele identifica uma multiterritorialidade que reúne três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os “aglomerados de exclusão”.

Para Haesbaert (2002), nos territórios-zona, prevalece a lógica política; nos territórios-rede, prevalece a lógica econômica; e nos aglomerados de exclusão, ocorre uma lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas (ou de inclusão precária). Mas,

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos”, como o território-rede (HAESBAERT, 2002, p. 38).

É justamente a partir da perspectiva de Haesbaert (2002; 2004; 2014) acerca da definição de território que se tem o modelo conceitual proposto pela tese aqui defendida. O seu objetivo é analisar como as relações de poder do narcotráfico configuram uma sobreposição de territórios na metrópole de Belém-Pa, pois é a partir dos territórios que se tem uma teia de relações em redes que redefinem as características destes, difundindo também a lógica da regulação e do controle por meio da violência.

Assim, surge uma rede de relações que se combinam de forma muito mais complexa com os fluxos materiais e imateriais⁶ e que aparecem enquanto substrato material dos processos de territorialização dos diversos sujeitos que compõem o espaço. Configuram-se, assim, territórios descontínuos ou fragmentados, ou então superpostos.

Na formação do território-rede, o controle ou a influência sobre a área está, muitas vezes, distante do ponto de vista físico, mas muito mais próximo do ponto de

⁶ O narcotráfico trabalha com dois tipos de fluxos, ou seja, os materiais e os imateriais, em que o primeiro se dá a partir da distribuição das drogas que são comercializadas e atingem as diversas escalas (local, regional e global), já o segundo trata dos fluxos de informações entre traficantes e cidades que estão sobre o efeito das redes, além disso, há as transações no mercado financeiro para fins de lavagem de dinheiro e que atinge uma escala global. O recurso financeiro do narcotráfico também alimenta o tráfico de armas e de pessoas sendo reconhecido, portanto, como uma “nova ameaça” do século XXI.

vista relativo, às vezes mais próximo do que o próprio aparelho do Estado. Por outro lado, o território-zona obedece à lógica da contiguidade mediada pelas relações horizontais que dão a ideia de proximidade física, ou seja, é a territorialidade absoluta, com os seus limites definidos.

Haesbaert (2004) destaca que embora os conceitos de território e territorialidade sejam centrais para a Geografia, pelo fato de estarem relacionados à espacialidade humana, os termos não são de uso exclusivo desta ciência, pois eles aparecem também como tradição em outras ciências. Porém, cada uma das abordagens está de acordo com as suas perspectivas.

[...] Enquanto o geógrafo tende a enfatizar materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-se no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-se até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004, p. 37).

Em se tratando do território, a sua apropriação/dominação, segundo Haesbaert (2004), pode ser definida a partir de duas dimensões: a primeira seria a sua dominação político-econômica e a segunda seria a apropriação simbólico-cultural.

Acrescenta-se, também, outra reflexão acerca destes termos, que se prefere chamar de “territorialização perversa”⁷, uma vez que reúne os elementos simbólicos, políticos e econômicos que estão constituídos sobre os territórios a partir do contexto da violência.

Na primeira dimensão, o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do estado. Porém, ao

⁷ O termo “territorialização perversa” foi definido a partir da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado intitulada Narcotráfico na metrópole: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém, trabalho que foi defendido em 2009 no programa de Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. Contudo, percebeu-se que esta perspectiva que inicialmente tratava de enxergar os territórios do narcotráfico, também pode ser sugerida em estudos sobre a territorialidade de redes de imigração clandestinas, prostituição, terrorismo, etc.

mesmo tempo, o território é visto como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho. A segunda dimensão, apropriação simbólico-cultural, prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, na qual o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2002). Esta é a visão integradora do autor a partir destas duas dimensões.

Haesbaert (1997) destaca que é possível admitir que existam identidades apenas se partimos da concepção de espaço produzido, de territorialização enquanto um processo de reprodução social que engloba uma dimensão concreta e simbólica, inventada e manipulada pelos interesses de grupos econômicos e políticos que conseguem tornar mais eficazes esses símbolos em suas estratégias de controle e acumulação para a dominação/apropriação.

Dentro de uma perspectiva das territorialidades, Haesbaert (2004) acrescenta outra forma de abordar esta temática, pressupondo não propriamente um deslocamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilidade da visão do que seja o território, em que representa um campo de força, ou uma teia, ou rede de relações sociais, que, a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade.

Badie (1995) aponta duas realidades: uma intrínseca, introvertida, mais estável, baseada nos laços políticos construídos pelos cidadãos e definida numa perspectiva mais zonal, com superfícies delimitadas. Já a outra, mais extrovertida, baseada em fidelidades móveis, instáveis desenraizadas, articuladas por meio de fluxos que rompem limites.

Estes fluxos, por sua vez, vão caracterizar a dinâmica dos territórios-rede, voláteis, flexíveis e não sujeito aos limites demarcadores que definem onde começa e onde termina a influência de determinado grupo que se territorializa. De acordo com Massey (1993, p. 157), “diferentes indivíduos e grupos sociais estão situados de formas distintas em relação aos fluxos e interconexões, definindo o espaço a partir de uma teia complexa de relações de dominação e subordinação, de solidariedade e cooperação”. A autora prossegue e chama a atenção de que:

Diferentes grupos sociais têm distintas relações com esta mobilidade igualmente diferenciada; alguns são mais implicados do que outros; alguns iniciam fluxos e movimentos, outros não; alguns mais na extremidade receptora do que outros; alguns estão efetivamente aprisionados por ela (MASSEY, 1993, p. 61).

Para Santos (1996, p. 219), a fluidez, operada por intermédio das redes, “não alcançaria as consequências atuais, se, ao lado das inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulação”. Nesses termos, pode ser entendida a atuação de diferentes atores sociais, que se territorializam, definindo pontos estratégicos no espaço, de forma que estes nexos ou pontos sejam inseridos na organização vertical das redes. Para Raffestin (1993), pode-se definir, portanto, o sistema territorial em tessitura (limites), nós (pontos que mobilizam a posição dos atores) e redes (sistema de linhas que desenham tramas), que o autor preferiu chamar de “invariantes territoriais”.

Com isso, as redes assegurariam o controle do espaço e o controle no espaço, por meio de uma função circulação-comunicação, em que, quer se trate de uma coisa ou de outra, os atores estariam sempre diante de uma trama que designa os caminhos que, articulados aos nós, projetam suas ações e determinam o “desenho” de sua territorialidade.

Tanto Santos (1996) como Raffestin (1993) não ignoraram o aspecto social da rede, pois ambos consideravam que é adequado “decifrar a rede por meio de sua história e do território na qual estão instaladas, por meio dos modos de produção, que permitem a sua instalação, e das técnicas que lhe deram forma” (RAFFESTIN, 1993, p. 208).

Haesbaert (2004, p. 301) afirma que territorializar-se hoje é:

[...] a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes. Como vimos, elas jamais são completamente desmaterializadas, estão sempre, de uma forma ou de outra, desenhando materialmente territórios, novos territórios com uma carga muito maior de imaterialidade, é verdade, mas nem por isso “não-territoriais”. As referências espaciais se difundem por todo o canto, e o espaço/território é assim dotado de uma carga simbólica inédita, criando-se e recriando-se imagens espaciais muitas vezes na própria velocidade e volatilidade imposta pela lógica do mercado.

Assim, as territorialidades também ocorrem de forma a organizar os espaços dos fluxos orientados pelas redes, ou seja, redes territorializantes ou territorializadas ou territórios-rede. A apropriação/dominação do espaço geográfico mediante as relações de poder, considerando-se também as vertentes econômicas e culturais desse processo, nos chama a atenção para a necessidade de se compreender também a sobreposição de territórios. Por isso, tão pertinente se torna este conceito

para os estudos das relações sociais. Mas, é importante também reconhecer a relevância das redes para a organização espaço-territorial.

Ainda sobre as territorialidades, Sack (1986) vai defini-la como a tentativa de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que, por meio de suas ações, controlam, influenciam pessoas, fenômenos e relações, sendo o espaço, portanto, um mediador da correlação de forças entre eles. Este autor analisa a territorialidade humana debatendo a sua concepção em diferentes escalas e dimensões, como: no nível do lar, do local de trabalho e de tribos indígenas. Para Sack (1986), a territorialidade é um meio indispensável do poder, do nível pessoal ao internacional, o qual pode ser efetuado de diferentes maneiras.

Podemos dizer, então, que a territorialidade humana implica em um controle sobre um espaço no qual se exerce o poder de controlar pessoas e recursos. Segundo Sack (1986), a noção de territorialidade é uma qualidade necessária para a definição de um território, o qual se incorpora ao espaço quando este mede uma relação de poder. Assim, a fronteira e o controle do acesso são atributos fundamentais na definição de territorialidade. Mas Sack (1986) destaca que nem toda relação de poder implica necessariamente em uma territorialidade. Ela é a base do poder, mas segundo ele, há também o não território, pois nem toda relação significa dizer que é territorial ou cria uma territorialidade.

Outra importante definição sobre a territorialidade está em Raffestin (1993, p. 161), para quem a "territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade". Para ele, a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo, reafirmando seu caráter de relação entre diferentes atores, a partir de identidades, demarcadas ou não, pois:

[...] Seria fácil mostrar que a imagem da noção de limite é quase universal em todos os tipos de práticas e de conhecimentos. Definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implicam a noção de limite: é preciso delimitar. [...] Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Não se pretende aqui desconsiderar a relevância da dimensão política do território, sobretudo considerando-se os trabalhos de Raffestin (1993) e Sack (1986), autores que dão bastante ênfase a esta dimensão, considerando-a melhor do que qualquer outra perspectiva, ou seja, aquela que responde mais ao conceito de território. Para Raffestin (1993, p. 60), "O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos".

Ou ainda, territorialidade, a grosso modo, pode ser, na abordagem territorial (SAQUET, 2004), um conceito fundamental para compreender o processo de territorialização, formação de territórios, enfim, da vida diária que acontece e manifesta-se econômica, política e culturalmente, e das relações que existem entre estas dimensões sociais do território e seus componentes naturais, externos à vida orgânica do homem (SAQUET, 2005).

Como estratégia geográfica de controle de uma área, as políticas territoriais de posse da terra variam em diferentes contextos sociais. "A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social" (SACK, 1956, p. 5). Este é o meio de ligação entre a sociedade e o espaço, além de ser uma forma para compreender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo. Enfim, cada sociedade produz relações singulares e arranjos territoriais específicos. Entende-se que a existência de determinado território ocorre por conta do controle que cada indivíduo ou sociedade exerce sobre o mesmo (SAQUET, 2005).

Nesse sentido:

[...] não só as localizações e distâncias assumem importância na organização do espaço como também a formação das redes de circulação e comunicação. O poder é exercido por autoridades nas famílias, nas associações, no mercado, nas instituições, nas nações e significa influência ideológica e vigilância. Há regulação social em diferentes níveis espaciais, uma administração do espaço através do exercício do poder (SAQUET, 2015, p. 35).

A citação acima de Saquet (2015) destaca fundamentalmente a importância do termo "exercício do poder". Ele se torna um termo com uma variedade de significados, visto que está envolvido pelos elementos que compõem as estruturas sociais, constituindo um campo de forças criado pelas relações sociais cotidianas, as quais apresentam constantes conflitos de grupo em constantes buscas pela manutenção de tal exercício. Pode-se dizer que o termo "exercício do poder" possui significado bastante complexo, visto que abarca elementos de uma relação que

envolve as estruturas sociais, e por isso, manifestam-se desde uma microescala, até uma macroescala, caracterizando uma relação multiescalar.

Assim, “a territorialidade poder ser entendida como uma base de poder de um determinado grupo ou agente sobre determinada área, como ‘estratégia espacial’ de controle dos recursos e das pessoas, pelo controle da área” (COUTO, 2014, p. 49-50). Com isso, vale destacar a contribuição da Geografia em relação ao breve debate aqui apresentado, considerando-se a importância destas definições sobre território e territorialidade para se pensar inclusive nas relações sociais da vida cotidiana.

Por fim, as diversas manifestações de poder sobre o espaço e sobre a sociedade são formas de constituição de territórios. Sejam concepções políticas, econômicas ou culturais, a delimitação do território se dá pelo “exercício do poder”. Além disso, embora todas as abordagens e definições acerca do conceito de território sejam pertinentes para este trabalho, como já ressaltado, preferiu-se opinar pela perspectiva conceitual de Haesbaert (2002; 2004) dialogando com os trabalhos de Michel Foucault, para se chegar a uma definição de territórios que possa ter uma interpretação daquilo que se preferiu definir como “*narcosobreposição*”, ou seja, a visão empírica do fenômeno do narcotráfico a partir de uma abordagem conceitual que compreenda também as suas redes de regulação e controle a partir dos bairros periféricos da metrópole de Belém.

3.3 As redes e o território

As redes se destacam como elementos importantes que compõem a dinâmica de reestruturação do espaço e, por conseguinte dos territórios. Nesse sentido, na produção da economia-mundo, elas aparecem como elementos de manutenção das “ordens” e, também, das “desordens” espaços-territoriais, impostas sobre as diferentes formas de organização social que resultam na sobreposição de poderes, e, por conseguinte, de territórios em redes ou territórios-redes, considerando as relações multiescalares.

Desse modo, pode-se definir o termo “rede” – de forma genérica – como um conjunto de objetos ou de pessoas que, a partir de um contexto de conexão, permitem a circulação de fluxos materiais e imateriais dependentes das relações que por elas são estabelecidas e que seguem regras e normas. Por outro lado, pode-se

também procurar definir este termo a partir de uma linguagem geográfica, na qual a rede seria um conjunto de lugares dispersos na superfície terrestre, contudo, interligados entre si e, por isso, essenciais para o funcionamento dos fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e principalmente, informações. Portanto, eles são materiais e imateriais e estabelecem relações políticas, culturais e econômicas, produzindo espaços e criando territórios (COUTO, 2014).

As redes acompanham o processo de evolução da humanidade, obtendo agora alcance e posição privilegiada no campo das Ciências Sociais e, por isso, o termo adquiriu várias definições e significados. Todavia, na medida em que avança a revolução científica e tecnológica, o termo torna-se mais complexo e adquire novos sentidos. Por este motivo, torna-se imprescindível uma análise dos territórios a partir das redes. Para Santos (1979, p. 139):

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

Diante desta concepção, pode-se também atribuir as noções de posição e extensão, considerando, sobretudo, os “nós” e as “malhas” que conectadas promovem o funcionamento do sistema, ou seja, típicos de uma abordagem geográfica.

Para Raffestin (1993, p. 204), “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando-o território: tanto libera quanto aprisiona. É o porquê de ser o instrumento, por excelência, do poder”. Este autor apresenta uma dimensão que considera as relações de poder que as redes impõem e legitimam como mecanismos de controle e dominação, portanto, tornando-se territórios, ou territórios-redes.

Corrêa (1995, p. 107) faz a abordagem do tema a partir das redes geográficas que para ele seriam “um conjunto de localizações geográficas interconectadas” entre si, “por um certo número de ligações”. De forma bem didática, o autor dá uma importante contribuição acerca do conceito de redes, considerando, sobretudo, o atual período da globalização que dá condições essenciais para se pensar em um mundo em rede.

Outra abordagem importante é a de Dias (1995, p. 154). Segundo ela:

Toda história das redes técnicas é a história de inovações que, umas após as outras, surgiram em resposta a uma demanda social antes localizada do que uniformemente distribuída. Com a ferrovia, rodovia, a telegrafia, a telefonia e finalmente a teleinformática, a redução do lapso de tempo permitiu instalar uma ponte entre lugares distantes: doravante eles serão virtualmente aproximados.

Corroborando com a ideia de Dias (1995), autores como Graham e Marvin (1996, p. 8) apontaram que:

O determinismo tecnológico é comum em todos os setores e pesquisas, uma vez que mudanças urbanas atuais e futuras são frequentemente assumidas e determinadas pelas mudanças tecnológicas por meio de um simples mecanismo de causa e efeito, existindo o que chamam de “mito do determinismo tecnológico”.

Milton Santos aponta que as redes são técnicas e sociais, ou como ele denomina, sociotécnicas. Para ele, “a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica. Ela alcançaria as consequências atuais se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas formas de ação” (SANTOS, 1996, p. 219). Diante disso, “as definições e conceituações se multiplicam, podendo admitir que se enquadre em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, na qual é também levado em conta o dado social” (SANTOS, 1996, p. 262).

Com isso,

As redes são, pois, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas. É comum, aliás, que a mesma matriz funcione em duplo sentido. Os vetores que asseguram à distância a presença de uma grande empresa são, para esta, centrípetos, e, para muitas atividades preexistentes no lugar de seu impacto, agem como fatores centrífugos (SANTOS, 1996, p. 278).

O autor destaca que a “rede global é a forma do espaço”, é a fluidez do efeito das reestruturações sobre as fronteiras, a qual é sua principal característica. Assim, o lugar onde a rede organiza sua ação arrumadora do território é um agregado de relações ao mesmo tempo internas e externas. Atuam aqui a contiguidade e a nodosidade. A contiguidade é o plano que integra as relações internas em uma única unidade de espaço, nesse caso, horizontalidade. Já a nodosidade é o plano que integra as relações externas com as relações internas da contiguidade, nesse caso, verticalidade. Cada ponto local da superfície terrestre será o resultado desse

encontro entrecruzado de horizontalidade e de verticalidade (SANTOS, 1996). Não deixando de perceber que as ações de regulação e controle “estão presentes em todas as estratégias desencadeadas pelos atores para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (RAFFESTIN, 1993, p. 200).

“As redes são vetores da modernidade e também da entropia. Mundiais, veiculam um princípio de ordem, uma regulação a serviço dos atores hegemônicos na escala planetária. Locais, essas mesmas redes são portadoras de desordem” (SANTOS, 1998, p. 57). Por outro lado, segundo Castells (1999, p. 497), “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica das redes modifica, de forma substancial, a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. Nesse sentido, o autor define rede como “um conjunto de nós interconectados”, sendo o nó “o ponto no qual uma curva se entrecorta”. Para ele, “o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos” (CASTELLS, 1999, p. 498).

Carregadas de intencionalidades espaciais, as redes nem sempre são democráticas, igualitárias e libertadoras. Elas impõem lógicas de dominação, controle e ilegalidade, promovem desordens necessárias ao seu funcionamento e são importantes para as relações que ajudam a criar territórios alternativos ao controle do estado e sua normatização. É imperativo analisar a relação entre as redes e o território, visto que elas, no atual período da história da humanidade, aparecem como instrumento de manipulação, poder e controle da sociedade e, portanto, são elementos fundamentais para entender as atuais configurações territoriais dos sujeitos que compõem o espaço (COUTO, 2014).

Para Haesbaert (2004, p. 149), a rede seria o “espaço organizado a partir de relações sociais que priorizam a mobilidade e a fluidez, por meio de linhas ou dutos e polos ou nós (conexões), necessários à dinâmica dos fluxos (materiais ou imateriais) que o fundamenta”. Assim, as redes assumem um papel bastante dinâmico no mundo contemporâneo, ou seja, o de enraizar e fixar pontos estratégicos que promovam determinada configuração territorial que demonstre, de alguma forma, o poder que elas detêm, pois:

A estruturação de uma sociedade em rede não é, obrigatoriamente, sinônimo de desterritorialização, pois em geral significa novas territorializações, aquelas em que o elemento fundamental na formação de territórios, a ponto de quase se confundir com eles, é a rede (HAESBAERT, 2004, p. 279).

Uma outra contribuição acerca do conceito de redes está na obra de Pierre Musso (2004), na qual apresenta uma filosofia das redes. Segundo ele:

Hoje, a noção de “rede” é onipresente, e mesmo onipotente, em todas as disciplinas; nas ciências sociais, ela define sistemas de relações (redes sociais, de poder [...] ou modos de organização (empresa-rede, por exemplo); na física, ela se identifica com a análise dos cristais e dos sistemas desordenados (percolação); em matemática, informática e inteligência artificial, ela define modelos de conexão (teorias dos grafos, cálculos sobre rede, connexionismo[...]); nas tecnologias, a rede é a estrutura elementar das telecomunicações, dos transportes ou da energia, em economia, ela permite pensar as novas relações entre atores na escala internacional (redes financeiras, comerciais[...]) ou elaborar modelos teóricos (economia de rede, intermediação); a biologia é apreciadora dessa noção de rede que, tradicionalmente, se identifica com a análise do corpo humano (redes sanguíneas, nervosas, imunologias[...]) (MUSSO, 2004, p. 17).

De fato, as redes estão presentes em todos os aspectos da sociedade, sejam elas redes políticas, econômicas, sociais ou culturais, mas o que merece destaque é que a sua noção não nasce nas Ciências Sociais, o que ajuda a tornar ainda mais complexa a sua definição devido à polissemia que surge a partir da preocupação em compreendê-las como um conceito científico.

Para Musso (2004), a polissemia da noção de rede explica seu sucesso, porém lança a dúvida sobre a coerência do seu conceito. Ele explica que essa dúvida é reforçada pela multitude de metáforas que cercam a noção e suas utilizações. O excesso de seus usos metafóricos parece concentrar a própria noção, como se esse excesso de empregos “em extensão” ocasionasse o vazio “em compreensão”, ou até mesmo a sua diluição. O autor deste raciocínio destaca que a utilização de uma noção é uma prova de seu poder e de sua complexidade. Assim, a rede é um receptor epistêmico ou cristalizador; eis porque tomou, atualmente, o lugar de noções outrora dominantes, como sistema e estrutura.

Passando agora a compor o campo de preocupações filosóficas das ciências, a rede ganha espaço no campo dos debates epistemológicos, e esta genealogia que Pierre Musso sistematiza é uma das grandes contribuições, principalmente quando se pensa na relação entre rede e organização do território. Segundo o autor:

A ideia de rede existe na mitologia através do imaginário da tecelagem e do labirinto, e, na Antiguidade, a medicina de Hipócrates a associa definitivamente à metáfora do organismo em que “todas as veias se comunicam e escoam de umas para as outras; com efeito, umas entram em contato com elas mesmas, outras estão em comunicação pelas vênulas que partem das veias e que nutrem as carnes”. Todavia, a palavra rede (*réseau*)

só aparece na língua francesa no século XII, vindo do latim *retiolus*, diminutivo de *retis*, e do francês antigo *résef*: a rede designa, então, redes de caça ou pesca e tecidos, uma malhagem têxtil que envolve o corpo. Fios entrelaçados para os tecidos, os cordéis ou cestas, malhas ou tecidos estão em torno do corpo. No século XVI, o termo *réseuil* significa, em francês antigo, véus e rendas com que as mulheres cobriam a cabeça e, no século XVII, o pano que elas colocavam sobre suas camisas era o sutiã (MUSSO, 2004, p. 18).

Sendo assim, a partir do século XVII, o termo “rede”, que antes era empregado por tecelões e cesteiros para qualificar a trama de fibras têxteis, passa a ser usado por médicos para designar e desenhar o aparelho sanguíneo e as fibras que compõe o corpo humano. Dessa forma, o termo “rede” não sai da linguagem dos médicos, mas mantém traços de seu sentido original proveniente da tecelagem; portanto, todos os dicionários do século XVII ainda a definem como um trabalho de fio ou seda, um tecido, no qual existem malhas e aberturas (MUSSO, 2004).

Musso (2004, p. 20) chama a atenção para o fato de que:

A grande ruptura que faz advir o conceito de rede à virada do século XVIII para o século XIX é a sua “saída” do corpo. A rede não é mais apenas observada sobre ou dentro do corpo humano, ela pode ser construída. Distinguida do corpo natural, ela se torna um artefato, uma técnica autônoma. A rede está fora do corpo. O corpo será até mesmo tomado pela rede técnica enquanto se desloca nas suas malhas, no seu território. De natural, a rede vira artificial. De dada, ela se torna construída. O engenheiro a concede e a constrói, enquanto o médico se contentava em observá-la. A rede pode ser construída, porque ela se torna objeto pensado em sua relação com o espaço. Ela se exterioriza como artefato técnico sobre o território para encerrar o grande corpo do Estado-nação ou do planeta. Para sair de sua relação com o corpo físico, a rede devia, primeiramente, ser pensada como conceito para tornar-se operacional como artefato.

O autor propõe uma genealogia da rede, que pode ser interpretada como a história de um processo de desmaterialização, conduzindo uma observação de uma forma em rede na natureza, principalmente no corpo humano, para a sua transformação em artefato, graças ao domínio da ordem que ela representa. “[...] A rede é objetivada como matriz técnica, infraestrutura itinerária, de estradas de ferro ou de telegrafia, modificando a relação como o espaço e com o tempo” (MUSSO, 2004, p. 22).

Pode-se dizer que as primeiras aproximações com a geografia começaram a partir da relação entre rede, espaço e tempo, a partir da necessidade de encurtar as distâncias, ou seja, as redes surgem como um artefato da engenharia para atender as demandas do território, portanto:

Uma outra interpretação dessa genealogia da noção de rede consideraria as inflexões, ou mesmo as rupturas em sua apreensão. Na Antiguidade, a ideia de rede já está presente como mito do vínculo, levado por uma visão biometafísica colocando em ressonância as circulações internas do corpo físico com o da cidade e do grande corpo do Cosmo. No século XVII, a rede apresentada como tecelagem e forma da natureza torna-se um modelo de racionalidade observado ou construído e, no século XVIII, a rede identificada com o coro determina uma visão bio-política e econômica. Aí ocorre a mudança que faz da rede um conceito, uma representação do território e um artefato técnico para o enlaçamento do globo (MUSSO, 2004, p. 22).

Musso (2004) passou a trabalhar a formação do conceito de rede a partir da filosofia de Saint-Simon. Destaca-se que é com esse autor que se tem o nascimento do conceito moderno de rede. A rede sai do corpo e torna-se um artefato superposto a um território e anamorfosando-o. Quatro disciplinas contribuem para a formação do conceito de rede: a medicina, misturada à economia política; a engenharia ou “ciência dos engenheiros”; a militar, com suas técnicas de fortificações e de vigilância de um território; como também a engenharia civil, com as suas técnicas de circulação de fluxos.

Nestes termos:

A rede pode, assim, assumir formas variadas: ao mesmo tempo, sólido-cristal, sistema de circulação dos fluidos e estado intermediário entre sólidos e fluidos. A rede pode ser alternativamente cristal, organismo e ser híbrido. Surpreendente plasticidade dessa figura da rede que pode revestir formas diversas: um estado, seu inverso e a passagem de um outro (MUSSO, 2004, p. 24).

Segundo Musso (2004), Saint-Simon estabelece que, quanto mais um corpo é organizado, mais ele tem ação sobre seu ambiente. Por analogia, ele afirma que, quanto mais uma sociedade está organizada, melhor ela é organizada e mais ações ela produz sobre a natureza: quanto mais sua organização interna é feita de redes, mais ela as estabelece sobre o território. A construção de redes de comunicação torna-se um objetivo de utilidade pública e uma garantia de felicidade imaterial. A rede não é apenas um conceito, mas um operador para a ação e permite a passagem ao ato; a realização da rede é “um trabalho”, e mesmo um trabalho “de interesse público”.

Musso (2004, p. 31) afirma ainda que: “A rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em conexão, e cuja variabilidade

obedece a alguma regra de funcionamento”. O autor distingue três níveis nessa definição:

1. A rede é uma estrutura composta de elementos em interação; esses elementos são os picos ou nós da rede, ligados entre si por caminhos ou ligações, sendo o conjunto instável e definido em um espaço de três dimensões.
2. A rede é uma estrutura de interconexão instável no tempo; a sua gênese e sua transição, de uma rede simples a outra mais completa, são consubstanciais à sua definição. A estrutura de rede inclui sua dinâmica. Que se considere o desenvolvimento de um elemento em um todo-rede ou de uma rede em uma rede de redes, trata-se sempre de pensar uma complexificação auto-engendrada pela estrutura rede.
3. Enfim, o terceiro elemento da definição da rede é a modificação de sua estrutura, a qual obedece a alguma regra de funcionamento. Supõe-se que a variabilidade da estrutura em rede respeita uma norma – eventualmente – que explica o funcionamento do sistema estruturado em rede. Passa-se da dinâmica da rede ao funcionamento do sistema, como se o primeiro fosse o invisível do segundo, portanto, seu fator explicativo.

Musso (2004) faz uma observação importante acerca da rede, pois se ela produz tantas representações e mitos, é porque ela é uma técnica maior de organização do espaço-tempo. Segundo este autor, ela é uma matriz espaço-tempo: de um lado, a rede técnica abre a restrição espacial sem suprimir e suporõe um espaço sobre o território – ela desterritorializa e territorializa-e; de outro lado, ela cria um tempo curto pelo rápido transporte ou pelo intercâmbio de informações. A rede de comunicação adiciona ao espaço-tempo físico um espaço ampliando e um tempo reduzido.

Para Ueda (2007, p. 158):

Percebe-se que as redes, principalmente as redes técnicas, podem ser analisadas considerando três eixos comuns, que ao final se complementam, uma vez que elas se territorializam, desterritorializam e reterritorializam. Portanto, as relações existentes entre as redes técnicas e o território, as redes técnicas e o poder e a organização territorial das redes técnicas podem e devem produzir em distintas escalas (global e local). Tal complementariedade suscita um debate e uma abordagem do conceito de territorialidade, além de proporcionar uma leitura mais dinâmica das redes técnicas no território, da forma de sua estruturação no espaço e de como influenciarão, ou não, o cotidiano de uma sociedade.

Foi somente no século XIX que se intensificaram as interações entre os lugares, e a partir do século XX se constituiu um novo território, totalmente diferente dos anteriores. Com a construção das estradas de ferro, o deslocamento cotidiano não foi somente o movimento de um espaço, mas o que o autor chama de uma possessão histórica de um novo território-rede, cujos limites não são mais os da cidade (UEDA, 2007).

Segundo a autora:

As vinculações entre as estradas de ferro e os telégrafos, e posteriormente os telefones, permitiram criar um conjunto territorial capaz de canalizar os fluxos. Essas vinculações somente se percebem no espaço geográfico se forem analisados considerando três elementos básicos, que ao final se complementam. As relações entre redes e territórios, entre redes e poder e a organização territorial das redes [...] (UEDA, 2007, p. 162).

Tal afirmação da autora corrobora com as interpretações que se tem neste trabalho em relação às atividades do narcotráfico, pois ele envolve a relação entre as redes e os territórios conectados. Em redes, o narcotráfico difunde uma relação de poder que só funciona mediante as formas de organização territorial, logo: redes, poder e territórios estão intrinsecamente relacionados diante de uma estrutura de organização.

Para Moreira (2008), neste início de século, uma nova realidade – apoiada não mais nas formas antigas de relações do homem com o espaço e a natureza, mas nas que exprimem os conteúdos novos do mundo globalizado – traz consigo uma enorme renovação nas formas de organização geográfica da sociedade. Diante dessa nova realidade, velhos conceitos surgem com novas formas e conceitos novos aparecem renovando conceitos velhos.

As cidades tornam-se, assim, os nós articulados das redes em constantes movimentos, em fluxos dos mais diversos e que compõem as estruturas sociais resultantes das atividades humanas. Com isso, elas também se tornam redes geográficas:

As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida. As redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, das quais são exemplos a rede de parentesco, englobando os membros de uma grande família, ou a de um grupo de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum (CORREA, 2011, p. 200).

Para Corrêa (2011), a rede se torna geográfica quando nós a consideramos em sua espacialidade. A rede em tela está, de fato, espacializada, mas nem sempre a consideramos sob esse ângulo. Para o autor, a passagem de uma rede social para uma rede geográfica se dá quando assim a consideramos, a despeito de sua necessária espacialidade expressa em localizações qualificadas, e com interações espaciais entre elas.

Sendo assim, a rede geográfica só existe mediante a estas interações espaciais, as quais surgem como reflexos do conteúdo social que cada localidade promove e que dão sentido ao seu funcionamento e à sua condição de existência enquanto uma rede ou enquanto um conjunto de pontos conectados e espacializados sobre as regiões. Portanto:

A espacialidade, que qualifica uma rede social em termos geográficos, não distingue, no entanto, a rede geográfica de outras redes que se apresentam espacializadas. Assim, uma rede fluvial, constituída de nós ou confluências, e fluxos ou cursos de água, apresenta-se espacializada, originando uma bacia hidrográfica. Contudo, como pura rede fluvial, regulada por leis naturais constitui rede da natureza, espacializada, mas não social, sem a presença humana (CORREA, 2011, p. 202).

Além disso, para Corrêa (2011), as redes geográficas tornam-se mais numerosas e cerradas a partir da segunda metade do século XIX, no qual o desenvolvimento do capitalismo industrial necessitou e gerou novas demandas que suscitaram novos meios pelos quais as redes geográficas tornam-se mais densas e eficientes, superando progressivamente o espaço pelo tempo. Segundo o autor, instantaneidade e simultaneidade, que hodiernamente caracterizam parte do funcionamento das redes geográficas, são o capítulo atual de uma história que não se concluiu.

De acordo com Coelho Neto (2013, p. 20):

A ideia de rede não é algo recente na história da humanidade. Antes de ocupar a posição e o alcance que adquiriu na contemporaneidade, o termo foi portador de distintos sentidos e objeto de variadas apropriações em diferentes contextos históricos, incorporando novas significações na medida em que o mundo se tornou mais complexo em decorrência da profundidade e extensão das revoluções técnicas e do desenvolvimento da ciência.

Para este autor:

Na contemporaneidade, diversos campos disciplinares têm se apropriado do termo para realizar uma interpretação de uma variada gama de fenômenos de naturezas distintas. Desse modo, as redes foram acionadas para explicar o funcionamento do cérebro e da circulação sanguínea no corpo humano, a articulação das infraestruturas de circulação no território, a dinâmica das bacias hidrográficas, as relações funcionais entre as cidades, os grandes sistemas técnicos de energia, transportes e comunicação, a operação mundializada das redes financeiras, os circuitos espaciais de produção flexível das grandes corporações, a articulação dos movimentos sociais na sociedade globalizada, ou seja, uma quase inumerável manifestação de fenômenos técnicos, sociais, políticos, econômicos, naturais e espaciais (sem advogar uma dissociabilidade dessas dimensões) (COELHO NETO, 2013, p. 22).

Hoje, no campo das Ciências Sociais e dos mais diversos campos do conhecimento, a rede é um termo de referência para se pensar a sociedade global, ou seja, as redes aparecem como um elemento de construção e des-organização do espaço geográfico, sobretudo, com forte influência das técnicas. As redes definem determinadas territorialidades e são, também, uma demonstração do exercício do poder. Assim, a relação entre redes e territórios é a fundamentação analítica que, associada à interpretação do micro e dos macropoderes, levam à compreensão da multiterritorialidade e das atuais configurações impostas pelos diversos grupos de sujeitos.

Nesse jogo de poderes que se sobrepõe sobre o mundo contemporâneo, analisar os efeitos sobre as metrópoles em uma escala intraurbana é o que se propôs aqui neste trabalho, considerando aquilo que Haesbaert (2004) denomina como multiterritorialidade, no sentido de experimentar múltiplos territórios, ao mesmo tempo destacando, também, que não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios.

4 DA GENEALOGIA DO PODER À CONFIGURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Analisar o narcotráfico na perspectiva do poder carece de um modelo teórico que seja responsável pela interpretação analítica e explicativa acerca do contexto socioespacial, pois tem-se o território como a base da materialização dos conflitos e das relações constituídas que exercem domínio. Nestes termos, o capítulo a seguir trata de uma análise sobre a genealogia do poder numa abordagem Foucaultiana, que passa pelo poder disciplinar a partir da lógica dos suplícios e da docilização dos corpos, passando pela biopolítica e necropolítica, ou seja, uma referência à política da vida e à política da morte. Essa abordagem é necessária para se compreender as tecnologias de poder do narcotráfico.

4.1 Poder disciplinar: o suplício como condenação do corpo

Para os estudos geográficos, em especial pesquisas que tratam da análise territorial, é imprescindível a compreensão das relações de poder que perpassam a sociedade e, por conseguinte, o espaço. Como já visto, o território se constitui enquanto uma porção do espaço delimitado a partir de relações de poder; entretanto, não se pode desconsiderar as vertentes econômicas e culturais que nele também podem estar inseridas.

Um dos principais nomes da Filosofia que tem muito a contribuir com os estudos interdisciplinares em geografia é, sem dúvida, Michel Foucault. Trata-se de compreender as próprias características das investigações de Foucault, cujas pesquisas avançaram, impulsionadas por uma infatigável vontade de saber, de forma que a curiosidade o levou constantemente a novos assuntos e diferentes domínios, deixando de lado as reflexões de caráter tipicamente metodológico.

Michel Foucault trata da questão do poder em um estudo que foi elaborado por volta dos anos de 1970 e o trabalho dele é considerado inovador, a partir do ponto de vista metodológico em que sua análise propõe um deslocamento da forma de como o poder deve ser investigado em sua essência. Ele desenvolve sua análise a partir das periferias nas quais se encontram as microrrelações de poder (micropoderes). Portanto, o poder do centro ou do Estado, ou até mesmo o monopólio do poder, não são objetos de sua investigação. A pesquisa histórica de Foucault reconhece diferentes formas de domínio de poder, levando em

consideração a sua constituição histórica que foi chamada por ele de “genealogia” e será utilizada enquanto método para chegar a novas formas de articulação de poder.

Pode-se considerar este um estilo de trabalho que demarcava certos domínios — por exemplo, medicina, práticas punitivas, emergência das ciências humanas nos séculos XVIII e XIX—, submetendo-os a um minudente exame, à luz de uma erudição excepcional, privilegiando sempre os dados empíricos obtidos em suas pesquisas de natureza histórico-filosóficas.

Este privilégio do material positivo pesquisado conclui parcialmente, à medida dos desdobramentos dos estudos, os instrumentos conceituais forjados a partir da análise do material examinado. Esses materiais davam o tom de um trabalho mais preocupado em sacudir as evidências e perturbar as familiaridades do que em estruturar uma obra sistematicamente integrada. Aliado a isto, há uma desconfiança em relação às generalizações e grandes sínteses que contribuíram para uma situação na qual certos assuntos se encontram expostos de forma não tão articulada.

Em relação à problemática do poder, estas características até aqui destacadas do projeto de Foucault ensejaram uma reflexão que, embora seja original e profunda, não foi merecedora de nenhum grande trabalho de exposição e sistematização. O que se observa são inúmeras e esparsas referências, espalhadas pelos mais diversos textos: livros, cursos, conferências e entrevistas.

Antes ainda de iniciar a descrição de certos traços do conceito de poder, cabe destacar que Foucault não tem uma teoria geral do poder, a histórica, que pode ser aplicada a todas as relações de poder existentes em sociedade, em qualquer contexto. Ao contrário, ele não pretende fundar uma teoria geral e globalizante, e sim trabalhar uma analítica de poder capaz de dar conta do seu funcionamento local, em campos e discursos específicos e em épocas determinadas.

Como ele destaca:

O que está em jogo nas investigações que virão a seguir é dirigirmos menos para uma ‘teoria’ do poder que para uma ‘analítica’ do poder: para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e determinação dos instrumentos que permitam analisá-lo (FOUCAULT, 1979b, p. 80).

O ponto de vista adotado pela analítica do poder assume uma reflexão com âmbito mais limitado a respeito desta problemática, evitando determinadas questões

— como, por exemplo, a respeito da origem do poder — e adotando uma perspectiva eminentemente descritiva, procurando identificar e explicitar os diferentes mecanismos, táticas e estratégias.

Por isso, acredita-se que os estudos como os de Michel Foucault são essenciais para desenvolver uma interpretação teórica e empírica acerca das relações e mecanismos de poder criados pelo narcotráfico. Ao partir do conceito de território para explicar tal objeto, a analítica do poder torna-se ainda mais importante, no sentido de se buscar resgatar as raízes das microrrelações que definem tais territórios ou territorialidades.

O poder envolve as esferas política, econômica, cultural e social, por isso, caracteriza-se como bastante complexo, e por causa disso, todas as relações cotidianas em diferentes escalas sofrem algum tipo de influência de suas implicações. Ele não se limita às ações legítimas ou legais/formais de ordem do Estado, mas manifesta-se de várias formas, muitas vezes desobedecendo à ordem considerada hegemônica.

As diferentes perspectivas do poder que são lançadas pela Ciência Política, Ciências Jurídicas, Filosofia, Sociologia, História e na Geografia, como já apresentado, mostram o quanto essa categoria carrega uma ampla dimensão de sua importância, ao mesmo tempo em que deixa bem claro não se tratar de uma categoria exclusiva de nenhuma dessas ciências específicas. Porém, ao referir-se à Geografia, a epistemológica dessa disciplina apresenta uma nítida intimidade com esse termo: “a organização espacial é um eficaz mecanismo do exercício do poder” (RAFFESTIN, 1987, p. 131). Por isso, é possível tratar do poder e sua dimensão espacial. Mas, será feita uma análise a partir do que Foucault definiu como: *suplício, disciplina e biopolítica*, ou seja, uma forma original e inovadora de analisar o poder.

Na análise de Foucault, a soberania aparece como forma predominante de poder na Idade Clássica, o que, de certa forma, correspondia à necessidade de se construir a legitimidade do poder soberano, pois “a partir da multiplicidade dos indivíduos e das vontades, é possível formar uma vontade única, ou melhor, um corpo único, movido por uma alma que seria a soberania” (FOUCAULT, 1979, p. 183). A soberania é uma tecnologia de poder que marca as sociedades absolutistas nas quais o poder do soberano sobre os seus súditos propõe uma servidão “voluntária”. Foucault (1979) ainda nos fala que Hobbes, em sua obra *Leviatã*, foi um dos pensadores que mais defendeu essa tecnologia de poder:

Recordem o esquema do leviatã: enquanto homem construído, o leviatã não é outra coisa senão a coagulação de um certo número de individualidades separadas, unidas por um conjunto de elementos constitutivos do Estado; mas no coração do Estado, ou melhor, em sua cabeça, existe algo que o constitui como tal, e este algo é a soberania, que Hobbes diz ser precisamente a alma do leviatã (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Mas, o que Hobbes diz, assim como outros pensadores acerca da modalidade de poder, vai ao encontro do que Foucault defende em sua “microfísica do poder”. Para tratar da soberania, o autor parte de uma interpretação do tecido social a partir dos súditos e suas diversas formas de sujeição, o que levou Foucault (1979) a elaborar seu trabalho deixando o soberano de lado, passando a preocupar-se sobre como os súditos passaram a se constituir em função da “multiplicidade dos corpos” e como ocorreu o progresso de sujeição que constitui o sujeito existente em cada súdito.

Esse processo torna-se importante para analisar o poder que só pode estar funcionando em redes; ele não é um bem do qual poucos se apropriam, pois o poder, analisado por Foucault, parte daquilo que ele chama de “análise ascendente”, pelo fato de entender que sua metodologia de pesquisa parte dos mecanismos “infinitesimais”, levando em consideração o desdobramento dos mecanismos de poder dos mais gerais aos mais globais.

Foucault (1979) vai analisar a forma como os mecanismos de poder se manifestam na sociedade, desde os níveis micros até seu deslocamento para níveis macros. Na soberania, a tecnologia de poder centrada no soberano faz com que o rei tenha o direito sobre a vida dos súditos e isso determina quem deveria viver e quem deveria morrer, ou como o próprio autor trabalha: “fazer viver e deixai morrer”.

Quando nos referimos às obras de Michel Foucault, é quase certa a referência da obra “Vigiar e Punir”, a qual está dividida em quatro partes. A primeira delas trata sobre o Suplício, dividido em duas abordagens: O corpo dos condenados e a Ostentação dos suplícios. Nesse sentido, Foucault, de início, abordou o suplício no século XVIII como uma forma de punição aos condenados e ele inicia o capítulo relatando um esquartejamento ao qual um condenado está sendo submetido, descrevendo os mínimos detalhes. Essa prática era algo característico do poder soberano descrito anteriormente.

Ressalta-se que nesse contexto o esquartejamento seria uma prática legitimada por um estilo penal de condenação e Foucault apresenta em sua obra a

rotina de uma prisão onde estavam os jovens detentos de Paris e que ele vai chamar de um mecanismo de utilização do tempo do condenado. O suplício é, nesse sentido, a utilização do corpo e é entendido como a pena corporal dolorosa baseada na proporcionalidade entre a quantidade de sofrimento e a gravidade do crime cometido.

Para Foucault (2010, p. 13):

Eles não sancionam os mesmos crimes, não punem o mesmo gênero de delinquentes. Mas definem bem, cada um deles, um certo estilo penal [...]. É a época em que foi redistribuída, na Europa e nos Estados Unidos, toda a economia do castigo. Época de grandes “escândalos” para a justiça tradicional, época dos inúmeros projetos de reformas; nova teoria de lei e do crime, nova justificação moral ou política do direito de punir; abolição das antigas ordenanças, supressão dos costumes; projeto ou redação de códigos “modernos” [...].

O autor chama a atenção para o desaparecimento dos suplícios, segundo a própria análise. Hoje, existe a tendência a desconsiderá-lo e talvez, em seu tempo, tal desaparecimento tenha sido visto, com muita superficialidade ou com exagerada ênfase, como “humanização”, que autorizava a não o analisar. Foucault (2010, p. 13), de qualquer forma, faz alguns questionamentos sobre o suplício:

[...] comparando-o às grandes transformações institucionais, com códigos explícitos e gerais, com regras unificadas de procedimento; o júri adotado quase em toda parte, a definição do caráter essencialmente corretivo da pena, e essa tendência que se vem acentuando sempre mais desde o século XIX a modular os castigos segundo os indivíduos culpados? Punições menos diretamente físicas, uma certa descrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimento mais sutis, mais velados e despojados de ostentação, merecerá tudo isso acaso um tratamento à parte, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade? [...]

No entanto, de acordo com ele, um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto, vivo ou morto, dado como espetáculo. Ou seja, desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal.

Ainda segundo Foucault (2010, p. 13-14);

No final do século XVIII e começo do século XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo. Nessa transformação, misturam-se dois processos. Não tiveram nem a mesma cronologia nem as mesmas razões de ser. De um lado, a supressão do espetáculo punitivo. O cerimonial da pena vai sendo obliterado e passa ser apenas um novo ato de procedimento ou administração.

O autor frisa que a confissão pública dos crimes tinha sido abolida na França pela primeira vez em 1791, depois novamente em 1830, após ter sido restabelecida por breve tempo. Além disso, o pelourinho foi supresso em 1789; a Inglaterra aboliu-o em 1837. Somando-se a isso, a Áustria, a Suíça e algumas províncias americanas, como a Pensilvânia, deixavam em plena rua, ou nas estradas, condenados com coleiras de ferro e vestes multicores; grilhetas nos pés, trocando com o povo desafios, injúrias, zombarias, pancadas, sinais de rancor ou de cumplicidade. Os suplícios foram eliminados, mais ou menos, em toda parte no fim do século XVIII, ou na primeira metade do século XIX. Na França, o suplício de exposição do condenado foi mantido até 1831, mesmo recebendo críticas violentas, e era tido inclusive como cena repugnante.

Segundo Foucault (2010), aos poucos a punição foi deixando de ser uma cena e, desde então, tudo o que pudesse implicar de espetáculo teve um cunho negativo. Como as funções de cerimônia penal deixavam também, aos poucos, de ser compreendidas, ficou a suspeita de que tal rito que dava um “fecho” ao crime mantinha com ele afinidades espúrias: igualando-o, ou até mesmo ultrapassando-o em selvageria, acostumando os espectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê-los afastados, mostrando-lhes a frequência dos crimes, fazendo o carrasco parecer com criminosos, os juízes com assassinos, invertendo, no último momento, os papéis, fazendo do suplício um objetivo de piedade e de admiração.

Foucault (2010) ainda destaca que a punição foi tornando-se, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; a eficácia foi atribuída à fatalidade, não à intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens.

Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. Ou seja, o fato de ela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor. Nesse sentido:

[...] as caracterizações da infância são redistribuídas; no castigo—espetáculo um horror confuso nascia do patíbulo; ele envolvia ao mesmo tempo o carrasco e o condenado: e se por um lado sempre estava a ponto de transformar em piedade ou em glória a vergonha infligida ao suplício, por outro lado, ele fazia redundar geralmente em infâmia a violência legal do executor. Desde então, o escândalo e a luz serão partilhados de outra forma; é a própria condenação que marcará o delinquente com o sinal negativo e unívoco: publicidade, portanto, dos debates e da sentença; quanto à execução, ela é como uma vergonha suplementar que a justiça tem vergonha de impor ao condenado; ela guarda distância, tendendo sempre a confiá-la a outros e sob a marca do sigilo [...] (FOUCAULT, 2010, p. 14-15).

Assim, o desaparecimento dos suplícios não foi tido apenas como o espetáculo que se elimina, mas, também, como uma forma de se extinguir o domínio sobre o corpo.

Além disso, é importante frisar que a marca de ferro quente foi abolida na Inglaterra em 1834 e na França em 1832; o chicote ainda permaneceu em alguns sistemas penais, a exemplo da Rússia, Prússia e da própria Inglaterra, conforme fala Foucault.

Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. Dir-se-á: a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão de forçados, a interdição de domicílio, a deportação – que parte tão importante tiveram nos sistemas penais modernos – são penas “físicas”: com exceção da multa, se referem diretamente ao corpo. Mas a relação castigo-corpo não é idêntica ao que ela era nos suplícios. O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições [...] (FOUCAULT, 1979, p. 16).

Não se pode deixar de considerar que o sofrimento físico e a dor do corpo deixaram de ser elementos constitutivos da pena e, sendo assim, o castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos.

Foucault (2010) ressalta que se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justificáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais “elevado”. E mais ainda, por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores. Por sua simples presença ao lado do condenado, eles

cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva.

Mas, é preciso, acima de tudo, controlar a alma do condenado, pois essas ações são certas de uma relação de poder que mudam comportamentos e geram disciplina em meio ao controle efetivo do soberano. É preciso estabelecer relações mas, ao mesmo tempo, manter a ordem e proteger a sociedade dos delinquentes.

Dessa forma,

É preciso refletir no seguinte: um médico hoje deve cuidar dos condenados à morte até ao último instante justapondo-se destarte como chefe do bem-estar, como agente de não-sofrimento, aos funcionários que, por sua vez, estão encarregados de eliminar a vida. Ao se aproximar o momento da execução, aplicam-se aos pacientes injeções e tranquilizantes. Utopia do pudor judiciário: tirar a vida evitando que o condenado sinta o mal privar de todos os direitos sem fazer sofrer, impor penas isentas de dor (FOUCAULT, 2010, p. 16).

O filósofo também aponta para o fato de que os rituais modernos da execução capital dão testemunho desse duplo processo, ou seja, a supressão do espetáculo e anulação da dor. Além disso, um mesmo movimento arrastou cada qual com o ritmo próprio. As legislações europeias determinavam para todos uma mesma morte, sem que ela tenha que ostentar a marca específica do crime ou o estatuto social do criminoso; morte que dura apenas um instante, e nenhum furor há de multiplicá-la antecipadamente ou prolongá-la sobre o cadáver, uma execução que atinja a vida mais do que o corpo ou, como ressalta Foucault (2010), não mais aqueles longos processos em que a morte é ao mesmo tempo retardada por interrupções calculadas e multiplicadas por uma série de ataques sucessivos.

O suplício tem como finalidade punir e intimidar a sociedade, pois dessa forma impede uma possível violação das leis. Entretanto, considerando este objetivo, o recurso torna-se ineficaz, visto que a correlação entre a quantidade de sofrimento e a gravidade do ato é sempre indispensável para que se possa chegar à eficácia do próprio sistema.

Entretanto, é em princípios do século XIX que o grande espetáculo da punição física, a qual caracteriza o suplício, irá ser excluído e, a partir daí, será possível entrar na época, segundo Foucault (2010), da sobriedade punitiva e por isso poderíamos considerar este fato como um objetivo mais ou menos alcançado, no período que irá corresponder entre 1830 e 1848.

Esta forma de penalidade, ao final do século XVIII, vai dando espaço para outras formas de punição, como novas leis e com novas justificativas, oral ou políticas do direito de punir, sobretudo, que foi enfatizado ao caráter corretivo da pena. Foucault (2010), contudo, deixa em destaque que o fim da “festa de punição” se dá devido ao mal-estar causado na sociedade, pois os suplícios transformavam carrascos em criminosos, juízes em assassinos e o supliciado em objeto de piedade.

Essa mudança irá localizar-se na busca constante pelos efeitos que a pena pode causar. Neste aspecto, a intenção do ato tem como finalidade qualificar o indivíduo; agora a pena é destinada a controlar e neutralizar sua periculosidade e, desse modo, controlar o que os indivíduos são ou passarão a ser.

Para Foucault (2010), o poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX e para ele, sem dúvidas, a pena não mais se centralizava no suplício, como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém, castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra.

[...] Na realidade, a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. A crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: é justo que o condenado sofra mais que os outros? A pena se dissocia totalmente de um complemento de dor física. Que seria então um castigo corporal? (FOUCAULT, 2010, p. 20).

Foucault faz um questionamento: se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? Ele mesmo responde à questão levantada, argumentando que a resposta dos teóricos – sobretudo daqueles que abriram, por volta de 1780, o período que ainda não se encerrou – é simples, segundo ele quase evidente: “dir-se-ia inscrita a própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 2010, p. 21).

Para o autor, o corpo e o sangue, velhos partidários do fausto punitivo, serão substituídos e um novo personagem entra em cena, mascarado. Terminada uma

tragédia, começa a comédia, com sombrias silhuetas, vozes sem rosto, entidades impalpáveis. O aparato da justiça punitiva tem que ater-se, agora, a esta nova realidade: a realidade incorpórea.

De acordo com Foucault (2010), em compensação, o objeto “crime”, aquilo a que se refere à prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal. A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápidas. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente. Porém, julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos.

Foucault (2010, p. 22) prossegue ressaltando que, pune-se pelo castigo que se atribui à função de tornar o criminoso “não só desejoso, mas também capaz de viver respeitando a lei e de suprir as suas próprias necessidades”; pune-se pela economia interna de uma pena que, embora sancione o crime, pode modificar-se (abreviando-se ou se for o caso, prolongando-se), conforme se transformar o comportamento do condenado; pune-se, ainda, pela aplicação dessas “medidas de segurança” que acompanham a pena (proibição de permanência, liberdade vigiada, tutela penal, tratamento médico obrigatório) e não se destinam a sancionar a inflação, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações.

Para o autor, a alma do criminoso não é invocada no tribunal somente para explicar o crime e introduzi-la como um elemento na atribuição jurídica das responsabilidades; se ela é invocada com tanta ênfase, com tanto cuidado de compreensão e tão grande aplicação “científica”, é para julgá-la e fazê-la participar da punição.

Em resumo, para Foucault (2010), desde que passou a funcionar o novo sistema penal – o definido pelos grandes códigos dos séculos XVIII e XIX – um processo global levou os juízes a julgar casos diversos ao invés de crimes: foram levados em suas sentenças a fazer algo diferente de julgar; o poder de julgar foi, em parte, transferido a instâncias que não são as dos juízes da infração. A operação penal inteira carregou-se de elementos e personagens extrajurídicos.

Pode-se dizer que não há nisso nada de extraordinário, que é do destino do direito absorver, pouco a pouco, elementos que lhe são estranhos. Mas uma coisa é singular na justiça criminal moderna: ela se encarrega de tantos elementos extrajurídicos não para poder qualificá-los juridicamente e integrá-los pouco a pouco no estrito poder de punir, mas, ao contrário, para poder fazê-los funcionar no interior da operação penal, como elementos não jurídicos, para evitar que essa operação seja pura e simplesmente uma punição legal e para escusar o juiz de ser pura e simplesmente aquele que castiga.

Talvez o elemento mais importante de toda esta análise Foucaultiana seja o de compreender que o estudo desta microfísica, segundo o próprio autor, supõe que o poder nela exercido não seja concebido com uma propriedade, mas como uma estratégia e que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, e sim a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvenda nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade. Para Foucault (2010), temos que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, o que não representa qualquer tipo de privilégio adquirido ou conservado da classe dominante. O poder significa muito mais o efeito de conjunto de suas posições estratégicas, efeito manifestado e, às vezes, reconduzido pela posição dos que são dominados. Mas, vale destacar que esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição. Aos que “não têm” ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra o poder, apoiam-se, por sua vez, nos pontos em que eles os alcançam.

Logo, essas relações aprofundam-se nas relações cotidianas dentro da sociedade. Essas são relações que não estão localizadas nas relações do Estado com os cidadãos ou até mesmo na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir o nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo. Se há continuidade (realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens), não há analogia nem homologia, mas especificidade do mecanismo e de modernidade.

Por fim, para Foucault (2010), o poder pode definir inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando, cada um, seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças. Por isso, a derrubada desses “micropoderes” não obedece, portanto, à lei do tudo ou nada; ele não é adquirido de

uma vez por todas por um novo controle dos aparelhos nem por um novo funcionamento ou uma destruição das instituições. Em compensação, nenhum de seus episódios localizados pode ser inscrito na história senão pelos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se encontra.

É dessa forma que o narcotráfico se mantém enquanto uma organização criminosa ou instituição não “formal”, o seu poder é constituído no bojo das micro relações, ele cria “normas territoriais” como forma de controle do espaço e de disciplinamento dos corpos de seus sujeitos. Por este motivo, uma das características do tráfico territorializado é a condenação do outro à morte, o suplício do corpo se estabelece enquanto uma forma de extensão do território, nesse caso, é reificada, não sendo apenas biológico, mas passando a ser um elemento da trama social e política do tráfico de drogas. Ou seja, o corpo, ou o sacrifício dele, nada mais é do que um meio de controle e domínio do território.

Para Foucault (2010), ao se referir sobre o suplício, destaca-se que o aspecto mais importante é o fato de ele significar o poder sobre o corpo. Ou seja, é o alvo principal da repressão penal, em que o sofrimento e a dor eram elementos constitutivos da pena. Os sistemas punitivos concretos destacam-se enquanto fenômenos sociais de ordem jurídica ou ética, segundo o autor, não somente para reprimir, impedir, excluir e suprimir (efeito negativo), mas também para propiciar o efeito positivo e útil, que é a submissão do corpo, ideologicamente pela força, calculada, organizada, mas sempre será de ordem física.

Foucault (2010) chama de tecnologia política do corpo aquela que se destaca como uma tecnologia de poder, que é difusa, não sistemática, sem relação entre si, multiforme, de difícil localização, posta em jogo pelos aparelhos e instituições. Ela não é apropriada, porém, é utilizada de forma estratégica e dinâmica, fugindo das regras do Estado.

Como se abordou, por meio da análise empírica a partir dos trabalhos de campo desenvolvidos nesta tese, foi possível identificar “novas” formas de suplício estabelecidas e criadas pelo narcotráfico, não com as mesmas características do século XVII, mas uma forma de execução que fica guardada na memória dos homens como uma espécie de “economia de poder”.

4.2 O poder disciplinar: a docilização dos corpos

Foucault (2010) analisa e discute criticamente a transformação que se deu nas formas de punição em relação aos criminosos presos e condenados na Europa. Como foi ressaltada anteriormente, a execução pública na forma de suplício era utilizada como um instrumento disciplinar, característica do poder soberano que consiste no exercício do poder de um governante sobre um determinado território.

Assim, as monarquias europeias do século XV ao XVIII exerciam o poder que era representado a partir dos suplícios, da força e da violência. Mas, com o tempo, esta forma de condenação e demonstração de poder foi deixando de ser espetáculo e aos poucos passou a ser utilizada até o seu desaparecimento, por volta do final do século XVIII e início do século XX, dando lugar a novas formas de punição dos condenados.

A grande questão é fato de que o iluminismo permitiu uma nova concepção filosófica, a qual terá influência nas teorias desenvolvidas pela ciência jurídica e, nesse sentido, o suplício passou a ser repudiado. Ele passou a ser entendido como algo que transmite a sensação de terror perante a população e nestes termos passará a ser repudiado, não tendo os mesmos efeitos que tanto demonstravam a soberania e a disciplina dos corpos durante o período anterior ao século XIX.

Para Foucault (2010), o homem torna-se o principal alvo e objeto de poder e sua meta trata da tarefa de incorporar nos corpos características de docilidade, ou seja, o corpo dócil é um corpo que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. As formas de modelagem são dadas por meio do adestramento, utilizado como uma poderosa ferramenta de controle, a qual age de forma disciplinadora. Esta é considerada como uma das fórmulas gerais de dominação.

Foucault (2010) pegou como exemplo ilustrativo a figura do ideal do soldado, que é, antes de tudo, alguém que se reconhece de longe, que leva os sinais naturais de vigor e coragem e que leva também as marcas de orgulho. Seu corpo é brasão de sua força e de sua valentia. Se for verdade que precisa aprender, aos poucos, o ofício das armas – essencialmente lutando –, as manobras – como a marcha –, as atitudes – como o porte da cabeça –, estas atitudes se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra.

Este modelo de disciplina nos quartéis pode ser encontrado em modelos de planejamento urbano, fábricas, escolas, universidades, dentre outros; não é apenas

a regulação dos corpos, mas também regulação da vida, sempre com o intuito de tornar o sujeito dócil.

Para Foucault (2010), a disciplina não é uma instituição, muito menos um aparelho do Estado; ele considera que ela corresponde a uma tecnologia de poder que funciona como uma rede que abarca todos os aparelhos do Estado e suas instituições. Nesse sentido, os instrumentos de poder que atuam no corpo dos indivíduos terão a punição e a vigilância como mecanismos de adestramento e dominação do sujeito, adequando-o às normas institucionais.

A disciplina do corpo dos indivíduos é uma modalidade de poder explicada na genealogia de Foucault, que mede, corrige e hierarquiza, mas que também desenvolve um saber sobre o indivíduo, tornando-o um sujeito dócil. Para o autor, ela se constitui como uma concepção positiva que dissocia os termos repressão e dominação, os quais sempre definiram a intervenção violenta do Estado sobre a população.

É importante frisar que, “a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório” (MACHADO, 2009, p. 173). Ela permitirá a transformação do sujeito. De acordo com Foucault, a disciplina tira a “força do corpo” e sua “força política”, tornando, com isso, máxima a “força útil”.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar ‘disciplinas’. Muitos processos disciplinares existem há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes (FOUCAULT, 2010, p. 133).

O poder disciplinar não se trata de uma imposição violenta, ele é sutil, discreto, aparece sem ser percebido, como bem destaca Foucault, ao dizer que houve, durante uma época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder. Assim, encontramos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo: ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, obedece, responde e se torna hábil, ou as forças multiplicam-se.

Foucault (2010) vai também ressaltar que em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes apertados, impondo-lhes limitações, proibições ou obrigações. Sob o olhar atento da disciplina, as técnicas de controle garantem a docilidade dos corpos. As fórmulas nas quais o poder se realiza são: a escala e a modelagem.

O autor faz a definição destas fórmulas, em que a escala do controle tem como premissa trabalhar o corpo de forma detalhada, exercer sobre ele uma coerção sem folga, para mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto do controle, a eficácia dos movimentos, sua organização interna e a coação se fazem mais sobre as forças que sobre os sinais, portanto, a única cerimônia que realmente importa é a do exercício.

Assim, Foucault (2010) nos mostra que esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e que lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplinas.

[...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder” está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que se façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e excitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em outras palavras: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2010, p. 134).

A disciplina apresentada por Foucault (2010) é uma técnica de dominação do homem que é constante e não analítica; é uma relação de submissão altamente codificada, mas também é de renúncias que são maiores que a utilidade, exercendo

a obediência a outra pessoa. Na análise Foucaultiana, a disciplina tem seu marco histórico na medida em que surge com ela uma arte do corpo humano. Assim, esta arte de disciplinamento preocupa-se também em tornar o sujeito tanto mais obediente, quanto mais útil na sociedade, a partir do mecanismo que formam relações entre os sujeitos.

O que é importante destacar é que este processo corresponde a uma ação política de coerção que é trabalhada de forma minuciosa e tem o poder de manipular o comportamento dos sujeitos de forma calculada. O homem insere-se, assim, em uma maquinaria do poder, na qual ele será sempre recomposto. É a “anatomia política” ou “mecânica de poder” destacada por Foucault (2010). Estes mecanismos disciplinares tornam-se responsáveis pelo funcionamento das operações e, além disso, da fabricação de corpos dóceis; é o que o autor vai chamar de fabricação dos “indivíduos máquina”. Considera-se, também, a arte das atribuições, que segundo Foucault, a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço, onde se utilizam diversas técnicas, e Foucault nos mostra que:

a) a disciplina, às vezes, exige a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo; segundo o autor, um local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande “encerramento” dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes. Ele segue a análise dando dois exemplos: os colégios como conventos, os quais impõem o internato como regime de educação obrigatória e os quartéis, onde é preciso fixar o exército, essa massa vagabunda; impedir a pilhagem e as violências; acalmar os habitantes que suportam mal as tropas de passagem; evitar os conflitos com as autoridades civis; fazer cessar as deserções; controlar as despesas.

b) o princípio da “clausura” não é constante e, de acordo com Foucault (2010), nem indispensável, nem suficiente para os aparelhos disciplinares. Segundo ele, estes trabalham o espaço de maneira muito flexível e fina. Primeiramente, de acordo com o princípio da localização imediata ou do quadriculamento, cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a ser dividido em tantas parcelas, quando corpos ou elementos há a repartir.

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, a circulação difusa, a coagulação inutilizável e

perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. O que importa, conforme afirma Foucault (2010), é estabelecer as presenças e as ausências; saber onde e como encontrar os indivíduos; instaurar as comunicações úteis, interromper as outras; poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento que possibilita conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.

c) A regra das localizações funcionais vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. O processo aparece claramente nos hospitais, principalmente, nos hospitais militares e marítimos.

d) na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de resistência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações.

Como bem coloca Foucault (2010, p. 142):

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais tornou impossível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos, organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar [...].

Diante disso, o que Foucault (2010) chama de disciplina é o que organiza “celas”, “lugares” e “fileiras” e são criados em espaços complexos, mas que segundo ele, ao mesmo tempo são arquiteturais, funcionais e hierarquizadas. Com o disciplinamento do espaço, a fixação do homem e a circulação tornam-se operatórias, tudo diante da garantia de obediência dos indivíduos, economizando

tempo e diminuindo gastos desnecessários. Portanto, a “primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de ‘quadros vivos’ que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, 2010, p. 143).

Enquanto quadro vivo, a disciplina propõe uma tática, um ordenamento espacial dos homens, uma taxinomia, um espaço disciplinar dos seres naturais, apresentando também um quadro econômico, um movimento regulamentado da riqueza segundo análise Foucaultiana. Mas, para o estudioso, o quadro não tem a mesma função nos registros por ele apresentados, pois, na ordem da economia, permite a medida das quantidades e a análise dos movimentos. Já sob a forma da taxinomia, tem por função caracterizar (e em consequência reduzir as singularidades individuais) e construir classes (portanto, excluir as considerações de número). Por outro lado, sob a forma de repartição disciplinar, a colocação em quadro tem por função, ao contrário, tratar a multiplicidade por si mesma, distribuí-la e dela tirar o maior número possível de efeitos.

O autor conclui esta ideia dizendo que, enquanto a taxinomia natural se situa sobre o eixo que vai do caráter à categoria, a tática disciplinar se situa sobre o eixo ligado do singular e o múltiplo. Ou seja, permite-se ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Será a primeira condição para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos, ou melhor, será a base para a microfísica do poder, como já destacado, uma microfísica de um poder “celular”.

Este aspecto importante da microfísica do poder é constituído pelas relações que o narcotráfico constrói, em outras palavras, ele impõe um ordenamento que disciplina o território a partir de seus sujeitos, cria um desenho funcional arquitetado para o controle. Logo, trata-se, então, de uma tecnologia de poder que propõe a organização de um espaço o qual se torna território, e assim, ocorre o que aqui se define como narcodisciplinamento do território pelo poder, resultando numa ação que torna os corpos dóceis para efeitos de controle. O narcodisciplinamento é a regulação-controle do território a partir das ações do narcotráfico sobre os seus sujeitos, uma relação de poder que parte de uma micropolítica que passa a ter efeito sobre o conjunto da população.

4.3A Biopolítica

A analítica do poder apresentada por Michel Foucault enfim chega ao terceiro momento. Para ele, o homem, a partir do século XVIII, começou a ter a percepção de que possui um corpo pertencente a uma espécie e, por isso, a vida do homem deve ser vista como algo a ser preservado. E vai justamente, a partir desta nova forma de enxergar o homem-corpo, sendo substituído pelo home-espécie, que irá fundamentar uma biopolítica que trata da regulamentação das massas.

Foucault (2008) enfatiza que o biopoder corresponde a uma série de fenômenos que para ele parecem bastante importantes. Trata-se, pois, de um conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais para poder entrar em uma política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Seria, então, segundo o próprio autor:

[...] Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Com isso, a biopolítica propõe uma tecnologia nova de poder que apresentará dispositivos que têm como objetivo garantir a vida da população. Nesse sentido, tudo aquilo que possa vir a limitar a vida do homem-espécie deve ser controlado e será dado a partir de uma tecnologia de poder que tende a controlar as massas, chamada por Foucault (2008) de biopoder. Na obra em defesa da sociedade (para defender a sociedade é o título original da obra em Francês), na qual Foucault apresenta a discussão sobre biopolítica/biopoder, o autor discorre sobre essa análise a partir da aula de 17 de março de 1976, em um curso no *Colege France*.

O autor mostra inicialmente que o tema das raças não vai desaparecer. O tema será retomado, mas, de forma diferente. Ele o denominará racismo de estado e é sobre o nascimento do racismo de estado que será feita toda a abordagem acerca do biopoder.

Foucault (2008) prossegue o curso destacando que, para ele, um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi aquilo que ele denominou de assunção da vida pelo poder. Ou como ele prefere tratar de tomada de poder sobre o homem,

enquanto ser vivo, uma espécie de estatização biológica ou inclinação que conduz ao que ele chama de estatização do biológico.

Para ter compreensão sobre o que passou, Foucault (1999) refere-se à teoria clássica da soberania que tinha como um de seus atributos o direito de vida e de morte. Significa dizer que o soberano tem o direito de viver e morrer, ou seja, ele pode “fazer morrer e deixar viver”. Conforme diz Foucault (1999), a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizam fora do campo político.

Cabe aqui uma relação dessa reflexão Foucaultiana com o narcotráfico, haja vista que o “patrão do tráfico” ou “chefão”, como eles se intitulam, estabelecem regras, normas e disciplinas, inclusive no direito de vida e de morte de seus sujeitos ou então da população que está sobre a sua influência. Porém, cabe ressaltar que esse poder soberano do “dono do morro” ou do líder do Cartel ou então do “patrão do tráfico”, ao ordenar a morte do outro, tem uma expressão que vai muito além do valor biológico da morte, pois expressa, antes de tudo, uma ação sobre o domínio do território. Ação esta que reflete uma forma de reorganização do território, em outros termos, corresponde a uma lógica de poder sobre ele que o disciplina.

Segundo Foucault (2008), em relação ao poder, o súdito não é de pleno direito, nem vivo e nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro. E é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto. A vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana. Nessa relação de poder sobre a vida e sobre a morte de seus súditos está o paradoxo teórico que se completa, segundo o autor, por uma espécie de desequilíbrio prático.

Ocorre que o soberano pode fazer viver como pode também fazer morrer, pois para Foucault (2008, p. 287):

[...] O direito de vida e de morte só se exerce de uma forma desequilibrada, e sempre do lado da morte. O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. Essencialmente um direito de espada. Não é, pois, simetria real nesse direito de vida e de morte. Não o é o direito de fazer morrer ou de fazer viver. Não é tampouco o direito de deixar viver e de deixar morrer. É o direito de fazer morrer ou de deixar viver. O que, é claro, introduz uma dissimetria flagrante.

Foucault (1999) analisa a transformação que o direito político sofre a partir do século XIX, o qual consistirá em completar o velho direito soberano (fazer morrer ou deixar viver) com um direito novo, que não anula o primeiro, mas irá penetrá-lo, perpassá-lo e modificá-lo. Será um poder inverso, ou melhor, será o poder de “fazer” viver e “deixar” morrer o direito de soberania, e assim, o fazer morrer ou deixar viver. “O novo direito que se instala é o direito de fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287).

Durante a metade do século XVIII, segundo Foucault (1999), foi quando se começou a perceber a aparição de algo novo nas relações de poder. Outra tecnologia de poder, não disciplinar, uma tecnologia de poder que não exclui a primeira e que também não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, integra e modifica parcialmente. E, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se, de certo modo, nela e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia.

Foucault (1999) deixa bem claro que essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar, pelo simples fato de ser de outro nível, de outra escala. Ela tem uma superfície de suporte diferente e é, portanto, auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. Dessa forma, Foucault (1999) informa que a nova tecnologia instalada se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela se forma. Ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, entre outras coisas.

O autor ainda frisa que depois da primeira tomada de poder sobre o corpo, que se fez consoante o modo da individualização, tem-se uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é uniformizada, feita em direção não ao homem-corpo, mas ao homem-espécie.

Diante deste processo, Foucault (1999) vai argumentar que depois da anátomo-política do corpo humano, que foi instaurada no decorrer do século XVIII, apareceu, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas o que ele chama de uma “biopolítica” da espécie-humana.

O que vem ser, então, esta nova tecnologia de poder a qual Michel Foucault definiu de biopolítica e biopoder?

Trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que,

justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retorno agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 1999, p. 289-290).

É importante ressaltar, também, que se trata de uma espécie de mapeamento dos fenômenos de controle dos nascimentos, tais como eram praticados no século XVIII, segundo a análise do estudioso. Ele segue dizendo que isso foi o esboço de uma política de natalidade ou, em todo caso, de esquemas que intervêm nesses fenômenos globais da natalidade, e que a biopolítica não se trata apenas do problema da fecundidade, mas também, do problema da morbidade,

não mais simplesmente, como justamente fora o caso até então, no nível daquelas famosas epidemias cujo perigo havia atormentado tanto os poderes políticos desde as profundezas da Idade Média (aquelas famosas epidemias que eram dramas temporários da morte multiplicada, da morte tornada iminente para todos). Não é de epidemias que se trata naquele momento, mas de algo diferente, no final do século XVIII: grosso modo, aquilo que se poderia chamar de endemias, ou seja, a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade das doenças reinantes numa população. Doenças mais ou menos difíceis de extirpar, e que não são encaradas como as epidemias, a título de causas de morte mais frequente, mas como fatores permanentes - e é assim que as tratam - de subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que podem custar. Em suma, a doença como fenômeno de população: não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida - e a epidemia - mas como a morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece (FOUCAULT, 1999, p. 290-291).

Ao final do século XVIII, esses fenômenos foram levados em consideração, pois eles iriam trazer a introdução de uma medicina que tem a função maior de centrar-se na higiene pública. Uma higiene social, que terá organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, da normalização do saber e que adquire, também, o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população como bem coloca Foucault (1999, p. 291).

Portanto, problemas da reprodução, da natalidade, problema da morbidade também. O outro campo de intervenção da biopolítica vai ser todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais, mas que, de uma parte, nunca são inteiramente compreensíveis, mesmo que sejam acidentais, e que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de por indivíduos fora de circuito, de neutralização [...].

Ocorre uma evolução nos processos históricos de desenvolvimento do poder, sobretudo, até chegar ao que Foucault vai chamar de biopolítica e irá assinalar alguns pontos a partir dos quais se constitui essa biopolítica. Algumas são práticas e as primeiras são das áreas de intervenção dele, as quais são de saber e de poder, que, segundo Foucault (1999), é da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, ou seja, são desses elementos que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de poder.

Ora, em tudo isso, eu creio que há certo número de coisas que são importantes. A primeira seria esta: o aparecimento de um elemento - eu ia dizer de um personagem - novo, que no fundo nem a teoria do direito nem a prática disciplinar conhecem. A teoria do direito, no fundo, só conhecia o indivíduo e a sociedade: o indivíduo contratante e o corpo social que fora constituído pelo contrato voluntário ou implícito dos indivíduos. As disciplinas lidavam praticamente com o indivíduo e com seu corpo. Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como o definem os juristas); não é tampouco com o indivíduo-corpo. E um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de "população" (FOUCAULT, 1999, p. 292).

Em outros termos, esta análise significa dizer que a biopolítica vai lidar com a população, porém, a população vista como um problema político, como um problema a um só tempo científico e político; logo, serão vistos, além disso, como um problema biológico e de poder. Para Foucault (1999), a biopolítica será responsável em implantar mecanismos que têm funções diferentes dos mecanismos disciplinares. Os mecanismos implantados pela biopolítica tratam-se de previsões, de estimativas, de medições globais. Não se trata de modificar tal fenômeno, nem tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, trata-se em intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, em relação ao que eles têm de global.

Portanto,

[...] Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 1999, p. 293-294).

Diferentemente do poder absoluto da soberania, que consistia em fazer morrer, aparece agora uma tecnologia do poder sobre a "população" enquanto tal.

Ou ainda, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder científico, o poder de “fazer viver”. “A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 294).

Ocorre uma manifestação do poder que aparece concretamente a partir da desqualificação progressiva da morte. Foucault (1999) esclarece que o poder é cada vez menos direito de fazer morrer e cada vez mais direito de intervir para viver. Na maneira de viver, e no “como” da vida, a partir do momento em que o poder intervém, sobretudo, nesse nível para aumentar a vida e para controlar seus acidentes, eventualidades, deficiências. Daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder.

Por isso,

Ela está do lado de fora, em relação ao poder: e o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico. Isso sobre o que o poder tem domínio não é a morte, é a mortalidade. E, nessa medida, é normal que a morte, agora, passe para o âmbito do privado e do que há de mais privado. Enquanto, no direito de soberania, a morte era o ponto em que mais brilhava, da forma mais manifesta, o absoluto poder do soberano, agora a morte vai ser, ao contrário, o momento em que o indivíduo escapa a qualquer poder, volta a si mesmo e se ensimesma, de certo modo, em sua parte mais privada. O poder já não conhece a morte. No sentido estrito, o poder deixa a morte de lado (FOUCAULT, 1999, p. 295-296).

Existe, portanto, desde o século XVIII, duas tecnologias de poder constatadas por Foucault. Ambas são introduzidas com certa defasagem cronológica, mas são sobrepostas. Uma é disciplinar centrada no corpo e produz efeitos individualizantes, que manipulam o corpo como foco de forças precisas para tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. A outra é a tecnologia que, por sua vez, centra-se não no corpo, mas na vida. É uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprias de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos, que podem ocorrer numa massa viva. Uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso, a fim de compensar seus efeitos.

Trata-se de uma tecnologia, segundo o autor, que visa não o treinamento individual, mas o equilíbrio global, algo como uma homeostase. A segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. É uma tecnologia de treinamento distinta a uma tecnologia de previdência. Em outros termos, uma tecnologia disciplinar que se distingue de uma tecnologia previdenciária ou regulamentadora.

Em ambos os casos, trata-se de uma tecnologia do corpo, entretanto, num caso, trata-se de uma tecnologia em que o corpo é individualizado como organismo dotado de capacidade e, no outro, de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto.

Para Foucault (1999), há duas séries nesse contexto por ele apresentado: a série corpo - organismo disciplina - instituições; e a série população - processos biológicos - mecanismos regulamentadores - Estado. Um conjunto orgânico institucional, a organo-disciplina da instituição, e de outro lado, um conjunto biológico e estatal, a bio-regulamentação pelo Estado. Ele deixa claro que não pretende fazer essa oposição entre Estado e instituição, pois as disciplinas sempre tendem a ultrapassar o âmbito institucional e local em que são consideradas.

O autor continua dizendo que esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar e outro regulamentador, não estão no mesmo nível. O que lhes permite, precisamente, não se excluírem e poderem articular-se um com o outro. Assim, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder; os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população são articulados um com o outro.

Destacamos dois exemplos;

[...] examinem, se quiserem, o problema da cidade, ou, mais precisamente, essa disposição espacial pensada, concebida, que é a cidade-modelo, a cidade artificial, a cidade de realidade utópica, tal como não só a sonharam, mas a constituíram efetivamente no século XIX. Examinem algo como a cidade operária. A cidade operária, tal como existe no século XIX, o que é? Vê-se muito bem como ela articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, por indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade: toda uma série de mecanismos disciplinares que é fácil encontrar na cidade operária (FOUCAULT, 1999, p. 299).

E depois vocês têm toda uma série de mecanismos que são, ao contrário, mecanismos regulamentadores, que incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados ao habitat, a locação do habitat e, eventualmente, a sua compra. Sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade ótima da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados as crianças; a escolaridade, etc. Logo, vocês têm mecanismos disciplinares e mecanismos regulamentadores (FOUCAULT, 1999, p. 299-300).

Mas, Foucault explica, de forma geral, que a “norma” é o elemento que circula entre disciplinar e o regulamentador. Ela se aplica da mesma forma, ao corpo e à população e permite também, a um só tempo, controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica.

Foucault (1999, p. 302) propõe que:

A NORMA é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, e dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra.

Embora a norma cumpra essa dupla função que envolve a disciplina e a regulamentação, é importante destacar que Deleuze (1992) faz uma síntese sobre alguns elementos que representam a passagem das sociedades disciplinares, como propôs Michel Foucault, para as ditas sociedades de controle. Levando em consideração que Foucault, em 1979, chamou atenção, em uma conferência, para a crise dos dispositivos disciplinares, sobretudo, em manter o poder nos países industrializados, ele percebeu a abertura das forças sociais à composição de novos arranjos de gerenciamento de poder.

Destarte, Foucault (1999) propõe que seja possível entender que a sociedade está diante de um poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida em geral, como o pólo do corpo e o pólo da população. Assim, funciona uma espécie de biopoder, o qual pode ser localizado nos paradoxos que aparecem no próprio limite de seu exercício. Segundo o autor, paradoxos que aparecem de um lado com o poder atômico, não são meramente o poder de matar, segundo os direitos que são concedidos a todo soberano.

Mas o que faz que o poder atômico seja, para o funcionamento do poder político atual, uma espécie de paradoxo difícil de contornar, se não totalmente incontornável, e que, no poder de fabricar e de utilizar a bomba atômica, temos a entrada em cena de um poder de soberania que mata, mas, igualmente, de um poder que é o de matar a própria vida. De sorte

que, nesse poder atômico, o poder que se exerce, se exerce de tal forma que é capaz de suprimir a vida. E de suprimir-se, em consequência, como poder de assegurar a vida. Ou ele é soberano, e utiliza a bomba atômica, mas por isso não pode ser poder, biopoder, poder de assegurar a vida, como ele o é desde o século XIX. Ou, noutra limite, vocês têm o excesso, ao contrário, não mais do direito soberano sobre o biopoder, mas o excesso do biopoder sobre o direito soberano. Esse excesso do biopoder aparece quando a possibilidade é técnica e politicamente dada ao homem, não só de organizar a vida, mas de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo, de fabricar algo monstruoso, de fabricar - no limite - vírus incontroláveis e universalmente destruidores. Extensão formidável do biopoder que, em contraste com o que eu dizia agora há pouco sobre o poder atômico, vai ultrapassar toda a soberania humana (FOUCAULT, 1999, p. 302-303).

Portanto, diante de todo o exposto acima sobre o biopoder, não se pode esquecer que ao tratar das possibilidades do uso de armas nucleares em conflitos mundiais, Ulrich Beck (2010) já havia chamado a atenção para a existência de uma “sociedade de risco”. Por fim, a analítica do poder de Michel Foucault e toda a evolução desse poder, ao longo dos processos históricos de formação dos Estados Nacionais, deixaram evidente a presença de um poder soberano e uma biopolítica, representada pela figura do Estado, mas sem poderes exclusivos. O poder disciplinar é difuso em todos os aspectos da vida humana. Sendo assim, a regularização e a normalização são construídas a partir de relações que definem o poder, por isso, torna-se tão importante começar pelas microanálises ou microrrelações de poder que só são possíveis a partir dessas relações.

Há também o fato de que não podemos deixar de considerar no mundo contemporâneo o surgimento de novos mecanismos de controle social ou novos mecanismos de poder que surgem com o avanço da globalização. Em pleno processo de desenvolvimento da revolução tecnológica, Foucault (2008) dizia que nesses últimos anos a sociedade mudou e os indivíduos também; eles são cada vez mais diversos, diferentes e independentes. Há cada vez mais categorias de pessoas que não estão submetidas à disciplina, de tal forma que somos obrigados a pensar no desenvolvimento de uma sociedade sem disciplina.

Mas, há também de se considerar a disciplina que é posta de outras formas, pelos mais diversos grupos, sujeitos ou organizações. Desconsiderar todo o cenário de mudanças na relação entre Estado e sociedade seria passar por cima da necessidade de chegar às análises mais íntimas das relações de poder, dispersas pelos espaços que compõem hoje e sempre a base material e imaterial na formação dos territórios.

Em zonas ou em redes, essa interpretação é fundamental e a partir dela devemos buscar a compreensão dos mecanismos de poder que estão por trás: dos grupos radicais que reivindicam a criação de um Estado Islâmico (EI); dos Cartéis do narcotráfico no México que executam juristas, policiais e jornalistas; das organizações multinacionais que ditam as normas e regras da produção e do consumo, dentre outros. Dessa forma, será possível chegar à essência das relações de poder.

5 RELAÇÕES DE PODER E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO NA METRÓPOLE

A Amazônia brasileira encontra-se em constante desequilíbrio institucional em relação ao controle de suas fronteiras por causa da presença do crime organizado na articulação da entrada e saída de cocaína que abastece o mercado brasileiro, europeu e africano. Isso, de certa forma, nos induz a acreditar que a região vive em constante estado de “exceção”. Nesse sentido, só é possível compreender o narcotráfico em Belém após a compreensão, primeiramente, da região amazônica neste contexto. No capítulo que segue, buscou-se fazer uma abordagem que dê conta de apresentar as definições e as relações de poder do narcotráfico, bem como, suas tecnologias. Trata-se de uma rede que atravessa as fronteiras da Amazônia até a cidade de Belém na porção Oriental. Para isso, foi preciso identificar os sujeitos envolvidos nesta atividade e compreender o papel de cada um no contexto da organização interna. Por fim, foi feita uma explanação acerca da apropriação e dominação dos territórios do narcotráfico na metrópole, considerando a dominação político-econômica e a apropriação simbólico-cultural.

5.1 Heteronomia e geografia do narcotráfico na Amazônia: redes, nós e facções

Inicia-se este debater destacando que a fronteira é um espaço complexo o qual não se restringe ao limite estabelecido pelo Estado; ela é palco de tensões e conflitos e, por conseguinte, lugar de encontros e desencontros de reprodução social, política, econômica e cultural. Ela é dinâmica e se constitui enquanto um espaço privilegiado para a expansão dos povos (COUTO, 2011).

Para Geiger (1993), torna-se necessário acentuar que na sua origem histórica a fronteira não foi um conceito jurídico nem, pelo menos, essencialmente, um conceito político ou intelectual. Pelo contrário, foi um fenômeno dos ‘fatos da vida’, a manifestação da tendência espontânea para o crescimento ecúmeno.

O estudioso destaca ainda que, historicamente, a palavra fronteira implica naquilo que é sugerido etimologicamente. Ou seja, a fronteira é o que se encontra “na frente”, uma área que foi parte de um todo, especificamente, a parte encontrada na frente. Se a sua teoria for aceita, pode existir (ou deva existir) somente um único Estado – um estado universal. Então, fronteira significa a frente do *imperium mundi*,

expandido em direção dos únicos limites que podem reconhecer, nominalmente, os limites do mundo. Deste modo, a fronteira não é o fim (a cauda), mas o começo (a cabeça) do Estado; é a cabeça irradiada de luz e conhecimento se espalhando no meio da escuridão e do conhecimento.

Nestes termos, não se pode imaginar que a fronteira se restringe ao limite, pois ela está sempre em movimento e à frente da expansão da sociedade. A fronteira é histórica, é temporal. Braudel (1993) propõe o conceito “tempo social”, em que as fronteiras podem ser interpretadas como separatrizes de tempos desiguais ou como evoluções econômicas não paralelas e, ao mesmo tempo, como zonas de integração e articulação do ecúmeno, quanto às regiões avançadas de um país, cuja dinâmica econômica e social possa ser relacionada, seja por progressos tecnológicos, pelas novas formas de organização social ou por ligações com outras formas socioeconômicas (GEIGER, 1993).

Para Machado (1998), a palavra *limite*, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, uma ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, no qual a soberania corresponde a um processo absoluto de *territorialização*. O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo etc.) são elementos constitutivos da soberania do estado que correspondem ao território, cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o *estado territorial*).

Fala-se de fronteira enquanto um episódio que não pode ser compreendido fora de algum espaço, muito menos fora do tempo e da história, pois ela deve ser tida como o produto histórico e social que é. Por ser um fato histórico-social, a fronteira tem mobilidade decorrente da própria mobilidade social (BUSCIOLI; CORRÊA; OLIVEIRA, 2008).

Segundo Hissa (2002, p. 35):

Uma reflexão sobre limites e fronteiras é, também, uma reflexão sobre o poder. Fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder.

A fronteira também simboliza o poder e cada país dentro de seu território possui suas regras, políticas e formas de controle. Para trabalhar com a questão da fronteira, é necessário um recorte espacial muito bem definido. Seguindo pela pesquisa de campo, observação e interação com o espaço de fronteira, o pesquisador deve se posicionar dentro dos dois lados de uma fronteira: o de dentro e o de fora. Ele deve realizar uma pesquisa que descubra o real sentido de se pertencer ou não a uma fronteira (BUSCIOLI; CORRÊA; OLIVEIRA, 2008).

Na fronteira são estabelecidas relações de poder instituídas e instituintes, que são desempenhadas pelos vários sujeitos ou agentes que nela manifestam suas formas de reprodução social e cultural. Sendo assim, nela convivem interesses divergentes e convergentes que muitas vezes podem manifestar diversas formas de conflitos. Contudo, ressalta-se a atuação em redes das mais variadas relações de poder, tanto do Estado-rede quanto do crime organizado e seus comandos ou facções em prol do narcotráfico, dos contrabandistas, das guerrilhas, dentre outros grupos que necessitam das fronteiras para existirem enquanto organizações.

A relação entre fronteira e poder se dá a partir das relações constituídas que definem uma dominação político-jurídico do espaço, como o Estado faz, ou então, uma apropriação simbólica realizada pelos povos que lá habitam e se reproduzem, e mais ainda, de todo e qualquer tipo de clandestinidade transfronteiriça que por ela deva passar. A fronteira é, nesse sentido, a porta de entrada e saída, e ao mesmo tempo, ela, em termos políticos, representa a manutenção do poder a partir de seu “controle”.

O “Poder”, em um sentido bastante generalizado, significa a “capacidade transformadora”, a capacidade de intervir em um determinado cenário de eventos de forma a alterá-lo. A conexão lógica entre a ação e o poder é de suma importância para a teoria social, mas o significado “universal” de poder, assim subentendido, necessita de um refinamento conceitual considerável se for utilizado no interesse de uma pesquisa social substantiva (GIDENS, 1985). E, por isso, é tão importante analisar a relação tempo-espacial na fronteira, visualizando o poder do Estado, soberano e autêntico, mas não único, porém, importante para manter o controle dos recursos e do território, mas constantemente sobre “Estado de exceção” (AGAMBEM, 1996).

Então, há uma coexistência de poderes ao longo da fronteira da Amazônia brasileira com os países limítrofes, reflexo de uma ordem e desordem intencional (ou

não), resultante do processo histórico de construção da complexidade do espaço da fronteira. Nesse sentido, observa-se também a presença de um “Estado de exceção” puro e dissimulado pelos documentos oficiais do governo que apontam problemas vinculados à segurança nacional e defesa do território, faz-se, assim, um discurso da proteção que legitima as possíveis ações deste Estado.

As fronteiras marcam um dentro e um fora, um nós e os outros e são de muitos tipos: físicas, políticas, culturais e, também, psicológicas. Uma fronteira cria um espaço interior que pretende ser homogêneo e deliberadamente diferenciado do exterior. Porém, as fronteiras são, além disso, barreiras invisíveis as quais se interpõem entre os homens, inclusive entre as relações pessoais (RAMONEDA, 2006).

Com a intensificação das atividades criminosas do narcotráfico na fronteira e em toda a região amazônica, o crime global das redes ilegais passou a gerar perdas políticas e econômicas significativas aos países envolvidos. Nesse contexto, as articulações advindas das ações do narcotráfico induzem a acreditar que, de fato, falta uma política legítima por parte dos governos nacionais de forma a procurar minimizar estas ações ilícitas decorrentes dessa atividade como, por exemplo, uma maior regulação e fiscalização das fronteiras desses países, justificando com isso uma “contenção territorial” (HAESBAERT, 2014).

Dessa forma, concorda-se com Haesbaert e Gonçalves (2005, p. 64), quando afirmam que “o comércio de drogas ilícitas tem caráter de atividade transnacional, opera em escala global, mas seus lucros dependem da localização geográfica dos lugares de produção e de consumo, da existência de fronteiras nacionais e da legislação de cada estado nacional”. Para Martins (1997), a fronteira de modo algum se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*.

Sendo assim, a segurança, por sua vez, assume um caráter transnacional, sobretudo na conexão das agências de diversos países. Entende-se, então, que o inimigo não é mais um estado estrangeiro, mas organizações estruturadas em rede, fundadas em critérios de solidariedade que pouco tem a ver com o sentimento de ‘pertencimento’ a um Estado Nacional (terrorismo, narcotráfico, imigração ilegal, entre outros) (MACHADO, 2000).

A região amazônica, neste final da segunda década do século XXI, vem enfrentando um problema que vai para além dos limites territoriais brasileiros, tendo influência direta dos países da Pan-Amazônia, ou seja, da Amazônia transfronteiriça. Visto que a expansão das redes ilegais relacionadas ao narcotráfico, contrabando, biopirataria e tráfico de armas vêm desafiando as forças de segurança nacional e limitando o poder de coerção do Estado, impõe-se uma ordem “estranha” ao poder soberano do país.

Estudos de Machado (1998) já destacavam que nas últimas décadas do século XX as redes que mais obtiveram relativo sucesso em fazer uso da bacia amazônica sul-americana como unidade funcional e como região geográfica foram as firmas e empreendimentos que exploram o comércio ilegal de drogas e contrabando de mercadorias.

Para Couto (2014), o tráfico de drogas necessita de bases operacionais, cidades na região que se tornam interconectadas aos fluxos que favorecem esta atividade, numa ligação que não obedece aos limites territoriais e, portanto, tornam as fronteiras porosas e vulneráveis às suas estratégias e ações. A região hoje é vista como um espaço singular para a firmação de um mercado da droga presente no Brasil e nos países da África e da Europa que são destinos da cocaína que chega até eles passando pelo Brasil e, em seguida, pela Amazônia.

Assim:

Em razão de se constituir em atividade de caráter transnacional e por seu enfrentamento ser objeto de políticas, inclusive de cooperação internacional, e ainda pelas peculiaridades do envolvimento do Brasil no fenômeno do tráfico internacional de drogas ilícitas, o estudo de sua sociologia, no caso brasileiro, necessita a contextualização da análise política de seus condicionantes regionais internos no âmbito das relações internacionais (PROCÓPIO FILHO; VAZ, 1997, p. 78).

Esse caráter transnacional que o narcotráfico tem como atributo é de fato, um dos pontos fundamentais da organização reticular que lhe dá uma estrutura política e econômica capaz de manter a atividade e promover uma manutenção capaz de tornar volátil a própria movimentação das redes. Logo, a movimentação depende do grau de conectividade e acessibilidade aos principais mercados do Brasil e do mundo.

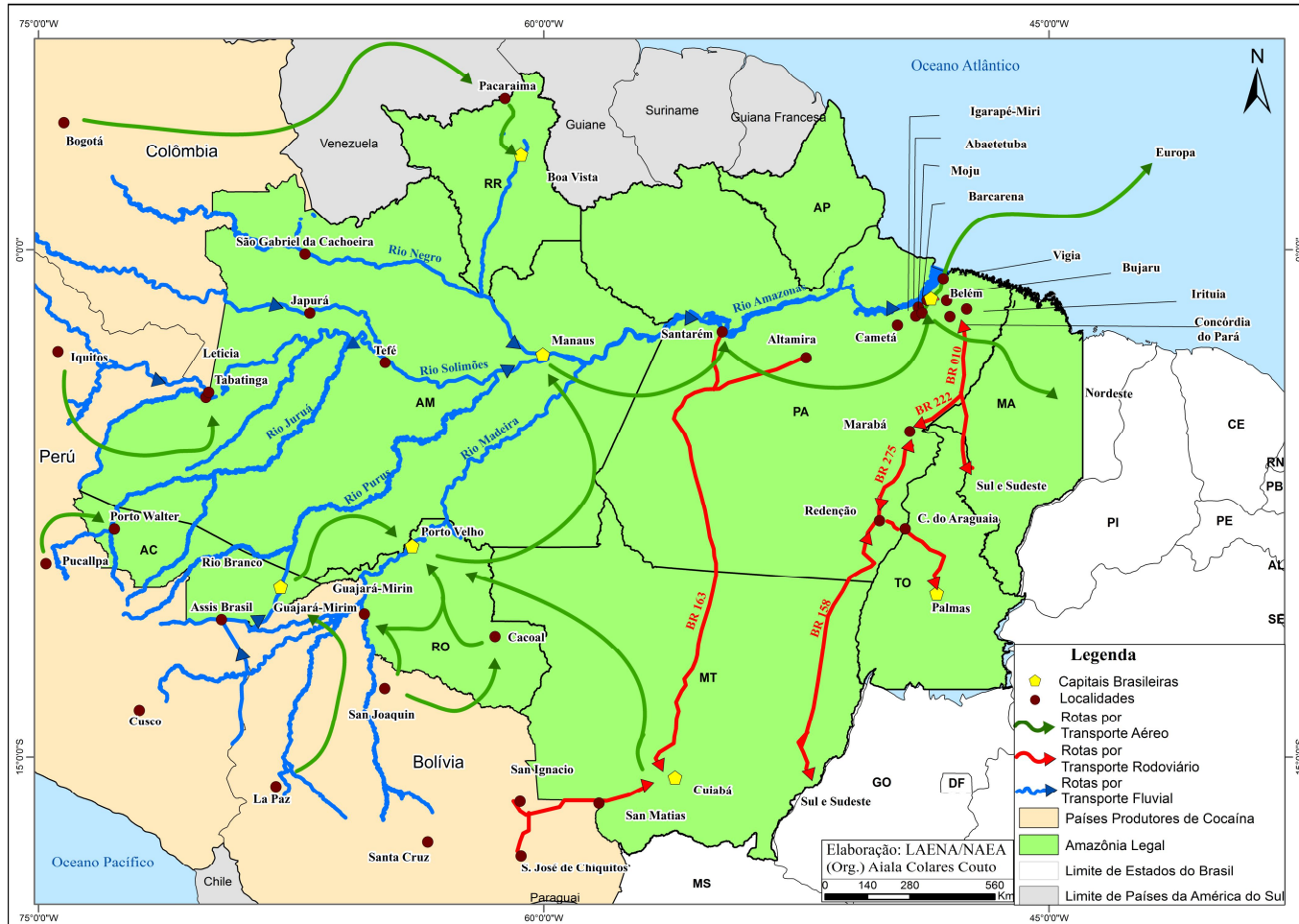
Não se pode mais acreditar na ideia de que o narcotráfico se constitui apenas como um problema de países como Bolívia, Colômbia e Peru, aqueles da

Comunidade Andina que se destacam enquanto os maiores produtores de cocaína (embora tenha crescido a participação do México no fornecimento para o mercado dos EUA). Estes são países que estão inseridos na Amazônia internacional, pois têm porções da região em seus territórios. Hoje, o tráfico de drogas é também um dos maiores problemas da Amazônia brasileira, a qual exerce a funcionalidade de área de trânsito, o que coloca constantemente em movimento as fronteiras e em alerta o Estado.

A produção, o tráfico e o uso indevido de drogas têm alcançado grande magnitude internacional. O narcotráfico tem adquirido conotações particulares, pois a ilegalidade da indústria da droga induz a geração de aspectos peculiares, tais como, o crime organizado, a violência e a corrupção, que acabam por tramitar pela sociedade como valores naturais, pertinentes ao funcionamento normal do Estado (MARINHO, 2008, p. 173).

Ainda sobre o tráfico de drogas ilícitas, Rodrigues (2004) destaca que, embora não seja tema recente (remonta desde o século XX), seu combate perpassa desde a consideração enquanto prática social desviante e perigosa, levando a problemas de segurança sanitária e pública (CORDOVIL; NASCIMENTO, 2010). As áreas escolhidas têm um sentido geográfico para chegar até os principais nós das redes e principais mercados do país, o que força narcotraficantes a optarem por rotas e cidades estratégicas. Entretanto, estas são redes dinâmicas e que podem eleger novas rotas de acordo com as necessidades da organização. O mapa a seguir faz uma referência das rotas organizadas em redes pelo tráfico de drogas na região amazônica considerando, por exemplo, as chamadas “novas rotas”, segundo a Polícia Federal do Brasil.

Mapa 1– Redes e fluxos do tráfico de drogas na Amazônia



Fonte: Polícia Federal/Pesquisa de Campo (2016).

Existem várias rotas que conectam a Amazônia Brasileira aos países da Comunidade Andina. Na Bolívia, por exemplo, a conexão se dá com o estado do Mato Grosso, onde são utilizadas as rotas terrestres e aéreas, por meio de uma articulação reticular que leva a droga do Oeste do Pará para a região do Xingu, a partir do município de Altamira, Sudeste do Pará, até os municípios de Conceição do Araguaia, Redenção e Marabá e para o Norte do Tocantins até Palmas, chegando até o Sudeste do Brasil. Da Bolívia também partem os fluxos de cocaína, fluxos estes que vão em direção ao estado de Rondônia, o qual recebe transportes aéreos e fluviais. Destaca-se que os traficantes constroem pistas de pouso clandestinas no meio da floresta, ou então, utilizam fazendas como fachadas, segundo o relato de policiais federais.

Do Peru para a Amazônia brasileira prevalecem as rotas fluviais em direção aos estados de Rondônia e Acre; do estado do Amazonas em direção ao rio Amazonas e seus afluentes da margem direita. Nesse arco, as cidades de São José Chiquitos, San Ignacio, San Matias, Guajará Mirim e a capital La Paz, todas na Bolívia, funcionam como nós ou nexos conectados que dão sentido a toda a estrutura espacial em redes e chega até às cidades da Amazônia, sem respeitar os limites fronteiriços. As cidades de Cusco, Pucallpa e Iquitos, no Peru, são os nexos das redes; no arco Central e Sul da fronteira, com forte integração com o estado do Amazonas pelos rios, destacam-se as cidades de Porto Walter e Assis Brasil no Acre.

Na Colômbia, Bogotá é o centro de comando e precisa de articulações por toda a fronteira com o Brasil. Para isso, as cidades de Leticia, na fronteira com Tabatinga (Brasil), são as cidades gêmeas que sofrem atenção especial, principalmente dos órgãos fiscalizadores. Ainda há Japurá e São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas, cidades que também dão sentido e dinamismo para as redes do tráfico de drogas na região. E, finalmente, completando esse processo pelos arcos mais ao Norte da Amazônia, a conexão de Bogotá até Pacaraima e Boa Vista passando pela Venezuela.

A organização do narcotráfico na Amazônia brasileira envolve um conjunto de cidades que sofrem influência das relações de poder de narcotraficantes e de facções que estão associadas aos narcotraficantes estrangeiros de países como Bolívia, Colômbia e Peru. Neste aspecto, torna-se necessário que os grupos no

Brasil deem condições de que a droga possa fluir com facilidade nos mercados brasileiros e possa chegar até os mercados europeus e africanos.

A Amazônia apresenta uma bacia a qual não se limita ao território brasileiro. Além de ter um ambiente com áreas de baixas densidades demográficas, em meio a uma floresta densa e uma variedade de rios, os narcotraficantes aproveitam-se dessas peculiaridades. De acordo com o ponto de vista do Estado, deve ser difícil manter o controle, entretanto, é proveitoso para repassar as mercadorias contrabandeadas, biopiratarías e tráfico de drogas.

É nesse ambiente de enorme proporção territorial e de baixa densidade demográfica, onde a ausência do Estado chega a ser uma regra e não uma exceção, que identificamos a ação de grupos adversos que se aproveitam da densa floresta para acobertar inúmeras atividades ilícitas, utilizando-se de rotas aéreas, terrestres e fluviais clandestinas para transportar toda sorte de droga, contrabando, armas e munições (ISHIDA, 2006, p. 4).

Preferiu-se utilizar aqui o termo atuação precária ao invés de “ausência do estado”, visto que não se acredita neste total afastamento, pois de uma forma ou de outra, ele está presente. É claro que estas ameaças impostas sobre o espaço amazônico legitimam, quando necessário, “estado de exceção”, em nome da segurança e da defesa, pois as leis de exceção tornam-se regras, nas quais o ilegítimo torna-se legítimo. Julga-se também a extrema ameaça representada por estas atividades ilegais que são utilizadas como discurso. Além disso, considera-se que os projetos Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e Calha Norte são exemplos de que esta ausência de Estado não existe e de que a qualquer momento o “estado de exceção” pode estar em ação.

Para Haesbaert (2006, p. 33):

Esses processos, na verdade, mais do que um simplista fortalecimento do papel do Estado, estão inseridos dentro “de uma lógica contraditória e ambivalente, na medida em que, se por um lado parece revelar seu fortalecimento, como o recurso frequente a ‘Estado de exceção’, por outro pode estar justamente revelando o seu caso, no desespero de tentativas de controle que buscam, de certa forma, controlar o incontrolável”.

Esse jogo de des-controle de território, no qual a Amazônia participa, esclarece a complexidade de se poder ter uma noção mais clara sobre as relações, sobretudo institucionais, na região. O que se verifica é que o narcotráfico impõe uma territorialização que pode ser interpretada como uma possível desterritorialização do estado.

Essa nova-velha des-territorialização, direta ou indiretamente levada a cabo pelo Estado (seja dentro da “norma” vigente, seja por meio de legalização do ilegal ao criar novos “campos” que podem se confundir com o próprio Estado como um todo), aparece acoplada a diversas outras iniciativas, principalmente as desse aparato a-legal que a “ausência” ou fragilização do papel social do Estado incitou a emergir, como no caso dos territórios dominados por máfias e/ou pelo narcotráfico. Parece tratar-se agora, sobretudo, do controle dessa massa crescente de despossuídos (HAESBAERT, 2014, p. 33).

Assim, a Amazônia está em meio a um conflito que evidencia que o Estado e as organizações ilegais têm interesses divergentes (ora convergentes) sobre o uso do território. Já que está sendo tratado sobre as organizações ilegais, é preciso reconhecer que nestas condições elas dependem também de microrrelações criadas por micropoderes capazes de se estruturarem em termos de organizações territoriais zonais e reticulares, os quais estarão presentes nas cidades da região e farão parte das redes macros.

Nestes termos,

Não podemos, entretanto, ficar de tal forma obcecados por esse macropoder do Estado ou das grandes organizações ilegais a ponto de ignorar os micropoderes, como diria Foucault, em que não apenas esse macropoder é legítimo e outros micropoderes heterônomos brotam com igual força, mas também em que podem ser gestados movimentos sociais de resistência, articuladores de territórios/territorialidades mais alternativos ou mais autônomos. Ao priorizar a multiplicidades de sujeitos que fazem a história, e as resistências que eles constroem, podemos entender a multiplicidade de territórios/territorialidades possível de ser desenhada, numa visão muito mais complexa da relação entre poder e espaço, dentro do movimento contemporâneo de desterritorialização do Estado (HAESBAERT, 2014, p. 34).

As organizações criminosas internacionais esquematizam estratégias desde cima, entretanto, apresentam uma importante diferença em relação às organizações formais. As atividades ilegais devem integrar a visão desde baixo, pelo fato de estarem sujeitas a uma maior exposição ao risco no território. A articulação e o êxito dos negócios ilegais são intensamente dependentes de conexões locais,

aproveitando-se de complexos e instáveis sistemas de informação e telecomunicação, nesse movimento o macro e o micro devem estar proferidos de tal forma que possam fazer fluir tais fluxos de drogas.

Os conflitos que ocorreram no início de 2017 nos presídios Anísio Jobim, no Amazonas, com 56 mortos, e na penitenciária agrícola de Monte Cristo, em Roraima, com 33 mortos, são exemplos de que na Amazônia existem crimes que são comandados por facções criminosas que atuam no Brasil e têm interesse no controle da entrada e distribuição da droga pelo mercado do Brasil. No Amazonas, os presídios são comandados pela Família Do Norte (FDN)⁸, uma facção criada em 2006, a partir da união de dois grandes traficantes deste estado. Esta organização foi criada para fazer frente ao avanço do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, que tentava avançar pela região. A FDN é, por enquanto, unida com o Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, e se opõe à ofensiva da facção paulista.

A FDN controla a rota do Solimões, como é conhecida a área utilizada por traficantes para escoar cocaína do Peru e da Colômbia que vai para os grandes centros consumidores do país e para o exterior. A aliança estabelecida entre CV e FDN é de amplo interesse das duas facções; para o CV, é uma forma de receber as drogas por um valor mais baixo, enquanto que para FDN é a maneira de ter acesso aos mercados de outras regiões.

A guerra das facções está justamente associada a esta tentativa de se ter acesso ao fornecimento de cocaína num valor menor para elevar os lucros. Quando a droga entra no país a um preço elevado, ela compromete a rentabilidade da organização criminosa que precisa de recursos para a sua manutenção.

Em 2010, o quilo da cocaína estava custando⁹ no mercado de R\$ 28.000,00 a R\$ 30.000,00. Em 2015 e 2016, o quilo da cocaína importada dos países produtores já havia baixado para uma variação que ficava entre R\$ 18.000,00 e R\$ 20.000,00. Este barateamento associa-se ao aumento do consumo interno e à ideia de que o Brasil é um mercado alternativo para o fornecimento desta droga. Este mercado alternativo se dá em função: das circunstâncias de localização; do maior controle

⁸ A FDN é a terceira maior facção criminosa do país, ficando atrás de PCC e CV, porém seu crescimento se deu em função do estado do Amazonas ser a principal porta de entrada de cocaína no Brasil.

⁹ As informações sobre o preço da cocaína destacado foram coletadas em entrevistas de campo, portanto, obedece à lógica de mercado a partir da oferta e da procura. Além disso, a queda do preço está associada ao aumento da quantidade de droga que atravessa as fronteiras do país.

das fronteiras dos EUA; e da maior repressão ao tráfico de drogas em países europeus, o que eleva os custos de transportes das drogas, encarecendo o produto e diminuindo os lucros. Por conta disso, nos últimos anos, o Brasil passou a destacar-se no mercado mundial de comércio de drogas.

A FDN tornou-se a terceira maior facção criminosa do país, segundo a Polícia Federal. Tal fato ocorre em função de este controle e localização estarem próximos aos principais produtores. A Amazônia tornou-se um campo extremamente fértil para a reprodução de relações que levaram ao fortalecimento deste grupo. O narcotráfico tem a sua própria geografia, fundamentada em um cálculo racional. E, de acordo com Machado (2003, p. 6):

Não há dúvida que uma das principais atrações do ilegal para a massa de trabalhadores informais (imigrantes, comerciantes ambulantes, microempresários, trabalhadores autônomos, artesãos, subcontratados etc.) é a percepção de que possa ser uma via de ascensão social, com acesso rápido às benesses do consumo, reais ou ilusórias.

Muitas vezes, articulando máfias à escala mundial, as redes ilegais podem ser vistas, ao mesmo tempo, como produtos – à margem do sistema “legal”, impondo-se como forma de sobrevivência de grupos excluídos e como produtoras da desterritorialização – ao promoverem a instabilidade e a violência (HAESBAERT, 2002).

Por fim, é preciso então destacar que a região amazônica aparece como rota primária na distribuição de cocaína em direção à Europa e à África, envolvendo-se também com as Guianas e o Suriname. A Amazônia fragiliza-se diante das ações de organizações criminosas sobre a região, assim como fragiliza-se também diante da possibilidade de se estabelecer o “estado de exceção”, dado as proporções dos impactos socioespaciais e territoriais que o crime organizado pode resultar no espaço brasileiro.

As cidades ou metrópoles da região amazônica tornaram-se espaços privilegiados para o narcotráfico constituir relações de poder sobre as suas periferias, favelas, baixadas, etc. Estes poderes associam-se a uma relação multiescalar de autoridade que agrega o macro e o micro dentro de um único contexto, mas com dimensões espaciais diferenciadas. Entender este jogo de poder na construção de uma sobreposição de territórios, em cidades da Amazônia, como Belém, é a proposta que aqui apresentamos.

5.2 A precarização dos territórios na periferia da metrópole

Ao referir-se sobre a precarização dos territórios no espaço urbano de Belém, nitidamente torna-se necessária uma análise, mesmo que simplificada, do processo de urbanização e periferização da cidade, após os anos de 1950. A partir deste contexto, a Amazônia passou por um acelerado processo de ocupação potencializada pela política de integração nacional a partir do Plano Tripé-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) dos governos militares (1964-1985). Estas ações tiveram efeitos imediatos e contribuíram para a forma metropolitana apresentada hoje, inicialmente concentrada e, posteriormente, dispersa. Mas, com características singulares, talvez únicas. Belém apresenta um modelo de urbanização que criou uma organização espacial complexa e que, dificilmente, possa vir a ser encontrada em outras regiões do Brasil, caracterizando uma urbanização particular das cidades amazônicas.

A cidade de Belém tem sua fundação durante o século XVII, no ano de 1616, a partir da construção do Forte do Castelo ou Forte do Presépio. Tal fato corresponde ao caráter inicial da ocupação da região amazônica em meio ao processo de colonização portuguesa, que encontrou nos rios um forte elemento de organização do espaço. As missões religiosas tiveram um papel fundamental no desenvolvimento das atividades econômicas como, por exemplo, as drogas do sertão; ao mesmo tempo em que garantiram a colonização regional. A cruz e a espada são símbolos importantes na configuração de objetos construídos ao longo desse período e que, ainda hoje, estão presentes em várias cidades.

Contudo, foi a partir dos anos de 1950 que a cidade de Belém começou a passar por um intenso processo de urbanização que lhe deu características e aspectos de uma metrópole recebendo grandes fluxos migratórios campo-cidade. A construção da rodovia Belém-Brasília teve relação direta com essa nova dinâmica demográfica ocorrida nesse contexto, e contribuiu para que ocorresse uma rápida ocupação das proximidades da área central, as chamadas áreas de baixadas, onde o inchaço populacional e a precarização são características presentes nesses espaços, contribuindo para o momento de formação da metrópole.

A ocupação e a produção do espaço urbano da metrópole, no que concerne à primeira fase, permitem enxergar uma dinâmica socioespacial onde a modernidade

e a precariedade, riqueza e pobreza, legal e ilegal misturam-se, não apenas pela proximidade geográfica, mas também no âmbito das relações sociais. Por isso, torna-se tão difícil definir limites para os bairros formados dentro do limite estabelecido pela Primeira Légua Patrimonial.

Para Trindade Junior (2016, p. 90),

No caso de Belém, seu crescimento, a partir de então, passou a refletir o incremento de novas atividades urbanas por parte do Estado e por empresas privadas. Concomitantemente, as alterações decorrentes daquele processo nas atividades econômicas tradicionais da região proporcionaram correntes migratórias no sentido rural-urbano, que definiram em muito a forma de apropriação diferenciada da cidade.

A diferenciação na apropriação do espaço urbano de Belém mostra grandes contradições na organização socioespacial, as quais correspondem à favelização das áreas de baixadas que foram precarizadas, não apenas pelas formas de autoconstrução, e ainda, pela negligência de uma política urbana incapaz de propor um planejamento que acompanhasse tal evolução. Rodrigues (1988) destaca que diante deste contexto de crescimento e de diferenciação intraurbana acentuada, vivida pela cidade, destacaram-se principais agentes de produção do espaço urbano. Os agentes são, em sua maioria, pessoas que migraram do espaço rural ou de outras cidades. O Estado, as empresas privadas voltadas para a exploração de matérias-primas regionais e o capital imobiliário passaram a exercer uma ação bem mais expressiva na definição da estrutura urbana.

Faz-se necessário argumentar que não foi de interesse desta pesquisa utilizar a teoria da produção social do espaço para chegar aos territórios do narcotráfico. Aqui, a intenção está voltada para compreender a periferização de Belém e a precarização de territórios que serão tomados pelo tráfico de drogas, o qual passa a fazer parte de uma rede organizada a partir de uma relação que se estabelece dentro e fora da metrópole.

Ao referir-se à imigração e sobre seu impacto nas cidades, destacou-se que os projetos de infraestrutura tinham como meta integrar a Amazônia aos mercados globais e nacionais. A partir dos anos de 1950, tal integração deu-se de forma antidemocrática e autoritária, sem consulta popular, prevalecendo os interesses do grande capital estatal e privado que viam na região uma possibilidade de extração de riquezas via recursos naturais.

Nesse contexto, a expansão da malha rodoviária permitiu a intensificação dos fluxos migratórios espontâneos de pessoas que vieram em busca de emprego e de terras, por isso, agravou-se o quadro dos problemas sociais. Parte significativa dos imigrantes que não conseguiam inserir-se no mercado de trabalho, passaram a habitar em torno dos grandes projetos ou nas principais capitais da região, a exemplo de Belém. Com isso, a cidade de Belém passou por um processo de crescimento urbano tanto vertical – em relação ao aumento da taxa de natalidade – quanto horizontal – ligado à imigração.

Um importante estudo sobre a formação metropolitana de Belém deu-se a partir das pesquisas de Trindade Junior (2016). Para ele, ao se tratar da expansão urbana da cidade, no plano da estruturação interna do espaço metropolitano, observou-se que até a década de 1950, Belém apresentava uma clara tendência de não ocupação das áreas de baixadas, consideradas sem infraestrutura, ainda que centralizadas no conjunto do espaço metropolitano. O autor priorizou seus estudos à ocupação dos terrenos de cotas elevadas e concluiu que foi esta a tendência conferida à cidade, designando que por muito tempo havia uma malha urbana irregular, ajudada pela implantação das áreas institucionais, no início da década de 1940, à altura da Primeira Légua Patrimonial.

As baixadas representam não somente a área de expansão da cidade, mas também o espaço de resistência e sobrevivência daqueles que foram excluídos do mercado formal imobiliário e desprovidos dos serviços urbanos de qualidade. Gerou-se um padrão de ocupação adensado com uma tipologia típica de favelas, o que deixa bem evidente o perfil socioeconômico que as habita. A Prefeitura Municipal de Belém considera baixada toda área de cota topográfica de 4m e baixo de 4m, correspondente à planície inundável (CODEM, 1986).

A intensificação do êxodo rural fez com que as baixadas vivenciassem um processo de favelização acelerado. Mais que simples solução de emergência para o problema da moradia, essas áreas tornam-se, sobretudo, parte de uma estratégia de sobrevivência da população pobre, face à escassez e valorização das terras altas no interior da primeira légua patrimonial. Isto aconteceu por vários motivos, seja pela boa localização dos terrenos alagados em relação ao centro, seja pelo caráter que tomou o processo de apropriação dos mesmos. Estes fatores compensavam, de certa forma, as desvantagens de infraestrutura dessas áreas (FERREIRA, 1995, p. 111).

Foi somente a partir dos anos de 1970 que a malha urbana de Belém se expandiu para além da Primeira Léguas, ultrapassando o chamado “cinturão institucional”. As áreas ocupadas apresentavam disponibilidades de terras para tal ação; por outro lado, eram áreas consideradas distantes do centro da cidade ou da área central. Nos estudos de Trindade Junior (2016), notadamente a expansão se deu para a Rodovia Augusto Montenegro (Eixo Belém-Icoaraci) e para a Br-316 e Estrada do Coqueiro (Eixo Belém-Ananindeua). Esses espaços configuraram-se em novos bairros, passando a receber fluxos migratórios do interior do estado e das regiões mais centrais da cidade.

Para Trindade Junior (2016, p. 99):

Foi a partir da densificação da Segunda Léguas que se passou a definir, com maior nitidez, uma forma metropolitana dispersa, tal a intensidade da urbanização, do crescimento da malha urbana, e dos fluxos de população para essa área. Até então, a forma metropolitana mostrava-se compacta, com uma significativa concentração populacional e densidade construtiva no interior da Primeira Léguas Patrimonial.

A consolidação do modelo urbano-industrial brasileiro se deu com a diversificação do setor produtivo, o qual apresentou altas taxas de crescimento econômico. Entretanto, ele está associado ao capital estrangeiro e à classe dominante, por isso este modelo conservador ajudou a reproduzir desequilíbrios regionais e desigualdades sociais, sobretudo no interior das metrópoles.

O contexto em que se deu a forma dispersa para a metropolização de Belém teve um momento em que coincidiu com a chamada década perdida, nos anos de 1980, em que o Brasil enfrentava muitos problemas, tais como: alta concentração de renda, inflação acelerada, desemprego e elevadas taxas de déficit habitacional. Essa crise refletia o sinal de esgotamento do padrão de acumulação estipulado pelo modelo econômico brasileiro. Esses reflexos negativos chegaram até Belém, passando por grandes problemas, já que a cidade possuía uma base econômica frágil, dotada de pouca autonomia e exposta diretamente às crises estruturais da economia nacional.

Há de se considerar que, naquela época, Belém foi pouco beneficiada com a expansão capitalista ocorrida na região amazônica, em particular no estado do Pará com os grandes projetos minerais. Isso desencadeou em Belém, nesse contexto: taxas de crescimento do PIB inferiores à taxa de crescimento demográfico; baixos

níveis salariais; elevados níveis de desemprego e subemprego; concentração de renda; desassistência social e educativa e déficit urbano crônico de infraestrutura e de serviços.

A cidade de Belém contava com uma concentração populacional no interior da Primeira Léguas Patrimonial que ocupavam as baixadas. Para Trindade Junior (2016, p. 101),

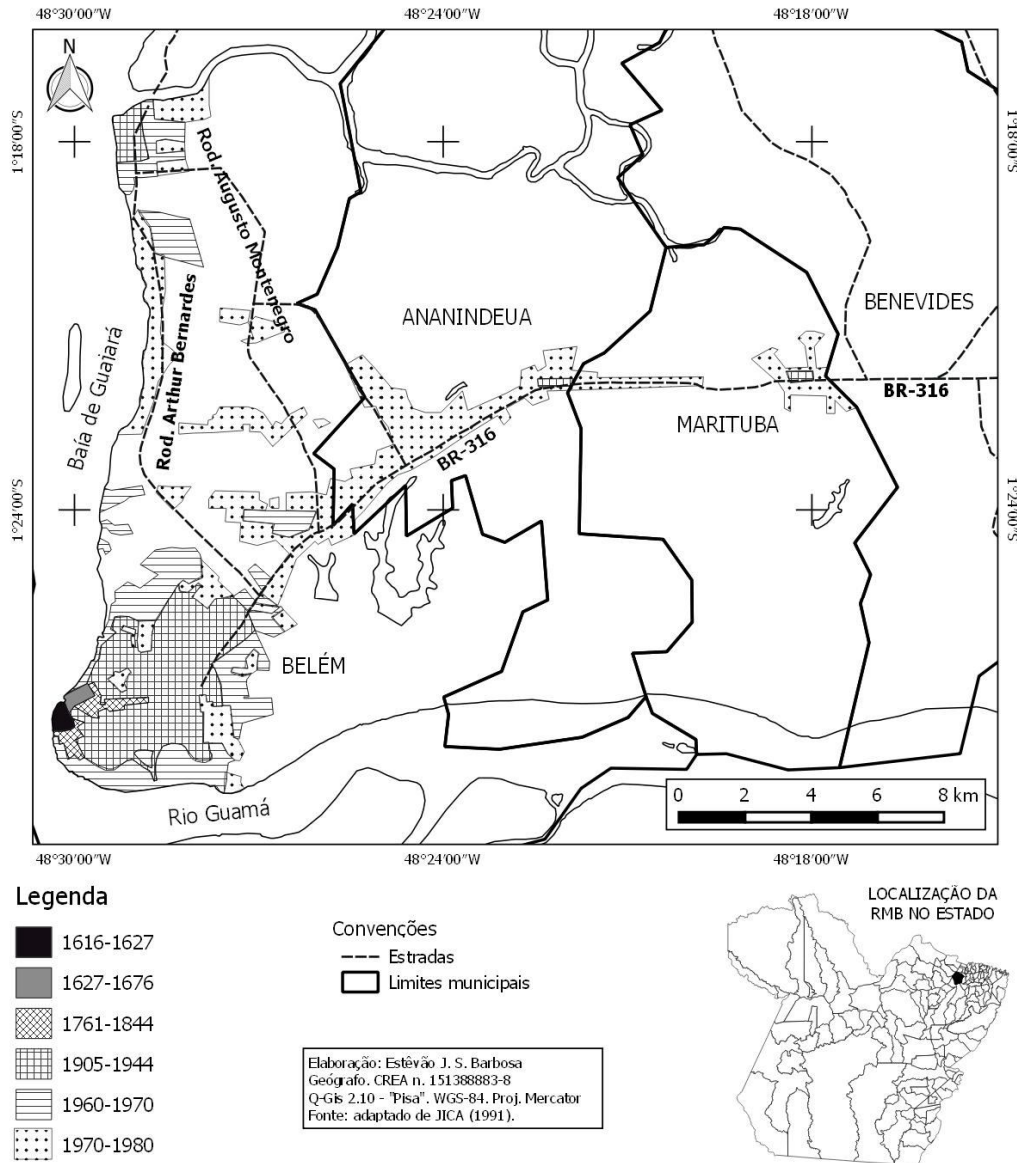
um dos fatores dessa concentração foi a não expansão, com a mesma intensidade, dos equipamentos urbanos e do sistema viário para a chamada Segunda Léguas Patrimonial. Este último não sofreu alterações substanciais em sua estrutura, concentrando-se principalmente nessa área mais central hiperurbanizada.

É importante esta análise sintetizada sobre a metrópole para chegar ao processo de precarização dos territórios, pois a estruturação urbana da cidade configura-se em um perfil no qual apresenta um centro urbano adensado, ocupado pela população de classes média e alta e que contrasta com uma periferia dispersa ocupada pela população empobrecida.

É a população pobre da cidade de Belém que mais luta com a falta de moradias, de água encanada, de esgotos, de transportes e outros; que mais sente os efeitos negativos do elevado preço da terra urbana por ser forçada a morar na periferia, particularmente em áreas alagáveis e sem infraestrutura. (FRANÇA, 1995, p. 3).

O mapa 2, a seguir, trata da evolução urbana da Região Metropolitana de Belém no período de 1616 a 1980. É notável que a característica de metrópole confinada até a década dos anos de 1950 foi a partir das décadas de 1960 e 1970, quando houve dispersão da metrópole. Como se pode verificar, as áreas da Arthur Bernardes, Augusto Montenegro e BR 316 passaram a ser ocupadas, dando sentido ao processo de metropolização do espaço.

Mapa 2- RMB evolução do espaço urbano (1616-1980)



Fonte: Trindade Junior (2016).

O mapa a seguir (Mapa 3) foi retirado da tese que virou livro de Saintclair Cordeiro Trindade Junior, a qual aborda sobre a formação metropolitana de Belém. O referido artifício cartográfico traz informações sobre a estruturação metropolitana da cidade no ano de 1997. Trindade Junior (2016) destaca que a realocização das classes de baixa renda e a produção de novas localizações fizeram parte de uma estratégia que possibilitou a reestruturação na malha metropolitana. Sendo assim, houve um espriamento para além do chamado "cinturão institucional" que integrou definitivamente os subúrbios. Isso fez com que fosse estabelecido o processo de

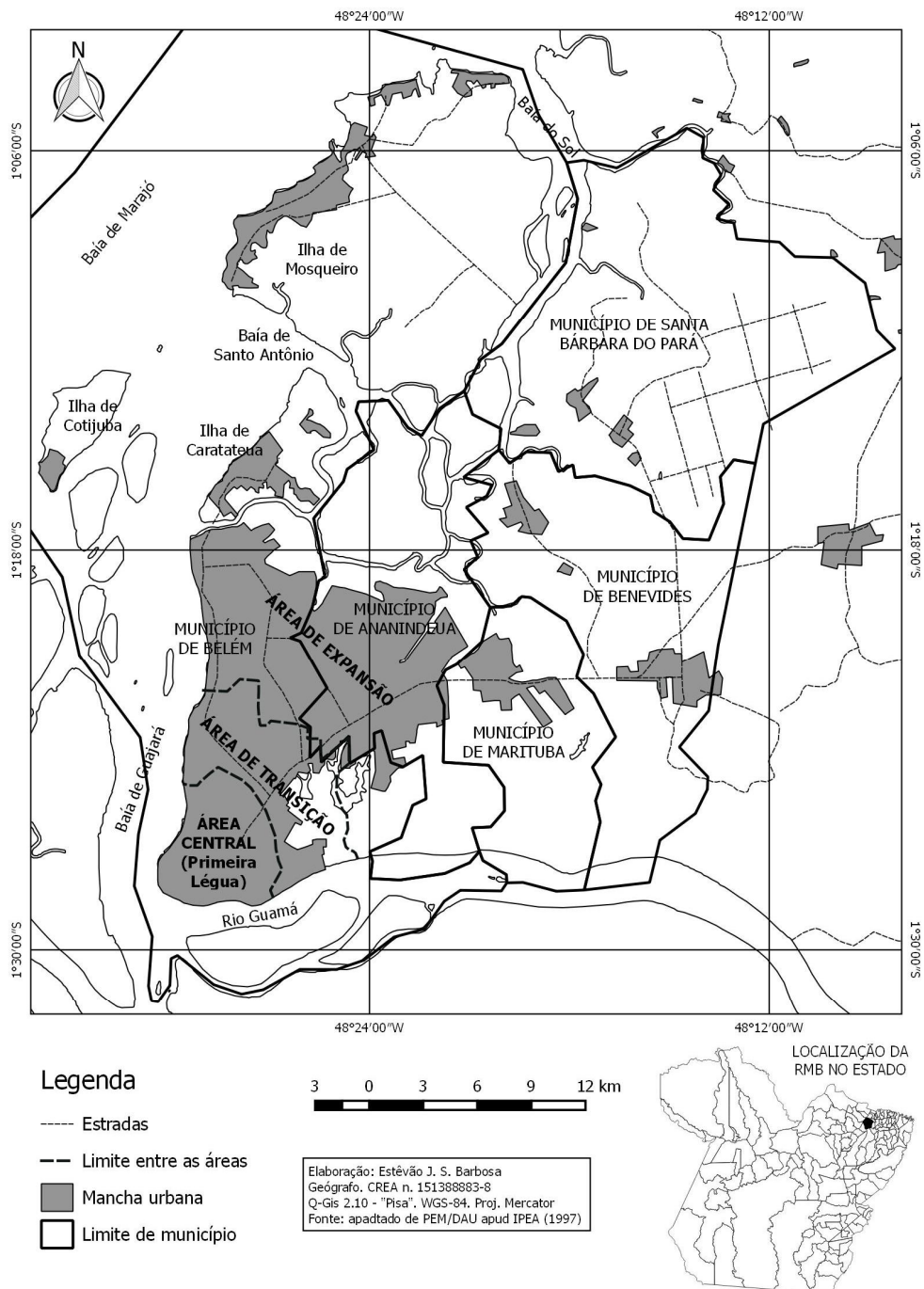
conturbação envolvendo os núcleos de Ananindeua, Marituba, Vila de Icoaraci e a Ilha de Caratateua, onde se localiza o núcleo de Outeiro.

O processo de formação do espaço metropolitano de Belém deu-se de forma bastante contraditória em termos de organização do espaço. Em direção à BR 316 os municípios de Ananindeua e Marituba receberam a instalação de Clubes, Sedes Campestres, Sítios com campos de futebol, indústrias e conjuntos habitacionais. Ao mesmo tempo, passou a receber também a população de baixa renda que foi expulsa da área central da cidade, dando início a um processo de ocupação espontânea. O mesmo ocorreu em direção à Rodovia Augusto Montenegro em sentido à Vila de Icoaraci e Outeiro.

Surgiram bairros populares com infraestruturas precárias, consolidando o processo de ocupação que marcava uma das contradições da forma como o espaço urbano foi produzido na metrópole. Do outro lado, nas áreas mais centrais, sobretudo nas áreas de baixadas dentro da Primeira Léngua Patrimonial, ocorria um processo de modernização urbana que levou as intervenções do poder público, porém, estas intervenções desconsideravam as singularidades que as baixadas traziam consigo como a existência de Igarapés naturais conectados ao rio Guamá.

A presença dos igarapés levou a uma configuração espacial por meio da autoconstrução em que prevaleceram as estivas e as palafitas, sobre áreas alagadas e sem sistema de esgoto. Os igarapés recebiam toda a carga de lixo e outros dejetos, transformando-se em esgoto a “céu aberto”. Assim, os moradores tinham que conviver, diante dessas situações, com o mau cheiro e os riscos de doenças. As ações do estado levaram ao aterramento de grande parte destes igarapés; hoje, isto é um dos fatores que contribui para os alagamentos constantes durante o período de chuvas em Belém.

Mapa 3– RMB: estruturação do espaço metropolitano (1997)



Fonte: Trindade Junior (2016).

Sem dúvida, não tem como descartar a intensa e acelerada ocupação das baixadas ocorridas nesse primeiro momento de precarização dos territórios. Nos

anos de 1940, eram espaços totalmente negligenciados ou sem interesse à ocupação, mas,

A partir dos anos 1950, as dimensões da produção do espaço urbano belenense repercutiram de forma mais significativa sobre as mesmas, intensificando-se nos anos de 1960, 1970 e início dos anos 1980, como parte do acelerado processo de urbanização deflagrado como a nova dinâmica de produção do espaço regional (TRINDADE JUNIOR, 206, p. 101).

Não obstante sua condição de espaços insalubres, e a despeito da relação estabelecida para com a terra, herdada de tempos remotos, a partir principalmente dos anos 1960, as baixadas tornaram-se alvo das primeiras grandes ocupações espontâneas e locus de ação dos movimentos populares urbanos, que demandavam o direito à moradia, isso porque, a partir dessa época, as dimensões do crescimento populacional e o empobrecimento urbano definiram, em grande parte, a forma de organização do espaço belenense, que sofreu as repercussões do processo recente de ocupação do espaço regional amazônico após 1960 (TRINDADE JUNIOR, 206, p. 104).

Mediante a este quadro, percebeu-se uma verticalização urbana acelerada e um processo de fragmentação do tecido urbano da metrópole com uma intensa concentração espacial da pobreza urbana em áreas precárias para a habitação humana. Em meio a áreas alagáveis, palafitas ou sobre os canais ocorreu a ocupação e a produção espontânea do espaço urbano belenense. Desse modo, acelerado o processo de ocupação humana das áreas de baixadas, que tomou impulso com a luta pelo direito à moradia, densificaram-se os espaços, ao mesmo tempo em que favoreceu o movimento de valorização dos terrenos, criando com isso um padrão compacto de organização espacial, acelerado pelo processo de verticalização iniciado nas áreas mais altas (OLIVEIRA, 1992).

Tanto nas áreas de baixadas correspondentes à primeira fase de expansão de Belém, durante o século XX, quanto nas áreas de dispersão metropolitana, com características suburbanas, são evidentes o modelo de organização espacial com a presença de formas de habitação precárias. Ainda hoje, são encontradas habitações que têm o predomínio de casas semiconstruídas ou construídas com material de baixa qualificação. A presença marcante destas formas de autoconstrução, quase sempre, são elementos presentes na paisagem urbana da periferia da metrópole, seja na parte confinada, quanto na parte dispersa.

Fotografia 1- Baixada da Perimetral no Bairro da Terra Firme



Fonte: Couto (2016).

Fotografia 2- Área de ocupação do Paracurí II



Fonte: Couto (2016).

As fotografias 1 e 2 acima mostram a precariedade nas formas de produção do espaço urbano de Belém. São formas precárias de habitação presentes em áreas periféricas. A primeira fotografia diz respeito ao bairro conhecido popularmente como Terra Firme. Este bairro compreende um espaço que marca a ocupação das áreas de baixadas, desde os anos de 1950. A paisagem da Avenida Perimetral, que é uma importante via de acesso à UFPA e UFRA, Parque Tecnológico, EMBRAPA, ELETRONORTE, caracteriza-se pela contradição e por moradias instáveis, remetendo às formas espontâneas de autoconstrução. Ao mesmo tempo, este tipo de ocupação marca as formas de resistência da população pobre em luta por moradia.

Já a ocupação do Paracurí (Fotografia 2), que deu origem aos bairros Paracurí I e II, representa a segunda fase da formação metropolitana de Belém, correspondente às décadas de 1970 e 1980 em diante. Nesta fase, ocorreu uma dispersão em direção à Avenida Augusto Montenegro, sentido Icoaraci. São evidentes os problemas de ordem socioespacial relacionados à ocupação espontânea da segunda fase de expansão urbana de Belém. É evidente também a precariedade da política urbana destinada para a metrópole. Esse tipo de aglomerado enquadra-se naquilo que Haesbaert (2004) define enquanto “aglomerado de exclusão”, fortemente cristalizados nas periferias das grandes metrópoles brasileiras.

Para Trindade Junior (2016, p. 105):

A intensificação do êxodo rural fez com que as baixadas vivenciassem um processo de favelização acelerado. Mais que simples solução de emergência para o problema da moradia, essas áreas tornaram-se, sobretudo, parte de uma estratégia de sobrevivência da população pobre, em face de escassez e valorização das terras altas no interior da Primeira Léngua Patrimonial. Isso aconteceu por vários motivos, seja pelo caráter que tornou o processo de apropriação dos referidos terrenos. Esses fatores compensavam, de certa maneira, as desvantagens de infraestrutura dessas áreas.

Mas,

Com a expansão da cidade, houve também uma mobilidade e expansão do que estamos considerando como a periferia urbana, ultrapassando os limites impostos pelo “cinturão” das instituições. Nesse caso, o processo ocorreu com mais intensidade também em bairros menos centrais do distrito de Belém, alcançando o então distrito de Val-de-Cães. Essa expansão já representava, na verdade, a repercussão do estrangulamento das áreas

circunscritas à Primeira Légua e do início do processo de valorização mais intensa e de verticalização das áreas centrais no final da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980 (TRINDADE JUNIOR, 2016, p. 115).

O processo de periferização é um problema comum a grande parte das metrópoles latino-americanas. No Brasil, o binômio centro/periferia, a verticalização, os vazios urbanos e a fragmentação fazem parte do modelo de organização e produção do espaço metropolitano. A ocupação da Primeira Légua Patrimonial de Belém define o surgimento de “aglomerados de exclusão” localizados próximos à área central.

Fotografia 3- Ocupação do Riacho Doce no bairro do Guamá



Fonte: Couto (2016).

A fotografia retrata uma parte da área de ocupação do Riacho Doce no bairro do Guamá, localizado na área central da cidade. Pode ser definido de acordo com o que Corrêa (1989) chamou de “zona periférica do centro”. O bairro faz parte da Primeira Légua Patrimonial, o que, para Trindade Junior (2016), é o primeiro momento da metropolização que vai definir o processo de periferização das áreas centralmente localizadas, denominada pelo autor de periferização interna.

De acordo com Trindade Junior (2016), a periferia é o espaço produzido socialmente, onde se reproduz a força de trabalho de baixo poder aquisitivo,

definindo ambientes segregados no conjunto do espaço urbano. A formação dos bairros populares – no interior da Primeira Léguas, por parte dos movimentos de ocupação – tornaram-se também territorialidades precárias do ponto de vista dos movimentos de luta pelo direito à cidade que fazem parte da história de ocupação das áreas de baixadas de Belém. Assim como, também, tais movimentos somam-se à dispersão metropolitana dos processos de periferização do espaço.

Também há de se destacar que:

A noção de periferia refere-se a um lugar longe, afastado de algum ponto central. Todavia, esse entendimento meramente geométrico não representa a verdadeira relação entre o centro e as periferias das cidades. Neste caso, os afastamentos não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas que há entre os dois, mas, sim revelados pelas condições sociais de vida que evidenciam nítida desigualdade entre moradores dessas regiões da cidade (MOURA; ULTRAMARI, 1996, p. 10).

Nessas condições, é preciso deixar claro que não é a distância geográfica que define aqui o termo periferia, e sim as condições socioeconômicas. Por isso, a periferização de Belém também mostra o processo de precarização dos territórios. A evidência encontrada nesta breve análise conjuntural está na compreensão do verdadeiro significado do urbano para a configuração de territórios. Além disso, a periferização de hoje também pode ser associada à fragmentação, especulação e expansão do setor imobiliário, assim como também pode ser entendida como o processo definido por Corrêa (1989) de “invasão sucessão”.

Portanto, essa dinâmica que está associada aos processos de desterritorialização, reterritorialização (HAESBAERT, 1997; 2004), “inclusão precária” (MARTINS, 1997) e precarização territorial (HAESBAERT, 2014) são as melhores definições encontradas para compreender as formas pelas quais se constroem certas territorialidades no espaço da metrópole, considerando também as micro e macrorrelações de poder, as quais estão sobrepostas nas formas de apropriação/dominação dos territórios que ajudam a configurar as multiterritorialidades que envolvem, também, a precarização.

5.3 Sujeitos e poder: a micropolítica da definição de territorialidades do narcotráfico em Belém

De início, é salutar esclarecer que na metrópole de Belém, o narcotráfico em escala intraurbana, cria condições de territorialidades autônomas no que diz respeito à ordem legal do Estado, mas a existência destes territórios depende também da constituição de uma micropolítica, na figura de um sujeito principal que surge como uma espécie de líder que atua na rua, no bairro ou no setor geográfico¹⁰, e que, a partir daí, ele estabelece um conjunto de relações que se manifestam nas mais variadas estratégias de poder. Pois, elas ajudam na organização em redes do narcotráfico, no qual se encontra as relações mais macro deste tipo de atividade.

Essas relações são reproduzidas cotidianamente nos bairros periféricos da metrópole de Belém, haja vista que o narcotráfico é intencional na escolha dos bairros que ele considera estratégicos para a configuração de territórios-redes ou territórios-zonas (HAESBAERT, 2004). São geralmente bairros que fogem dos padrões da “normalidade” ou da “civildade” interpretados pelo Estado e pela elite, são espaços onde, segundo Foucault (2008), a reprodução biológica da espécie torna-se uma ameaça e precisa ser regulada e controlada como garantia da sobrevivência dos outros, ou seja, são nos bairros periféricos que se encontram os “matáveis”, fortalecendo o que Foucault (2008) denominou de sociedade biopolítica, em que a finalidade é de “fazer viver” e “deixai morrer”.

Os mecanismos territorializantes/territorializadores do narcotráfico em Belém definem-se nas mais variadas ações violentas de seus sujeitos e para serem compreendidas em sua essência precisou-se de uma análise empírica micro que levou a uma interpretação real do funcionamento macro do narcotráfico na metrópole. Por isso, constata-se que as relações “micro” e “macro” são complementares e funcionam como uma espécie de regra geral para todos os bairros que estão sobre o comando do narcotráfico e que aqui foram destacados.

É importante, também, frisar que na medida em que a rede vai ganhando espaço na dinâmica de abastecimento do mercado, nesse caso, o mercado da droga, ela vai se sobrepondo sobre as zonas, as influenciando e estabelecendo comandos de cima para baixo, impondo uma biopolítica ou um biopoder que esconde os verdadeiros “chefões” do tráfico de drogas. Ou seja, aqueles que não

¹⁰ O setor geográfico é definido por Souza (2013) como; um conjunto de bairros com características próprias e “personalidade” definida.

estão nos espaços dos “matáveis”, mas que tem o controle sobre suas vidas e suas mortes.

Foucault (1995) sugeriu uma abordagem que prossegue em direção a uma nova economia das relações de poder. É mais empírica, mais relacionada diretamente a presente situação e que implica relações e mais estreitas entre teoria e a prática.

Sendo assim,

Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (FOUCAULT, 1995, p. 234).

Parte-se do pressuposto de que é preciso compreender o comportamento dos sujeitos envolvidos com as redes do narcotráfico, suas estratégias, ações e suas formas de legitimar o controle do espaço. Assim, o poder que é exercido pelos sujeitos do tráfico de drogas e que é reconhecido e temido, segundo Foucault (1995), aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que deve ser reconhecida e que os outros têm que reconhecer nele.

Várias situações que foram relatadas por entrevistados durante os trabalhos de campo enquadram-se perfeitamente nessa análise foucaultiana, em que a relação que envolve o tráfico de drogas na periferia de Belém, de maneira geral, “é uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 227). “Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e toma-o sujeito” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

O Ediney começou como aviãozinho aqui na rua, mas ele montou uma “boca” pra ele e começou a ganhar notoriedade, porém foi quando ele matou Mizinho, que era um dos maiores traficantes da área, que ele passou a ganhar respeito, passou também a ter vários seguidores e a aumentar sua área de influência na Terra Firme e em Canudos. (Entrevista concedida em 12 de Março de 2014 – Seu X – Morador do bairro de Canudos). (informação verbal).

O D era molequinho, o vi crescer e ele se envolvia com esse negócio de gangue de pichadores, aí ele se meteu no tráfico de drogas e já apareceu aqui no bairro de carrão e tudo mais. E passou a comandar o tráfico no bairro todo e criou várias leis como proibir assalto aonde tinha "boca". Só sei que aqui na Cabanagem a população tinha muito respeito por ele, mas era um respeito com medo. (Entrevista concedida em 7 de Março de 2014 – Seu Y – Morador do bairro da Cabanagem). (informação verbal).

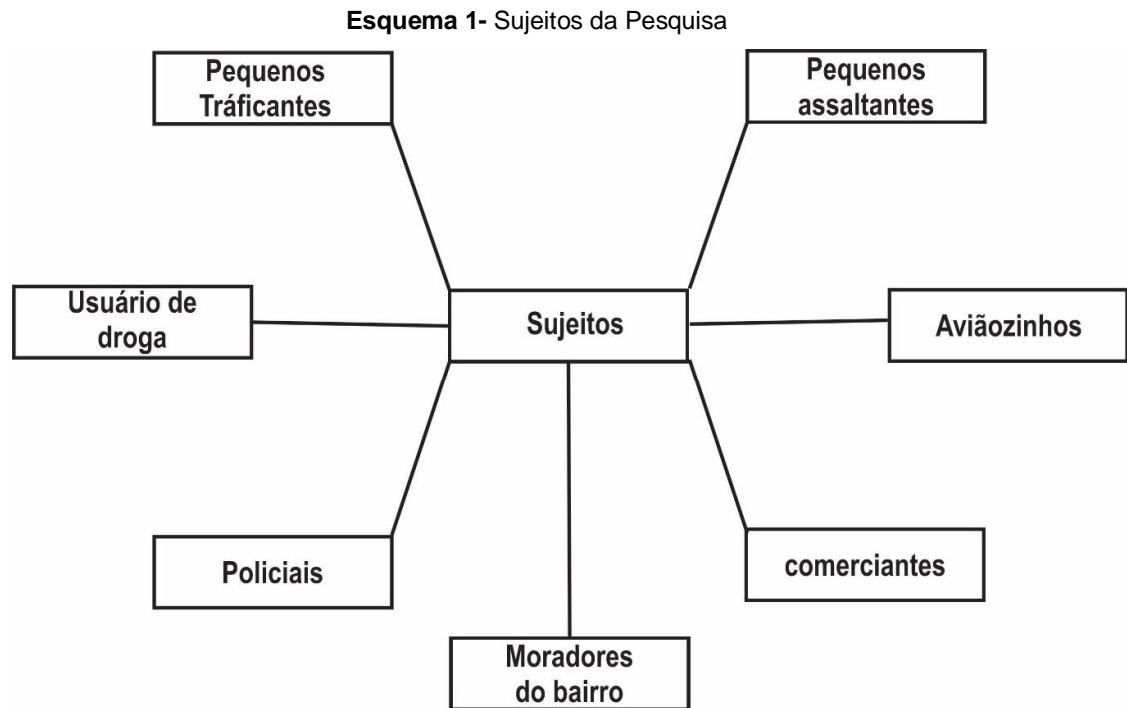
O Jack trabalhava com vendas de CD's e DVD's piratas que eram distribuídos no comércio. Aí resolveu se envolver com o tráfico de drogas, pois ele dizia que tava muito desorganizado o tráfico na área do Tucunduba. Em pouco tempo, o Jack já controlava todas as "bocas" da área da Lauro Sodré, São Domingos e a parte do Tucunduba, que pertence a Terra Firme. Ele montou uma milícia e assaltante que roubasse na comunidade pagava com a vida. Ele mandou matar muitos assaltantes que roubavam os moradores da área. (Entrevista concedida em 21 de Agosto de 2014 – Seu X – Comerciante e morador do bairro da Terra Firme). (informação verbal).

As entrevistas acima retratam relatos da construção de uma micropolítica na periferia de Belém a partir do narcotráfico. Os sujeitos se autoreconhecem enquanto sujeitos com suas posições e funções específicas a partir do comando do narcotráfico e constroem, a partir de suas posições na trama, relações identitárias as quais ajudam na constituição de "territórios alternativos" (HAESBAERT, 2002) ou autônomos, mas com a presença de um poder heterônimo que se dá sobre o efeito das redes que influenciam de fora para dentro, sobretudo na lógica de abastecimento do mercado da droga.

A questão da identidade associada a este autoconhecimento é fundamental, pois se criam códigos, normas, regras e gírias que permitem uma organização no espaço e na manifestação de conflitos. Em bairros como o Guamá, Terra Firme, Cabanagem e Jurunas, por exemplo, as "bocas" ficam em pontos estratégicos, escondidos da área de circulação das pessoas. Os "aviões" ficam em constante movimento e atenção para identificar quando os consumidores vão à busca de entorpecentes. Muitas vezes, eles também fazem o papel de olheiros para observar o movimento dos moradores e da polícia.

Para Foucault (1995, p. 239), "como" não no sentido de "como se manifesta?", mas "como se exerce?", "como acontece quando os indivíduos exercem, como se diz seu poder sobre os outros?". O interesse sobre esse questionamento parte da pretensão de procurar explicar como os sujeitos do narcotráfico exercem seu poder sobre os indivíduos. A resposta para este questionamento foi explicada a partir das observações e entrevistas realizadas, e por isso, a pesquisa de campo foi fundamental para chegar a uma resposta.

O esquema abaixo (esquema 1) apresenta os sujeitos da pesquisa acerca do narcotráfico em Belém. As escolhas para as entrevistas foram a partir de algum tipo de relação direta ou indireta que eles pudessem ter com a economia do narcotráfico, inclusive a questão da in-segurança sentida por eles em função dessa atividade.



Fonte: Couto (2016).

Deste modo, nesta tese, o empenho será destinado a tentar descrever a função de cada um desses sujeitos ou como eles tornam-se sujeitos participantes da dinâmica do tráfico de drogas. Ressaltando, também, o exercício do poder manifestado em meio a esta relação para poder chegar à territorialidade do tráfico de drogas.

A descrição iniciará pelos **tráficoantes do bairro**. Eles utilizam mecanismos de violência para se impor sobre determinados espaços do bairro, como becos, ruelas, vilas ou áreas de canais que passam a sofrer a sua influência. Esses tráficoantes utilizam a ameaça e a intimidação para impor respeito e “moral”¹¹; contam com o apoio externo de um distribuidor que abastece o seu mercado interno e conseguem armas e munições. Além disso, quase sempre, estes tráficoantes que agem no bairro

¹¹ O termo moral na periferia de Belém, segundo as entrevistas de campo, diz respeito ao mesmo que respeito, ou seja, significa ser respeitado pelos outros.

têm possibilidades de ampliar o próprio mercado, mas para isso precisam expandir seus mecanismos de poder e precisam contar com o apoio de soldados do tráfico de drogas ou, até mesmo, articular um esquema de corrupção com os policiais. Todavia, à medida que ampliam a própria comercialização de drogas, podem entrar em conflito com outros grupos. Logo, por meio dos traficantes dos bairros é possível entender a territorialidade dos sujeitos do tráfico de drogas, bem como seus conflitos internos, pois eles, segundo Foucault (1979), exercem um micropoder, o qual se difundiu pela sociedade, constituído a partir de uma micropolítica. Essas são relações de poder que exercem o controle do espaço.

Pode-se dizer que não são somente as localizações e distâncias que assumem importância na organização do espaço, assim como também a formação das redes de circulação e comunicação. O poder é exercido por autoridades nas famílias, associações, no mercado, nas instituições, nas nações e significa influência ideológica e vigilância. Há regulação social em diferentes níveis espaciais, uma administração do espaço por meio do exercício do poder (SAQUET, 2015).

O tráfico de drogas busca organizar e administrar o espaço, isto só se dá mediante a conquista do território. O papel do traficante no bairro é singular, pois cabe a ele, se tiver interesse em ampliar os negócios, organizar a própria rede de circulação e comunicação para obter poder. Portanto, a violência e coerção, quase sempre inevitáveis, são elementos da territorialidade humana, que segundo Sack (1986), concebe-se como meio indispensável, em geral para o poder de todos os níveis: do pessoal ao internacional.

A territorialidade do tráfico de drogas pode ser entendida como uma estratégia espacial para influenciar e controlar pessoas, fontes e fluxos a partir do controle da área. “Em termos geográficos ela é uma forma de comportamento espacial. A questão então é descobrir sobre que condições e porquê a territorialidade é ou não é empregada” (SACK, 1986, p. 3). O controle do espaço é essencial para o narcotráfico, sua territorialidade representa a construção política e econômica de um território re-conhecido por diversos sujeitos que o compõe, carregando símbolos e códigos decifráveis apenas por eles.

O poder que o traficante de um bairro exerce sobre o seu espaço concede a ele condições que tornam a atividade mais rentável e, também, possibilita a possibilidade de subir no escalão hierárquico das redes do tráfico. Por isso, alguns começam como “aviões” e se tiverem uma inserção positiva nas redes, podem

avançar em relação a posição ocupada na trama, podendo chegar ao status de pequenos traficantes ou distribuidores, transferindo-se para uma escala ampla com conexões a nível internacional.

Por outro lado, na medida em que há uma promoção na organização, tornam-se mais temidos pelos moradores pequenos assaltantes e eles passam a ser respeitados nos bairros em que atuam. Ao mesmo tempo em que ganham visibilidade dos policiais corruptos que se aproveitam da atuação para extorqui-los, também são notados por outros traficantes que passam a temer a concorrência e expansão dos negócios, e isso pode resultar em conflitos ou em união entre os grupos.

A trama cotidiana do narcotráfico, em uma escala intraurbana, coloca os sujeitos em um contexto em que a ação violenta do traficante é um mecanismo de poder. Mas esse mecanismo controla a vida das pessoas também, principalmente a vida dos que têm participação direta no mercado de cocaína, maconha, crack e outras drogas comercializadas em Belém, pode-se dizer que o narcotráfico exerce um poder disciplinar sobre seus sujeitos.

Foucault (2010), ao tratar do poder disciplinar, o trata como uma tecnologia que exerce de forma cirúrgica o poder sobre o corpo dos indivíduos, por meio de sua disposição no tempo e no espaço. Uma tecnologia surgida na sociedade capitalista, para tornar os corpos dóceis, adestrados e obedientes. As escolas, os presídios, os manicômios, os quartéis gerais do exército, são alguns dos exemplos destacados por Michel Foucault em seu livro "Vigiar e Punir".

O desafio das Ciências Sociais é enxergar os mecanismos disciplinares para além das instituições apresentadas por Foucault, ir mais adiante, considerando que existe uma tecnologia de poder, com características próprias, que é utilizada pelos Cartéis do Crime organizado, pelas Máfias, pelos Comandos e facções criminosas do narcotráfico, etc. Ao tratar do narcotráfico em Belém, foi possível identificar formas de disciplinar os territórios a partir de seus sujeitos, portanto, ocorre uma espécie de narcodisciplinamento, um poder disciplinar importante para a constituição dos territórios e das redes do poder. O poder disciplinar do narcotráfico sobre o corpo do indivíduo o transforma em uma máquina de obedecer que também disciplina o território.

Agora serão tratados os segundos sujeitos, destacados aqui como; os **pequenos assaltantes**. Eles têm uma relação direta com o tráfico de drogas, por

conta dos seguintes fatores: em primeiro lugar, geralmente os pequenos assaltantes utilizam os furtos e roubos para trocarem mercadorias por drogas nas “bocas” de fumo. Às vezes, ocorre o penhor da mercadoria roubada, em que se estabelece um prazo para que a dívida seja quitada. Caso contrário, o traficante fica com a mercadoria.

Em segundo lugar, os pequenos assaltantes têm livre acesso aos “aviãozinhos” e às “bocas”, isso faz com que eles tenham crédito para comprar cocaína. Quando a dívida está elevada, os assaltos são colocados em prática com a finalidade de pagar as dívidas. Contudo, os assaltos ocasionam conflitos entre os pequenos assaltantes e os moradores. Por causa disso, algumas vezes, os assaltantes são punidos pelos traficantes do bairro, pois não é permitido realizar assalto no espaço de controle do tráfico de drogas. Há casos que resultam na execução dos assaltantes a comando do tráfico, pois tais atitudes atraem a atenção da Polícia, por isso, é preciso disciplinar o território a partir da lógica da violência, como destacava Foucault (1979), todo poder se define pela obediência e toda dominação pelo efeito. Além disso, leva-se em consideração que em áreas onde o comércio de cocaína é intenso é mais vantajoso a proibição de assaltos aos moradores da área, o que passa a falsa sensação de “segurança”.

Também ocorrem casos nos quais o pequeno assaltante da periferia pratica assaltos dentro de uma proporção maior, como em casas lotéricas, boutiques, joalherias, condomínios, dentre outros. Com isso, alguns investem no comércio de cocaína para acumular mais capital, tornando-se traficante de drogas. Entretanto, enquanto isso não acontece, eles ainda estão sobre a influência do poder de traficantes que controlam o bairro.

Há relatos de moradores dos bairros pesquisados que descrevem sutilmente o cotidiano em relação às formas de punição aos que praticavam assaltos em áreas controladas territorialmente pelo tráfico. Também houve relatos de usuários, pessoas que foram punidas de forma violenta pelos traficantes, como mostram os trechos das entrevistas coletadas em campo:

Eu tava em casa vendo televisão na sala quando o B entrou na sala dizendo que eu não ia mais roubar lá no setor, foi quando ele mandou eu me levantar e deu um tiro no meu joelho e aí eu caí gritando pedindo pra ele não me matar, aí ele foi embora e disse que o recado tava dado. Eu fiquei um tempo sem andar direito, mas eu voltei a andar, mas não como antes, sinto dores no meu joelho.

(Entrevista concedida em 06 de julho de 2014 – Mutché – viciado em droga e morador de rua da região da crackolândia). (informação verbal).

Eu tava devendo pra um traficante da Caraparú, tinha uma dívida com ele mano, ele não esperou eu me virar, eu tava correndo atrás, mas tava ruim, aí ele deu um tiro em cada joelho meu pra me deixar aleijado, por isso minhas pernas tão assim.

(Entrevista concedida em 22 de julho de 2014 – Pec – viciado e morador de rua). (informação verbal).

As duas entrevistas retratam dois casos de punição. No primeiro, a pessoa entrevistada praticava pequenos furtos e roubos em um determinado espaço do bairro da Terra Firme, mas, por ter cometido um furto na casa de uma moradora que denunciou para o chefe do tráfico, o próprio chefe encarregou-se de punir o pequeno assaltante. A punição serviu de exemplo para que o entrevistado não roubasse mais as casas de moradores que tinham respeito pelo comando do tráfico de drogas.

No segundo relato, o entrevistado adquiriu dívidas com o tráfico de drogas. A ocorrência foi no bairro do Guamá. O entrevistado não conseguiu pagar sua dívida e, por isso, teve que aceitar a punição do traficante, que não o matou; porém, deu um tiro em cada rótula do joelho. O sujeito da pesquisa ficou com defeitos nas pernas, o que lhe deixou com a mobilidade comprometida. Nesse caso, deixar aleijado é uma forma de exemplo para muitos que se endividam com o tráfico de drogas, consistindo em uma forma dolorosa de sofrimento.

Atualmente, os dois sujeitos entrevistados ainda são usuários viciados em droga. Ambos são moradores de rua, sendo que um deles perdeu totalmente o contato com a família e fica nos sinais de trânsito pedindo dinheiro; outro vive na área central de Belém, na região do comércio, está viciado em consumo de crack e evita todo e qualquer tipo de aproximação com a família. Para Foucault (1979), o poder delinea o limite à liberdade e quem deseja entender o poder precisa entender a ideia de direito, pensar o poder sem rei, pensar o poder sem o Estado, pois de acordo com Michel Foucault (1979), o Estado é a configuração final do poder, mas não única.

O que se percebe é que há uma clara manifestação de poder dos sujeitos do tráfico, poder esse que legitima o uso da violência quando determinadas pessoas fogem das regras ou normas impostas pelo circuito do narcotráfico. Isso vale também para os moradores em geral, seja “aviãozinho”, pequenos traficantes, dentre outros. O poder manifestado pelo tráfico de drogas envolve um conjunto de

relações entre indivíduos, os quais fazem parte deste circuito e que inicia desde a travessia pelas fronteiras, passando pela distribuição, até os mercados localizados nos bairros. Toda essa estrutura organizada, necessariamente, passa por relações que criam mecanismos de poder.

Segundo Foucault (1995, p. 240):

Deste "poder" é necessário distinguir, primeiramente, aquele que exercemos sobre as coisas e que dá a capacidade de modificá-las. Utilizá-las, consumi-las ou destruí-las - um poder que remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais, digamos que, neste caso, trata-se de "capacidade". O que caracteriza, por outro lado, o "poder" que analisamos aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, e apenas na medida em que supomos que "alguns exercem um poder sobre os outros". O termo "poder" designa relações entre "parceiros" (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas - e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade - um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras).

Entende-se, então, que o narcotráfico para funcionar perfeitamente como um circuito, precisa manter esse conjunto de relações, as quais são importantes para que ele se territorialize. Assim, as microrrelações estão diretamente articuladas com as macrorrelações; relações que se complementam de baixo e de cima. Mas, para que ocorra uma territorialidade em zona, as relações de baixo ou relações endógenas tornam-se extremamente importantes para o desenho reticular dos territórios-redes.

Também se tem, como sujeitos da pesquisa, os **viciados ou malucos**, porém, como se trata de informações coletadas em campo, é necessário tomar cuidado para que estes não sejam confundidos com os sujeitos já mencionados. Visto que, nem todo traficante é viciado em droga e, além disso, o viciado, maluco ou "pedra" ao qual a pesquisa aqui trata, diz respeito ao grupo de pessoas que consomem cocaína em pasta à base ou pó de forma tão intensa que ocasionou a perda do controle de suas ações. Eles deixam objetos pessoais na boca de fumo ou vendem seus pertences, não são assaltantes à mão armada, alguns são oportunistas, aproveitam-se da desatenção das pessoas para praticar pequenos furtos em busca de dinheiro para comprar cocaína.

O interessante é que para o tráfico de drogas, este tipo de consumidor torna-se desnecessário, pois ele consegue chamar a atenção inclusive da Polícia que o

persegue e o força a entregar a “boca” ou o “avião” que lhe vendeu a droga. Um consumidor desta natureza pode significar uma ameaça para todo o movimento interno do tráfico de drogas em uma determinada área do bairro. Por isso, muitas vezes quando o “maluco” frequenta constantemente a “área da boca”, ele é expulso pelos traficantes que o ameaçam de morte caso ele os entregue para a Polícia. Ocorreram vários casos de viciados ou malucos que foram presos; e, dentro do presídio foram executados pelo comando do tráfico de drogas para servirem de exemplo. Também, pode ocorrer a punição quando alguém da família do viciado “caguetar”¹² os locais das “bocas” para os Policiais Militares.

O outro grupo de entrevistados foi o dos **aviãozinhos**, esses fazem toda a movimentação do comércio de entorpecentes nos bairros, onde desempenham funções importantes. Visto que marcam os consumidores de droga, são sujeitos no espaço que delimitam territórios. Às vezes desenvolvem função de olheiros, o que significa dizer que eles observam toda a movimentação dos moradores no bairro e sabem sobre toda a articulação do esquema de corrupção policial que ocorre nas áreas de comercialização da droga. Nesse sentido, é importante, também, destacar que um “aviãozinho” pode tornar-se um pequeno traficante, de forma que ele seja promovido na escala hierárquica das redes e passe a organizar todo o movimento do tráfico de drogas.

Deve-se ressaltar que há certa preferência na escolha de “aviãozinho”, quando menores de idade, pois, caso sejam presos, o tráfico de drogas dá apoio para a permanência dentro do centro de internação para menores infratores – desde que se mantenham em silêncio sobre o funcionamento de fornecimento da droga. Caso contrário, eles e a família estão em risco. Nestes termos, percebe-se o quanto a relação de poder interfere nas ameaças à vida, o que cria um campo de forças sobre o grupo de sujeitos que estão nessa relação direta com o tráfico de drogas.

Os “aviãozinhos”, hoje, levam cocaína em pó ou em pedra para o apartamento de jovens e adultos da classe média. Há comercializações realizadas pelo telefone, que ficaram conhecidas como “disque droga”. É o método mais prático de vender cocaína sem colocar em risco as pessoas que se deslocam do centro para a periferia, atrás de substâncias ilícitas. O que ocorre é o deslocamento da periferia para o centro, a fim de atender uma população de classe média que

¹² Gíria utilizada na periferia e que significa o mesmo que delatar o outro.

consome cocaína em grande quantidade, mas que quase nunca aparece nas estatísticas e nos jornais.

Os **comerciantes** dos bairros pesquisados em Belém encontram-se também sobre a influência do tráfico de drogas e da articulação de agentes de segurança pública, os quais se aproveitam de sua autoridade para impor uma lógica “clandestina” de segurança privada. Na verdade, os comerciantes quase sempre são expostos à ação de criminosos que praticam assaltos em seus estabelecimentos comerciais. Dessa forma, existem duas possibilidades para impedir os assaltos e adquirir “segurança”: uma delas é o “apadrinhamento”¹³ em relação aos próprios traficantes do bairro, que diante disto podem proibir assaltos em relação aos seus “apadrinhados”, inclusive impondo castigos aos assaltantes que desobedecerem à ordem dada pelo traficante. A outra forma de conseguir segurança é por meio dos serviços de agentes da segurança pública. Nesse caso, os policiais militares impõem uma lógica de “segurança privada”, descaracterizando o sistema de segurança pública do estado e passam a receber algum tipo de ajuda financeira por parte de comerciantes. Essa ajuda financeira pode variar de valores de R\$ 300,00 a R\$ 500,00 por mês.

Geralmente, os policiais reconhecem os assaltantes que atuam em suas zonas e pelas descrições das vítimas, eles os capturam indicando aonde não devem assaltar. Assim, comerciantes ficam dependentes do controle de policiais sobre os assaltantes, mas dependem também do “agrado”¹⁴ dado aos policiais e cria-se, desse modo, um ciclo vicioso que vai passando de policiais para policiais.

Diante de todos estes fatos, percebe-se o quanto os comerciantes na periferia de Belém estão sujeitos ao domínio territorial do tráfico de drogas e ao sistema de segurança pública deficiente do estado. Se analisar além das regiões periféricas, a conclusão é de que quase todos os estabelecimentos comerciais da cidade, seja no centro ou na periferia, estão sujeitos a uma política de segurança pública precária, que se estende para todo o espaço metropolitano de Belém.

Os **Policiais** também são sujeitos que estão inseridos na dinâmica territorial do narcotráfico. Porém, é preciso ter cuidado para que não criar estereótipo negativo sobre os agentes de segurança pública e, até mesmo, ter cuidado para não fazer um

¹³ O termo tem o mesmo sentido que “protegidos”, ou seja, pessoas que estão sobre proteção dos traficantes.

¹⁴ Este termo é utilizado para fazer referência ao pagamento pelo serviço prestado pelos agentes de segurança pública.

discurso generalizado sobre a relação dos agentes com o narcotráfico. A análise será fundamentada nos relatórios e entrevistas de campo, detalhes minuciosos foram coletados durante a pesquisa para chegar às conclusões mais próximas sobre como ocorre a dinâmica econômica corruptiva do tráfico de drogas em Belém.

Os PMs vêm sempre buscar a parte deles aqui, o deles é sagrado, se não ninguém tem paz.
(Entrevista concedida em 7 de junho de 2014 – traficante do bairro do Guamá) (informação verbal).

Uma vez eu entreguei uma boca só pra baterem lá e levarem dinheiro dele, quando a polícia descobre aonde ele mora, não deixa ele em paz.
(Entrevista concedida em 9 de maio de 2014 – Policial Militar). (informação verbal).

Eu vou deixar na casa do Cabo X, porque assim eu consigo vender em paz, separo o dele todo mês, às vezes dou por semana.
(Entrevista concedida em 21 de julho de 2015 – Traficante do Guamá). (informação verbal).

Os discursos acima envolvem pessoas que foram entrevistadas durante o desenvolvimento do trabalho de campo. Foram escolhidas apenas três das entrevistas concedidas, muitas falas repetiam-se ou apontavam para o mesmo direcionamento. Por isso, teve-se o cuidado em analisar a veracidade das falas de cada entrevistado, para não correr o risco de publicar informações que pudessem vir a comprometer a tese.

Percebeu-se esse envolvimento direto, a partir do que se chama na periferia de “acerto”, que consiste na prática de conceder parte do dinheiro do tráfico para policiais corruptos. Há outra forma de envolvimento, a extorsão, que ocorre a partir do momento em que a Polícia descobre uma “boca” de fumo e põe em prática a ação chamada “estoura boca”¹⁵ ou, até mesmo, forja a prisão de traficantes para negociar uma quantia em dinheiro.

É lógico que este envolvimento ou relação direta com o tráfico de drogas por parte dos Policiais, coloca-os também na condição de sujeitos do tráfico, pois passam a alimentar todo o sistema econômico ao exigirem parte das vendas. Para o tráfico de drogas, manter a polícia sobre o seu controle é sempre um “bom negócio” para que os fluxos de distribuição e consumo funcionem normalmente, mas é preciso definir quem ganha com todo este jogo de poder, o narcotraficante que

¹⁵ Estourar a boca é uma gíria popular da periferia e faz referência ao mesmo que descoberta de pontos de venda de drogas.

abastece a periferia só precisa que os traficantes de cada bairro paguem suas dívidas e para isso o comércio precisa fluir.

Nessa fluidez, quem vende nos bairros e é perseguido pela Polícia, deve sempre deixar paga a dívida com o abastecedor do mercado, independente se tem que pagar a propina ou não para os corruptos. Também, precisa-se considerar que alguns Policiais deixaram-se corromper pela dinâmica econômica do narcotráfico em número considerável, comprometendo todo o sistema de segurança pública.

Contudo, há de se destacar, também, o poder que a Polícia corrompida pelo narcotráfico exerce na periferia, pois quando um traficante se nega a dar sua parte no acerto, ele pode ser executado e sua execução pode ser uma mensagem para que os outros traficantes não se neguem a pagar propina. Por isso, os grandes narcotraficantes de Belém jamais continuam morando na periferia, eles fogem desta relação e alguns ganham até “proteção” do próprio policial, visto que mobilizam um fluxo de capital bastante significativo.

Normalmente, 1kg de cocaína varia de R\$ 18.000,00 a R\$ 20.000,00, ao passo que nos bairros, quando fracionada em porções menores, ela é comercializada a preços de R\$ 20,00 e R\$ 50,00; já o “pacotão” custa R\$ 100,00. Nesse comércio, é inevitável separar uma parte do lucro para o pagamento de propina. Um *pequeno traficante* pode começar a partir da compra de uma pequena quantidade de droga – a chamada “meia 25” – que corresponde a 25g de cocaína comprada ao preço de R\$ 500,00; o lucro equivale a R\$ 300,00 e assim por diante. Contudo, para que haja lucro, é preciso fidelizar os clientes.

Durante a pesquisa foram feitas algumas indagações para descobrir, por meio dos “aviãozinhos” e *pequenos traficantes*, qual era a variação de lucro que eles têm com a venda de cocaína. Também se questionou sobre as despesas com a manutenção do comércio de cocaína na periferia, como resultado, recebeu-se as seguintes respostas:

Bem, se você compra 25g a R\$ 500,00, aí você vai ter o lucro de R\$ 300,00 e 50g você compra a R\$ 1.000,00 aí você pode ter o lucro de R\$ 600,00 ou R\$ 700,00, o lucro por semana depende se você vender 50g por semana você vai de um lucro de R\$ 600,00 ou R\$ 700,00, aí por mês vai ter o lucro de R\$ 2.400,00 ou R\$ 2.800,00 mêsão.
(Entrevista concedida em 10 de agosto de 2015 – Traficante Y do bairro do Guamá). (informação verbal).

As despesas são os seus investimentos de R\$ 500,00 que são 25g e a propina pra Polícia que depende da quantidade de droga que é vendida.

(Entrevista concedida em 10 de agosto de 2015 – Traficante Y do bairro do Guamá). (informação verbal).

Segundo a entrevista, este seria um investimento para quem está começando a carreira no comércio de cocaína, ou seja, começa-se com 25g ou 50g e dependendo da quantidade de droga que se consegue vender no bairro a quantidade pode aumentar, elevando o lucro. Porém, é inteligível, do ponto de vista da logística, separar uma parte do dinheiro para a propina, caso contrário, esses sujeitos terão dificuldades para a manutenção do comércio. O território é fundamental para quem quer consolidar uma determinada área nas ações do tráfico de drogas. É no território que se estabelece esse conjunto de relações, dando sentido e significado para as relações de poder que envolvem os diversos sujeitos instituídos por esta atividade.

Para Sack (1986, p. 6)

Territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área. Os territórios políticos e a propriedade privada da terra podem ser as suas formas mais familiares, mas a Territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A Territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados. A mudança de funções da Territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo.

Ao analisar a relação espaço e tempo, que existe na produção dos territórios do narcotráfico, é importante considerar todo o processo de evolução urbana que a cidade de Belém passou. Sobretudo, a partir dos anos de 1950, em que a expansão se concentrou em um primeiro momento e no segundo se dispersou, tornando-se sinônimo de luta popular pelo direito à moradia, onde os agentes “incluídos precariamente” (MARTINS, 2002) criaram modelos espontâneos de moradia, elaborando seus territórios e suas estratégias de sobrevivência.

Ocorre uma evolução nas formas de controle do território, em que o narcotráfico se apropria da precariedade do local e sobrepõe novas formas de organização do espaço, novas territorialidades em zonas do bairro e em redes na região. Daí a importância também de se compreender essa relação da precarização dos territórios com a territorialidade do tráfico de drogas.

Por fim, fechando essa relação de sujeitos, tem-se os **moradores** dos bairros pesquisados. Para eles, existe um total desgaste das políticas de segurança pública

e, portanto, isto permitiu com que a criminalidade fosse aos poucos ganhando força e adquirindo espaço, até o momento em que o tráfico de drogas passou a se territorializar nos bairros. Os moradores sofrem pressão de todas as partes onde o tráfico de drogas impõe a chamada “lei do silêncio”¹⁶ em relação ao comércio de cocaína. Eles não podem denunciar o tráfico, pois correm risco de serem punidos e uma das formas de punição é a morte. Nesse momento, é importante compreender o valor simbólico que a morte passa a ter para o tráfico de drogas em virtude de se apresentar como a mais pura demonstração de poder.

Lembrando que os “aviãozinhos” são observadores atentos de toda a movimentação cotidiana do bairro, do lugar, da rua, enfim, aonde existir a circulação de um “aviãozinho”, existirá a observação atenta em relação a todo e qualquer tipo de movimento. Isto porque a preocupação maior é não colocar em risco as “bocas” de fumo e o comércio de cocaína, portanto, os moradores são observados, ou melhor, vigiados e até mesmo punidos, caso tenham algum comportamento inaceitável pelo comando do tráfico.

É interessante a manifestação simbólica de poder imposta pelos traficantes no bairro. Os moradores reconhecem e respeitam a presença dos “chefes” em qualquer lugar, por isso, para um pequeno traficante iniciando as atividades é necessário tornar-se conhecido perante a população. Isto é feito dentro das lógicas da “intimidação”, impondo o medo e o respeito aos outros ou por meio do “apadrinhamento”, quando ele prefere se aproximar dos moradores e garantir a venda da droga em seu lugar de controle.

Como se trata de pequenos traficantes, é muito complicado falar sobre “apadrinhamento”, o que seria uma espécie de “reciprocidade forçada” como bem ressaltou Dowdney (2003), pelo simples fato de que geralmente pequenos traficantes não mantêm o controle efetivo do território a partir do momento em que se tornam traficantes. Por isso, não conseguem evitar assaltos e pequenos furtos na área onde comercializam a droga e, muitas vezes, aceitam produtos roubados em troca.

Portanto, o morador continua sofrendo com a ação dos pequenos assaltantes, mas na medida em que este pequeno traficante amplia suas relações, muda-se de

¹⁶ É um código de postura imposto pelo tráfico de drogas onde é proibido dar informações acerca dos acontecimentos relacionados ao tráfico de drogas. Também se resalta que a própria polícia utiliza este termo para se referir à falta de informações sobre a casos de homicídios em bairros periféricos.

postura em relação ao controle do território. A rede de relações é ampliada por meio da contratação de olheiros e “aviãozinhos”, construindo comércios para esconder o envolvimento com o tráfico de drogas de forma que isso eleva seu poder de influência. Há um conjunto de relações que envolvem diversos sujeitos, incluindo os moradores do bairro, onde, em algumas áreas, os próprios moradores legitimam o poder do tráfico de drogas.

Além disso, há, também, situações em que existem apenas as “bocas” para a venda da droga, sem nenhum controle efetivo do território. Nesse caso, os pequenos traficantes apenas recebem o “pacote” de quem abastece sua área e movimentam o comércio. Entretanto, sem esse conjunto de relações importantes, ele fica vulnerável à ação da Polícia, dos Milicianos, e, além disso, tem a possibilidade de um traficante entrar em conflito com outros, os quais têm interesse em ampliar territórios. Para o tráfico de drogas, o controle do espaço ou a territorialidade é fundamental para fazer o “negócio” crescer.

É importante chamar a atenção para a necessidade de que o narcotráfico tem em criar uma estrutura organizacional interna em um bairro para que a sua territorialidade seja materializada. Esta territorialidade definirá não apenas o seu território, mas toda a relação de poder que ali passa a se estabelecer. Todo o conjunto de relações que dá sentido à sua existência enquanto atividade econômica ilícita.

Destaca-se que:

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre "parceiros" individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes (FOUCAULT, 1995, p. 242).

Os levantamentos de campo possibilitaram um olhar a partir de “dentro” destas relações, a fim de compreender melhor as manifestações de poder, seus mecanismos e relações. É possível entender o poder de uns sobre os outros numa hierarquia na qual, em última instância, encontram-se os moradores dos bairros que estão submetidos à lógica político-econômica do narcotráfico.

De acordo com Foucault (1995), o funcionamento das relações de poder, evidentemente, não é uma exclusividade do uso da violência mais do que da aquisição dos consentimentos. Nenhum exercício de poder pode, sem dúvida, dispensar um ou outro e, frequentemente, os dois ao mesmo tempo. Porém, se eles são seus instrumentos ou efeitos, não constituem, contudo, seu princípio ou natureza.

O exercício do poder pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira: pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças que ele possa imaginar. Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, toma mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Com efeito, a abordagem sobre o narcotráfico passa por uma interpretação fundamentada na perspectiva do poder em Foucault, em função de que as relações de poder que são constituídas, a partir dos sujeitos do tráfico de drogas, criam uma forma de consentimento que parte das ações estratégicas de controle do território, e, por conseguinte, do comportamento de seus sujeitos e é nesse sentido que a morte se torna uma expressão política das territorialidades. Portanto, considera-se fundamental nas Ciências Sociais esta analítica explanada para se chegar às territorialidades, “definida como a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada: o território” (SACK, 1986, p. 20), categoria analítica fundamental para ser a compreensão do poder difuso a partir do narcotráfico.

5.4 A disciplinarização dos corpos por uma perspectiva das tecnologias de poder do narcotráfico

Neste momento, torna-se necessária a compreensão acerca das tecnologias de poder do narcotráfico, as quais só existem em função das relações que por ele são construídas. Como já apresentado, a busca pelo controle do espaço, ou melhor, pelo controle do território – levando-se em conta que todo espaço controlado por

relações de poder torna-se um território em sua essência – passa pelas mais variadas formas de controle/regulação, a partir das ações que se manifestam hora de forma violenta, hora de forma sutil (que não deixa de ser uma violência) sobre a população.

O levantamento realizado no campo de pesquisa proporcionou observações importantes acerca dos processos de disciplinamento imposto pelo narcotráfico, pois ele cria condutas, regras, normas e até impõe tipos de comportamentos. Essa afirmativa surge em função da transcrição/reprodução das entrevistas realizadas envolvendo alguns sujeitos do tráfico de drogas, em que se identificou as formas de punição/castigos os quais a eles são impostos.

Somando-se a esta linha de raciocínio, tem-se também o surgimento das narcomilícias¹⁷, ou seja, agentes (ou ex-agentes) de segurança pública em exercício de suas atividades (ou não), que se utilizam do aparato ideológico do Estado para obter benefícios sobre o narcotráfico. Pois, adquirem recursos com extorsão, execução por encomenda e até distribuição de drogas para serem comercializadas. Nesse caso, as narcomilícias se diferem dos narcotraficantes da periferia de Belém, por exemplo, pelo fato de terem um controle sobre a vida daqueles que são, como dizia Foucault (2008), considerados espécies perigosas, e, portanto, “matáveis”. É outro território, um território que está em vigilância e sobre o efeito de punição, ou seja, é o “vigiar e punir” (FOUCAULT, 2010) sob o poder das milícias armadas.

Foram abordadas, aqui, duas séries apresentadas por Foucault (1999), em que uma seria a série corpo – organismo disciplina – instituição; e a outra seria a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado. Ou seja, um conjunto orgânico institucional: a organo-disciplina da instituição, e de outro lado, um conjunto biológico e estatal: a bio-regulamentação pelo Estado. Para reforçar a afirmação de que Michel Foucault não pretende fazer algum tipo de oposição entre Estado e Instituição, visto que as disciplinas tendem a ultrapassar o âmbito institucional e local em que são consideradas (a exemplo do narcotráfico) e esses dois mecanismos não se encontram no mesmo nível, por isso, um não exclui o outro, podendo até estarem articulados.

¹⁷ Relatório da Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) das Milícias no Pará aponta para o envolvimento de milicianos em vários crimes como; seqüestro, extorsão, roubo de cargas, explosão de caixas eletrônicos, homicídios e associação ao tráfico de drogas. O documento também destacou a existência destes grupos em Belém, Marabá e Igarapé Mirí.

Para Foucault (2008), os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população são articulados um com o outro. Entre a disciplina e a regulação, há a “norma”, pois ela se aplica da mesma forma ao corpo e à população e controla, também, a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica.

Por exemplo, quando se trata de Belém, enquanto uma metrópole que está sob o efeito da “territorialização perversa”¹⁸ do narcotráfico, é possível visualizar como a norma é imposta, onde de um lado os narcotraficantes disciplinam o corpo de seus sujeitos que devem obedecer às ordens impostas pelo alto comando, manter determinadas condutas, disciplinar-se no tempo e no espaço. Do outro lado, os milicianos – que se apropriam dos recursos gerados pelo comércio ilícito do tráfico de drogas, nesse caso, definidos aqui como narcomilicianos – se encarregam de fazer a regulação da população, através da eliminação de traficantes, aviõezinhos, olheiros, viciados e pequenos assaltantes de origem periférica.

No caso das ações dos narcomilicianos, esta eliminação corresponde a um controle da população das áreas matáveis, são os espaços de reprodução de chacinas. Ao mesmo tempo, estas ações representam uma forma estratégica de disciplinar e regular os territórios que estão sob vigilância e de seus sujeitos sob riscos dos efeitos perversos da punição.

A disciplina, na perspectiva foucaultiana, é uma “fórmula geral” descoberta pela modernidade, pois ela trabalha, adentra os corpos, os distribui no espaço e os regula no tempo. Tudo isso tem como objetivo torná-los mais eficientes e obedientes. Por isso, a disciplina implica em uma anátomo-política do corpo, incide sobre ele e controla suas forças. Com tudo isso, o ideal é extrair o máximo possível de sua força econômica e o mínimo de sua força política.

Assim, a disciplina se constitui como uma “fórmula geral”, sobretudo em quartéis, escolas, conventos, fábricas, dentre outros. Além de ser importante para o desenvolvimento destas instituições. Para Foucault (1999), a “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita, mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de

¹⁸ Termo definido em 2009 a partir da na monografia de espacialização apresentada pelo autor da tese em questão durante o curso de Formação Internacional de pós-graduandos em Áreas Amazônicas (FIPAM) do NAEA-UFPA.

localizações esparsas, que se recordam, repetem ou imitam. Apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral.

Para Foucault, há a extensão progressiva que se coloca entre a disciplina do século XVII e XVIII e a formação de uma sociedade disciplinar, ou seja, essa extensão seria uma espécie de aspecto mais visível de artifícios mais intensos:

1) A inversão funcional das disciplinas, além de fixar populações inúteis ou agitadas, evita reuniões muito numerosas. As disciplinas passam a ter o papel de aumentar a utilidade dos indivíduos, como a disciplina militar que, além de impedir a desobediência, deve aumentar o poder de ataque e de resistência da unidade. Isso vem da dupla tendência do século XVIII de multiplicar o número das instituições de disciplina e de disciplinar os aparelhos existentes.

2) A ramificação dos mecanismos disciplinares; aparelhos fechados acrescentam à sua função interna um papel de vigilância externa que desenvolve controles laterais. Exemplo: a escola cristã, além de formar crianças dóceis, deve permitir vigiar os recursos e costumes dos pais, caso a criança se comporte mal. Também se difundem focos de controle na sociedade, como as associações de beneficência. O território é dividido e repartido entre membros da companhia, que visitam a população, inclusive individualmente, para que informações precisas sejam obtidas, como estabilidade de habitação, frequência nos sacramentos, etc.

3) A estatização dos mecanismos de disciplina. A organização de uma polícia centralizada passa a fazer parte de uma máquina administrativa responsável pela ordem e harmonia. Para exercer esse poder, é preciso fazer uma vigilância capaz de tornar tudo visível e ela própria invisível. Deve-se, ainda, gerar relatórios e registros sobre atitudes suspeitas – uma tomada de contas permanente do comportamento dos indivíduos. A polícia do século XVIII une o poder do monarca às mínimas instâncias de poder disseminadas na sociedade, o que permite sujeitar espaços não atingidos pelas instituições fechadas de disciplina e estende o alcance do Estado.

No terceiro ponto destacado por Michel Foucault, no qual ele faz uma breve análise da polícia do século XVIII, atenta-se para o fato de que a polícia do século XXI ainda desempenha a mesma função do século XVIII, ou seja, ela continua sendo o alcance do Estado, um poder difundido pela sociedade. Dessa forma, a aproximação que envolve polícia e narcotráfico já apresenta seus mecanismos disciplinares e reguladores. Em outras palavras, a polícia corrompida torna-se um

braço do narcotráfico a partir de uma relação institucional, sendo assim, essa relação que se estabelece em Belém ajuda na compreensão do surgimento das narcomilícias.

Assim, foi possível identificar uma dupla função exercida pela polícia corrompida, em que, num primeiro momento, ela atua como instrumento de regulação, impõe a ordem, reprime aqueles que estão fora da normalidade, combate as atividades ilegais e exerce o poder disseminado do Estado. Entretanto, ao extorquir ou receber propina de traficantes, já num segundo momento, os policiais tornam-se sujeito do narcotráfico, ou então, quando há apreensão de drogas e ocorre o desvio de uma parte que é fornecida para pequenos traficantes comercializarem na periferia de Belém disponibilizando uma parte dos recursos para a própria polícia corrompida, o poder exercido não atende mais ao Estado, embora seja sua representação.

A relação do pensamento foucaultiano com o narcotráfico é necessária para ter conhecimento sobre as tecnologias de poder que são criadas em meio às relações que só podem ser entendidas mediante profunda análise a partir das microrrelações. Em primeiro lugar, o tráfico de drogas atua como uma “instituição” e, para que esta instituição funcione, ela precisa ser organizada. As redes e os territórios são importantes categorias que demonstram tal organização. Em segundo lugar, para o desenvolvimento do narcotráfico, é preciso impor uma disciplina que tenha como resultado a obediência, o corpo deve-se tornar dócil, útil para que seja efetivado o controle do tempo e do espaço. Em terceiro lugar, o narcotráfico mantém constante vigilância, que naturalmente impõe uma disciplina importante para manter controle do território.

“A estratégia adotada nessas instituições procura estabelecer uma relação de obediência-utilidade, na qual se pretenderá chegar a um corpo dócil” (FOUCAULT, 1975, p. 26). Nesse sentido, a docilidade torna-se o resultado satisfatório da aplicação de disciplina, pois ela abrange também a obediência e a facilidade em lidar com o corpo.

Nas relações de poder do narcotráfico, têm-se um corpo no qual seus movimentos comportam tal dimensão política que está sobre constante vigilância. Pois, o tráfico de drogas também tem seu “olho do poder” e este “olho do poder” é atento a todo e qualquer tipo de manifestação que ocorra no espaço.

Serão destacadas algumas das estratégias adotadas pelo narcotráfico na construção de uma anátomo-política do corpo que serve, também, para disciplinar, regular e normatizar o território. A primeira é a tecnologia, denominada aqui como o *castigo do corpo*. É definida assim por sua característica e pela forma na qual Foucault (2010) define certa relação de poder. Como exemplo, há o relato abaixo de um jovem o qual era, na época do ocorrido, morador do bairro do Guamá na periferia de Belém, além disso, é viciado em uso de drogas e foi castigado pelo “chefe do tráfico”.

O entrevistado recebeu um tiro em cada rótulo do joelho, após esse castigo passou a ter dificuldades de locomoção; esta ação serviu como uma demonstração de poder para que não ocorram mais desobediências, fazendo valer a frase: “quando o tráfico não mata, ele aleija”.

Eu tava pegando pasta e pó direto lá na boca, aí eu roubava e vendia os produtos pra comprar o bagulho, aí eu comecei a pegar muito e não tava mais conseguindo pagar, aí comecei a me esconder do chefe, ele foi atrás de mim e deu um tiro em cada joelho meu, por isso eu tô assim agora, mas faço o meu, respondo a minha, me viro”. (Pec, morador de rua viciado em drogas, entrevista concedida em 17 de maio de 2015) (informação verbal).

A fala do entrevistado relata um caso de dívida com o traficante, pois ao não conseguir pagar a dívida, o consumidor que havia adquirido crédito no comércio do tráfico de drogas levou dois tiros. Além disso, ele foi expulso da rua onde morava no bairro do Guamá, na passagem Caraparú, e por isso, tornou-se morador de rua.

A seguir, há mais um relato de outro jovem que também foi castigado pelo chefe do tráfico de drogas. Trata-se de um jovem morador do bairro da Terra Firme que é viciado nos usos de pasta à base de cocaína e crack. Ele praticava pequenos furtos pelo bairro, até que num determinado momento uma moradora do bairro o denunciou para o “chefe do tráfico” da área. Então, ele dirigiu-se até a casa do jovem e disparou um tiro no joelho do viciado com a intenção de deixá-lo aleijado.

Eu tava em casa vendo televisão na sala e ele entrou e disse pra eu levantar, eu pensei que ia morrer, mas ele atirou no meu joelho e disse que isso era pra eu não roubar mais na casa de morador” (Mutché – viciado em consumo de cocaína, morador de rua – entrevista concedida em 13 de junho de 2015). (informação verbal).

A história resumida acima, se assemelha em termos de ação com anterior, pois trata-se de uma normatização do território pelo narcotráfico e a influência que

ele exerce sobre os moradores de determinados bairros, em que a Vítima do roubo optou por denunciar o ocorrido para o traficante ao invés de ir à polícia e, em seguida, o chefe do tráfico se encarregou de dar a sentença e realizar o castigo, nesse caso, um tiro no joelho.

É claro que diante de situações como as expostas aqui pode-se ter uma noção de como estes castigos repercutem no comportamento dos sujeitos envolvidos com o tráfico de drogas. Essa tecnologia do poder funciona não apenas para disciplinar os consumidores, mas também toda a rede envolvendo “aviãozinhos”, olheiros, pequenos traficantes, “gerentes de boca” e moradores, pois ela disciplina o território em si.

O que se espera, de fato, é o uso do corpo, por isso, o corpo dócil é trabalhado de forma separada. Assim,

de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-se perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos (FOUCAULT, 2010, p. 125).

Com isso, toda a estrutura organizacional do tráfico de drogas em um bairro de Belém passa por esta relação. A disciplina é necessária para o funcionamento da “instituição”. Em todos os bairros estudados há pessoas que passaram por situações como essas, nas quais ocorre uma imposição de castigos ao corpo. Isso causa um adestramento do corpo útil, do corpo disciplinado, preparado para ser produtivo para o tráfico de drogas; na venda de cocaína; no pagamento da dívida; na lealdade ao circuito.

O comportamento do indivíduo não pode fugir das normas que o narcotráfico condiciona, é claro que se fala aqui sobre um narcotráfico organizado. Quando foge das normas, o castigo é certo; o sujeito da rede não pode denunciar o esquema, caso seja preso, não pode “entregar” quem abastece o bairro, não pode deixar de repassar o dinheiro para o tráfico, nem acumular dívidas ou tentar fugir sem pagá-las. Em alguns casos, a eliminação total do sujeito é a melhor opção para o comando do tráfico de drogas.

A técnica disciplinar separa, diferencia as forças. Uma técnica do detalhe, da direção dos gestos e de sua amplitude. É igualmente um controle desses corpos no espaço e no tempo: “controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o

que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil” (FOUCAULT, 2010, p. 137). Além de se exigir do corpo trabalho e obediência, a disciplina é uma lógica que proporciona isso de forma mais eficaz e mais econômica.

É fundamental ter um entendimento claro do que se trata em relação a regras e leis, àquilo que não se permite diante do sistema de poder. Em uma conferência realizada em 1978, intitulada de “as redes do poder” e publicada em 1990, Michel Foucault falou que é frequentemente encontrado entre os psicanalistas, psicólogos e sociólogos a concepção segundo a qual o poder é essencialmente a regra, a lei, a proibição, o que marca um limite entre o permitido e proibido.

Para Foucault (1999), essa foi a concepção de poder do fim do século XIX, formulada incisivamente e amplamente feita pela Etnologia. Pela Etnologia, tenta-se detectar sistemas de poder em sociedades diferentes em termos de sistemas de regras. O autor destaca que, nós mesmos, ao tentar refletir sobre a sociedade, sobre a forma como o poder é exercido, fazemos principalmente a partir de um conceito jurídico: onde está o poder, quem possui o poder, quais são as regras que regem a energia, qual é o sistema de leis que o poder possui enquanto conjunto do corpo social. Portanto, para as sociedades atuais faz-se sempre uma Sociologia jurídica do poder e ao estudar sociedades diferentes da nossa, faz-se uma Etnologia que é essencialmente uma Etnologia da regra, uma Etnologia da proibição.

No jogo do narcotráfico, o “castigo dos corpos” é apenas um dos exemplos detectados ao longo de toda a nossa trajetória. Existem outras formas de manifestação de poder, ou melhor, existem outras tecnologias do poder que fazem parte das redes do narcotráfico. Com efeito, são formas não jurídicas de poder, mas com um conjunto de regras, de permissões e limitações que estão inseridas nas formas de como se exerce o poder.

Outra tecnologia de poder está no que se definiu como “*novos suplícios*”, que se refere à morte de alguns sujeitos e a forma como ocorre a exposição dos corpos, sobretudo, na periferia de Belém. Não se trata aqui de um suplício como ocorria nos séculos XVII e XVIII, em que o corpo era decapitado e o sofrimento vinha com uma morte lenta e dolorosa como bem destacou Foucault (2010).

Nas relações de poder do narcotráfico e das narcomilícias, homicídios ou execuções de determinados sujeitos transformam a exposição dos corpos em um significado político. Ou seja, esse corpo, um corpo supliciado, corresponde a uma estratégia de normatização dos territórios, portanto, faz-se um uso político da morte

que ocorre quando as regras básicas desta relação de poder são desobedecidas ou quebradas.

A execução também é chamada de “acerto de contas”, que significa pagar com a vida alguma dívida adquirida com o tráfico. Esta dívida não é apenas a financeira, aquela em que o sujeito se torna consumidor e cria um crédito que tem que ser pago, ou quando ele resolve tornar-se vendedor na categoria de traficante e não repassar o dinheiro para o patrão que abastece o mercado. Todo e qualquer tipo de manifestação é proibida como: denunciar esquema de corrupção policial; envolver-se com esposa de traficante; entregar a “boca” quando for pego pela polícia; “invadir” área geográfica do outro no comércio de cocaína, dentre outros fatores.

Nesse sentido, a exposição dos corpos a partir da execução do sujeito, ou os “novos suplícios”, é uma das formas de dominação que opera localmente, mas que do ponto de vista das relações de poder tem uma dimensão regional. Em Belém, o tráfico de drogas possui seu próprio *modus operandi*, procedimento e técnica.

O relato a seguir mostra a relação da morte como domínio do território ou como manifestação do poder.

Eles chegaram e atiraram quatorze vezes na cabeça dele, eles estavam num carro que eu não recorro a cor, mas só sei que ele já tava avisado que iria morrer, se metia com tráfico e tava devendo. (Morado do bairro do Jurunas – 32 anos – entrevista concedida em 21 de agosto de 2015). (informação verbal).

É comum aqui na Terra Firme eles matarem e depois soltarem foguetes para comemorar a morte do rival, eles mataram com vários tiros de pistola um rapaz na Rua São Domingos na área do Tucunduba e o corpo ficou exposto por várias horas até o IML chegar. (Morador de bairro da Terra Firme – 52 anos, entrevista concedida em 21 de agosto de 2015). (informação verbal).

Os entrevistados acima relataram casos da morte de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas em dois bairros periféricos de Belém, sendo eles Jurunas e Terra Firme. Na periferia de Belém, quando ocorre a morte de algum integrante de grupos rivais no contexto do narcotráfico, ocorre queima de fogos de artifícios, que significa a celebração deste ato como forma de provocação, bem como o mesmo acontece quando policiais são assassinados. Essas provocações realizadas pelos criminosos desencadeiam, no caso da morte de policiais, uma série de chacinas as quais ocorrem como forma de represália e quase sempre atingem de maneira geral os

moradores da periferia, principalmente jovens negros que são considerados delinquentes, uma espécie de “necropolítica” (MBEMBE, 2006).

Os homicídios com características de execução tornaram-se crimes comuns em Belém, dada a quantidade de suas ocorrências que atingem principalmente as periferias. O narcotráfico constrói relações simbólicas de poder, contudo, os homicídios com características de execução também são práticas realizadas pelos grupos de extermínio ou milícias que utilizam estas ações como forma de intimidação para extorquir traficantes da periferia. Ou seja, é nesta relação, como já destacado, que a morte ganha uma conotação política, e nesse sentido, a milícia dá outro sentido para o narcotráfico, um sentido econômico do ponto de vista da racionalidade, confunde-se com os sujeitos do tráfico de drogas, tornam-se sujeitos de outra estrutura que também se territorializa e se sobrepõe aos outros territórios.

A terceira tecnologia de poder que o narcotráfico impõe em Belém está na “coação” que leva a chamada “lei do silêncio”, a qual é exercida por meio de constrangimentos, violência física, moral e psicológica impostos pelo tráfico de drogas aos moradores dos bairros para que eles permitam o funcionamento da atividade ilegal e não denunciem nenhum tipo de crime por eles presenciado, inclusive quando se trata de “acerto de contas”.

Esta terceira forma de controle do território relaciona-se com as anteriores comentadas, visto que o “castigo do corpo” e o que se definiu aqui como “novos suplícios”, de certa forma, servem também para coagir ou intimidar os moradores dos bairros onde o tráfico de drogas está territorializado. Foucault (2010, p. 126) afirma que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”. Segundo ele, os micropoderes transcorrem todo o corpo social, o que causa transformações e modificações de condutas dos indivíduos. Isso significa para o autor que o corpo social, ao longo dos séculos, consolidou-se como algo fabricado, influenciado por coação calculada, esquadrihada em cada função corpórea, com fins de automatização.

Existe uma forma de controle que dificulta as possibilidades de um morador de um território controlado pelo narcotráfico fazer qualquer tipo de denúncia que envolva a estrutura organizacional do comércio de drogas ilícitas na periferia de Belém. Por isso, a morte de pessoas torna-se algo que é preferível silenciar-se, pois

é dessa forma que funciona a “lei do silêncio”, na qual prevalece sempre a frase “ninguém sabe de nada” ou “ninguém viu nada”.

Não gosto de falar nesse assunto, porque a gente sabe que é perigoso, eu prefiro fazer de conta que não vi nada (morador do bairro da Cabanagem – 41 anos – mestre de obras – entrevista concedida em 22 de setembro de 2015). (informação verbal).

Quando acontece um crime desse aí, de matar uma outra pessoa, as vezes a gente até sabe que é coisa de tráfico de drogas, mas a gente prefere se calar, sabe como é isso, né? Você me entende? (Morador do bairro do Benguí – 51 anos – Motorista – entrevista concedida em 22 de setembro de 2015). (informação verbal).

Quando mataram o carioquinha, a família não quis nem falar nada, resolveu logo enterrar, todo mundo fica com medo de morrer, por isso ninguém denunciou nada (Morador do bairro do Guamá – 51 anos – comerciante – entrevista concedida em 11 de janeiro de 2016). (informação verbal).

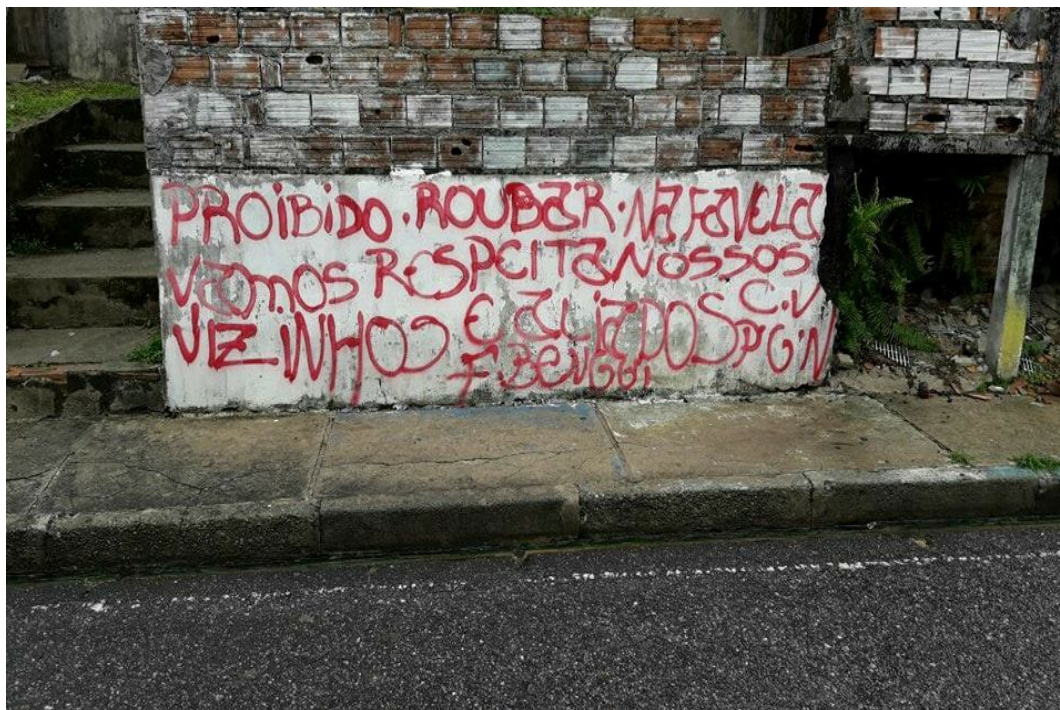
As entrevistas acima foram realizadas em três bairros de Belém, nesse caso: Benguí, Cabanagem e Guamá e destaca-se o fato de que os entrevistados deixam claro que se sentem inseguros em prestar algum tipo de informação que trate do narcotráfico ou das narcomilícias, sentem-se coagidos e inseguros. Inclusive, durante o levantamento de campo, algumas pessoas não se sentiram confortáveis para tratar de tal temática e precisou-se convencê-las de que as entrevistas eram para fins acadêmicos, posterior a isso, obtiveram-se vários relatos que apontam para as formas de coação do narcotráfico, tais como, intimidação por ameaças, violência moral, dentre outras. Estas são estratégias disciplinares em relação à necessidade de se ter o controle dos moradores, sobretudo em bairros em que o narcotráfico estabelece o controle do espaço, configurando territórios zonas e territórios redes.

Além disso, para não limitar o debate aqui apresentado, parte-se do pressuposto de que os bairros da periferia de Belém se constituem enquanto territórios em redes do narcotráfico, mas para esta relação se consolidar, é preciso se ter este controle a partir de “dentro” destes bairros, tornando-se importante a compreensão desse conjunto de relações que produzem o território, numa perspectiva do poder do narcotráfico.

Contudo, é preciso considerar, também, que o narcotráfico territorializado produz o discurso da segurança e da proteção de seus moradores, visto que, diante de um medo difuso pela violência urbana, isto se torna mais um mecanismo de

poder que transmite para a população uma sensação de “segurança”. Isto reflete uma forma sutil de se ter o apoio dos moradores nas áreas em que existe a expressão territorializada do narcotráfico, como destaca a fotografia abaixo que diz respeito ao bairro do Benguí.

Fotografia 4 – Aviso proibindo assaltos aos moradores da área controlada por facção.



Fonte: COUTO (2017).

As facções do narcotráfico, a partir da pichação acima em uma residência no bairro do Benguí, não apenas alertam pequenos assaltantes de que é proibido roubar na área, mas também abordam uma mensagem que sai em defesa dos moradores, ao mesmo tempo em que apresenta as ligações entre as facções criminosas do narcotráfico como bem destacado na pichação onde aparecem os símbolos da Primeira Guerrilha do Norte (Pará) e do Comando Vermelho (Rio de Janeiro). Foucault (1979) dizia que o poder está em toda parte, pois provém de todos os lugares, como bem demonstra essa relação que une a micropolítica no bairro aos macropoderes em redes.

Foucault (1979) já havia descaracterizado a ideia de Thomas Hobbes de que o Estado mantém os homens ordenados dominando as massas, para ele, o Estado não é o único poder existente. No entanto, para além das instituições (família,

escolas, igrejas, trabalho) apontadas por Michel Foucault, a análise da tese aqui desenvolvida enxerga o narcotráfico enquanto uma instituição, embora considerada ilegal, que exerce uma disciplina que fabrica indivíduos dóceis.

A racionalidade econômica do narcotráfico constrói, também, relações que fragilizam os mecanismos de segurança pública, ainda mais quando aproxima polícia e narcotraficantes. Isso porque existem casos em que os grandes narcotraficantes – que abastecem os mercados de Belém – passam a contar com a proteção de agentes de segurança pública – aqueles agentes que se corromperam pelo dinheiro “fácil” do mercado da droga – e tais agentes passam a desempenhar o papel de “seguranças” ou “soldados” do tráfico, inclusive prestando serviços de eliminação de sujeitos em dívida com o sistema.

A outra forma de compressão acerca da fragilidade do sistema de segurança pública está na prática do mapeamento das “bocas” de fumo pela própria polícia. Porém, esse mapeamento serve para extorquir traficantes da periferia. Assim, quando ocorrem casos em que a propina não é paga para a polícia, ou mais ainda, quando existe a possibilidade de algum traficante denunciar os policiais, os mesmos são assassinados por homens encapuzados que utilizam carros ou motocicletas. Esta é uma ação que nos últimos anos vem, também, se manifestando de maneira bem intensa sobre a periferia.

Os relatos abaixo são de traficantes moradores do bairro do Guamá e eles esclarecem como funciona a prática da extorsão realizada por alguns agentes de segurança pública:

Toda semana eu dou a minha parte para o cabo fulano, eu sempre separo, porque assim eu consigo trabalhar em paz, ele já sabe que o dele é certo, se eu faço R\$ 4.000,00 a semana, eu separo 1.000 pra ele e resto com as outras despesas (Mário, Traficante do bairro do Guamá – 38 anos – entrevista concedida em 11 de janeiro de 2016). (informação verbal).

O carioquinha tava no bilhar debruçado, quando chegou um carro prata e deu o primeiro tiro na cabeça dele, pegou na testa, aí desceram dois homens encapuzados e deram mais seis tiros nele (Seu Barcarena – comerciante – 52 anos – entrevista concedida em 27 de dezembro de 2016). (informação verbal).

Todo mundo sabe como é o esquema do pessoal da polícia aqui, eles pegam dinheiro de traficante, pegam sempre a parte deles, quando não tem eles ameaçam, por isso o tráfico nunca vai acabar, se acabar com o tráfico, acaba com a propina deles (Seu José 41 anos – moto taxista – entrevista concedida em 9 de janeiro de 2016). (informação verbal).

Procurou-se destacar as falas mais significativas, embora tenham sido realizadas várias entrevistas, muitas se repetiam ou se aproximavam das anteriores, porém o mais importante foi chegar à compreensão desta relação. A força econômica que o narcotráfico impõe parece ser a principal causa da corrupção e, nesse caso, pode-se falar de associação ao tráfico ou então de institucionalização do narcotráfico. Estas relações que parecem ser micro fazem parte de um conjunto de outras relações, as quais criam condições macro de organização espacial.

Pensar no território é pensar, principalmente, em toda esta sinergia que os sujeitos criam a partir do narcotráfico. É claro que não se pode correr o risco de generalizar a ideia de que todo agente de segurança pública é corrupto, ou de que toda a polícia é corrupta, os relatos tratam-se de informações coletadas em campo e que apontam para um desvio de comportamento de alguns policiais que fazem parte da proposta de governamentalidade do Estado.

Para Foucault (2008, 129), o “o essencial, portanto, é esse complexo de homens e de coisas, é isso que é o elemento principal, o território – a propriedade, de certo modo, é apenas uma variável”. Ele continua, e destaca, que “o governo tem, portanto, uma finalidade, ele dispõe das coisas, no sentido em que acabo de dizer, e dispõe das coisas [tendo em vista um fim]. E, nisso também, creio que o governo se opõe muito claramente à soberania” (FOUCAULT, 2008, p.130).

Nesse caso, para Foucault (2008), a soberania tem uma finalidade circular, pois ela visa a submissão à lei, ou seja, remete ao próprio exercício da soberania; o bem é a obediência à lei, logo, o bem a que a soberania se propõe é que as pessoas obedçam à soberania, já o governo é definido por Foucault (2008) como uma maneira correta de dispor as coisas para levá-las, não a forma do “bem comum”, como diziam os juristas, mas a um “fim adequado”. Porém, a polícia utiliza seu poder de soberania para que os narcotraficantes a ela sejam submissos, assim como o governo passa a se dar em função das vantagens econômicas do narcotráfico para explorar o máximo de recursos.

Embora Foucault (2008) se refira ao Estado para falar de governamentalidade, é preciso partir desta interpretação para compreender o poder das narcomilícias ou dos policiais corruptos. Pois, são estas estratégias que permitem as intervenções sobre a periferia com o intuito de obter vantagens econômicas do mercado da droga.

Foucault (2008, p. 142-144) vai destacar que:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bastante específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”.

Quando o dispositivo de segurança é corrompido e tem como alvo a população de delinquentes, traficantes, etc, esse tipo de poder, nesse caso, torna-se um poder soberano da polícia, que é utilizado a partir de um cálculo racional o qual se institucionaliza de forma ilícita, ou seja, tornando-se uma espécie de “delinquência institucionalizada”. Por fim, não se teve a intenção aqui de fazer afirmações grosseiras que passem a ideia de que todo o sistema de segurança se corrompeu em função do narcotráfico, contudo, é imprescindível, reconhecer as formas de governo que surgem com a economia do crime e, principalmente, os territórios que se constituem de forma sobreposta nesta relação.

5.5 Das pichações às facções: da dominação político-econômica à apropriação simbólico-cultural dos territórios

A produção dos territórios do narcotráfico na metrópole de Belém depende também da construção simbólico-cultural das relações sociais que permeiam os processos de territorialização, sobretudo nas periferias, onde se encontram os elementos mais significativos das relações sociais cotidianas que são incorporados pelas facções criminosas. Elementos estes como; precarização da habitação, relações de trabalho precárias e uma população vulnerável às investidas de narcotraficantes. Somando-se a isso, considera-se, também, que nas periferias de Belém se encontram os resquícios de grupos organizados os quais, nos anos de 1990, se enquadravam na categoria de gangues de rua e, posteriormente, passaram a fazer parte do comando do tráfico.

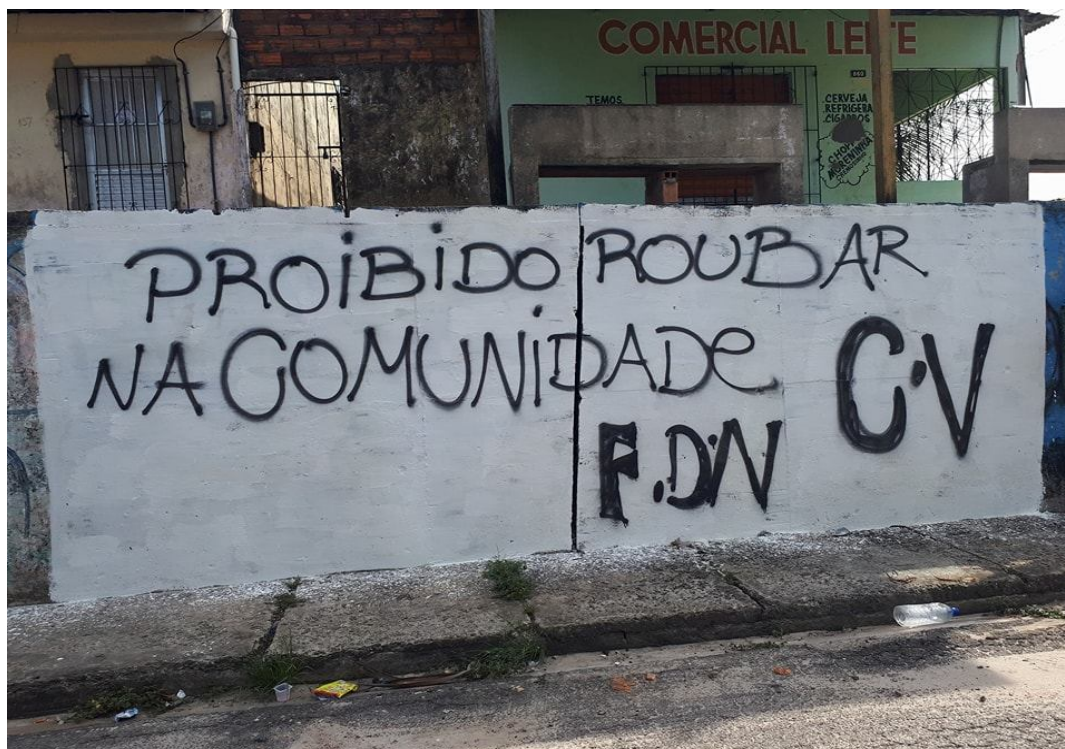
Assim, as pichações e seus símbolos constituem, hoje, uma das formas de demonstração de poder e demarcação de territórios do narcotráfico. Elas

constituem, portanto, a expressão cultural do crime e seus símbolos são criados pelas chamadas “equipes”, “facções” ou gangues, reproduzindo linguagens e códigos por eles criados e por eles interpretados. As pichações e seus símbolos tornam-se, nesse sentido, a apropriação simbólico-cultural dos territórios, acompanhada por uma dominação político-econômica, como bem definiu Haesbaert (2004), símbolos que outrora demarcam as áreas de comercialização da droga.

Essa relação que envolve apropriação/dominação dos territórios a partir da perspectiva da Haesbaert (2004) atribui uma interpretação que destaca o valor simbólico e econômico dado pelos narcotraficantes ao território. Com efeito, o valor simbólico não está apenas no sentido dos símbolos que são desenhados por pichadores em paredes das casas na periferia, demonstrando a presença dos grupos ou equipes, estão presentes também na construção de uma relação cotidiana criada a partir dos sujeitos envolvidos nas redes do tráfico de drogas. Ademais, o valor econômico potencializa o comércio de cocaína a partir de zonas definidas pelos grupos em pontos estratégicos dos bairros, visto que esses pontos são os locais em que devem existir facilidades para os fluxos de consumidores, bem como facilidades também para que “aviãozinhos” possam fugir das investidas da polícia, ou então se defender das ações de narcotraficantes rivais na disputa pelo controle do território.

Durante o desenvolvimento desta tese, as observações em campo permitiram ter a compreensão acerca das relações de poder que estão presentes na periferia ou nas áreas de baixadas, como alguns preferem definir, se referindo mais a parte Sul de Belém. São demonstrações simbólicas de poder que fazem parte do cotidiano de bairros como: a Terra Firme, com a “Equipe Rex”, “equipe Pernal” e a “Liga da Justiça”; Jurunas, com a “Galera da Laje”, “Ratos da Paz”, “Fugitivos da FEBEM”; Cabanagem, com o “Mirienses” e a “Equipe do Dote”; Benguí e Tapanã, com “Bando Rebelde”, “Turma da Barra”, “Zorra”, dentre outras.

Fotografia 5 – Aviso proibindo assaltos na comunidade em uma área do bairro do Benguí



Fonte: Couto (2017).

A fotografia acima retrata o bairro do Benguí, em que é exposto um aviso em defesa dos moradores, no qual anuncia-se que é proibido roubar na comunidade. Além disso, fica destacada também a aliança entre as facções denominadas Família do Norte (FDN), do Amazonas e Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, demonstrando a relação destas facções do crime organizado com grupos do estado do Pará, a exemplo da Primeira Guerrilha do Norte (PGN). Ou seja, são territorialidades que são instituídas a partir de uma lógica zonal e reticular a partir de uma dimensão que considera a abertura e o fechamento dos territórios, como bem destacou Haesbaert (2004).

O narcotráfico necessita manter o controle efetivo de uma área geográfica para a comercialização da droga e este controle é o que dá uma dimensão territorial para toda esta conjuntura. Haesbaert (2004, p. 40) faz uma síntese das várias noções do conceito de território, em que o autor agrupa estas concepções em três vertentes, sendo elas:

- Política (referida às relações espaço-tempo em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporando no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Com essas vertentes destacadas pelo autor, tem-se a concepção por ele definida como dominação político-econômica e apropriação simbólico-cultural, ou seja, as duas dimensões que são representadas pelas facções e suas pichações sobre os espaços urbanos da periferia de Belém.

Nestes termos,

Se encararmos território com uma realidade efetivamente existente, de caráter ontológico, e não um simples instrumento de análise, no sentido epistemológico, como recurso conceitual formulado e utilizado pelo pesquisador, tradicionalmente temos duas possibilidades, veiculadas por aqueles que priorizam seu caráter de realidade físico-material ou realidade “ideal”, no sentido de mundo das ideias. Para muitos, pode parecer um contra-senso falar em “concepção idealista de território”, tamanha a carga de materialidade que parece estar “naturalmente” incorporada, mas, como veremos, mesmo entre geógrafos, encontramos também aqueles que defendem o território definido, em primeiro lugar, pela “consciência” ou pelo “valor” territorial, no sentido simbólico (HAESBAERT, 2004, p. 42).

O narcotráfico se apropriou de territórios que outrora pertenciam às gangues de pichadores, ou seja, a substituição de um território por outro – porém, com símbolos que permanecem em outro contexto. Com efeito, as gangues de pichadores foram absorvidas pelas redes do narcotráfico e isto ocorreu nos bairros do Jurunas, Cremação, Guamá, Terra Firme, Benguí, Barreiro, dentre outros.

Isso também se deu no Buraco Fundo, em Icoaraci; na Ocupação do Paracurí I o tráfico de drogas não permite a presença de pichadores, bem como é uma área geográfica na qual não há registros da existência de gangues. O narcotráfico proíbe assaltos na área e impõe uma lógica de dominação do território onde a violência torna-se um instrumento de exercício de poder. No bairro da Cabanagem, tem-se

uma relação parecida com o Buraco Fundo, entretanto, na conjuntura atual, o bairro vem enfrentando conflitos internos que envolvem grupos rivais que disputam o controle do comércio de drogas ilícitas no setor geográfico.

Nestes bairros citados, formaram-se redes sociais do tráfico de drogas, constituídas por jovens que são facilmente cooptados pela economia do crime, e o que envolveu um conjunto de relações sociais estabelecidas. A sociologia define rede como um conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e, também, entre os próprios atores. Segundo Colonomos (1995), ele designa ainda os movimentos pouco institucionalizados, reunindo os grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretções. Os antropólogos pretendem, a partir da noção de rede, apoiar "a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias" (BARNES, 1987, p. 163).

O termo sugere ainda a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulneráveis ou em situação de risco social e pessoal, uma construção coletiva que se define à medida que é realizada (DUARTE, 2004).

Estudos recentes realizados por Tracy e Martins (2007) têm demonstrado que o ser humano tende a adoecer quando percebe que sua rede social foi reduzida ou rompida. Entretanto, se encontrar suporte solidário em outros espaços da sua rede de relações, tende a enfrentar problemas e sofrimentos com maior habilidade e segurança.

Isso explica o fato de que em áreas de vulnerabilidade social, precarização na atuação do poder público, conflitos sociais e "segregação-exclusão" ou "inclusão precária", os jovens da periferia – que têm sua rede social reduzida e enfrentam problemas de isolamento social, ou algum tipo de preconceito ou exclusão – tornam-se facilmente membros das redes do narcotráfico. Os símbolos das gangues antigas, ou das novas facções correspondem, a uma mistura entre novas e velhas formas de criar territórios na periferia. Tem-se, então, uma massa populacional que é apropriada para a política do narcotráfico, ao mesmo tempo em que se tornam alvo fácil para as investidas biopolíticas (FOUCAULT, 1999) da polícia e das milícias.

O esquema a seguir (Esquema 2) apresentará como está formada a rede social do tráfico de drogas, de acordo com as informações que foram coletadas em

trabalhos de campo. Esse tipo de rede que se forma dentro dos bairros traz relações mais horizontais e uma conexão interdependente aos mecanismos de controle externos de um território em redes, que trata de relações mais verticais do comércio do tráfico de drogas. Estas redes externas, articuladas com as redes internas definidas a partir de microrrelações de poder entre os sujeitos, são responsáveis pela incorporação das gangues de pichadores às facções do tráfico de drogas. Em outros termos, pode-se dizer que se trata de um heterônimo, pelo fato de que os sujeitos estão submetidos a uma lei exterior reguladora de suas condutas, um poder territorializador e regulador sobre a metrópole e suas periferias.

Destaca-se, também, que há uma relação hierárquica entre os sujeitos que constituem as redes sociais do tráfico de drogas. Como já mencionado em outras passagens deste trabalho, os sujeitos podem alterar sua função dentro do esquema de organização interna que os bairros apresentam, podendo exercer o papel de “patrões do tráfico” – que corresponde ao sujeito que desempenha a função de abastecer e controlar de fora do bairro toda a movimentação do comércio do tráfico de drogas.

Esquema 2- Rede interna de organização socioespacial do narcotráfico



Fonte: Couto (2016).

É demonstrado no esquema acima o gerente da boca que mantém o controle sobre o território numa escala intraurbana, a partir da sua influência sobre os soldados do tráfico, em que estes outros têm influência sobre os “aviãozinhos” e olheiros. Essa relação microscópica configura, então, o território sob o poder do narcotráfico.

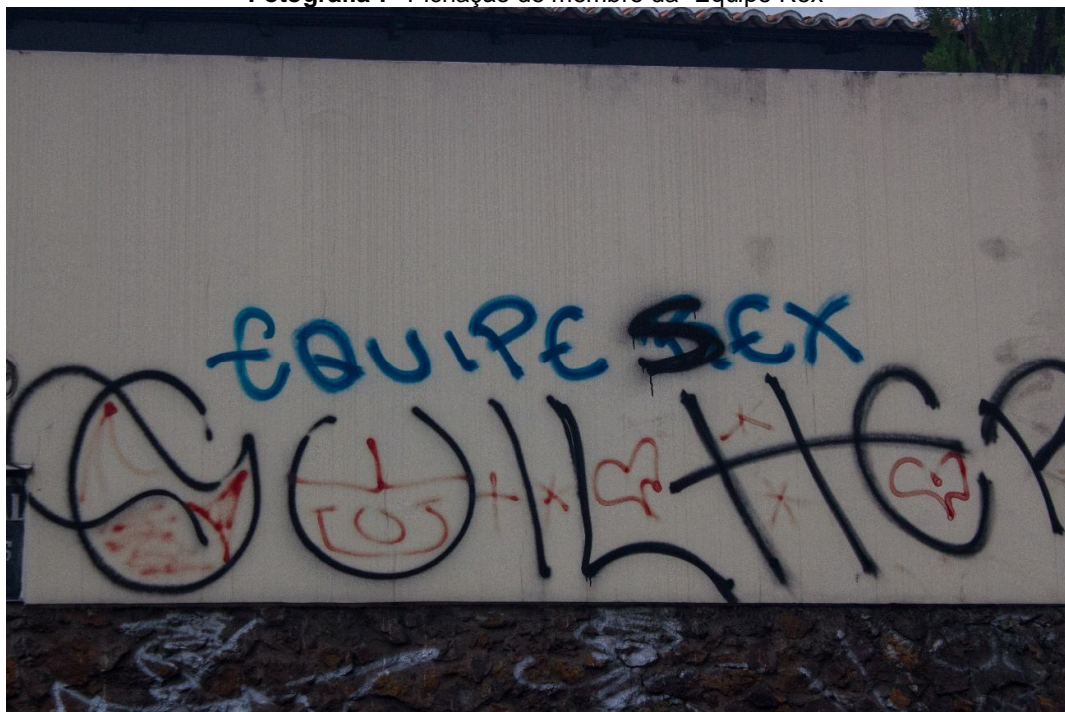
Os símbolos de gangues, ou de facções, representam códigos que advêm de uma cultura urbana da periferia, portanto, em alguns bairros os pichadores passaram a ter um destaque importante para as micro relações de poder que surgem em função do tráfico de drogas, já que eles demarcam os territórios e estabelecem limites e fronteiras. A seguir, há alguns exemplos das pichações que representam demarcações de territórios a partir de símbolos e nomes de “equipes”, ou de pequenas facções que se distribuem na periferia da metrópole.

Fotografia 6 - Pichação de integrante da Equipe Pernal da Terra Firme



Fonte: Couto (2016).

Fotografia 7- Pichação de membro da “Equipe Rex”

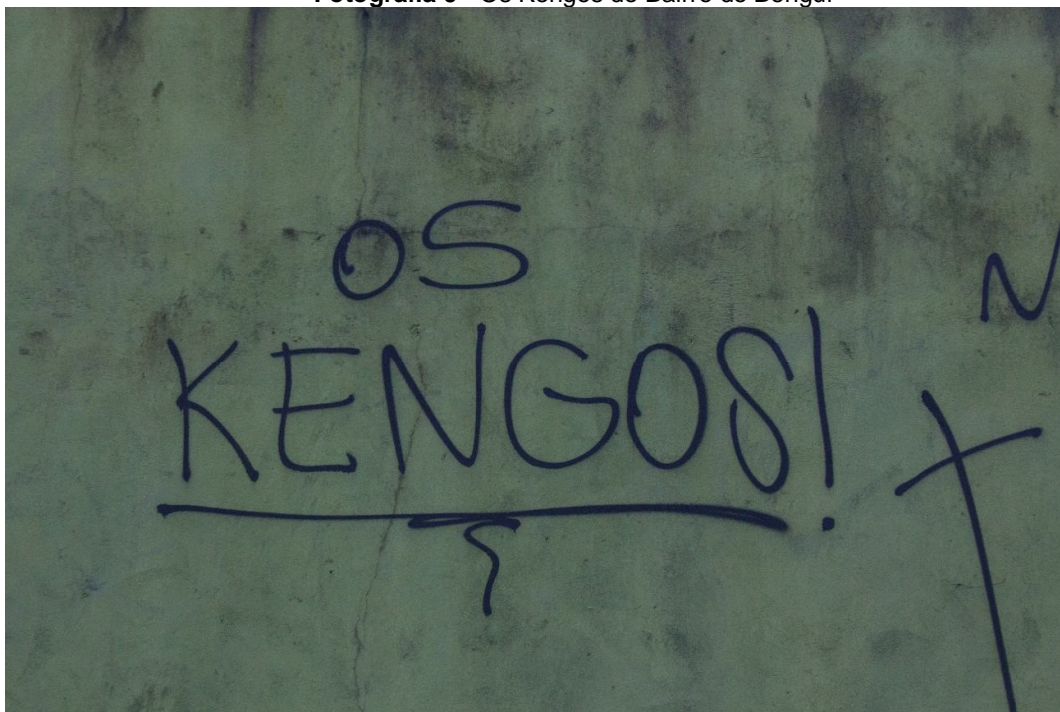


Fonte: Couto (2016).

Fotografia 8 - Símbolos que simbolizam a união entre as gangues



Fonte: Couto (2016).

Fotografia 9 - Os Kengos do Bairro do Benguí

Fonte: Couto (2016).

As fotografias 6 e 7 acima retratam a existência de dois grupos que rivalizam no bairro da Terra Firme. A sexta fotografia é da “Equipe Pernal” e a sétima mostra uma “queimação” sobre a escrita da “Equipe Rex”. O termo queimação, ou queimar, significa que uma pichação está sobre a outra. Isso acontece quando há rivalidades entre os grupos, assim, os conflitos também aparecem nas pichações. Nos anos de 1990, os conflitos já ocorriam dessa forma entre as gangues de rua e essas divergências permanecem em alguns bairros, vinculadas ao tráfico de drogas.

No que diz respeito às imagens 8 e 9, a oitava trata da união de um grupo de gangues, os quais são: Demônios da Matinha do Bairro de Fátima, Bando Rebelde do Tapanã, Turma da Barra e os Caras de Pau do bairro da Marambaia, Turma da Rua do bairro do Tapanã, e, por fim, a Zorra do bairro do Panorama XXI, no bairro do Mangueirão. Já a nona apresenta a frase “os Kengos” do bairro do Benguí. Ao prestar atenção é possível perceber que não há a aplicação da norma padrão da língua portuguesa na expressão “Kengos”, pois o que importa é que a mensagem tenha sido repassada e que o canal de comunicação tenha sido estabelecido entre os grupos.

Além disso, é importante, também, perceber uma conexão que envolve vários bairros, destacando que nos anos de 1990 os Demônios da Matinha, o Bando Rebelde, os Caras de Pau da Marambaia e a Zorra do Panorama XXI, eram gangues rivais e que agora, em outro contexto, aparecem unidas em função do narcotráfico. Logicamente, os símbolos destas gangues pichados na parede representam muito mais do que uma simples união de gangues, visto que elas não existem mais. Ao falar de todos os símbolos pichados, pode-se dizer que há uma interação entre os bairros (Benguí, Fátima, Marambaia, Mangueirão, Guanabara, Cabanagem e Tapanã) em relação aos fluxos do narcotráfico, o que mostra a expansão do mercado de cocaína.

Estas formas de produção dos territórios na metrópole relacionam-se com a matriz teórica definida por Gomes (1995, p. 61) como *genoespaço*, que está fundamentada na ideia de grupos ou comunidades, onde “em termos geográficos, podemos dizer que a classificação das ações não é feita pela sua distribuição no espaço, [...] ela é, antes, este espaço”, alvo de disputa por um poder supremo de uma comunidade que se considera pela sua historicidade, tradição ou força, com maior habilidade para controlar um território.

Gomes (1995) vai destacar que tal espaço é ocupado por signos inclusivos que delimitam o controle ou a presença em um território, e, além disso, suas fronteiras tornam-se fluídas e instáveis, visto que comportam, segundo critérios de domínio e controle coletivos, a afirmação da diferenciação de direitos. Isto remete a uma identidade comunitária (social) que se relaciona com uma identidade territorial.

A reprodução social de um comportamento simbólico entre os sujeitos compõe as facções que criam uma identidade comunitária, a qual se torna uma base para a identidade territorial do tráfico de drogas. Haja vista que, gírias são criadas com termos que são identificáveis apenas pelos membros do grupo. Essas situações são criadas a partir do cotidiano nos bairros periféricos, um tipo de comportamento social que é difundido por “gerentes de bocas”, “aviãozinhos”, olheiros e consumidores, ou seja, uma identidade territorial “definida em relação a um território de homogeneidade, de domínio e de pleno desenvolvimento de espírito de grupo” (GOMES, 1995, p.62), nesse caso, o tráfico de drogas.

Portanto, práticas sociais como estas formam uma complexa organização territorial que resulta das relações instituídas de poder e que produzem uma cultura simbólica da economia do crime. Então, os símbolos, códigos e gírias são muitos

mais do que uma simples manifestação de um comportamento social na periferia, são, principalmente, resultados das formas de disciplinamento dos territórios.

6 DA PRECARIZAÇÃO URBANA ÀS REDES DE PODER: A ORIGEM SOCIOGEOGRÁFICA DA NARCOSOBREPOSIÇÃO DOS TERRITÓRIOS EM BELÉM

O narcotráfico apropria-se de territorialidades precárias com a finalidade de organizar uma estrutura territorial e econômica, acima de tudo. Os “aglomerados urbanos de exclusão” são incluídos na lógica das redes e, por causa disso, os bairros tornam-se zonas de uma força externa que alimenta e incentiva a economia do crime. É preciso compreender as organizações em redes e em zonas que têm como finalidade territorializar-se, levando a uma configuração na qual se verifica a presença do narcotráfico e de grupos milicianos, diante de uma constante e dinâmica sobreposição de territórios.

Contudo, como se trata de territórios que, ora divergem e convergem, é inevitável compreender os conflitos manifestados e que materializam situações adversas na cidade. Um exemplo disso é a aceitação da existência de uma política da vida e outra da morte, caracterizando a biopolítica e a necropolítica em uma afirmação constata de um poder constituído *versus* um poder constituinte que define melhor estes conflitos. É com este debate que se pretende finalizar a construção reflexiva e analítica desta tese.

6.1 A “territorialidade precária” em “aglomerados de exclusão” na metrópole

Acredita-se na importância em se fazer um esforço teórico e empírico que possa enxergar, nas formas precárias de produção do espaço urbano, alguma relação direta ou indireta com a produção de microrrelações de poder, que se constituem e ajudam a organizar as redes do tráfico de drogas em Belém. Devem ser consideradas, também, todas as formas precárias de inserção da população que podem, ou não, ser aproveitadas pela economia do crime.

Nesse sentido, a leitura do espaço passou a ser fundamental para que pudesse ter a percepção dos desdobramentos, os quais levam a múltiplas formas de pensar em ações da sociedade sobre ele. Isso remete às perspectivas de considerar o espaço geográfico como uma categoria privilegiada para entender o território e suas relações de poder. Foucault (1979, p. 22) diz que “passamos de grande obsessão pela História, no século XIX, para uma época que talvez seja a época do

espaço”. A emergência do espaço com tamanha força se dá porque estaríamos vivendo agora a “época da simultaneidade”, da “justaposição”, “do perto e do distante, do lado a lado, do disperso.” (FOUCAULT, 1979, p. 22).

Considerando que se vive em uma sociedade em redes, fica fácil perceber tal relação com os espaços que passaram a compor a dinâmica das redes do narcotráfico em Belém, pois não se pode esquecer que a globalização permitiu também a expansão de vários tipos de conexões, entre elas, as conexões perversas das redes ilegais do crime organizado. Mas, além disso tudo, a globalização promoveu uma “fragmentação” ou “inclusão precária” do espaço e da sociedade, o que consiste exatamente naquilo designado por Castells (1997), que definiu como “integração perversa”, ou seja, atividades relacionadas à economia do crime, tem-se como exemplo: o contrabando, a biopirataria, o tráfico de pessoas, o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro, dentre outros.

Os bairros são espaços sociais construídos ao longo do tempo pelas atividades humanas, com ou sem o incentivo do Estado, e foi dessa forma que se deu a configuração espacial de Belém, num primeiro momento, confinada com o surgimento dos bairros do Guamá, Cremação, Jurunas, Terra Firme e Barreiro. Em um segundo momento, na fase dispersa, com a expansão dos bairros do Benguí, Cabanagem e Vila de Icoaraci.

Houve preferência em destacar somente os bairros estudados nesta tese, embora se saiba que a dispersão também se deu em direção ao município de Ananindeua, no sentido BR 316 e Coqueiro. Por outro lado, também é importante destacar que todos estes bairros representam o significado simbólico de luta pela moradia em meio aos processos de integração/exclusão dos projetos de modernização/valorização urbana de Belém.

Acompanhando esse contexto, tem-se também o histórico de negligências das políticas urbanas em relação a estes espaços considerados periféricos, negligências por parte do Estado e seu planejamento que transformaram os espaços escassos, criando condições adversas que tornaram viável a construção de microrrelações, as quais manifestam interesses “obscuros” diante do que seria definido pela governamentalidade do poder público como normalidades.

As espacialidades urbanas, assim, operam de forma dinâmica na construção de identidades territoriais, identidades estas associadas às diversas formas de reprodução social, entre elas as atividades criminosas. O narcotráfico em Belém, e

nestes bairros citados, criou identidades territoriais urbanas que se manifestam em forma de conflitos entre os seus sujeitos e destes com o Estado. Tudo isso, em função de “novos” fluxos que deram outro sentido ao espaço, portanto, jamais se pode dissociar estes bairros de uma relação mais macro em nível de dinâmicas globais enquanto escalas de poder do narcotráfico.

Os espaços formariam, desse modo, segundo Santos (1996), pontos de “fixação da história de sua produção”. Assim, o espaço entendido como um sistema de objetos e um sistema de ações articuladas seria uma produção histórica. Ainda segundo este autor, “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, e fluxos novos ou renovados, que recriam as condições ambientais e as condições sociais, redefinindo cada lugar” (SANTOS, 1996, p. 50).

Nestes termos, deve-se também considerar que a própria expansão periférica de Belém se deu por meio do processo desterritorializante, em que parte da população “expulsa” das áreas centrais do centro da cidade deslocou-se para as áreas mais periféricas. Os espaços periféricos da metrópole ou as áreas de baixadas tornaram-se também um lugar importante para as formas de reprodução social e de luta pelo direito à cidade em meio a um intenso processo de “exclusão social” ou “exclusão socioespacial”.

Referindo-se ao conceito de exclusão no sentido mais estritamente social, alguns autores, como o sociólogo José de Souza Martins (1997), tem preferência em utilizar o termo inclusão precária ao invés de exclusão social. O autor propõe uma análise da leitura sociológica-política, e não economicista, como afirma Martins:

[...] rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações [...] constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando (MARTINS, 1997, p. 14).

Nesse sentido, de acordo com a ideia de Martins, não existe exclusão social, o que existe é uma contradição causada pelos processos sociais, políticos e econômicos que terminam por gerar certa exclusão. Esses processos estão de acordo com a lógica do sistema, ou seja, representam as elites que estão no poder, porém, de certa forma, a população pobre tem uma participação nesse sistema, mesmo que seja uma participação precária, não significando uma total exclusão.

O tema da exclusão é mais um tema que faz parte de um conjunto (quase que se pode dizer "sistêmico") de categorizações imprecisas, hoje em dia utilizadas para definir os aspectos mais problemáticos da sociedade contemporânea no terceiro mundo. Do tema da exclusão, passou-se ao substantivo excluído, pressupondo, portanto, que se trata de uma categoria social e de uma qualidade sociologicamente identificável nas pessoas e nas relações sociais.

Um atributo, como o atributo de trabalhador assalariado, aquele que, ao trabalhar, produz relações sociais singulares, gera contradições socialmente fundantes e engendra um tipo de mentalidade historicamente essencial. Algo, portanto, que corresponderia a uma certa consciência social das próprias vítimas da exclusão. No entanto, não é verificável na prática, na vivência dos chamados "excluídos" (MARTINS, 2002).

Segundo Martins (2002, p. 10):

Não se trata apenas de gerir a distribuição de renda, como pensam muitos que se deixaram fascinar pelo economicismo ideológico produzido pela mesma economia iníqua causadora da pobreza que condenamos. Trata-se da distribuição equitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir. A questão é muito mais social do que econômica.

Martins (1997) considera que o conceito de exclusão (inconcebível, impróprio, vago e indefinido) veio substituir a ideia sociológica de "processo de exclusão", atribuindo-lhe mecanicamente todos os problemas sociais e distorcendo a questão que pretende explicar.

Assim, talvez pudéssemos negar a existência da exclusão: o que existem são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Quando concebida como um estado fixo e fatal e incorrigível e não como expressão de contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, a exclusão cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável (MARTINS, 1997, p. 14-16).

Essa mesma "exclusão" fala de "situações objetivas de privação, porém não nos fala tudo nem nos fala o essencial" (MARTINS, 2002, p. 43); a partir dela não se luta por transformações sociais, mas sim "em favor de relações sociais existentes, mas inacessíveis a uma parte da sociedade" (MARTINS, 2002, p. 47). Mais do que isso, discutindo a "exclusão" "deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até incidentes de inclusão" (MARTINS, 1997, p. 21). "Excluído" é apenas

um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação.

"Excluído" e "exclusão" são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a quem ele tem acesso. O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem; dificilmente se pode ver nele um discurso socialmente crítico (MARTINS, 2002).

De fato, um dos dilemas é que uma nova dicotomia surge: os incluídos em oposição aos excluídos. Essa construção, entretanto, nega o ponto de vista praticamente hegemônico nas Ciências Sociais que é justamente a perspectiva antidualista de inspiração marxista: é um disparate referir-se aos "excluídos" quando esses mesmos indivíduos não se encontram fora, mas, antes, inseridos, embora precariamente, no sistema econômico. "Qual o sentido de falar em duas ordens de realidade, dos 'incluídos' e dos 'excluídos', se ambas são produzidas por um mesmo processo econômico que, de um lado, produz riqueza e, de outro, miséria?" (MARTINS, 1997, p. 53).

Inclusive, nas condições brasileiras, esse "lupemproletariado" gerado pelo capitalismo, além de funcional ao sistema enquanto exército de reserva é utilizado pelos segmentos integrados ao mercado de consumo como mão de obra, realocando cada vez mais recursos para o setor dinâmico (MARTINS, 1997). Não podemos nos esquecer das classes médias que, no geral, não hesitam, em contratar empregados domésticos, pagando baixos salários para tomar conta de suas casas, da comida e da própria sujeira, ao mesmo tempo em que não suportam que estes mesmos empregados utilizem os seus banheiros e o seu elevador.

A sociedade capitalista "tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado" (MARTINS, 1997, p. 30-32). Ela desenraiza e exclui para depois incluir segundo as suas próprias regras. É justamente aqui que reside o problema: nessa inclusão precária, marginal e instável (MARTINS, 1997). O período de transição do momento da "exclusão" para o momento da "inclusão" sugere certa degradação e, segundo Martins, a sociedade moderna vem criando uma grande massa de população sobrando que tem poucas

chances de ser novamente incluída nos padrões atuais de desenvolvimento. Ou seja, o período de passagem entre "exclusão" e "inclusão", que deveria ser transitório, vem se transformando num modo de vida permanente e criando uma sociedade paralela que é inclusiva do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e político (MARTINS,1997).

Nesse contexto, Martins (1997) sugere a existência de uma sociedade dupla, abrigo de duas humanidades: uma humanidade constituída de integrados, de uma população de pobres e ricos inseridos nas atividades econômicas com lugar garantido no sistema de relações sociais e políticas. E uma sub-humanidade, incorporada por meio do "trabalho precário no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, escusos" e que se baseia "em insuficiências e privações que se desdobram para fora do econômico" (MARTINS,1997, p. 33- 34). Isso quer dizer que muitas pessoas estão integradas economicamente, mesmo que de forma precária, mas que criam um mundo à parte, pois estão separadas por categorias sociais rígidas que não oferecem alternativa de saída e que fazem crescer a consciência de que para elas não há justiça.

Para Martins (1997), a inclusão até acontece no plano econômico, pois a pessoa ganha algo para sobreviver, mas não ocorre no plano social e não ocorre sem causar deformações morais. O caso dramático das crianças que se prostituem em Fortaleza ilustra essa situação: por um lado, elas estão inseridas "no mercado possível de uma sociedade excludente", mas o serviço que prestam compromete sua dignidade. "É exatamente o caso delas que revela o lado oculto ou que nós queremos ocultar dessa inclusão: elas se integram economicamente, mas se desintegram moral e socialmente" (MARTINS, 1997, p. 33-34).

Na verdade, a categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuram explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea (MARTINS, 2002).

Sendo assim, é preciso abandonar estereótipos que enganam e que ao invés de expressar uma prática – a exclusão – acabam por induzi-la. Faz-se necessário modernizar a sociedade, revolucionando suas relações arcaicas, ajustando-as de acordo com as necessidades da sociedade como um todo e não de acordo com os interesses do modo de produção capitalista. Em Belém, é visível que há várias

formas de “inclusão precária”, as quais vão desde as práticas mais emblemáticas das relações de trabalho até o tipo de organização socioespacial, o qual é configurado como estratégia de (sobre)vivência da população pobre em aglomerados.

Haesbaert (2004) escolheu a expressão “aglomerados de exclusão” para traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social, porque ela parece expressar bem a condição de “desterritorialização”, ou de “territorialização precária”, que está sendo aqui discutida.

Segundo este autor,

O termo “aglomerado” serve tanto para definir “conjuntos, agrupamentos” em geral – de onde provêm concepções como as de “aglomeração humana” ou “urbana”, quanto para significar “amontoamento”, um tipo de agrupamento em que os elementos estão “ajuntados confusamente”. Esta é, aproximadamente, a noção aqui proposta para aglomerados de exclusão, espécie de “amontoados” humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão” (HAESBAERT, 1997, p. 148).

Sendo assim, é possível referir-se à problemática da habitação no Brasil, sobretudo nas metrópoles, onde este problema está no centro das questões urbanas. Em razão da exclusão de grande parte da população no mercado imobiliário formal, a “solução” para esse déficit habitacional tem sido a inclusão marginal na cidade, prevalecendo uma lógica perversa que é produtora da maior parte dos problemas sociais. Na Amazônia, a expansão urbana de Belém foi caracterizada pelo permanente e crescente descompasso entre o lento crescimento urbano e a rápida expansão de suas margens.

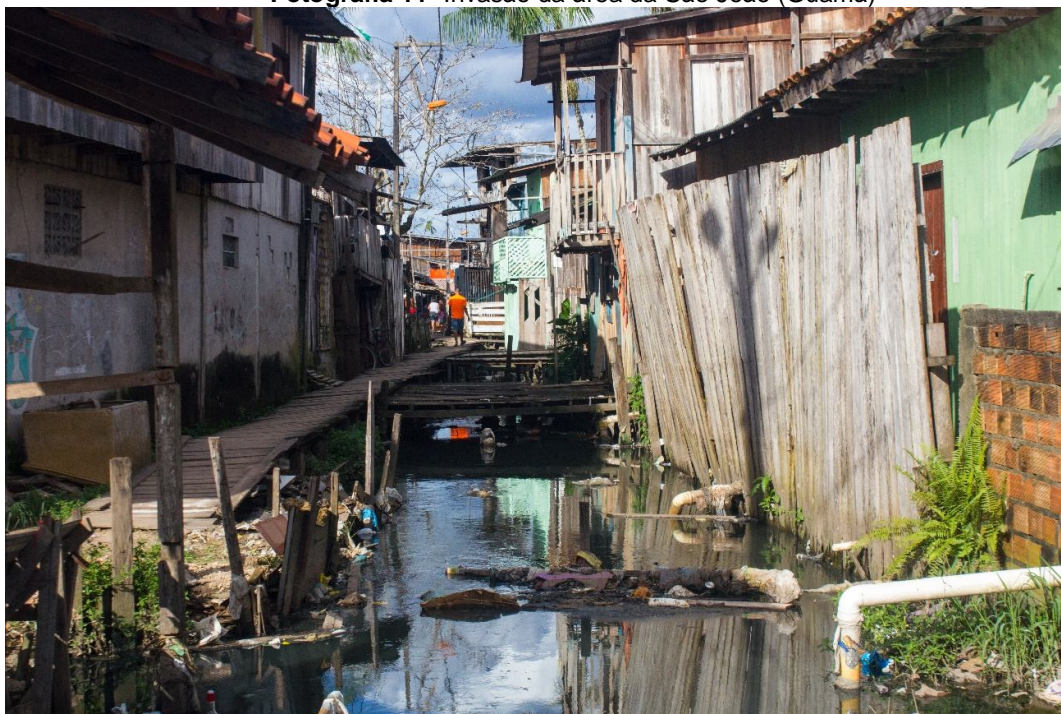
Nos anos de 1980 e no início dos anos de 1990, Belém tornou-se conhecida como a “capital das invasões”, devido aos vários movimentos de ocupação da terra para a moradia que explodiram em direção à área da Rodovia Augusto Montenegro no sentido Icoaraci e no sentido do município de Ananindeua, além de ter que lidar com as invasões na zona periférica do centro. Nesse processo, surgiram as áreas da Cabanagem, Paracurí I e II, Tucunduba I e II, invasão da Malvina, Invasão do Catalina, dentre várias outras.

Fotografia 10 - Ocupação espontânea do Cubatão (Icoaraci)



Fonte: Couto (2016).

Fotografia 11- Invasão da área da São João (Guamá)



Fonte: Couto (2016).

Fotografia 12 - Ocupação do Tucunduba (Terra Firme)



Fonte: Couto (2016).

Fotografia 13 - Área de Ocupação Tucunduba II (Guamá)



Fonte: Couto (2016).

As imagens acima (10, 11, 12 e 13) são exemplos de “aglomerados de exclusão”, instáveis, inseguros e precários, resultados de um processo de urbanização no qual o planejamento institui uma forma biopolítica de se pensar o espaço. Portanto, contribui para a reprodução dessa população em tais áreas. Mas, há uma preocupação do estado, visto que a reprodução do homem-espécie forma populações perigosas, portanto, “matáveis”.

Foucault (1999[1976]) refere-se à população como “um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável” Foucault ((1999[1976]), p. 292), e nesse sentido, passará a ser objeto de biopolítica, “a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problemas biológicos e como problemas de poder (FOUCAULT, 1999, p. 293), “que irá se sobrepor à sociedade disciplinar mais preocupada com o controle individual” (HAESBAERT, 2004, p. 325).

Esta situação de instabilidade, constante movimento e condições de sobrevivência extremamente precárias revelam se não um “aglomerado de exclusão”, no sentido aqui aludido, pelo menos um processo em direção a ele. Na verdade, a população excluída dos “aglomerados” pode não ser socialmente relevante – pelo menos momentaneamente – nem na condição de trabalhadores (diante do desemprego estrutural), nem de consumidor (dado seu nível extremo de pobreza, muitas vezes sobrevivendo, apenas com os restos deixados pela “sociedade do consumo”[...]. Não se trata nunca de uma exclusão total, existindo laços que os ligam à sociedade formalmente instituída que produz. Considerada esta restrição, não é exagero afirmar, que muitas vezes eles constituem “uma massa indefinida e desintegrada”, como dizia Marx, sem uma clara função social (HAESBAERT, 2004, p. 324).

Os aglomerados que estão aqui sendo apresentados tratam-se de processos de ocupações espontâneas que caracterizam a expansão da periferia de Belém. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), a Região Metropolitana de Belém (RMB) concentra 89% da população em aglomerado subnormais no estado do Pará. Se for analisar em função do número de habitantes, são 1.131.268 pessoas nessas condições, correspondendo a 52% de toda a população da RMB que é de 2.097.287. Entre todas as Regiões Metropolitanas do Brasil, Belém tem a maior proporção de residentes em favelas. É evidente que estes dados são mais a título de ilustração, para ter noção de que existem “aglomerados de exclusão” dispersos por toda a RMB. Mesmo discordando da metodologia

utilizada pelo IBGE, e achando até exagerada, de certa forma, eles servem para dar um direcionamento em relação à formação destes aglomerados.

Ainda segundo o IBGE (2010), na RMB estão as 12 maiores favelas do Brasil, uma delas é a baixada da Estrada Nova, que vai do Jurunas até o bairro do Guamá e aparece como a mais populosa de Belém, com uma população de 53.129 moradores. Pode-se dizer que os “aglomerados de exclusão” são espaços de funcionamento de toda e qualquer forma de sobrevivência, o que facilita a inclusão precária da população em atividades informais inseridas na economia urbana que favorece também a uma territorialidade precária de sua população.

Assim,

Os aglomerados de exclusão, mais do que espaços à parte, claramente inidentificáveis, são frutos de uma condição social, extremamente precarizada, onde a construção de territórios "sob controle" (termo redundante) ou "autônomos" se torna muito difícil, ou completamente subordinada a interesses alheios à população que ali se reproduz. A aparente desordem que rege esta condição, num sentido negativo de desordem, é fruto da não – identificação dos grupos com seu ambiente e o não – controle do espaço pelos seus principais "usuários". De qualquer forma, é como se o "vazio de sentido" contemporâneo, reproduzido na abordagem sociológica pela controvertida noção de "massa" tivesse sua contrapartida geográfica na noção de "aglomerados de exclusão" (HAESBAERT, 1996, p.327).

Pode-se dizer que os “aglomerados de exclusão” têm uma função social para a organização do tráfico de drogas, pois o tráfico chega e se apresenta, seleciona mão de obra barata e descartável, promovendo um controle do espaço de “fora” para “dentro”, onde as microrrelações de poder são constituídas como uma característica inicial da escala de poder em seu nível mais amplo. Foi assim que ocorreu no Buraco Fundo em Icoaraci, na Invasão do Tocantins e Uxiteua em Icoaraci; no Tucunduba na área do Guamá e da Terra Firme; na Cabanagem; na “área de invasão” do Barreiro; no Jurunas; Benguí e Sacramento. Todos estes bairros apresentam internamente “aglomerados de exclusão” assim como algum tipo de “inclusão precária”.

Estes elementos levam a falar de territorialidade precária, nesse caso, não associada ao tráfico, mas às formas de territorialização da população a partir da luta pelo direito à moradia que constrói formas alternativas de construção e habitação. A precarização se dá, também, pela precariedade das políticas urbana, portanto, os

“aglomerados de exclusão”, em uma escala metropolitana, podem ser também “aglomerados urbanos”, precários ou não, que se constituem enquanto territórios.

Contudo,

Percebendo a pobreza associada à disponibilidade de recursos, “recurso” deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui, no nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como “recurso”, inerente à nossa reprodução social. Com isto partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em alguns níveis, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial – isto é, em outras palavras, “desterritorialização”. Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido “forte”, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólico) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade (HAESBAERT, 2004, p. 315).

A desterritorialização associada aos processos de “exclusão social”, ou “exclusão socioespacial”, leva-nos ao embate que envolve essas populações dos aglomerados por nós identificados, e por mais que seja sinônimo de precarização, a reterritorialização faz parte da natureza do homem que busca o seu território; assim se dá a “territorialidade precária”.

Definir espacialmente os aglomerados de exclusão não é tarefa fácil, principalmente porque eles são, como a própria exclusão que os define, mais um processo – muitas vezes temporário – do que uma condição ou um estado objetivo especialmente bem definido. Se preferirmos, trata-se de uma condição complexa e dinâmica, mesclada sempre com outras situações, menos instáveis, através das quais os excluídos tentam a todo instante se firmar (se reterritorializar) (HAESBAERT, 2004, p. 327).

No espaço urbano de uma metrópole como Belém, que apresenta uma periferia dispersa, reconhece-se a grande diversidade socioespacial manifestada, sobretudo, nos “aglomerados de exclusão” ou “aglomerados urbanos de exclusão”. Ao se referir aos processos de expansão urbana associados à precariedade na produção do espaço, percebe-se a fragmentação do tecido urbano, a instabilidade social, a insegurança e a violência urbana.

No bojo das relações capitalistas de produção, os “aglomerados urbanos de exclusão”, em Belém, definem-se pelos processos de desterritorialização/territorialização precária de seus sujeitos, mas também pela exclusão/inclusão precária que tanto conduz à necessidade de se chegar ao termo “territorialidade precária”. Haesbaert (2004) aponta alguns elementos que definem

bem toda essa relação, como: 1) a instabilidade e/ou a insegurança socioespacial; 2) a fragilidade dos laços entre grupos sociais e destes com seu espaço (tanto em termos de relações funcionais quanto simbólicas); 3) a mobilidade sem direção definida ou a imobilidade sem efetivo controle.

A fotografia a seguir trata da entrada de uma área de ocupação no Distrito de Icoaraci, conhecida como Buraco Fundo, localizada no bairro do Paracurí I. O que representava um movimento popular de luta por direito à moradia, tornou-se um tipo de aglomerado de exclusão, ou melhor, uma territorialidade precária. Contudo, o “Buraco Fundo” foi incorporado pelas redes do narcotráfico em Belém, tornando-se um dos locais mais dominados pelo tráfico de drogas na metrópole.

Fotografia 14 - Entrada do Buraco Fundo (Icoaraci)



Fonte: Couto (2016).

Esses espaços são fundamentais para a expansão da marginalidade, criminalidade e precariedade das relações de trabalho. Nos bairros populares e nas favelas, percebe-se a forte presença da violência urbana, todavia, esta não produziu os efeitos desorganizadores como hoje se produz a violência associada ao tráfico de drogas. Ela cria um clima social e uma cultura que diminui enormemente a eficácia normativa necessária às práticas e às relações de solidariedade, incidente

especialmente nos jovens moradores dos bairros populares, que são recrutados pelas organizações criminosas e adquirem rapidamente massivos recursos, sejam eles armas ou dinheiro.

Para Castells (1996, p. 99):

O processo de exclusão social e a insuficiência de políticas de integração social levam a um processo fundamental que caracteriza certas formas específicas de relações de produção no capitalismo informacional: chamo-o de integração perversa, refe-se às formas de trabalho praticadas na economia do crime. Entretanto por economia do crime atividades geradoras de lucro, segundo as normas vigentes, são tratadas como crime, estando sujeitas às sanções legais cabíveis em um determinado contexto institucional. Não a qualquer julgamento de valor imbuído nessa rotulação, não porque eu aprove o tráfico de drogas, mais sim por não concordar com uma série de atividades tidas como respeitáveis, do ponto de vista institucional, que causam estragos enormes nas vidas das pessoas. Não obstante, o que uma sociedade considera criminoso é tratado como tal, trazendo serias consequências para quem quer que se preste a praticar tais atividades [...] o capitalismo informacional é caracterizado pela sua interdependência crescente em relação à economia formal e às instituições políticas. Segmentos de uma população socialmente excluída, junto com indivíduos que optam por meios bem mais lucrativos - e arriscados - de ganhar ávida, constituem um submundo cada vez mais populoso que vem se tornando um elemento essencial da dinâmica social da maior parte do mundo.

A “integração perversa”, definida pelo autor acima, é uma das formas de inserção que determinados sujeitos buscam a partir do narcotráfico e, neste aspecto, os “aglomerados de exclusão” tornam-se uma forma de “inclusão/territorialidade precária”, onde as redes do narcotráfico passam a envolvê-las em um circuito de poder caracterizado por um território-rede ou territórios em redes. Também, é importante frisar que a formação destes aglomerados resulta também de uma biopolítica (FOCAULT, 2008) pensada a partir das políticas de planejamento urbano em Belém que promoveram um processo de modernização e higienização social das áreas centrais, contribuindo, assim, para a rápida ocupação e formação de espaços “desregulamentados”.

Os “aglomerados de exclusão”, ou as “formas precárias de territorialização” em bairros periféricos da metrópole de Belém, destacam-se, portanto, enquanto espaços periféricos que foram incorporados às lógicas da economia do crime, sofrendo influência das redes do narcotráfico e das milícias, assim como também sofrem constantemente as ações repressivas do Estado através da polícia.

Surge, então, um biopoder, ou seja, seria um domínio da vida no qual o poder estabelece o seu controle. E, os conflitos que geraram milhares de massacres,

mutilações, diásporas, holocaustos e limpezas étnicas são exemplos clássicos da manifestação do poder sobre a vida. Basicamente, o que ocorre nos bairros sobre a influência do narcotráfico e das milícias, onde o racismo aparece aí como um exemplo de destaque, será tratado mais adiante nesta tese.

6.2 Do poder das redes, às redes do poder: territórios-redes e territórios-zonas do narcotráfico sobre a metrópole de Belém

Para se ter uma precisão na análise sobre o narcotráfico em Belém, é preciso, antes de tudo, compreender as duas lógicas de organização territorial que ele impõe. A primeira lógica, definida como territórios reticulares ou territórios em redes ou simplesmente territórios-rede, é a que transformou a metrópole de Belém em uma espécie de “nexo” ou de “nó” de uma ampla organização espacial do crime organizado na Amazônia, assim como os bairros periféricos, articulados pelas redes, também se tornam “nós” de uma estrutura de poder heterônoma. Já a segunda lógica se define a partir de mecanismos de controle que são construídos em função de relações intrabairros (de dentro) e que são responsáveis pela formação de zonas territoriais, ou então territórios-zona do narcotráfico.

Esta perspectiva corresponde a uma lógica de abertura e fechamento dos territórios (HAESABERT, 2004), onde redes e zonas articuladas compõem a estrutura organizacional do espaço-territorial do narcotráfico na metrópole de Belém, tornando-a, portanto, cidade-nó, conectada a outros mercados regionais e nacionais, ao mesmo tempo em que se apresenta enquanto mercado consumidor que interessa aos traficantes. Por isso, a territorialidade destes sujeitos torna-se necessária.

A micropolítica tem uma grande contribuição na construção de territorialidades, pois ela trata de micro relações de poder que foram construídas a partir do cotidiano dos moradores nos bairros, onde interações socioespaciais surgem em função do tráfico de drogas. Então, em Belém, são justamente estas micro relações instituídas que criam as condições políticas para que as redes do narcotráfico se materializem e alimentem as zonas. Isso não significa que as formas mais tradicionais de territórios não são importantes, mas as redes organizaram um movimento de distribuição e controle destes bairros, de tal forma que eles são fortemente influenciados por ordens “externas”, dando sentido para o termo poder

heterônomo¹⁹. Para Castoriades (1982), a heteronomia deve ser compreendida como a condição de pessoas ou de grupos que recebem elementos que lhe são externos, ou então de início, estranhos à razão, a lei que se deve submeter.

A heteronomia ocorre quando o sujeito não se diz, mas é dito por alguém, existe, pois como parte do mundo de um outro (certamente, por sua vez, travestido). O sujeito é dominado por um imaginário vivido como mais real que o real, ainda que não sabido como tal. O essencial da heteronomia – ou da alienação, no sentido amplo do termo – no nível individual, é o domínio por um imaginário autonomizado que se arrojou a função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto seu desejo (CASTORIADES, 1992).

Dessa forma, a estrutura de poder, controle e disciplina do narcotráfico constrói um campo de forças comandado pelas redes, ou seja, o tráfico de drogas não nasce na periferia ou nas favelas das grandes cidades, ocorre que, estes espaços são apropriados pelas redes, onde a biopolítica e o racismo presentes na política institucional, na política de planejamento urbano e na política de segurança pública permitem com que uma população espécie seja também regulada pelo crime organizado.

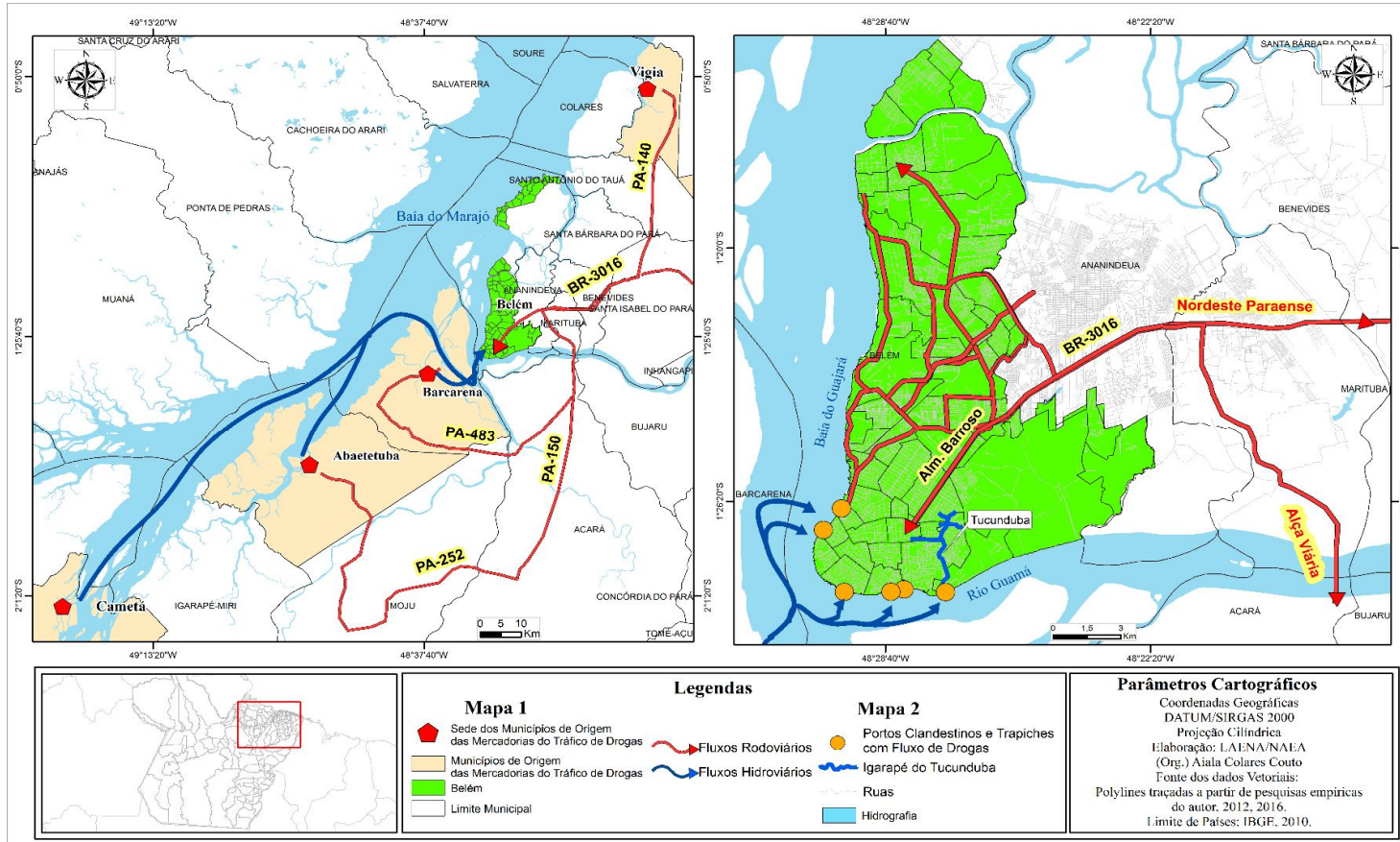
Com efeito, é esta relação entre o “dentro” e o “fora” e que está estabelecida pelas redes do narcotráfico na região amazônica que expressam territorialidades que se sobrepõe. Isto faz com que a metrópole de Belém conviva em meio aos territórios-rede ou território em redes e territórios-zona, como bem definiu Haesbaert (2004).

Quando se trata das formas de distribuição da cocaína, tendo como destino a metrópole Belém, têm-se as mais variadas e “inteligentes” formas de transportes da droga. Também se deve considerar a importância que a metrópole adquire por estar banhada por uma baía (baía do Guajará), a qual permite ter um contato com o rio a partir do desenvolvimento de um comércio regional que apresenta um intenso fluxo de pessoas e de mercadorias. Em meio a esta característica, traficantes “camuflam” a droga que vem transportada de barcos, nos quais ribeirinhos são aliciados por traficantes. Muitas vezes, os donos de embarcações nem sabem que carregam droga, a qual pode vir camuflada inclusive dentro de frutas, pescados, dentre outros. Esta é uma tarefa bastante difícil para a segurança pública.

¹⁹ A palavra heteronomia significa dependência, submissão e obediência.

Por isso, portos e trapiches tornaram-se portas de entradas de cocaína em Belém, somando-se com a sua conexão por estradas e aeroportos, a metrópole é incorporada definitivamente a esta dinâmica. Quanto mais organizadas estão as redes do narcotráfico, mais difícil se torna conter as ações que corrompem as estruturas sociais, políticas e econômicas do Estado. Logo, depois da definição dos territórios do narcotráfico nos bairros escolhidos pelas redes, ocorre, então, a materialização das relações de poder que resultam deste contexto de “integração perversa” (CASTELLS, 1999) entre o “dentro” e o “fora” no contexto de “territorialização perversa” (COUTO, 2014) do mercado da droga. O mapa a seguir foi elaborado a partir de informações coletadas em campo, além de registros oficiais de apreensão de drogas pela Polícia Civil, resultando numa cartografia das redes ilegais do narcotráfico na metrópole de Belém.

Mapa 4 – Redes de distribuição do tráfico de drogas em Belém



Fonte: Couto/Polícia Civil (2016).

É fácil de identificar os pontos mais concentrados na Zona Sul de Belém onde estão os bairros da Cremação, Guamá e Terra Firme, com destaque para o Igarapé do Tucunduba, o qual tem ao entorno o leito que foi ocupado por um forte processo de ocupação espontânea a partir dos anos de 1950 e que proporcionou o surgimento de territórios precarizados. O Igarapé, ou Rio Tucunduba, representa o limite entre os bairros da Terra Firme e Guamá, de acordo como o imaginário popular. Já o bairro do Jurunas tem seu processo de ocupação relacionado à ocupação da área da Estrada Nova, a partir dos anos de 1940, onde a precarização urbana é uma característica que nele ainda se faz presente.

Estes bairros nasceram à beira do rio e com ele mantêm relações e trocas de fluxos, pois neles existem portos, trapiches, estâncias de material de construção e, em alguns casos, como no Jurunas, um fluxo contínuo de pessoas e mercadorias que fazem parte da interação de Belém com a região de ilhas e com outras regiões mais distantes da metrópole, como o baixo Amazonas, a região do Marajó e o baixo Tocantins.

Essa interatividade é aproveitada de forma positiva pelas redes do narcotráfico, as quais percebem a fragilidade em se efetivar uma política combativa de controle da entrada e saída de mercadorias e de pessoas. Associado a isso, a precarização dos bairros completa a ampla relação entre redes e territórios na dinâmica do narcotráfico em Belém.

Também, é possível identificar a incorporação pelas redes do narcotráfico de eixos estruturantes importantes da integração regional, ou seja, eixos como a BR-316 e a Alça Viária²⁰ integram a região metropolitana de Belém ao Sudeste do Pará, por exemplo e se tornaram um importante eixo de distribuição dos fluxos de droga no espaço metropolitano de Belém e no estado do Pará, além de “as cidades se convertem em nós de uma trama. Diante de um espaço transformado numa grande rede de nodosidades, a cidade vira um ponto fundamental de tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede” (MOREIRA, 2008, p. 162).

Com isso, há um uso do espaço pelas redes que controlam os fluxos de distribuição de drogas, sendo assim, torna-se estratégico para o narcotráfico obter o

²⁰A Alça Viária do Pará corresponde a rodovia PA-483 e corresponde a um complexo de pontes e estradas totalizando 74 km de rodovias e 4,5 km de pontes. Este sistema de engenharia foi construído para integrar a Região Metropolitana de Belém ao Sul e Sudeste do Pará além da região do município de Barcarena.

controle deste movimento, controlar o território significa, sobretudo, envolvê-lo pelas redes do poder.

Segundo Haesbaert (2004, p. 279-280):

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento.

Nesse movimento no qual o narcotráfico se territorializa, controlando os fluxos de cocaína que são distribuídas na metrópole e em seu espaço metropolitano, ele condiciona o comércio interno a esta dependência que vem de fora para dentro. De uma forma ou de outra, a rede é o elemento que define as formas de territorialização.

A ação das redes na metrópole de Belém evidencia, também, a Amazônia no contexto regional-global do narcotráfico, destacando o seu papel enquanto área de trânsito, como já destacado, e Belém aparece como “nó da trama” incorporada ao território-rede de uma escala de poder que ultrapassa os limites territoriais do Estado, o poder das redes se configura, então, em redes do poder.

É a globalização do crime organizado, destacando que:

A comunicação instantânea globalizada revoluciona a formação de territórios pela configuração de redes que podem mesmo prescindir de alguns de seus componentes materiais fundamentais, como os “condutos” ou simplesmente, dutos. Assim, com uma maior carga imaterial, ou, mais propriamente, combinada de forma muito mais complexa o material e o imaterial, as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização (e não simplesmente de desterritorialização), configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica (HAESBAERT, 2004, p. 281).

Esse processo de territorialização do tráfico de drogas utiliza-se de fluxos materiais (tráfico de drogas e armas e contrabando de mercadorias) e imateriais (fluxos de capitais para lavagem de dinheiro e fluxos de informações), os quais acompanham a evolução dos mercados e que utilizam como vantagens a revolução tecnológica para aprofundar as transações comerciais. Com maior fluidez no

espaço, as fronteiras tornam-se porosas e no caso da Amazônia, ainda há o problema da dimensão geográfica que facilita o clima de tensão constante nas fronteiras que são precariamente vigiadas.

As cidades da região, principalmente as metrópoles como Belém, passam a fazer parte de uma “geometria de poder” (MASSEY, 1993), ou seja, uma dimensão importante do narcotráfico para o controle dos fluxos que abastecem a metrópole. Por isso, Haesbaert (2004) acentua que não se trata simplesmente de priorizar o expressivo sobre o funcional, mas de reconhecer a permanente imbricação.

Haja vista que, o território também é movimento, é reorganização dos fluxos, é funcionalidade imposta, ou não, pelas relações de poder nele estabelecidas e de acordo com Haesbaert (2004, p. 281), “se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento de feições meramente funcionais, ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem usufrui dele”.

No caso específico da metrópole de Belém, é um movimento de cima para baixo que cria outro movimento de baixo para cima, conexões, tensões e conflitos que materializam uma geografia do narcotráfico sobre a periferia e na periferia, uma territorialidade a partir das redes, mas que também, são zonais carregadas de símbolos e significados outros, que as redes fazem questão de construir. Nesse sentido, tem-se, então, territorialidades-redes e territorialidades-zonas, configuradas a partir das redes do narcotráfico.

Badie (1995), ao abordar sobre o princípio da territorialidade, salienta que o mundo das redes se opõe ao modo de articulação dos indivíduos e dos grupos. O primeiro é fundado sobre a contiguidade e a exaustividade; o segundo, sobre relações livres dos constrangimentos espaciais. Um implica o fechamento e a exclusão; o outro, a abertura e a inclusão. Num caso, as relações construídas são eminentemente políticas, fundadas sobre a fidelidade cidadã; no outro, elas são funcionais e supõem fidelidades móveis, não hierarquizadas, frequentemente setoriais e voláteis.

Se for pensar dessa forma, a expressividade do narcotráfico na metrópole é indissociável à relação entre as redes e os territórios. Contudo, a metrópole de Belém torna-se, também, palco de outras atividades ilícitas, como a lavagem de dinheiro de origem ilícita, o qual é incorporado aos mercados urbanos, principalmente nos próprios bairros onde desenvolvem-se as atividades do

narcotráfico. Com isso, há uma mistura entre as atividades lícitas e ilícitas que confundem a segurança pública e que envolvem as relações cotidianas nas periferias.

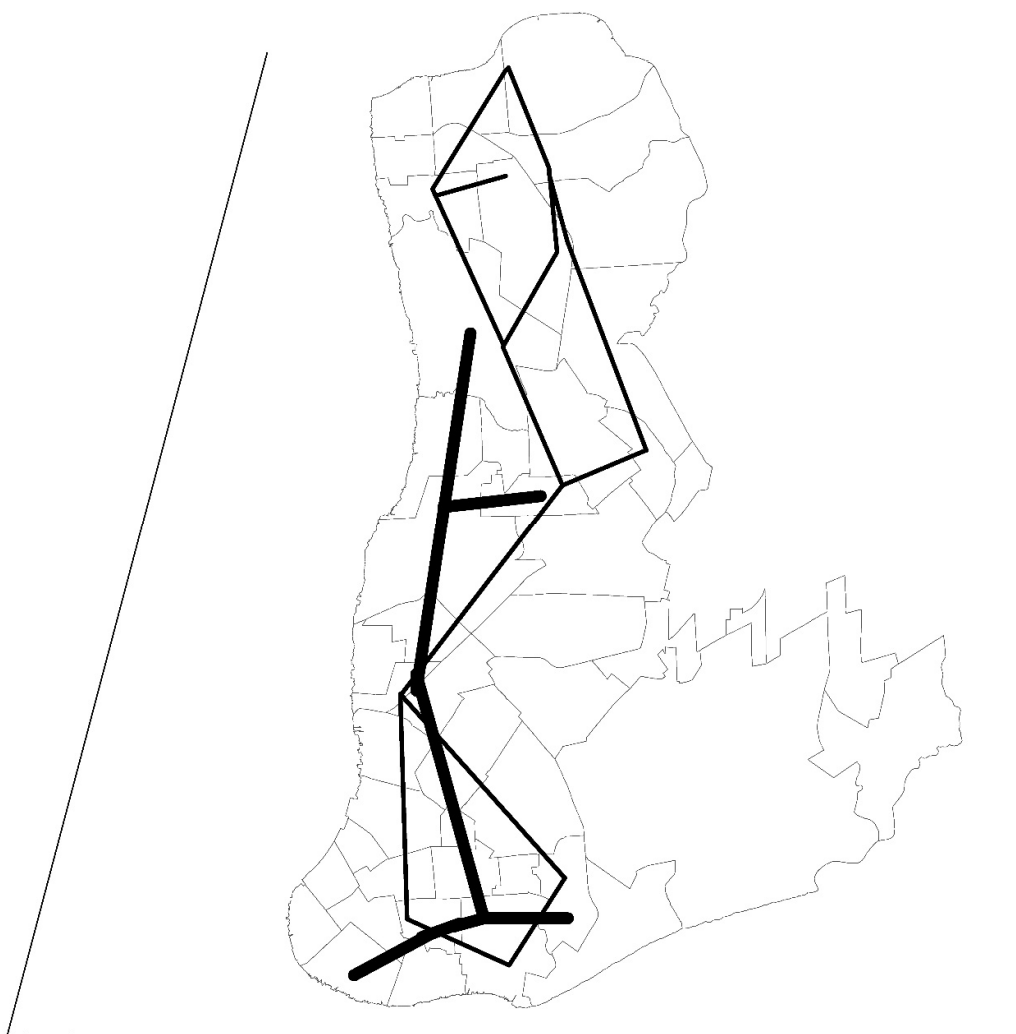
Essas conexões, de certa forma, promovem a territorialização do narcotráfico de um lado; e, por outro, promovem a desterritorialização do Estado, pois realizam movimentos que se sobrepõem no espaço em relação ao outro que já estava.

Seria exagero afirmar que o Estado perdeu total controle sobre o seu território, pois se trata aqui de uma atividade que está inserida em uma “economia subterrânea”, muitas vezes “invisível” aos olhos do Estado; e quando visualizada, acaba sendo incorporada por ele através dos mecanismos de corrupção desenvolvidos por seus agentes, confundindo o tráfico com a própria instituição Estado. Não se trata aqui de uma afirmação generalizada, mas apresentou-se aqui alguns exemplos de como ocorre tal relação em Belém, relação entre Estado e narcotráfico; discussão que será retomada mais adiante.

É diante deste contexto que todos os bairros de Belém que mantêm uma forte relação com o tráfico de drogas tornaram-se zonas sob o poder das redes territorializadas. A micropolítica, nesse sentido, é destacada como um elemento importante para a organização dos territórios a partir de um sistema social construído por seus sujeitos, onde o narcotráfico cria as formas de controle que caracterizam o território. Para Gidens (1985), todos os sistemas sociais podem ser estudados como incorporação ou expressão dos modos de dominação, e é este conceito, mais do que qualquer outro, que fornece o ponto de convergência para a investigação do poder. Os sistemas sociais que possuem alguma existência, regularizada em termos de tempo e espaço, são sempre “sistemas de poder”, ou exibem formas de dominação, no sentido de que estão imbuídos de relações de autonomia e dependência entre atores e grupo de atores.

A seguir, serão apresentados três níveis de organização das redes do narcotráfico em Belém em uma escala intraurbana. O nível 1 irá tratar da representação dos transportes e das comunicações que envolvem os bairros de Belém no contexto das redes. Já o nível 2 é a representação da operação das redes e seus principais núcleos de distribuição da droga. Por fim, tem-se o nível 3, o qual representa a relação mais direta entre redes e territórios, onde cada bairro aparece como um nó.

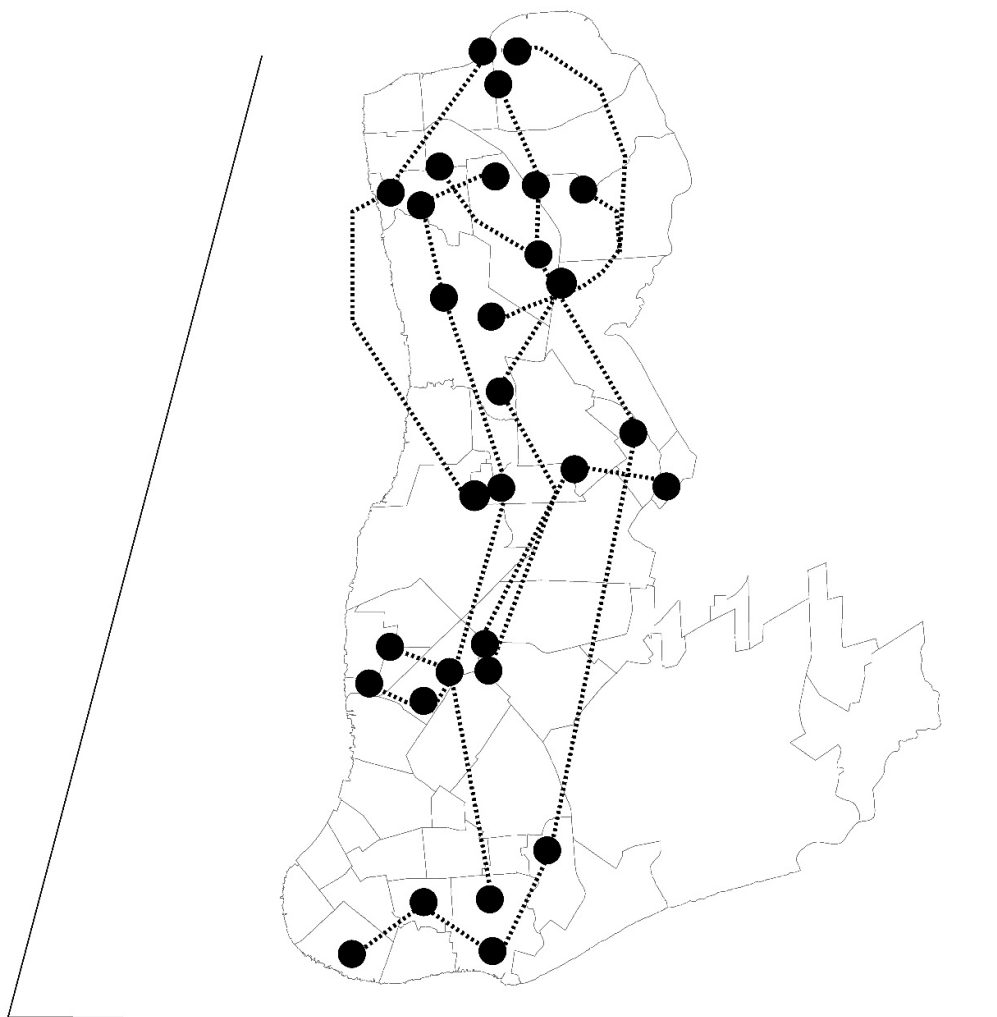
Figura 1 – Operação das redes do tráfico de drogas – nível 1 (transporte, comunicação)



Fonte: Trabalho de campo adaptado Couto (2017).

A figura acima corresponde ao nível 1 de funcionamento das redes, considerando os transportes e as comunicações, onde o esquema obedece primeiramente aos bairros que se destacam como portas de entrada pelos rios da droga, com uma localização mais acentuada na Zona Sul da metrópole. Na área central, o ponto de confluência representa os bairros que estocam, comercializam internamente e distribuem cocaína para outras áreas da periferia da cidade.

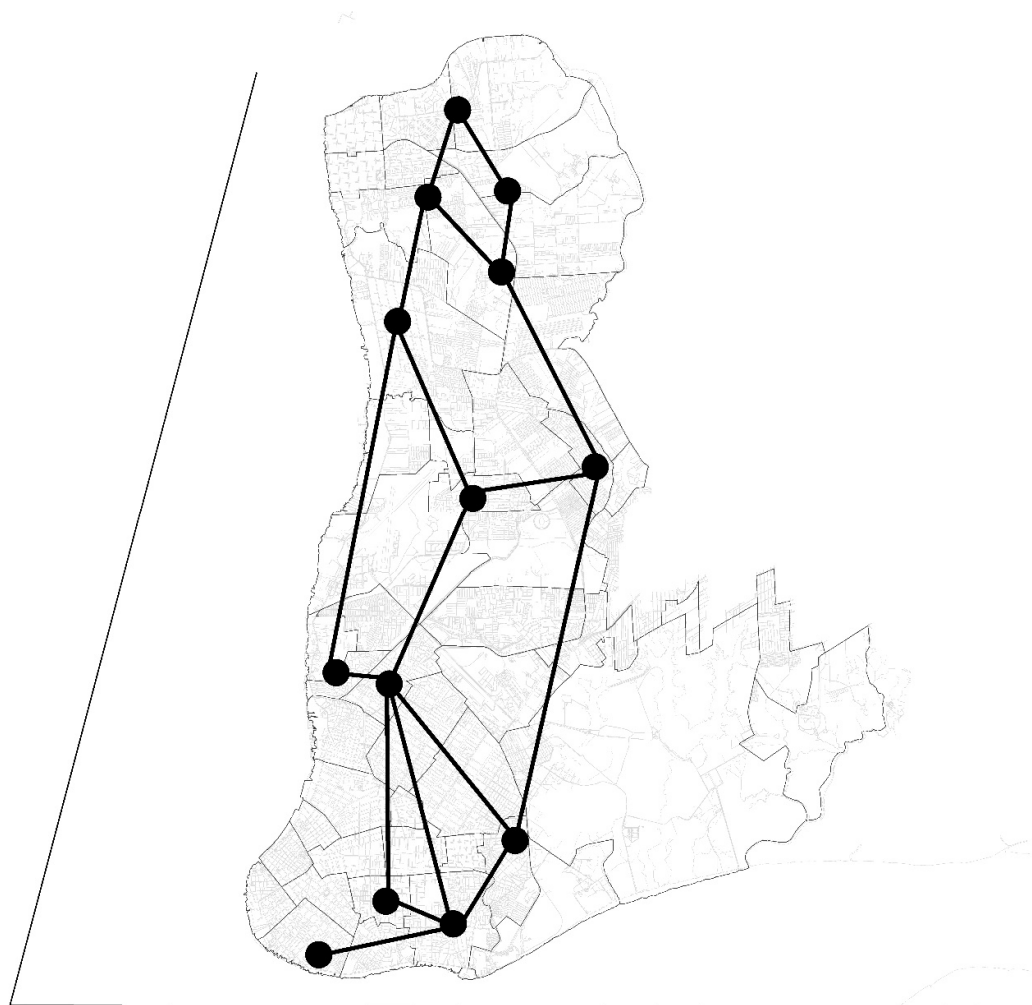
Figura 2- Operação das redes do tráfico de drogas – nível 2 (escala intraurbana)



Fonte: Trabalho de campo adaptado - Couto (2017).

Nesse caso, a figura acima traz um nível mais complexo de estruturação das redes, em que se considera o beneficiamento de cocaína, o seu consumo e a sua distribuição no entorno dos bairros territorializados como zonas. Entretanto, esta lógica reticular demonstra o grau de complexidade das redes do tráfico de drogas onde os fluxos atendem a uma escala intraurbana que vai da Zona Norte até a Zona Sul da cidade, destacando também que existe um número significativo de bairros que estão sobre a influência do tráfico de drogas em Belém.

Figura 3 - Operação das redes do tráfico de drogas – nível 3 (redes e território)



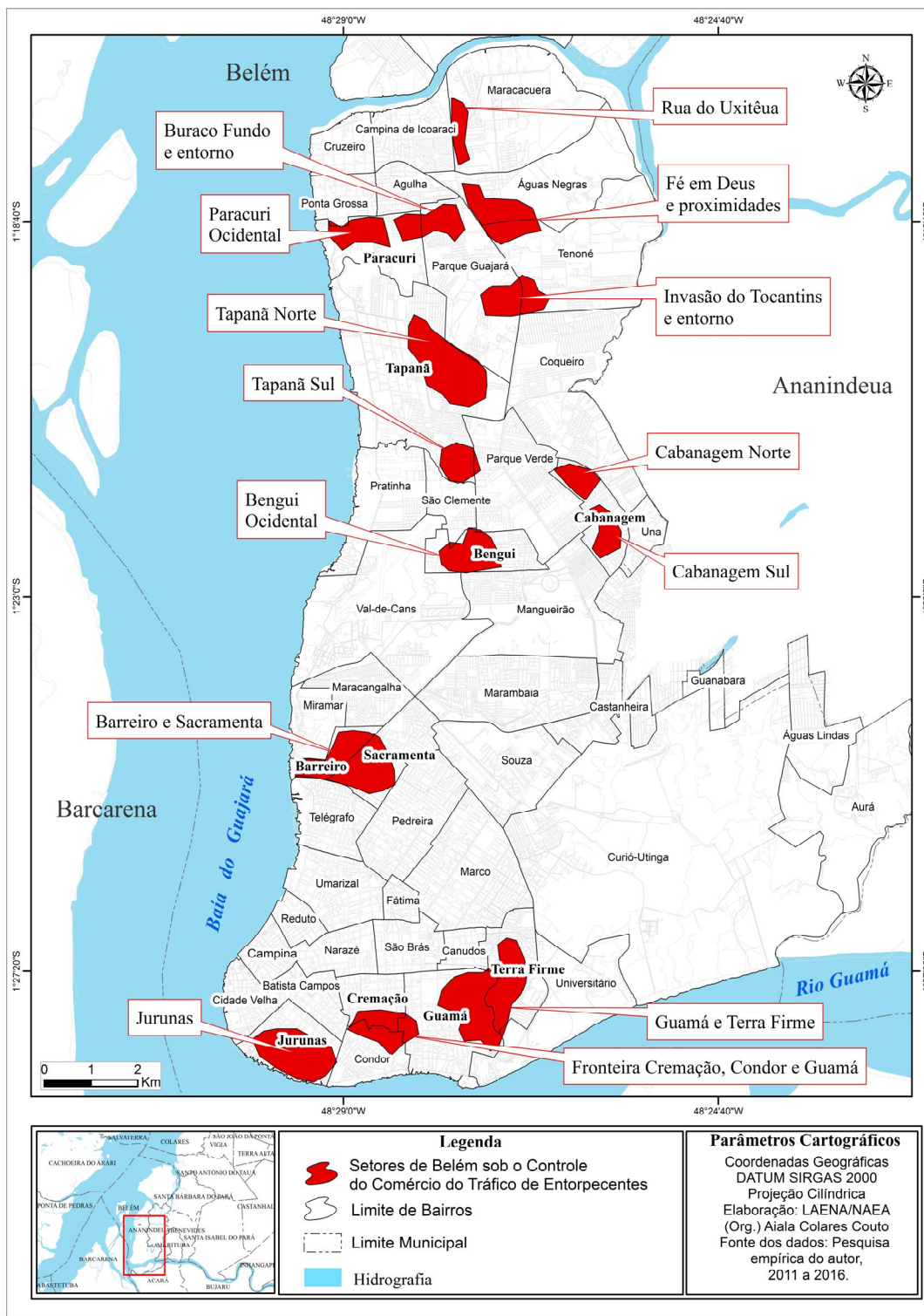
Fonte: Trabalho de campo adaptado Couto (2017).

Por fim, a figura acima apresenta o nível mais direto de organização das redes ou dos territórios-redes em Belém, onde ocorre a conexão direta destas redes com os bairros que são considerados zonas imediatas do tráfico de drogas e que foram definidos como seus territórios. É preciso ressaltar que as redes envolvem todo o espaço da metrópole, então, o que se pretende demonstrar aqui é a relação entre elas e os bairros da periferia que se enquadram na categoria território. Ou seja, existem níveis mais complexos de estruturação que vão para além do espaço metropolitano, pois são conexões que chegam a outras regiões do estado do Pará e até do território brasileiro.

A seguir, o mapa 5 apresenta uma cartografia dos bairros ou setores, como se definiu algumas áreas que estão sobre o controle do narcotráfico, localizados da Zona Sul até a Zona Norte. São bairros territorializados, ou seja, bairros com a presença de territórios-zonas conectados aos territórios-redes, nos quais o exercício do poder tornou-se essencial para a completa integração deles ao circuito do narcotráfico. É a partir destes bairros que a metrópole encontra-se completamente integrada à dinâmica do narcotráfico; por eles, organiza-se toda a atividade e o movimento que dão sentido ao comércio/varejo, principalmente de cocaína.

Destaca-se, também, que a elaboração do mapa com a definição dos territórios se deu a partir da percepção dos sujeitos que compõem essa dinâmica de dominação do narcotráfico, pois foram as entrevistas e observações que permitiram uma elaboração precisa em relação às áreas que caracterizam os territórios. Também, pode-se considerar, em parte, algumas informações coletadas a partir do banco de dados quantitativos da Secretaria Integrada de Análise Criminal (SIAC) da polícia civil do estado do Pará, que apontavam as ocorrências. Então, de certa forma, o SIAC levou a um norte que destacava os conflitos urbanos na periferia, somando-se a coleta de dados qualitativos, a análise foi concluída permitindo a elaboração de uma cartografia dos territórios do narcotráfico em Belém.

Mapa 5- Bairros e zonas de Belém sobre o controle do tráfico de drogas



Fonte: Couto (2016).

Na Zona Sul de Belém, mais precisamente nas áreas de baixadas que obedecem ao caráter inicial da formação da metrópole confinada, tem-se os bairros da Condor, Cremação, Guamá e Terra Firme. Nestes bairros, destaca-se a relação que eles estabelecem com o rio, portos e rotas do tráfico de drogas em uma escala intraurbana. Os portos, ou trapiches, são a parte da cidade onde se desempenha o papel de receptores, misturando a droga com as mais diversas mercadorias que, historicamente, fazem parte do cotidiano destes bairros. O tráfico consegue, inclusive, encontrar um local privilegiado para camuflar suas mercadorias.

Na Zona Oeste de Belém, ainda dentro da formação confinada da metrópole, destacam-se os bairros do Barreiro, Pedreira e Sacramento. Na região do Barreiro há um destaque maior, pois o bairro apresenta uma complexa organização espacial, onde as áreas de difícil acesso – em função da precarização da habitação e dos serviços urbanos – permitem a formação de áreas estratégicas para o tráfico de drogas, ou então, as ruelas e becos em torno dos canais que foram ocupados por uma população que não se enquadra nos padrões normais de habitação. Portanto, contam com uma população espécie perigosa, com uma rede de delinquentes que praticam assaltos pela Avenida Pedro Álvares Cabral.

Nesse sentido, destacam-se: o Canal da São Joaquim, o qual liga os bairros do Barreiro, Sacramento e Telégrafo; a passagem São Benedito e a Passagem Santa Rosa, localizadas nos bairros Sacramento e Pedreira. Também há pontos dispersos em áreas de canais ou áreas que caracterizam ocupações espontâneas. O controle do tráfico sobre estes bairros concentra-se somente na distribuição da droga, os comandos internos realizam suas atividades e prestam contas com o fornecedor. Não há evidências de grandes traficantes ou chefões do tráfico residindo ou tomando conta destes bairros, o que significa dizer que existe um controle de fora dos bairros.

Na Zona Leste, os bairros do Benguí e Cabanagem apresentam-se enquanto zonas territoriais do tráfico de drogas, com um destaque muito maior para o bairro da Cabanagem e a conexão deste com o bairro do Una. O crescimento destes bairros obedece à dispersão populacional para além da Primeira Légua Patrimonial da cidade. É a fase de formação da metrópole dispersa, a partir da expansão em direção à Rodovia Augusto Montenegro, em sentido à Icoaraci e Outeiro.

Na Zona Oeste localizam-se os bairros do Tapanã e do Paracurí, no Distrito de Icoaraci, o tráfico de drogas desponta nestas áreas de tal forma que os conflitos

se manifestam na área de limite entre um bairro e outro. O controle chegou ao ponto de os moradores aceitarem tal realidade, este fato também é responsável pelo estigma que se cria em relação à realidade periférica deles, bairros que também surgem em função de processos de ocupação espontânea e ainda apresentam problemas socioespaciais em termos de precariedade dos serviços de infraestrutura urbana.

Finalmente, na Zona Norte de Belém tem-se o Buraco Fundo, a Invasão do Tocantins, a passagem Fé em Deus e a Rua Uxiteua, todos também pertencentes ao Distrito de Icoaraci. Esses locais fecham o mapeamento de apresentação das áreas, que estão sobre o controle do tráfico, feito aqui neste trabalho. Ressaltando que, no caso da Zona Norte, não se pode deixar de considerar a importância dos rios para a articulação do tráfico de drogas; bem como o processo de ocupação espontânea, o qual também favoreceu a criação de uma organização espacial que facilita as ações de pequenos “aviãozinhos” ou traficantes.

O que está em jogo, na verdade, é a necessidade de dominação político-econômica do tráfico de drogas com ordens de “fora” para “dentro”, como já destacado. Portanto, do ponto de vista das relações e da própria essência, os bairros periféricos de Belém se apresentam enquanto territórios-zonas do narcotráfico. São nexos orientados pelos fluxos que perpassam os limites do Estado territorial, superpostos e dinâmicos nas formas de apropriação/dominação do espaço, complexos em sua composição e contraditórios em sua produção. Mas, quando se trata do narcotráfico, prevalece em sua natureza o exercício do poder, aquilo que dá sentido real para o território.

Um território, antes de ser uma fronteira, é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. A territorialização engloba, ao mesmo tempo, aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade; em outras palavras: tanto os itinerários quanto os lugares. (BONNEMAISON, 1981, p. 253-254 apud HAESBAERTH, 2004, p. 280).

O território, na perspectiva do narcotráfico, está estruturado, zonal e reticular, por microrrelações de poder que vão até as relações mais macros. O poder está por toda a parte, pois ele é essencial e necessário para a manutenção de uma atividade que desenha sua própria Geografia, que rivaliza ou até compactua com outras estruturas territoriais. As estruturas territoriais mostram que o território não é unidade homogênea, pois existe em volta toda uma complexidade dos elementos que

promovem as diversas configurações, algumas específicas, de acordo com a perspectiva estruturante do território.

Por isso, para Deleuze e Guattari (1997a, p.120-121), o território “tem uma zona interior de domicílio ou de abrigo, uma zona exterior de domicílio, limites ou membranas mais ou menos retráteis, zonas intermediárias ou até neutralizadas, e reservas ou anexos de energia”.

Para Haesbaert (2004, p. 282):

Nesta abordagem, fica mais fácil visualizar um território forjado numa lógica zonal ou em superfície, como uma área delimitada por fronteiras. Ela sugere também um território no sentido mais tradicional ao estabelecer uma espécie de hierarquia entre interior-exterior, “residência”, “zonas intermediárias” e “anexos”. Deleuze e Guattari certamente não estão inspirados aqui num território de feições mais rizomáticas que, provavelmente, na sua interpretação, estariam mais associados a processos desterritorializadores.

A partir dos territórios, grupos impõem limites e regras às pessoas, imposição de “fora” para dentro e de “dentro” para fora, a partir dos seus próprios códigos, normas e regras, uma imposição que parte direcionada aos sujeitos que estão sob a zona de cominação do narcotráfico, mas que servem, também, para a população que está no campo de forças das relações de poder do narcotráfico, ou seja, aqueles que habitam o território.

É dessa forma que se configura um território-zona ligado ao narcotráfico. Deve-se chamar a atenção para o fato de que o território-zona só se definiria como tal pela predominância das dinâmicas “zonais” sobre as “reticulares”, mas não pela sua dissociação. Ou seja, território-zona não estabelece em momento algum uma relação dicotômica ou dual com o seu complementar, o território-rede (HAESBAERT, 2004).

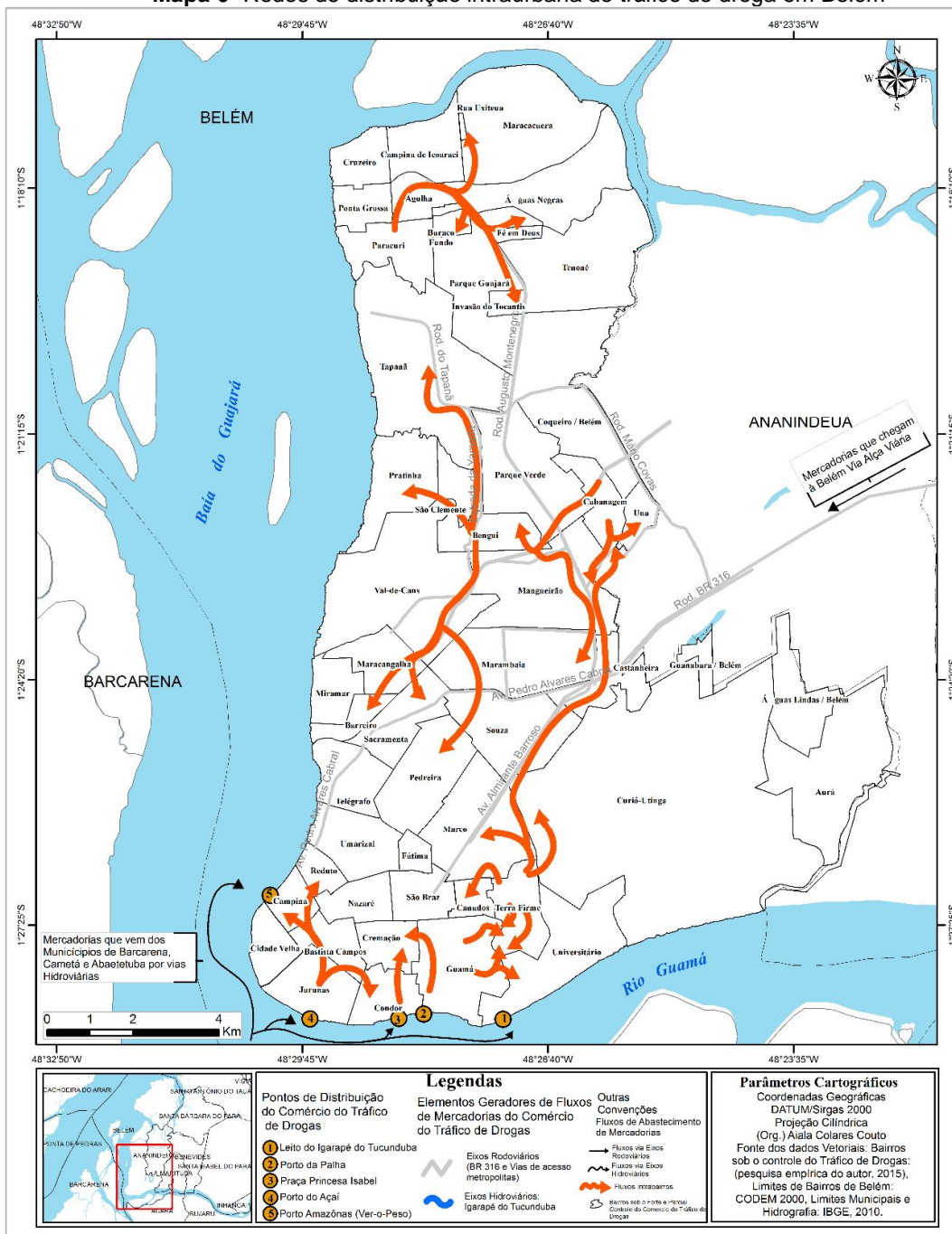
Para Haesbaert (2004), há então duas formas ou lógicas de territorialização: uma pela lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras; outra pela lógica reticular, de controle de fluxos e polos de conexão ou redes. Para este autor, a diferença entre zonas e redes tem origem em duas concepções e práticas distintas do espaço, uma que privilegia a homogeneidade e a exclusividade, outra que evidencia a heterogeneidade e a multiplicidade, inclusive no sentido de admitir as sobreposições espaço-temporais.

O território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Mesmo privilegiando as transformações provenientes do poder no território, aponta ainda para a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes (SOUZA, 1995). Sobre o território-rede, para Souza (1995, p. 94), ele representa uma “ponte conceitual” que reúne a contiguidade espacial do território “no sentido usual” e a descontinuidade das redes, formando, assim, um território descontínuo que, dependendo da escala, é “uma rede a articular de dois ou mais territórios descontínuos”. Como no caso dos territórios-rede de diferentes facções do narcotráfico, estruturando de forma descontínua seu poder por meio da conexão entre várias favelas em disputa no município do Rio de Janeiro (SOUZA, 1995).

O que ocorre, de fato, em relação ao narcotráfico em Belém e com os bairros apontados aqui é a existência de “[...] conexões com o exterior, que às vezes são até mesmo privilegiadas em relação às conexões internas, representam processos concomitantes de desterritorialização, ou seja, neste caso, de perda de controle do Estado em relação às dinâmicas internas ao território nacional” (HAESBART, 2004, p. 294).

O mapa a seguir traz a análise da organização das redes internas de distribuição da droga no espaço de Belém, considerando a distribuição a partir dos bairros que apresentam os principais comandos do narcotráfico. É fato que essa distribuição é dinâmica e pode sofrer alterações de acordo com as necessidades de organização do próprio narcotráfico. O trabalho de campo realizado durante o desenvolvimento da pesquisa considerou as entrevistas, observações – bem como análise documental, ou seja, técnicas de investigação científica – que permitiram a elaboração de uma cartografia das redes internas do narcotráfico.

Mapa 6- Redes de distribuição intraurbana do tráfico de droga em Belém



Fonte: Couto (2016).

Como o mapa mostra, os bairros centrais distribuem drogas para os bairros vizinhos, por exemplo, Guamá, Terra Firme e Condor na Zona Sul de Belém. Tal distribuição é um dos fatores que explica a concentração de vários conflitos nestes bairros. Na Terra Firme e no Guamá, por exemplo, um bairro pode abastecer a área do outro e isso pode ocasionar conflitos por causa do uso do território ou por outros

motivos associados ao tráfico de drogas. Os bairros do Benguí e Cabanagem também são exemplos de áreas em conflitos por tal motivação, pois eles exercem a função de bairros distribuidores das drogas que nele ficam estocadas para a comercialização, sendo que os dois bairros são responsáveis pela distribuição no seu entorno e mantêm ligações a partir de acordos estabelecidos pelo comando do tráfico, visto que ambos são estratégicos para esta conexão.

Também, a área do Paracurí no sentido do distrito de Icoaraci, localizado ao Norte da metrópole, exerce a função de distribuidor, destacando que isto não quer dizer que o narcotraficante que promove o abastecimento resida neste bairro, mas o que de fato acontece é que o Paracurí é utilizado como uma área na qual a droga desembarca e, a partir daí, ocorre a sua distribuição.

Com grande impacto sobre as metrópoles, o narcotráfico promove a criação de territórios urbanos desterritorializadores em relação às normas legais não reconhecidas e em relação também à própria figura do Estado. Não se pode esquecer que o Estado, enquanto instituição jurídico-política, também tenta, de todas as formas, regularizar o uso do território, impondo uma lógica de violência legítima que culmina nas políticas de combate ao narcotráfico que, muitas vezes, se confunde com as formas biopolíticas de controle do espaço. Nesse sentido, é importante reconhecer as tentativas de reterritorialização do Estado ou novas formas de territorialização.

Sobre as redes, é imprescindível uma análise que dê conta de entendê-las a partir da sobreposição de territórios que elas causam, pois se misturam com outras formas de territorialização, como a competição e aliança, por exemplo. O narcotráfico e o Estado atuam das duas formas, tanto nos territórios em redes, quanto nos territórios em zonas. São criações de ambos, por isso é tão importante enxergar a multiterritorialidade presente no espaço geográfico.

Para Haesbaert (2004, p. 307):

Enquanto os territórios-zona aparecem centrados em dinâmicas sociais ligadas ao controle de superfície ou à difusão em termos de áreas (em geral contínuas), utilizando prioritariamente o recurso a limites mais exclusivistas ou a “fronteiras” bem demarcadas, nos territórios-rede a lógica se refere mais ao controle espacial pelo controle dos fluxos (“canalização” ou dutos) e/ou conexões (emissores, receptores e/ou simplesmente reais). Uma característica muito importante é que a lógica descontínua dos territórios-rede admite uma maior sobreposição territorial, na partilha concomitante de múltiplos territórios.

Então, ao tratar do narcotráfico em Belém, nos encontramos diante de uma força que se enraíza no território, ou seja, um poder – que não deve ser chamado de “poder paralelo” – visto que existe uma relação imaterial, invisível ou virtual com as instituições e com o próprio Estado, como se comprovou na análise. Por fim, a mais importante perspectiva diante do conceito de território para entender o narcotráfico na metrópole é a sua natureza puramente política, que supera a definição dos seus conceitos, a partir da perspectiva de um poder “único”, “legítimo” e “exclusivo” do Estado. São diferentes configurações territoriais, contínuas e descontínuas, zonais e reticulares ou superpostas, que dão sentido para a noção de múltiplos territórios ou um território sobre o outro.

6.3 A periferia sobre vigilância e controle: o narcotráfico por uma perspectiva miliciana

A análise da atuação das milícias nos espaços periféricos de Belém tornou-se um desafio metodológico e, ao mesmo tempo, teórico, em termos de definição de um objeto de investigação. Pois, em princípio, pareceu ser outro tipo de organização criminosa em ação, já que as poucas literaturas existentes sobre a atuação de grupos milicianos no Brasil destacam uma diferença desse grupo em relação ao narcotráfico. Onde as duas atividades do crime organizado rivalizam-se e disputam o controle do território, sendo que a origem das milícias em cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, se destaca pela expulsão de traficantes das favelas cariocas por milicianos que passam a ocupar o seu lugar.

Assim,

Impressiona, no estudo do uso do termo milícia ao longo da história mundial, seu uso equivocado recentemente. A palavra militia tem raízes latinas que significam ‘soldado’ (miles) e ‘estado, condição ou atividade’ (itia) e que, juntas, sugerem o serviço militar. Mas milícia é comumente usada para designar uma força militar composta de cidadãos ou civis que pegam em armas para garantir sua defesa, o cumprimento da lei e o serviço paramilitar em situações de emergência, sem que os integrantes recebam salário ou cumpram função especificada em normas institucionais. Podem ser tanto os que exercem a atividade de defesa de uma comunidade (pessoas, propriedades e leis) como os homens habilitados a cumprir esta atividade e que podem ser chamados a usar as armas em tais situações. Esse conjunto de pessoas pode também ser chamado de Guarda Nacional ou Forças de Defesa do Estado, em geral terrestres (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007, p. 89-90).

O termo apresenta uma definição que, no Brasil, passa a ter outra dimensão, ou seja, uma dimensão mais política e econômica de domínio dos territórios, em que, para Zaluar e Conceição (2007), o termo milícia refere-se a policiais e ex-policiais (principalmente militares), uns poucos bombeiros e uns poucos agentes penitenciários, todos com treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado, os quais tomam para si a função de proteger e dar “segurança” em vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes predadores.

Costa (2009) problematiza o tema ressaltando que a denominação milícia, na relação com diferentes definições, com distintas denominações em seu funcionamento discursivo, é permeada de equívoco e é, por isso, colocada o tempo todo em suspenso, em nossa reflexão. Além disso, há uma confusão em termos de interpretação da atuação de grupos milicianos, em que, para alguns, se enquadram na categoria de “segurança privada” ou de então “justiceiros”, ou ainda, “heróis do povo” como alguns os tratam no caso de metrópoles como Belém, por exemplo.

Esse tratamento que é dado por alguns programas jornalísticos, e aceito pela população, acaba por excluir a face mais perversa da milícia, ou seja, as tecnologias de poder racistas e reguladoras de controle da população-espécie. Para Foucault (1999), o que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi a emergência do biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos. Segundo o filósofo, isso faz com que não haja quase funcionamento moderno do Estado, o qual, em certo limite e condições, não passe pelo racismo.

Como se trata de um grupo cuja origem está nos braços institucionais do Estado.

Por exemplo, quando ocorre uma incursão da polícia na favela, todos se tornam suspeitos, tomados como supostos “homens fora da lei”. Daí, se a polícia age com violência, executa morador, sua prática é justificada, pois um imaginário, que funciona eficazmente no Brasil, condena o morador de favela ao lugar de marginalidade; se ela executa traficante, o discurso do Estado é o de que a violência foi legítima. É comum ouvirmos discursos como o de que matar “bandido”, “criminosos”, “assaltante”, “traficante” não é crime (COSTA, 2009, p. 56-57).

É fato que a legitimação das ações violentas da milícia em espaços periféricos, ou favelas das grandes metrópoles brasileiras, tem a ver com o tema da insegurança e, por isso, se tem várias formas de intervenção que são realizadas no

intuito de obter a legitimação de algumas ações. Ações estas fundamentadas no discurso da in-segurança ou des-controle dos territórios, onde o hífen nas palavras refere-se à ambivalência que há entre estes termos, como destaca Haesbaert (2014), ao dizer que eles estão sempre convivendo num par dialético, indissociável, contraditório e ambivalente ao mesmo tempo.

De acordo com Haesbaert (2014, p. 153):

“Segurança”, em suas múltiplas matrizes, pode-se afirmar, é um termo da moda. Das mudanças climáticas e as estratégias militares globais de uma potência como os Estados Unidos às táticas da vida cotidiana de cada um de nós, a segurança está na ordem do dia. Ações políticas, concepções ideológicas e amplos setores da economia são promovidos em torno da questão. Todos querem “mais segurança”, principalmente todos estão envolvidos pelo temor da “insegurança”.

Em nome da segurança, alimenta-se um mercado de vigilância privada com câmeras, agentes, alarmes eletrônicos, seguros, dentre outros. O medo também justifica, hoje, a construção de “muros” (físicos ou simbólicos) que segregam a sociedade, comprometem as interações socioespaciais e, ao mesmo tempo, produzem mais preconceitos sobre os espaços carentes de intervenção pública, mais potenciais em termos de intervenção policial, ou então, onde “essas questões ressoam no que permite a formação, ação da milícia, a nosso ver, seu lugar de policial – agente de segurança pública do Estado, suposto representante da lei – dispostos num espaço tão já marginalizado como é o da favela [...]” (COSTA, 2009, p. 57).

Para Haesbaert (2014, p. 155), “fica claro que o discurso da segurança, para além de suas confirmações empíricas, é também um produto (e produtor) fundamental do neoconservadorismo contemporâneo”. Neoconservadorismo que defende a frase do “bandido bom é bandido morto”, legitimando a violência, inclusive contra si, se considerar-se que a própria população pobre e periférica defende este discurso e dá audiência para os programas sensacionalistas que transformam assassinos em heróis.

Só destacando que:

Os que compõem as milícias de ex-policiais sequer são paramilitares. São militares que abusam do monopólio da violência garantida pelo Estado, que lhes fornece treinamento e armas. São os que têm ou tiveram a função de garantir o cumprimento da lei, mas agem ao arpejo da lei, contra a lei, não só para fazer da segurança um negócio lucrativo, mas também para explorar, em muitos outros empreendimentos, os mais vulneráveis entre os trabalhadores urbanos, aqueles que não têm garantias legais na habitação, não têm acesso à Justiça e à informação, não têm protetores institucionais nas localidades onde vivem (COSTA, 2009, p. 91).

De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o termo “Milícia” serve para designar: “Via ou carreira militar”; “Exército”; “Tropas”; “Corporação bem disciplinada”; “Os militares”; “Tropas de segunda linha”. Contudo, é preciso ir para além destas definições que até aqui foram apresentadas, pois elas não dão conta, em sua totalidade, do entendimento das milícias enquanto um fenômeno social urbano.

Em Belém, por exemplo, metrópole escolhida como recorte espacial deste trabalho, as milícias urbanas se diferem dos modelos interpretativos que a distanciam da relação com o narcotráfico. Inclusive, apresenta-se a ideia de que elas combatem o narcotráfico, expulsando traficantes das comunidades.

Na metrópole de Belém, há uma associação das milícias ao narcotráfico, em que grupos milicianos estão sobrepostos sobre territórios do narcotráfico, aproveitando-se de vantagens econômicas da venda da droga. Dessa forma, pode-se defini-las enquanto narcomilícias. As narcomilícias surgem quando grupos armados de policiais e ex-policiais utilizam de táticas de treinamento e do corporativismo militar para obter vantagens, como: extorsão de traficantes e “aviãozinhos”, serviços prestados aos grandes traficantes ao executar sujeitos em débito ou em conflitos com o patrão do tráfico, ou então, transportando e até mesmo distribuindo drogas a pequenos traficantes obrigando-os a vendê-las sob a ameaça de morte, repassando o dinheiro da venda aos milicianos.

Essas singularidades tornam, nesse momento, as milícias em um grupo que está associado ao narcotráfico, portanto, esta passa a ser seu braço. Sendo assim, milicianos são tão sujeitos do tráfico quanto qualquer um que faça parte da rede social desse tipo de organização criminosa. Embora seja um fenômeno social urbano recente, ou seja, data o final da primeira década do século XXI, as narcomilícias em Belém apresentam uma relação de poder cujas ações seguem um modelo biopolítico e racista, sobre a qual Foucault (1999) destaca que o racismo é o

meio de introduzir, no domínio da vida, um corte entre o que deve viver e o que deve morrer.

É dessa forma que as milícias ou narcomilícias impõem a lógica do medo e da violência em Belém, onde a população da periferia, sobretudo os jovens negros, tornam-se alvos das ações micropolíticas de soldados milicianos que usam das formas mais simbólicas de poder para manter influência sobre pequenos assaltantes, “aviãozinhos” e traficantes de drogas da periferia.

O interesse em aprofundar a pesquisa acerca das milícias em Belém partiu da necessidade de se buscar compreender as ações de grupos de extermínio nas periferias da metrópole. Para isso, os trabalhos de campo com observações sistemáticas e entrevistas somaram-se ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das milícias, apresentado pela Assembléia Legislativa do Pará (ALEPA), logo após as chacinas dos dias 4 e 5 de novembro de 2014.

Foi justamente essa metodologia investigativa que possibilitou se ter uma análise interpretativa que apontasse para uma singularidade das milícias de Belém, bem como, pode-se afirmar que a relação entre narcotráfico e milícias é um banalizador da morte. Porém, a morte enquanto uma categoria política das relações de poder, ou seja, uma política da morte ou uma *necropolítica*²¹ (MBEMBE, 2006) como disciplinadora dos territórios e dos sujeitos.

A milícia deve exercer o seu poder soberano e, nesse sentido, a execução ou eliminação através da morte do outro, assim como a exposição do corpo, resulta de uma tecnologia de poder sobre a qual Mbembe (2006) destaca que a última expressão da soberania reside amplamente no poder e na capacidade de decidir quem deve viver e quem deve morrer, portanto, “a soberania está em exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e a manifestação do poder” (MBEMBE, 2006, p. 20).

De certo, as milícias ou grupos de extermínio na metrópole de Belém se constituem enquanto grupos organizados, os quais apresentam uma característica que se aproxima das grandes máfias italianas, por exemplo, fato que foi apontado

²¹A discussão sobre Necropolítica vem do Filósofo e Cientista Político camaronês Achille Mbembe, que é uma referência nos estudos pós-coloniais e desenvolveu significativa produção acadêmica sobre a história e a política africana. Para isso, Mbembe, buscou inspiração filosófica nas obras de Michel Foucault, principalmente em sua análise do poder a partir da biopolítica e do biopoder.

pelo relatório da CPI. Sendo assim, concorda-se com as colocações de Zaluar e Conceição (2007, p. 91), em que, segundo as autoras:

Estes grupos de ex-policiais constituem o mesmo fenômeno denominado grupo de extermínio nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde predominavam migrantes vindos de outros Estados. A novidade está apenas na ampliação dos negócios com a “venda” de produtos e serviços, por meio de extorsões apresentadas como proteção contra assaltos, que marcaram também o início da máfia italiana no século XIX e, posteriormente, das máfias estadunidenses. São os novos milionários da tragédia da segurança pública no Rio de Janeiro. São os subversores da disciplina e hierarquia militares, usadas como argumentos para justificar a permanência da estrutura militar na força policial brasileira. Os grupos de extermínio eram famosos nas décadas de 1970 e 1980 em várias capitais brasileiras, inclusive Recife e Salvador. Na Grande Rio, desde a década de 1960, Tenório Cavalcante notabilizou-se por empregar meios extralegais para resolver conflitos, afastar inimigos políticos e predadores da população. Nos anos 1980 também muito se falou sobre os justiceiros, os grupos de exterminadores e os linchamentos populares. Os nomes mudam os arranjos avançam na ilegalidade das ações, mas constituem um processo histórico de longa data para compensar os fracassos das políticas estaduais e federais de segurança pública.

Na metrópole de Belém, no final dos anos de 1980, mais precisamente, no ano de 1988, foi criado o Patrulhamento Tático Metropolitano (PATAM) – um grupo da PMPA que funcionou no 6º Batalhão da Polícia Militar. As ações da PATAM de combate à criminalidade eram extremamente violentas, pois ocorriam execuções de delinquentes em becos, ramais e áreas de invasão. Popularmente conhecida como Mata Pivete, a PATAM passou a ser associada aos grupos de extermínios devido ao seu *modus operandis*, uma vez que ocorriam assassinatos em série. Em função da pressão exercida pelos Direitos Humanos, a PATAM foi extinta em 1992. Ou seja, os grupos de extermínio já existem a algum tempo no estado do Pará e em Belém, porém, nos últimos anos, eles têm agido com mais intensidade na periferia da metrópole.

Quando se faz referência aos grupos de extermínio em Belém, é preciso destacar que: primordialmente, o termo milícia só foi incorporado recentemente às ações dos grupos de extermínio no estado do Pará, pois havia uma forte resistência dos órgãos de segurança pública que não admitiam a existência de tais grupos, mas após as investigações da chacina de novembro de 2014, tiveram que admitir que esse episódio ocorreu em função da morte de um dos líderes da milícia do Guamá. Em seguida, inicialmente a denominação “milícia” foi utilizada pelo comando do narcotráfico no bairro da Terra Firme, posteriormente, policiais e ex-policiais militares

– os quais se intitulavam de “justiceiros” – tomaram para si o termo e passaram a se autodenominar milicianos. Finalmente, afirma-se que há uma relação direta do fortalecimento das milícias armadas com os serviços pagos pelos comerciantes dos bairros, pois a milícia oferece uma segurança privada. Nesse sentido, comerciantes financiam milicianos a fim de se protegerem de assaltos em seus estabelecimentos. Desse modo, portanto, a milícia foi ocupando espaços, ganhando forma e conteúdo e estabelecendo relações de poder, condicionando territorialidades.

Para Costa (2009, p. 58):

(...) a milícia comete crimes, mas ancorada em um discurso moral de enfretamento da criminalidade – semelhante ao da polícia, que talvez seja ainda mais forte do que o lugar do policial-, ela expulsa, extermina traficantes e, depois, sob o pretexto de manter locais “seguros”, se impõe na favela, intervindo na vida dos moradores: cobra taxas de manutenção da segurança,; interfere no transporte alternativo, nos serviços de telefonia e internet, no comércio, na compra e venda de gás em busca de lucro e controla a entrada e saída dos moradores e visitantes dos bairros. E, ainda, pune com o extermínio qualquer um que seja considerado como inimigo, a saber: usuários de drogas, ladrões, opositores, invasores, moradores, etc.

No bairro do Guamá, por exemplo, foi detectada que a milícia utilizava câmeras para fazer a vigilância de algumas áreas, pois os estabelecimentos comerciais eram monitorados para evitar as ações de pequenos assaltantes e, quando isso ocorria, a milícia agia a fim de eliminar os delinquentes que desrespeitaram as ordens. No bairro da Terra Firme, grupos faziam a distribuição de água e gás, monitoravam o território e os estabelecimentos comerciais e isso ocorria no final das ruas São Domingos e Lauro Sodré, nas proximidades do rio Tucunduba; destaca-se que havia uma relação entre a polícia e os grupos criminosos, segundo a CPI, em que o inquérito concluiu que policiais forneciam armas e munições para a facção criminosa. Em Icoarací, o grupo de extermínio se intitulava de “justiceiros de Icoarací”, mas, precisamente, atuavam na área da COHAB delinquentes que cometiam assaltos em estabelecimentos comerciais e moradores que tinham alguma relação com os “justiceiros” eram executados, também extorquiam traficantes e matavam por encomenda.

Sobre as milícias, Costa (2009) vai dizer que na medida em que seus membros são agentes do Estado, são a representação da autoridade, ganharia sentido o seu discurso de se opor à criminalidade. Esse é um dos efeitos ideológicos produzidos, no imaginário, pelo lugar de policial. É desse lugar, enquanto membro

do aparato policial, que se sustenta o discurso moral, que apresenta como defesa a execução sumária. Defesa, proteção e segurança são significantes marcados fortemente pelo equívoco, permeados de ambiguidade e produzem efeitos nesse discurso.

Como já destacado, existe um forte esquema de corrupção policial a partir do narcotráfico nas grandes metrópoles brasileiras, sendo que, em Belém, reforça-se a ideia de que o esquema de corrupção incorporou a milícia ao circuito econômico do tráfico, não apenas por meio da extorsão, mas, também, pela própria venda e distribuição de drogas.

Assim, o Relatório da CPI, em seu entendimento destaca o termo milícia para nossa região:

Consiste na identificação da atuação de grupos criminosos os quais contem ou não a participação de agentes do sistema de segurança pública nos moldes do Art. 288-A do CPB, num determinado espaço: bairro, cidade, região. Simulando 'poder de polícia', através da venda de 'proteção' e tendo como condutas criminosas mais comuns a prática do extermínio, a extorsão mediante sequestro, e a associação para o tráfico de drogas. Independentemente do nível ou estágio de organização e sofisticação (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO, 2015, p. 58).

Nestes termos, a milícia, por um lado, têm seus sentidos estabilizados na medida em que naturalizam as ações milicianas: julgar, condenar, punir e executar. Um dos vestígios desse efeito estabilizante é o apoio que a milícia recebeu de autoridades do setor de segurança pública, de alguns governantes e de moradores dessas áreas. Por outro lado, esses sentidos são deslocados em discursos que relacionam a milícia à insegurança, à arbitrariedade, à extorsão, ao extermínio etc (COSTA, 2009).

Portanto, há uma sobreposição efetiva dos territórios de ação das narcomilícias em relação aos *narcoterritórios*²², ou seja, espaços onde se estabelecem relações de poder constituídas por sujeitos ligados ao tráfico de drogas, para que ocorra o controle e a regulação do comércio/varejo da droga, bem como a cooptação ou recrutamento de sujeitos que se integram à economia do crime. Destacando que a configuração territorial possui “uma existência material própria, mas a sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada

²² O termo sugere a relação territorializada do narcotráfico sobre os bairros periféricos de Belém a partir de relações de poder que se constitui enquanto estratégias de dominação.

pelas relações sociais”, e esse conjunto de relações expressa uma “configuração geográfica” (SANTOS, 1996, p. 51). No caso da economia do crime e das essas relações sociais, Couto (2014) as define como *redes sociais do tráfico de drogas* e são essenciais para a construção da micro política que constrói os territórios.

Haja vista que, para o narcotráfico a “configuração geográfica” é essencial na implementação de atividades que dão suporte para a organização do território, enquanto substrato material dessas relações. As milícias territorializadas referem-se a certo tipo de interação entre homem e espaço, uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço (SOUZA, 1995), nesse caso, espaços periféricos da metrópole.

O que se pode afirmar é que as milícias, ou narcomilícias, em Belém surgem num contexto onde se apresentavam enquanto segurança privada, admitindo a falha nas políticas de segurança pública. Por isso, “os fenômenos de violência das grandes cidades e o sentimento de insegurança dos seus habitantes são indicadores e fatores de uma transformação radical do espaço urbano” (PEDRAZZINI, 2006, p. 97). Esta radicalização levou a configuração de territórios sobre o controle de grupos armados.

As entrevistas a seguir irão narrar de forma resumida como, na periferia de Belém, começa a estruturar-se um tipo de organização criminosa que presta serviços à comunidade. Segundo o relato apresentado pela CPI das milícias no Pará, a ideia partiu do comando do narcotráfico na região do Tucunduba, no bairro da Terra Firme. Pois, essa estratégia constituía-se enquanto uma forma bastante audaciosa do chefe do tráfico, o qual tinha forte influência sobre os líderes comunitários do bairro, por conseguinte, sobre o território, estabelecendo regras, comprando casas para guardar armas e drogas e para fazê-las de esconderijo e refúgio para seus soldados.

O Jack me chamou e me abordou dizendo que queria que eu fizesse parte da organização dele, queria que todos os moradores fossem cadastrados no centro comunitário, com fotos e tudo mais. Ele disse para eu ficar despreocupado que não iria ter mais assaltos na área, que não roubaria mais os moradores e nem as suas casas e que os comerciantes também poderiam ficar despreocupados. Mas, ele cobraria uma taxa básica para os moradores de R\$20,00 a R\$30,00 e um valor maior para os comerciantes (Senhor X autônomo - Entrevista concedida em 02 de abril de 2015). (informação verbal).

Quando o Jack começa a organizar a “Liga da Justiça”, ele trava uma guerra com a “Equipe Rex” que é da Ligação, essa guerra gerou muitas mortes, inclusive dos soldados do Jack; o Soró e o Neguinho, depois que mataram o Soró, homens da polícia chegaram num carro e foram até a casa do Jack, a gente pensava que era pra pender ele, mas não era, eles negociavam armas, o Jack tinha articulação com a polícia (Senhor Y Mestre de Obras - Entrevista concedida em 02 de abril de 2015). (informação verbal).

As falas também retratam a cobrança de taxas para moradores e comerciantes, em que a organização criminosa se encarregaria de fazer a segurança impedindo assaltos. Também, há a informação do conflito entre as facções rivais do bairro da Terra Firme, que teve como resultado vários assassinatos. Em meio a esse contexto, encontrava-se a população que se via em meio ao fogo cruzado, onde de um lado, na região da Ligação, tinha-se a “Equipe Rex”; e de outro, às margens do Tucunduba com a Rua Lauro Sodré, a “Liga da Justiça”.

São áreas demarcadas territorialmente pelo tráfico, onde havia como porta de entrada da cocaína o Igarapé Tucunduba, que é um dos palcos de disputa entre as facções rivais. A complexificação da estrutura do tráfico, que demanda o envolvimento de muitas pessoas, o sigilo e a confiança, ganhos monetários, prestígio e poder, valores de honra e moral, trocas e alianças conjunturais, tornaram as disputas entre os traficantes e envolvidos, direta ou indiretamente, com o tráfico, mais violentas e frequentes. São comuns as histórias de assassinato por traição, vingança, ciúmes e cobranças diversas (PICANÇO; LOPES, 2016).

É importante destacar aqui que no Relatório da CPI, o qual apurou a atuação de grupos de extermínio e milícias no estado do Pará, há relatos que apontam a origem das milícias em Belém, destacando o papel significativo que o chefe do tráfico, conhecido como Jack, desempenhou. Pois, ele organizou e controlou o espaço, passando a vender uma “falsa sensação de segurança” para os moradores, uma vez que ele não só mantinha distantes os pequenos assaltantes da área, cujo fator gerava cobrança de taxas, como também controlava a distribuição de CD’s e DVD’s piratas; comandava as “bocas de fumo” e a distribuição de gás e água mineral na área. No período de 2006 a 2011, Jack foi o traficante que mais soube fazer uso do território, segundo as informações levantadas na CPI.

Então,

Em relação à hierarquia, no topo estão o dono e o patrão. O termo “dono” remete para o proprietário de pontos de venda das drogas e é usado como título de alto prestígio e respeito. Mas o dono pode ser dono de uma boca, de um conjunto de bocas, de todas as bocas da favela e até das bocas de um conjunto ou complexo de favelas. Ele será tanto mais poderoso quanto mais pontos de venda possuir, investindo capital na compra de armas e drogas e empregando pessoas nessas atividades. É também chamado de “patrão”. Está subordinado a outros padrões, dentro de uma hierarquia na qual a facção figura como uma organização mais ampla, que compra armas e drogas a fornecedores externos aos circuitos de sociabilidade das favelas e subúrbios, e possui relações políticas e econômicas com membros do Estado que permitem o seu funcionamento na cidade (PICANÇO; LOPES, 2016, p. 105).

O chefão do tráfico de drogas na área do Tucunduba, no caso da citação das entrevistas o traficante Jack, utilizou meios de reprodução do capital de origem da venda da droga. Para Picanço e Lopes (2016), o tráfico foi-se constituindo como uma instituição capitalista e burocrática, dotada de regras que podem ser duradouras, transitórias, flexíveis, negociadas, voltadas para a produção do lucro, poder e prestígio.

Mais ainda, o tráfico de drogas baseia-se no domínio do território por meio das armas, da racionalidade instrumental e do carisma, no monopólio da violência nas localidades e das estratégias de defesa e ataque. Além disso, configura-se a partir de variadas formas de organização interna, alianças e características específicas vinculadas aos territórios e perfis das lideranças do momento (os “donos do morro”, como são chamados aqueles que ocupam a mais alta hierarquia) (PICANÇO; LOPES, 2016). Porém, com a eliminação de seus soldados, Jack enfraqueceu e se deslocou para o bairro da Cabanagem, onde foi executado em novembro de 2013. Desde a sua morte, as atividades da facção criminosa conhecida como “Liga da Justiça” foram encerradas.

A ideia de Jack foi incorporada a outros interesses, agentes de segurança pública corrompidos perceberam a falha nas ações do sistema e, portanto, também passaram a oferecer serviços de proteção privada. Mais do que isso, passaram a se apropriar das “bocas de fumo”, exigindo dos pequenos traficantes do bairro pagamento para poderem comercializar a droga, portanto, essa atitude tornou-se comum no bairro do Guamá e em outros bairros. O modelo de organização do tráfico de drogas no bairro da Terra Firme foi apropriado pela milícia, pois como já ressaltado aqui, os agentes de segurança pública passaram a ter benefício não só da oferta de serviços pelos comerciantes dos bairros, como também se aproveitaram do tráfico de drogas; pois, quando os traficantes se negavam a pagar o dinheiro da

extorsão, eram executados. Os agentes também pegavam drogas de uma “boca” e davam para outra vender, conseguindo misturar-se ao tráfico; ou praticavam execuções dos assaltantes que cometiam crimes em áreas da sua vigilância ou a mando de comerciantes e agiotas.

Foi destacado aqui, que o termo milícia se apresenta enquanto a designação genérica de organizações militares ou paramilitares que são formadas por grupos armados com poder de polícia que, pelo menos em termos teóricos, não pertencem às forças armadas do Estado. Em Belém, a ação da milícia se expandiu da Zona Norte à Zona Sul, não há como apresentar um limite territorial claro em relação os territórios sobre o seu controle. Mas, é possível apontar os bairros nos quais esses grupos se originaram e atuam, o que não significa dizer que as suas ações se restrinjam apenas em seus territórios-bairros. A origem das milícias na metrópole de Belém está nos bairros do Guamá, Terra Firme, Distrito de Icoaraci e, mais recentemente, a milícia do bairro da Pedreira que atuava também na Sacramenta e no Barreiro. Os soldados das milícias praticavam o chamado “bico”²³ como seguranças de alguns estabelecimentos comerciais no bairro do Guamá e no Distrito de Icoaraci, porém, com a ampliação dos negócios, começou a ocorrer conflitos internos e desentendimentos que levaram a um rompimento do grupo e isto levou a uma fragmentação, com cada grupo ficando com uma parte dos territórios de atuação. Isso levou a uma configuração na qual o bairro do Guamá ficou sobre a influência de um grupo e o Distrito de Icoaraci de outro, isto tudo aconteceu por volta do ano de 2007, de acordo com a análise da CPI das Milícias e Grupos de Extermínio no Pará (2015).

Foi em Icoaraci que a operação da polícia, intitulada “Navalha na Carne”, e a CPI das Milícias identificaram o grupo de extermínio que difundiu o termo “indústria da morte”, ou seja, cobravam de R\$ 200,00 a R\$15.000,00 para executar suas vítimas. Inicialmente, segundo o relatório, eles não tiravam proveito do tráfico de drogas, como ocorria no Guamá e na Terra Firme. Segundo a CPI, “o que se evidencia, a partir da análise das investigações da operação ‘Navalha na Carne’, é uma atuação majoritária de Policiais Militares em diversas práticas delituosas.

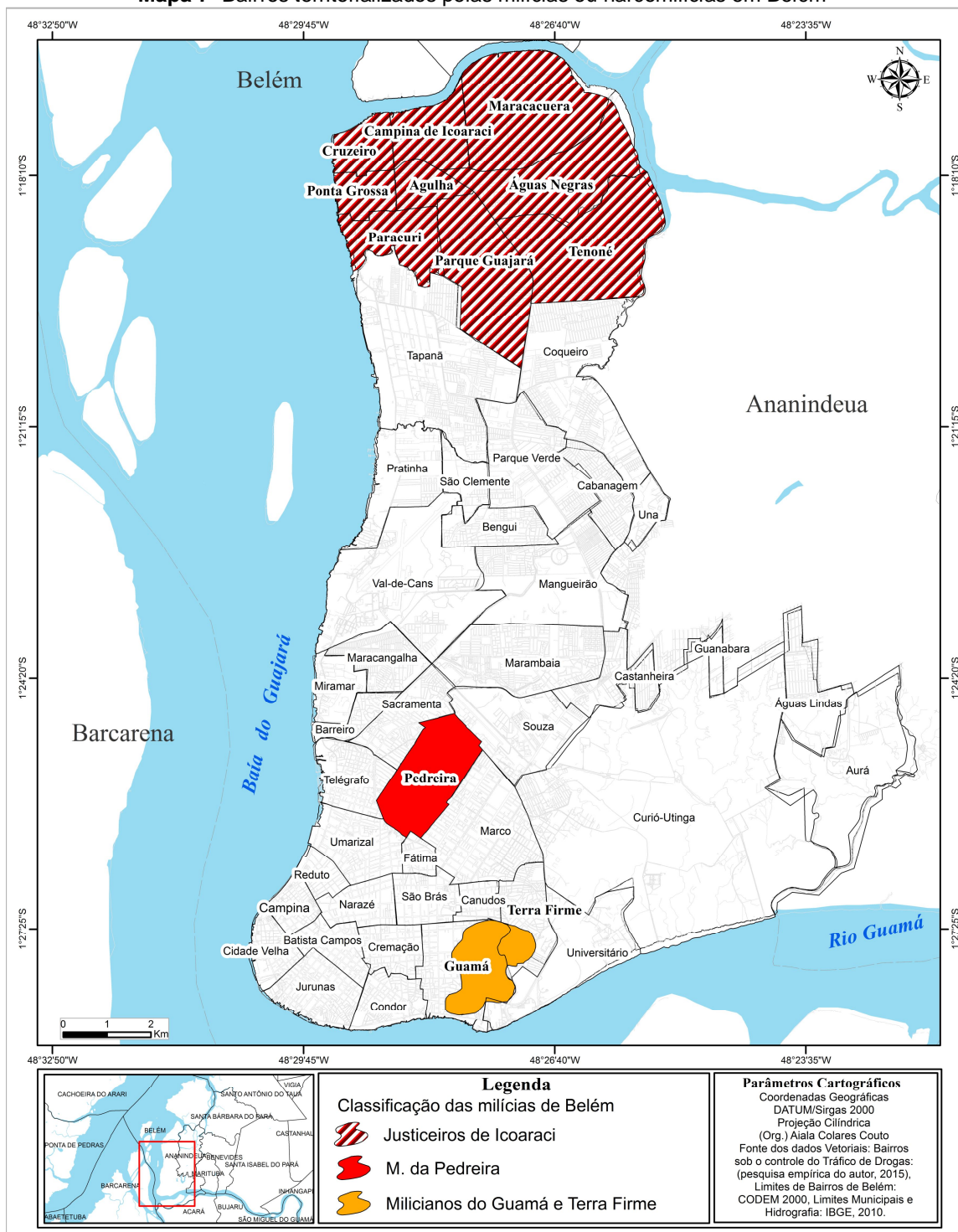
²³O termo “bico” se refere ao ato de agentes de segurança pública prestarem serviços de segurança privada fora de seus expedientes de trabalho e proibido pela corporação, podendo levar à expulsão do servidor público.

Estando o homicídio como um dos principais serviços ‘vendidos’ por este organismo” (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO, 2015).

Para Cano (2008, p. 48), “compostos, a princípio, por policiais e outros agentes do estado, estes grupos começaram a dominar áreas previamente controladas por narcotraficantes. Em muitos casos, os moradores e os comerciantes pagavam uma taxa em troca da suposta proteção [...]”. Cano e Duarte (2012) destacam cinco características importantes de grupos milicianos, tais como: 1) Domínio territorial e populacional de áreas reduzidas por parte de grupos armados irregulares; 2) Coação, em alguma medida, contra os moradores e os comerciantes; 3) Motivação de lucro individual como elemento central, para além das justificativas retóricas oferecidas; 4) Discurso de legitimação relativo à libertação do tráfico e à instauração de uma ordem protetora; 5) Participação pública de agentes armados do Estado em posições de comando.

A violência imposta por milicianos na periferia de Belém, principalmente, não se apresenta enquanto uma alternativa de combate ao tráfico de drogas, porém, a perseguição aos jovens delinquentes que cometem assaltos em estabelecimentos comerciais sob a proteção da milícia é inevitável, há um monitoramento de pequenos assaltantes que atuam na área. Como também, há monitoramento de aviõzinhos e de bocas de fumo.

Mapa 7- Bairros territorializados pelas milícias ou narcomilícias em Belém



Fonte: Couto (2016).

O mapa acima traz a localização dos bairros nos quais ocorreram as aparições das milícias, chamando a atenção para o fato de que no Guamá e na Terra Firme, como se observou, a origem da milícia em si esteve associada à apropriação de formas de organização do tráfico de drogas, considerando que uma parte da cocaína que chega pelo rio à Belém passa necessariamente por eles. Talvez, esta influência geográfica no comércio da droga tenha levado a manutenção dos territórios, porém, com a exploração e extorsão constante da milícia.

Pode-se dizer, então, que se tem nesse caso.

Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território são redes criminosas territorializadas que atuam em atividades econômicas ilícitas e irregulares, como o tráfico de drogas, serviços de segurança e transporte coletivo irregular, dentre outras, a partir de uma base territorial específica, fazendo uso da força física e da coação – especialmente pelo uso de armas de fogo - como principais meios de manutenção e reprodução de suas práticas (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008, p. 16).

Neste aspecto, o termo narcomilícia se enquadra perfeitamente. Destaca-se, também, que:

A 'milícia' conhecida em sua origem como "mineira", organiza-se territorialmente a partir das áreas de influência, não tendo limites espaciais bem definidos, atuando, sobretudo, a partir da ideia de fronteira, o que significa estar em franca expansão de seus domínios territoriais [...] (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008, p. 18).

É na periferia que os alvos das milícias estão mais concentrados, sobretudo nos bairros que estão diretamente envolvidos com o narcotráfico. Se levar em conta que "a cidade é uma fábrica social da violência, onde os jovens dos bairros pobres são os proletários sem descanso" (PEDRAZZANI, 2006, p. 97), fica evidente a exposição ou a vulnerabilidade em que o jovem da periferia se encontra em relação ao narcotráfico e a milícia, ou melhor, à presença na "ausência" das narcomilícias e na constituição dos narcoterritórios.

Destaca-se, também, que o grupo de extermínio de Icoaraci começou a atuar a partir do ano de 2007, quando teve início uma série de execuções que utilizavam:

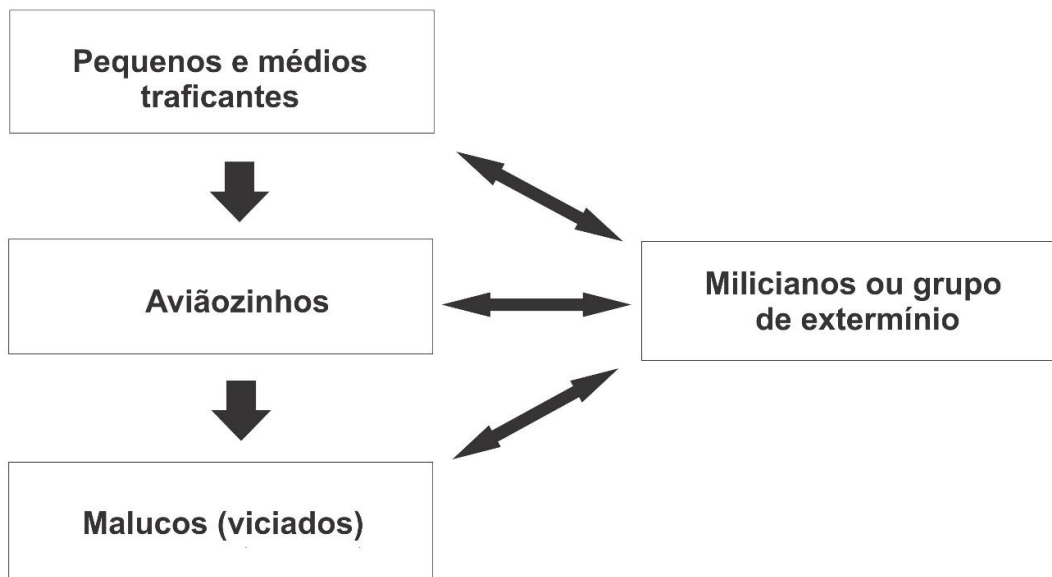
O falso discurso da legitimidade dos “justiceiros privados”; a associação com o tráfico de drogas; o crime por encomenda; a estrutura hierárquica organizativa; ocupação/dominação territorial, ainda que com certa fluidez de atuação; e especialmente o *modus operandi* bastante violento e implacável na ação é o que constitui esta organização criminosa que, por sua vez, tem uma única finalidade ou razão de existir, a obtenção de lucro (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO, 2015, p. 105-106).

Além disso, deve-se destacar a existência da “M da Pedreira” ou milícia do bairro da Pedreira. Ou seja, um grupo de milicianos que tinha a fama de ser o mais violento em atuações na região metropolitana, cujo lema é “matar e matar”. A “M da pedreira” é acusada de ser responsável pela chacina dos dias 20 e 21 de janeiro de 2017, a qual culminou com o assassinato de 27 pessoas, em que, após a morte de um soldado da ROTAM, uma onda de execuções se espalhou pela periferia de Belém. A milícia da Pedreira obtinha vantagens financeiras mediante a extorsão, sequestro, morte por encomenda, dentre outros.

A complexidade da questão da violência – alterada de forma significativa pelo surgimento das milícias/grupos de extermínio, diretamente operados pelo aparato policial – é simplificada pelo embate entre o bem e o mal, midiaticamente propagado. De um lado, destemidos e corajosos defensores do Estado de direito, do outro, facínoras que submetem a população ao domínio do medo e do crime, que controlam áreas faveladas e que precisam ser libertadas pelas forças do bem e da ordem (ALVES, 2008). Como visto, os grupos milicianos impõem uma força-ação sobre os bairros onde a violência imposta se dá como uma significativa estratégia de poder e de controle do território.

Ainda sobre a obtenção do lucro, mas a partir da exploração do tráfico de drogas, o esquema a seguir apresentará como se dá a articulação dos milicianos ou grupos de extermínio com os sujeitos do tráfico de drogas. Nesse sentido, os próprios milicianos também se tornam sujeitos do tráfico, considerando-se que eles se beneficiam de toda a movimentação financeira que essa atividade proporciona com o seu comércio. Decerto, em se tratando de ex-policiais ou de policiais ainda em atividades, o fato de representarem a força do estado intimida os traficantes dos bairros que se sentem obrigados a aceitarem todo e qualquer tipo de extorsão por parte da milícia.

Esquema 3 – Esquema de Extorsão da Milícia junto ao narcotráfico



Fonte: Couto/Pesquisa de Campo (2016).

Acima é demonstrado o funcionamento do esquema de corrupção de agentes de segurança pública em Belém a partir do narcotráfico. A milícia mantém o conhecimento de grande parte da movimentação do comércio do tráfico de drogas nos bairros e, a partir daí, utiliza-se da força para intimidar os sujeitos do tráfico. Por isso, se reconhece quem são os viciados que se dirigem até a boca, os aviãozinhos e os pequenos traficantes de cada bairro. A grande questão é que se expõem ao risco os traficantes dos bairros, mas aqueles que são intitulados como “patrões do tráfico” estão “fora” deste contexto, pois não residem nestes bairros e chegam a ter acordos com os milicianos. Porém, isso não quer dizer que não sejam também atingidos pelas ações da milícia.

O trabalho de campo realizado nesta pesquisa permitiu ter um olhar mais de “dentro” da periferia, onde se manifestam com intensidade estas relações sociais, construindo, também, um clima de insegurança e impunidade. Assim, o descaso do Estado, a extorsão e corrupção policial, o tráfico de drogas e as milícias, são elementos no espaço social que acabam por alimentar o fenômeno da violência urbana. Ao contrário do que foi destacado por Silva; Fernandes e Braga (2008, p. 19), pois para eles “[...] ao ocupar uma comunidade, as milícias “eliminam” o tráfico de drogas no varejo, mas passam a explorar as demais atividades ilegais existentes no território”, no caso das milícias em Belém, como já foi bastante frisado aqui, elas

se associam ao tráfico de drogas como bem demonstra o esquema apresentado acima.

Logo, a denominação narcomilícias se define como grupo composto por sujeitos ligados às forças de segurança pública do estado que oferecem segurança privada para comerciantes, executam pequenos assaltantes e extorquem traficantes, aproveitando-se desta atividade, de forma que não a combatem, mas passam a comandar o seu comércio na periferia de Belém. Em alguns casos, servem até de seguranças para a distribuição da droga.

Charge 1 – Ilustração da relação entre traficantes e milicianos



Fonte: Couto (2017).

A ilustração acima é uma representa uma das formas de relação dos grupos milicianos com o narcotráfico presente nas periferias, onde milicianos extorquem traficantes, “aviãozinhos”, dentre outros. As narcomilícias surgem, então, desta relação contraditória na qual o poder soberano é exercido com propriedade pelos milicianos em determinadas áreas da periferia de Belém. A obtenção do lucro sobre

a venda da droga é o efeito devastador que as redes geram sobre Belém e sobre a sociedade.

Assim como as redes do narcotráfico foram capazes de cooptar os pichadores das antigas gangues de Belém, o mesmo aconteceu em relação a alguns grupos de extermínio ou agentes de segurança pública, que foram facilmente inseridos na dinâmica política e econômica da integração perversa do tráfico de drogas. A vantagem da milícia em relação aos traficantes do bairro é inquestionável, pois eles chegam e executam suas vítimas e quase sempre não são identificados prevalecendo a “lei do silêncio”.

“O pessoal da polícia veio até aqui e me extorquiou, levaram R\$ 400,00 e mais umas carteiras de cigarros, me colocaram no saco perguntando cadê a droga? Eles não acharam e ameaçaram voltar se eu denunciasse” (Carioquinha - Entrevista concedida em 7 de novembro de 2015). (informação verbal).

“Os caras chegaram num carro prata peliculado e desceram encapuzados dando logo tiro, o primeiro pegou na testa do carioquinha e depois eles desceram e deram mais uns seis tiros no peito e no resto do corpo” (Senhor X - entrevista concedida em 19/12/2015). (informação verbal).

As entrevistas acima mencionadas são importantes na medida em que narram um fato que está se tornando comum nas periferias de Belém, a execução de traficantes por não pagarem a sua parte da extorsão, ou então por ameaçarem denunciá-las. Houve casos de pessoas que tentaram sair do tráfico de drogas, mas eram constantemente perseguidos por policias corruptos. Além disso, as ações das milícias são todas articuladas. Eles também executam em massa quando há morte de policiais na cidade, como aconteceu quando um membro da milícia foi assassinado, o que desencadeou uma série de execuções em vários bairros periféricos durante o resto da noite do dia 4 e a madrugada do dia 5 de novembro de 2014, levando a cidade, inclusive, a acatar o toque de recolher ordenado por milicianos.

Este episódio, que ficou conhecido como “a chacina dos dias 4 e 5 de novembro”, deu origem à abertura da CPI das milícias e grupos de extermínios no Pará, em que foram ouvidas diversas pessoas que relataram o comportamento do tráfico de drogas e das milícias em Belém, inclusive destacando também todos os esquemas de segurança privada aos comerciantes.

A princípio, buscava-se a segurança dos estabelecimentos comerciais, posteriormente, a relação se ampliou através da “morte por encomenda”. Soldados da milícia passaram a perseguir assaltantes que cometiam furtos a “clientes” dessas milícias, pois existe um preço que se paga para os “soldados” desenvolverem ações que envolvam a execução de ladrões que “tiram a paz” de donos de mercadinhos, açougues, padarias, restaurantes, pizzarias, dentre outros estabelecimentos comerciais (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO, 2015, p. 58).

Mas foi visto que o “negócio” das milícias se amplia e se mistura com o “negócio” do tráfico de drogas, portanto, devem-se compreender as milícias como um fenômeno social com expressões de práticas criminosas mediatizadas no e pelo espaço. A territorialidade deste grupo implica em uma ampla e articulada relação entre os sujeitos e, pode-se até dizer, que a sua existência ocorre em função do seu funcionamento em redes, sobretudo, redes de relações sociais; ou melhor, conjuntos de relações que levam ao exercício do poder em sua essência. Nestes termos, frisa-se também que a milícia cria condições para a manutenção de sua rede social que é de suma importância para a sua preservação, a rede funciona da seguinte forma:

- a) *Chefe da milícia*: promove as articulações envolvendo comerciantes ou pessoas comuns que utilizam os serviços da milícia como “acerto de contas”, dentre outros.
- b) *Soldados*: são os “braço-direito” do chefe da milícia, promovem a execução de pessoas que têm a morte “encomendada” ou praticam extorsão contra pequenos traficantes.
- c) *Policiais*: trabalham compactuando com as milícias, afastam-se dos locais onde irão ocorrer as execuções encomendadas.
- d) *Comerciantes*: pagam pelos serviços praticados pela milícia, como por exemplo, a segurança privada do estabelecimento, quase sempre ocorre a “eliminação” de pequenos assaltantes da área.

A relação acima traz uma demonstração esquemática tentando mostrar como se organizam as milícias em Belém, em função de uma rede de relações complexas que envolvem desde o comerciante, até policiais militares em serviço. Isto implica dizer que existe a conivência da Polícia Militar, a própria instituição, contaminada pela corrupção e falta de perspectiva, deixa-se fragilizar ainda mais, compactuando com essas ações ilegais.

A territorialidade do crime, nestes termos, é a expressão espacial das práticas dos grupos criminosos. Contudo, a sua forma varia de grupo a grupo, bem como os mecanismos utilizados no processo de territorialização, ou, em outros termos, de apropriação e domínio do espaço. O peso atribuído à referências simbólicas na demarcação das fronteiras e limites, bem como o uso da força e da coação, são estratégias que os grupos criminosos lançam mão nesse processo. Outros mecanismos mais sutis, como a popularidade de um indivíduo ou grupo, também podem servir de suporte à territorialização, garantindo legitimidade sobre a área dominada frente aos seus ocupantes ou vizinhos (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008).

Os relatos dos entrevistados em campo foram unânimes ao descrever a história dos famosos carros de cores prata, preto e branco e das motocicletas que chegam com homens encapuzados e executam as suas vítimas. Estes acontecimentos tornaram-se uma espécie de “lenda urbana” que assombra a periferia, algo comum nos relatos dos entrevistados. O fato é que as viaturas da polícia estão sempre distantes dos locais onde ocorrem as ações, dando mais liberdade para os grupos milicianos. Até mesmo a SEGUP já admitiu que há milícias que atuam como grupo de extermínio na Região Metropolitana de Belém. Esta afirmação se deu após as investigações culminadas a partir das chacinas dos dias 4 e 5 de novembro e destacadas na chamada do jornal em destaque, como mostra a imagem abaixo.

Imagem 1 – Secretário admite atuação de grupos de extermínio em Belém



Fonte: Jornal O Liberal (2016).

A chamada do Jornal o Liberal dá destaque na informação sobre a atuação de grupos de extermínio em Belém, manchete que aparece como a principal na primeira capa, apelando pela atenção do leitor. O jornal também destaca que o secretário se esforça para punir de forma exemplar os envolvidos e que a SEGUP promoverá uma política de interiorização do combate ao tráfico de drogas no estado do Pará. Decerto, novas crenças e novos valores ganham forma na dinâmica urbana e criam suas próprias leis e regras ou impõem suas “des-ordens” espaciais. Essas crenças e valores, racionalmente escolhidas pelos agentes, tornam-se ações que podem ou não fugir da moralidade do Estado, quando foge da regra o crime deixa de ser exceção e assim,

[...] Quando o crime deixa de ser exceção e passa a ser parte do comportamento “normalizado”, a polícia, ela própria, vai passar a participar do crime é um contra-senso semântico, chamo a esse processo através do qual a transgressão e o crime passam a ser incorporados como opções racionais de muitos e deixam de ser exceções, chamo a esse processo social de “desnormalização do individualismo” (MISSE, 2006, p. 23).

No atual contexto do capitalismo avançado, vive-se a emergência de novas formas de organizações econômicas, em que essas relações se tornam, acima de tudo, políticas ou transformam-se em “mercadorias políticas”. Isso explica grande parte da emergência do chamado mercado das drogas e de outros mercados de

bens ilícitos, assim como da generalização da corrupção, da extorsão e das organizações criminosas que oferecem proteção (MISSE, 2006).

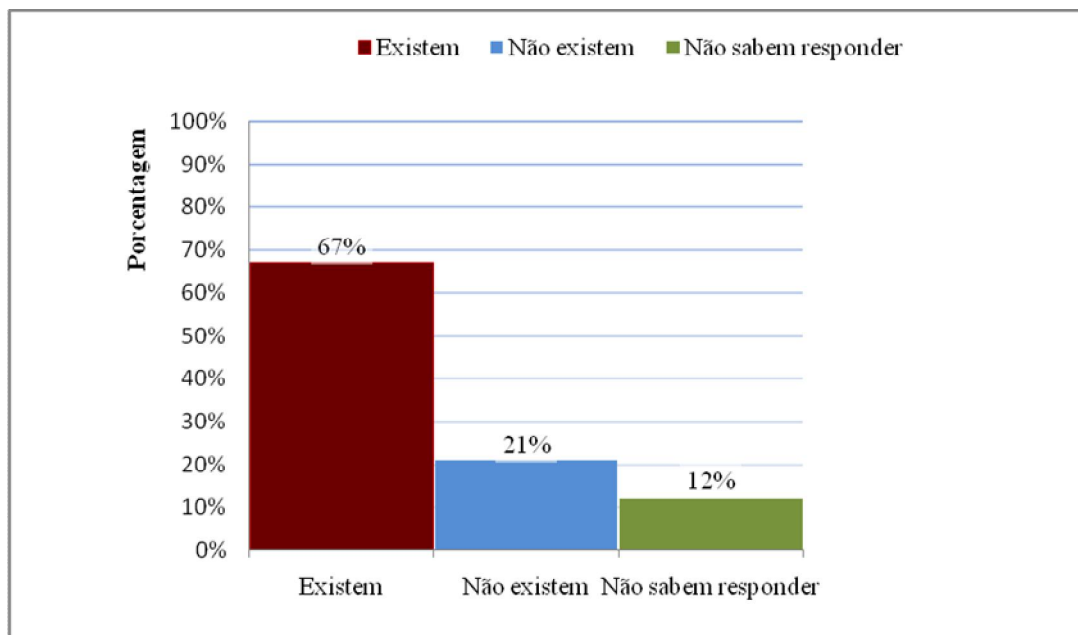
Esta relação insere-se em um processo no qual o capitalismo moderno, economicamente racional, vem abrindo espaço à re-emergência do capitalismo político, que existia antes do capitalismo moderno, e que é baseado na violência e na dominação pela força como mecanismo de acumulação do capital (MISSE, 2006). Porém, não se pode esquecer das manifestações variadas da violência, pois

a violência social ocorre em todos os planos: no plano econômico, no plano político, no plano psicológico. Não há plano da existência que não seja estruturado pela violência social. Só que as narrativas de jornal, na mídia, no que a mídia diz, a violência é só o ato, a violência nunca é o estado da violência (SODRÉ, 2006, p. 35).

Por outro lado, conter o esquema de corrupção dos policiais é algo também muito complexo diante de um entrelaçado de relações estabelecidas e cristalizadas pelas instituições, nas quais o próprio Estado está mergulhado. Talvez a racionalidade da escolha dos agentes não seja a única forma de se compreender o envolvimento de agentes do Estado com as redes ilegais. Mas, também, o próprio Estado precisa ser mais bem avaliado em suas “políticas públicas”, que se misturam com as políticas de governo e quase sempre se tornam falhas no sentido de buscar resultados positivos para a sociedade.

O gráfico a seguir representa o resultado de entrevistas com a aplicação de questionários que foram respondidos por 33 moradores, distribuídos nos bairros que foram escolhidos para a efetivação da pesquisa desta tese. Em princípio, houve certa resistência dos entrevistados em função de ser um tema que se apresenta enquanto polêmico, de maneira que eles se sentiram incomodados e inseguros, até mesmo desconfiados em responder as perguntas. De todo modo, este desafio metodológico em práticas de campo foi sendo superado na medida em que as pessoas escolhidas para responder o questionário foram adquirindo confiabilidade em relação à presença do pesquisador. Feito isso, realizou-se a seguinte pergunta: você acredita na existência de grupos milicianos em Belém? A resposta gerou o seguinte resultado, trabalhando em termos percentuais e distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 1- Sobre a existência de milícias em Belém segundo as entrevistas com os moradores dos bairros pesquisados



Fonte: Couto (2016).

Conforme as informações contidas no gráfico acima, destaca-se o seguinte resultado: 67% dos entrevistados acreditam na existência de milícias em Belém, 21% não acreditam que elas existam e 12% não souberam responder à pergunta do questionário de entrevistas. É bom também destacar que alguns entrevistados, os quais dizem não existir milícias em Belém, acreditam que ela e o tráfico de drogas são a mesma coisa, não havendo distinção. É claro que se teve um cuidado em não manipular as respostas dos entrevistados, por isso, alguns não souberam responder pelo fato de desconhecerem o tema.

Por outro lado, o gráfico mostra que um número significativo das pessoas entrevistadas acredita na existência de milícias na região. Ou seja, há um entendimento por parte do morador, inclusive em reconhecer as relações de poder que são impostas pelos milicianos na periferia de Belém. Isto foi um dos fatores que acabou por determinar a desconfiança e o medo que inicialmente foram apresentados por parte dos entrevistados.

Prevalece nas ações da milícia uma prática política na qual o racismo predomina. Portanto, é preciso considerar, também, a maneira como o racismo ocorre no interior dos Estados, nas cidades, bairros e, inclusive, como a política de Estado reforça a distinção entre quem deve viver e quem deve morrer. As

microrrelações de poder devem ser consideradas, principalmente, pelo fato de a morte se tornar uma garantia de territórios ou de manutenção de poder. Algo foi constatado na fala dos entrevistados, os quais apontavam as características físicas das vítimas dos grupos milicianos.

São nos espaços periféricos que pode-se, também, enxergar a política da morte em um contexto mais geográfico, é o território sobre o espaço e o poder. Acerca da ação do Estado, percebe-se que quase sempre as intervenções da polícia definem locais considerados como áreas de desequilíbrio da ordem ou fora dos padrões normais de comportamento de uma sociedade civilizada. Nesse sentido, a periferia apresenta uma população perigosa e ameaçadora, a eliminação desse grupo social é justificável, são negros, pobres e perigosos, pois constituem uma rede de delinquentes.

O questionário abordou também sobre a relação entre milícias e narcotráfico, em que se perguntou no questionário se os entrevistados acham que há alguma relação entre os dois grupos, ou seja, milicianos e narcotraficantes e obteve-se seguinte resultado:

Gráfico 2- Relação entre milícias e narcotráfico segundo as entrevistas com os moradores dos bairros pesquisados



Fonte: Couto (2016).

Como resultado das entrevistas com os moradores dos bairros pesquisados, registrou-se que: 72% das pessoas acreditam que há relação entre as milícias e o narcotráfico, sendo que, 12% disseram que não há relação entre os dois grupos e alguns afirmaram que são grupos que agem de forma distinta e com interesses adversos, por fim, 16% não souberam responder tal questão, e, portanto, não opinaram sobre o tema.

O que de fato fica evidente é que:

A dominação das milícias se dá por meio de monitoramento e controle permanente sobre a comunidade, de modo que qualquer iniciativa está sempre sujeita à deliberação e aos interesses do grupo dominante. Isso implica mecanismos de coação da população, incluindo a coação armada, ainda que de forma mais velada que a do tráfico. Com isso, o morador não fica totalmente livre do convívio com armas de fogo em suas ruas, embora sua exposição seja menos ostensiva (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008, p. 17-20).

Foi o que ficou comprovado com as várias conversas durante os trabalhos de campo. A população da periferia de Belém é enfática em reconhecer que a milícia impõe uma relação de poder que intimida traficantes, “aviãozinhos”, pequenos assaltantes e moradores de maneira geral na periferia, como também, prestam serviços para agiotas e comerciantes.

A violência urbana, a partir da influência das narcomilícias, ganha uma relação de forma-conteúdo, a qual passa pelo racismo, em que há uma espécie de estigmatização do morador da periferia, ao mesmo tempo em que lhe é imposta também a condição de marginal e de “matável”. Os jovens da periferia que apresentam o estereótipo, o qual se enquadra naquilo que a milícia e a polícia interpretam como alguma forma de relação com as redes criminosas são duramente perseguidos e assassinados, tornando-se assim, corpos supliciados como resultado de uma disciplinarização.

Tem-se, desse modo, uma ação extremamente racista por parte do Estado, da polícia, dos milicianos e da própria sociedade, que aceita com naturalidade o extermínio da juventude negra da periferia. Nestes termos, a análise Foucaultiana sobre o racismo também apresenta outro lado, que segundo ele, tem uma segunda função, pois permite uma relação positiva. Ou seja, “quanto mais você mata, mais você fará morrer”, ou “quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá”. Em outros termos, segundo Foucault (1999, p. 305), “se você quiser viver, é

preciso você fazer morrer, é preciso que você possa matar”. Nesse contexto, temos uma relação que não foi inventada nem pelo racismo, nem pelo Estado moderno, pois se trata de uma relação guerreira na qual “para viver, é preciso que você massacre seus inimigos”.

Mas o racismo faz justamente funcionar, faz atuar essa relação de tipo guerreiro "se você quer viver, é preciso que o outro morra" - de uma maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder. De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: "quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação a espécie, mais eu - não enquanto indivíduo mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar" (FOUCAULT, 1999, p. 305).

Um passo importante foi dado a partir da perspectiva de Michel Foucault, para que seja possível ter uma noção mais precisa sobre as formas de racismo que o Estado moderno ainda mantém. Visualizando as formas de organização dos espaços, na distribuição dos serviços e nos tratamentos em termos de segurança pública, prevalece, ainda, uma biopolítica que tenta separar as espécies. E até mesmo as ações ou operações da polícia sobre as periferias de Belém são justificadas pela necessidade de matar para que os outros vivam, mas quem são os outros? A elite branca que habita os condomínios fechados das áreas nobres e mais centrais de Belém.

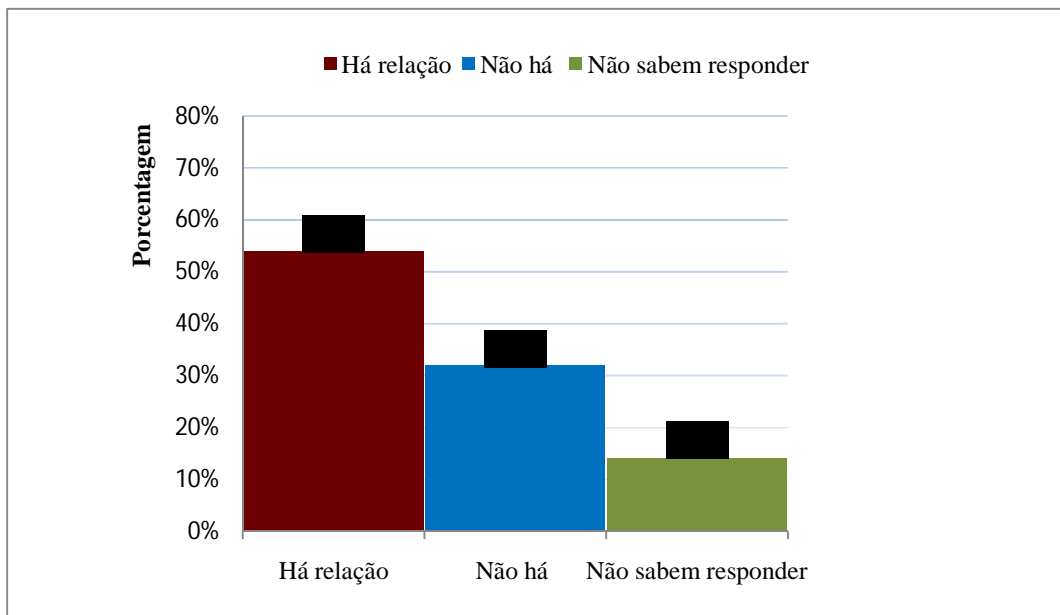
Nestes termos, para Foucault (1999, p. 306),

[...] Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. Esse, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassino direto, mas também tudo o que pode ser assassino indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.

O gráfico a seguir apresenta o resultado das entrevistas com os moradores dos bairros que foram pesquisados, em que se fez a seguinte pergunta: para você, há relação entre as mortes na periferia com características de execução com as ações das milícias? Este questionamento durante as entrevistas teve como objetivo

ter uma análise sobre a interpretação que os moradores têm em relação às ondas de assassinatos em Belém.

Gráfico 3 – Relação dos homicídios na periferia de Belém com as ações das milícias segundo os entrevistados



Fonte: Couto (2016).

Como resultado das entrevistas, a maioria das pessoas entrevistadas acredita que há uma relação entre os homicídios e as ações de milícias, ou seja, esse percentual corresponde a 54% do total de entrevistados, por outro lado, 32% responderam não haver relação e 14% não sabem responder a tal questionamento levantado pela pesquisa.

Misse (2006) afirma que não se pode imaginar que a polícia vá resolver sozinha um problema dessa magnitude. Pensa-se que o problema da chamada violência urbana é um problema exclusivamente policial, pois não é; não é também um problema só de segurança pública, é um problema que inclui inúmeros fatores. Pode-se citar alguns como: educação de qualidade, incentivo à educação formal, acompanhamento social às famílias desestruturadas das periferias das cidades, projetos sociais de lazer, esporte e teatro, projetos de construção de cidadania, oportunidades de qualificação profissional, infraestrutura urbana adequada, dentre outros.

Os constantes homicídios que vêm ocorrendo na região metropolitana de Belém e que estão fortemente concentrados em suas periferias são sinais de

movimentos urbanos que se consolidaram nas últimas décadas, podendo-se atribuir ao narcotráfico um papel preponderante na configuração dessas novas estruturas de poder e de conflitos sociais.

A grande questão é: como enxergar um inimigo que está dentro da própria estrutura institucional? Este talvez seja o maior desafio do estado moderno no século XXI, de modo que enquanto esta questão fique sem resposta, tem-se que persistir para continuar convivendo com a dura realidade da violência urbana.

Por fim, as milícias ou narcomilícias – enquanto um fenômeno social urbano que também constitui processos de territorialização, sobretudo, considerando a crise do sistema de segurança pública – mostram-se como uma forma de poder que tem um duplo papel, pois atuam em duas frentes de intervenção na periferia da metrópole; de um lado ela atua ao lado do Estado através das polícias e, de outro, ela atua compactuando com as redes do narcotráfico em Belém.

6.4 O direito soberano de matar: do mapa do extermínio aos territórios sobrepostos do narcotráfico em Belém

Para finalizar esta tese, achou-se pertinente abordar questões que possam relacionar a sobreposição dos territórios com os conflitos que levam à expansão do fenômeno da violência urbana em Belém. Todavia, é importante ressaltar que se trata de uma conjuntura na qual prevalece, na maioria das vezes, uma lógica racista em que a morte passa a ter um significado político, e na análise feita aqui, ela representa também uma forma de disciplinarização dos territórios. Mais ainda, a “política da morte” deixa explícita a divergência de interesses sobre o seu uso.

Pode-se falar, então, em uma necropolítica que também se associa ao racismo. A necropolítica é o termo emprestado aqui pelo historiador e Cientista Político Camaronês, Achille Mbembe (2006), que foi influenciado pelas obras de Michel Foucault sobre a biopolítica.

Nos estudos de Mbembe, os quais têm como referência o continente africano, é perceptível uma espécie de intervenção geopolítica da Europa sobre a África, tendo o racismo como base fundamental da ocupação e dominação dos territórios, utilizando-se do discurso da superioridade racial, que dividia claramente a espécie humana, destacando que:

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que sendo do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder (FOUCAULT, 1999, p. 304-305).

A realidade da metrópole de Belém apresenta uma organização espacial fragmentada e subdividida, resultado dos mecanismos de governamentalidade do espaço, os quais surgem com os projetos de modernização urbana na qual a segregação espacial definiu-se a partir de topografias socioraciais, caracterizando-se enquanto um biopoder que produz de forma calculada e otimizada a gestão da vida, o que leva uma parte da população à condição de sujeitos matáveis. Nestes termos, o necropoder dá ênfase à primazia da morte que vai aparecer como estratégia de exercício do poder, sobretudo direcionado para os territórios em que se encontram as populações tidas como ameaças latentes, ou seja, são intervenções direcionadas para as periferias da metrópole.

De acordo com o relatório apresentado pelo Atlas da Violência de 2017, de cada 100 pessoas que são assassinadas no Brasil, 71 são negras e os jovens negros do sexo masculino continuam sendo a maioria das vítimas de homicídios. São em grande medida jovens de faixa etária entre 14 a 29 anos, pretos ou pardos (em menor grau), pobres com uma renda de até dois salários mínimos. O Atlas da Violência 2017 também revela que homens negros e com baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no País e que a população negra corresponde a maioria, com 78,9% dos 10% dos indivíduos com mais chances de morrer.

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção Pará) apresentou, no final do de 2017, o Relatório da Situação dos Casos de Chacinas e Extermínio de Jovens Negros no estado do Pará, no qual foi realizada uma breve análise conjuntural dos casos de chacinas destacando que a violência contra jovens negros no Pará não se trata de um fenômeno recente e remonta aos processos históricos de ocupação do território paraense.

De acordo com o relatório da OAB:

Nos estudos feitos no Pará percebe-se duas dimensões nefastas do fenômeno da morte de jovens negros e pobres. A primeira evidencia-se pelo discurso de legitimação dos assassinos e pela criminalização das vítimas, tidas sempre como “vagabundos”, “devedor”, “maconheiro” ou “com passagem”, este discurso sintetizado na expressão “bandido bom é bandido morto” é martelado diariamente por jornalistas e veículos de comunicação na imprensa escrita, falada e televisionada de forma que se tornou um mantra já assimilado por grande parte da população, inclusive pela população que está sujeita a estes matadores (RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DOS CASOS DE CHACINAS E EXTERMÍNIO DE JOVENS NEGROS NO PARÁ - OAB, 2017, p. 07).

Sobre a política de extermínio, Mbembe (2006) faz uma leitura da morte política como trabalho e define a soberania como o direito de matar. O argumento dele relaciona a noção foucaultiana de biopoder a outros dois conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. O autor examina os caminhos nos quais o Estado de exceção estabelece uma relação íntima com as regras básicas do direito de matar. Segundo ele, em tais situações, o poder (que não é necessariamente um poder estatal) faz referência contínua e invoca a exceção e a urgência, a qual é uma noção “fictícia” do inimigo. Também trabalha para produzir a mesma exceção, urgência e inimigos fictícios.

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar segregando pessoas que devem morrer daquelas que devem viver. Dado que opera na base de uma divisão entre os vivos e os mortos, esse poder é definido em relação ao campo biológico, que assume o controle no qual está inserido. Este controle pressupõe a distribuição das espécies humanas em diferentes grupos, a subdivisão dos subgrupos da população e o estabelecimento de uma ruptura biológica entre sí. É aquilo que Foucault refere-se a um termo aparentemente familiar: o racismo (MBEMBE, 2006, p. 21-22).

O autor ressaltava que o racismo tem um lugar tão importante na racionalidade própria do biopoder, que é fácil de entender. Afinal de contas, ao invés de pensar em termos de classes sociais (ideologia que define a história como uma luta de classes econômicas), a raça constituiu-se como uma sombra presente sobre o pensamento e a prática das políticas ocidentais, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade dos povos estrangeiros e a dominação a ser exercida por eles

Para Mbembe (2006, p. 23):

O racismo é, em termos de Foucault, principalmente uma tecnologia que visa permitir o exercício do biopoder, 'o velho direito soberano para matar'. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte, possibilitando as funções assassinas do Estado. E, diz ele, a condição de aceitabilidade de matar.

Na tese aqui apresentada, foi possível reconhecer dois elementos fundamentais da organização dos territórios e que têm como pano de fundo o narcotráfico. O primeiro foi a definição dos territórios a partir de microrrelações que se estendem para uma escala mais ampla. O segundo foi a política da morte, a qual surge como afirmação do domínio dos territórios ou o poder sobre eles. Sobre o segundo caso, a política da morte, Foucault (1979, p. 305) destaca que: “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), e o que vai deixar a vida em geral mais sadia; e mais pura”.

São estes elementos que são incorporados às ações da polícia e das milícias ou narcomilícias como se definiu aqui, visto que a morte de pretos, pobres e favelados, associados ao tráfico de drogas nas periferias da grande Belém, é justificada pela necessidade de uma “higienização social”, na qual os delinquentes eliminados são as garantias de sobrevivência e segurança de uma raça branca superior abastada.

No entanto, há uma contradição nestas ações, na medida em que milicianos que matam para manter benefícios do narcotráfico na periferia são os mesmos que dão garantias de controle e regulação da população enquanto espécie. Por esta razão, compreende-se, também, que a morte do outro, nesse caso, não garante apenas a sobrevivência do outro, mas também garante a manutenção do poder na regulação dos territórios.

Sobre a organização do Estado, Mbembe (2006) diz ter sido firmada uma completa fusão entre a guerra e a política (mas uma fusão também do racismo, homicídio e suicídio). Na medida em que não se pode distinguir uma da outra, isto era uma característica única do Estado nazista: a percepção da existência do outro como atentando à própria vida, como ameaça mortal ou um perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial de vida e de segurança.

Eu tenho, creio eu, um dos numerosos imaginários da própria soberania próprios, tanto da primeira, quanto da última modernidade. O reconhecimento desta percepção funda em grande medida a maioria das críticas tradicionais da modernidade, e se dirige ao niilismo e a sua proclamação da vontade de poder como essência do ser, a reificação entendida como o tornar-objeto do ser humano a subordinação de cada coisa para uma esfera impessoal da lógica e cálculo da racionalidade instrumental (MBEMBE, 2006, p. 24).

Assim, a política do Estado define-se por uma concepção da guerra por excelência, pois ele pode definir quem deve morrer e quem não deve. Deste modo, o poder soberano caracteriza-se por sua vontade e capacidade de matar para que outra pessoa viva.

Nesse sentido, é importante verificar o significado real do racismo para o exercício do poder, sobretudo quando esse poder é condição utilizada para definir quem deve morrer ou exercer o direito de poder matar. Esse mecanismo lembra bem o direito soberano de matar.

Nestes termos,

[...] Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. Esse, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. E claro, por tirar a vida não entendendo simplesmente o assassino direto, mas também tudo o que pode ser assassino indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 306).

Em meio a esta perspectiva, o direito soberano de matar, ou o poder soberano ainda existente, complementa a biopolítica legitimando, sobretudo, as guerras, bem como os processos de colonização. Numa escala metropolitana para tratar de Belém, o velho direito soberano de matar aparece enquanto guerras, justificadas a partir das intervenções da polícia.

Sobre esta legitimidade da guerra, Mbembe (2006) esclarece que uma guerra legítima é, em grande medida, uma guerra conduzida por um Estado contra o outro, ou de forma mais precisa, uma guerra entre Estados-Membros “civilizados”. Assim, a centralidade do estado na racionalidade da guerra deriva da ideia de que o Estado é o modelo da unidade política, um princípio de organização racional, a encarnação da ideia universal e um sinal de moralidade. O combate ao narcotráfico é tratado enquanto uma guerra legítima, tendo em vista que é uma guerra contra o

narcotráfico na periferia, ou seja, aonde se concentra uma população sob ameaça constante da morte, morte legitimada pelo Estado, pela sociedade e pela mídia com seus discursos estigmatizadores e preconceituosos, onde, também, o narcotráfico passa a ser tratado como uma espécie de “poder paralelo”²⁴ que precisa ser enfrentado justificando, portanto toda e qualquer ação violenta contra a população.

Imagem 2 – Polícia prende 14 traficantes por dia



Fonte: O Liberal (7 jan/2016).

²⁴O termo “poder paralelo” significa organização política com poderes que se assemelham ou se aproximam ao poder do Estado. Contudo, esta definição vem sendo questionada em função de várias atividades paralelas manterem relações interinstitucionais com o próprio Estado, deixando nesse caso, de serem paralelas.

No caso da matéria deste jornal que trata da “guerra ao tráfico”, a morte torna-se “positiva”, pois ela é a garantia de sobrevivência dos que estão fora destes espaços, porém, sob a ameaça constante dos delinquentes da periferia. Há uma generalização no que diz respeito à informação sobre o tráfico de drogas, pois todos tornam-se narcotraficantes mesmo fazendo parte do baixo escalão das redes, há um equívoco nessas definições, pois elas desconsideram a hierarquia existente nas redes. Assim como, todos os jovens negros da periferia tornam-se suspeitos de serem criminosos em potencial, tem-se então, um “apartheid” social urbano que criminaliza os espaços periféricos.

As operações da polícia refletem sobre uma massa que está no meio das repressões violentas do estado, inclusive na biopolítica presente no planejamento urbano que criou espaços segregados sujeitos ao controle do narcotráfico, onde surgem redes da economia do crime, espaços sujeitos, também, às intervenções dos grupos de extermínio ou milícias, constituindo-se, assim, uma necropolítica motivada pelo próprio Estado. Tem-se, nesse sentido, uma sobreposição de poderes e de territórios que aparece como o âmago dos conflitos urbanos em Belém. Em vista disto, a morte é resultado de um necropoder imposto pelo narcotráfico, pelas narcomilícias e pelo próprio Estado, na busca de legitimação no controle dos territórios.

Quando se trata da análise de mortes com características de execução, que definem o a necropolítica e o necropoder proposto por Mbembe (2006), a abordagem metodológica da tese precisa ser esclarecida, pois algumas questões importantes surgem como reflexões críticas acerca do tratamento dos dados que foram coletados, a fim de se evitar alguns equívocos na apresentação dos resultados.

Em primeiro lugar, em se tratando de uma pesquisa na qual o objeto de investigação é emblemático, nesse caso, o narcotráfico, torna-se impossível fazer análise apenas dos dados estatísticos da SEGUP-PA. Eles foram tratados de forma minuciosa, pois são dados que carecem de investigação, pois os homicídios com características de execução que foram computados podem, ou não, ter algum tipo de relação com o narcotráfico.

Em segundo lugar, pesquisas que abordam este tema carecem de um campo aprofundado, não realizado em pouco tempo, pois se precisa ganhar a confiança dos sujeitos da pesquisa e isso só vem a partir da criação de uma rede de

confiabilidade que possa trazer informações reais do cotidiano dos moradores nesses bairros. Visto que, algumas pesquisas que vêm sendo realizadas de forma equivocada sobre os “territórios da violência” em Belém colocam a violência como sujeito da ação, porém, não é a violência que cria territórios, e sim os sujeitos que, por meio da violência, se territorializam, sobretudo, considerando-se, segundo Foucault (2008), as micro relações de poder.

Em terceiro lugar, é importante ter a noção de que os principais sujeitos da pesquisa estão sob a influência direta ou indiretamente do narcotráfico, na medida em que estão em seu domínio territorial. Portanto, é evidente que a fala de cada um apresenta um direcionamento diferente enquanto respostas. Tendo em vista que, houve aqueles que em função de fazerem parte das redes, se apresentaram enquanto vítimas, ou então engrandeceram a sua participação nas redes do crime, exaltando, por exemplo, as relações de poder por eles constituídas e projetadas nos bairros.

Por fim, há as informações coletadas nos registros oficiais, nos quais há uma clara intenção em atribuir ao narcotráfico a responsabilidade pela maioria das mortes com características de execução em Belém. É óbvio que existem equívocos em relação a estas afirmações, que evitam atribuir aos grupos de extermínio a responsabilidade por tais atos, mas há de se considerar também as relações indiretas destas mortes com o narcotráfico, ou então, é preciso considerar as ações das narcomilícias, visto que o termo milícia só aparece nos registros oficiais a partir de 2014. Portanto, o propósito aqui foi mais espacializar e representar cartograficamente estas manchas de homicídios, a fim de relacionar com os territórios definidos pelas redes do narcotráfico na metrópole e, principalmente, ter a compreensão de como funciona a necropolítica.

Somando-se a isso, achou-se pertinente verificar como estão distribuídas espacialmente as mortes em Belém, onde se constatou, em grande medida, que elas se concentram nas áreas que representam os territórios sobrepostos, definidos, nesse sentido, em zonas e em redes. A necropolítica, ou a política da morte, é resultado de uma disputa por territórios ou demonstração de poder e afirma-se, ainda, que os jovens da periferia, em sua maioria negros em situação de vulnerabilidade social, estão constantemente sob a mira dos revólveres de milicianos e sob o assédio constante de narcotraficantes, mais ainda, estão diante de uma

constante precarização da vida que os condiciona à categoria de matáveis, precarização e condição impostas pelo próprio Estado.

As estatísticas sobre violência no Brasil, de 2013 a 2016, apresentadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), colocam a metrópole de Belém na condição de uma das capitais mais violentas do Brasil sempre variando à sua colocação, mas se mantendo entre as dez capitais que mais possuem índices de homicídios intencionais.

Nesse sentido, deve-se atentar para algumas pesquisas que produzem um “saber” que é resultado da análise de dados estatísticos, pois esta forma de apropriação da informação contribui muito mais para uma banalização dos estudos sobre violência, em que nega os fatos da origem desse fenômeno na metrópole, como também, torna-se um “saber” que é apropriado pelo Estado e utilizado nas suas formas de repressão. Dessa maneira, surge, então, uma “sociedade de segurança” ou uma “sociedade biopolítica”, como é denominada por Foucault (2008) em sua obra “Segurança, Território e População”.

Logo, o Estado, com sua política de segurança, impõe uma ação que tem como base o “poder sobre a vida”, na ação sobre o homem, não enquanto corpo, como se fazia na sociedade disciplinar, agora a ação é sobre o homem enquanto espécie, enquanto “população”. Faz-se presente nestes termos a governamentalidade do estado sobre o seu território, partindo do princípio de que ela se define como:

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer uma forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Ao abordar acerca do Estado e seus modelos de intervenção sobre a sociedade, tratando-se de dispositivos de segurança, deve-se considerar que, para Foucault (2008, p. 144), o Estado foi gradativamente “governamentalizado”, conduzido à preeminência de um “tipo de poder que podemos chamar de governo” (ou governo) que se impõe “sobre todos os outros – soberania, disciplina”. Na sociedade biopolítica ou de segurança, antes de tudo, na relação poder-espaco, de exercer o controle dos fluxos, da circulação, não do homem enquanto indivíduo ou

corpo, mas do homem enquanto espécie – visando assim o controle da “população”, em suas múltiplas modalidades – o que inclui o próprio discurso do eugenismo e do racismo.

Tem-se, então, uma população “confinada” em seu espaço, vigiada e punida, mediante à presença de um biopoder representado, segundo Foucault (2008), por um Estado “governamental” ou “governamentalizado”, o qual se direciona para o território, mas, também, para a população, exercendo o controle social por meio dos dispositivos de segurança.

Esse confinamento vem por intermédio de um Estado que mata e também contribui para uma necropolítica e, em Belém, vem se manifestando através dos extermínios nas periferias, lugares em que há uma lógica de sobreposição de poderes e territorialidades, no qual a análise aqui destaca o sentido real dos conflitos demonstrando que o Estado, o narcotráfico e as milícias se complementam nessa relação, pois a morte se torna, então, uma categoria política na busca do controle dos territórios e da população.

Contudo, faz-se necessário uma breve explanação acerca dos homicídios ou das mortes violentas com características de execução em Belém, destacando a partir do ponto de vista empírico os fatores que contribuem para esta espacialização. Atenta-se, então, para todas as relações conflituosas que fazem parte do cotidiano da periferia de Belém a partir dos olhares do narcotráfico, dos grupos de extermínio ou milícias e a partir do olhar do próprio Estado, destacam-se assim:

Em primeiro lugar, destaca-se a dívida com o narcotráfico, uma vez que o sujeito recebe a “mercadoria” para que seja comercializada em sua área, entretanto, deve-se pagar a droga para o seu fornecedor, ou seja, o traficante que se encarrega de abastecer o bairro. Caso esta dívida não seja paga, a sua morte ou execução deve ocorrer para que seja interpretada pelos outros como uma forma de punição e exemplo, para quem receber a droga deste mesmo fornecedor não cometer o mesmo erro, quando isso ocorre, os soldados do tráfico entram em ação.

Em segundo destaque, está a dívida em relação ao consumo de cocaína (pó, pasta ou crack), em que uma pessoa viciada em drogas pode endividar-se no comércio de entorpecentes e não conseguir efetuar o pagamento de suas pendências com a “boca”. Por esse motivo, ele está sujeito às formas de punição e castigo que são impostas pelo narcotráfico, em que a lei mais geral é a pena de morte, ou seja, a sua execução da vítima. Nesse caso, a morte do consumidor que

adquiriu dívidas com o tráfico torna-se uma tecnologia de poder imposta para se ter o domínio do território, caracterizando-se enquanto um necropoder, de acordo com Mbembe (2006).

Em terceiro lugar, outra forma de se enxergar a espacialização das mortes em Belém, sobretudo aquelas com características de execução, foco da análise aqui, é a partir do que se define como “endividamento pelo narcotráfico”, tendo em vista que o trocadilho é proposital por se tratar de uma relação que envolve a prática de extorsão de traficantes por policiais corruptos ou milicianos. Pois, quando traficantes, “aviãozinhos” e assaltantes se negam a pagar a propina ou o “acerto”²⁵, as suas mortes tornam-se uma política de intimidação e de manutenção do controle exercido por milicianos em relação às bocas e pontos de venda de drogas na periferia, o mesmo vale para os policiais corruptos que vêem benefícios econômicos com a venda da droga. Desse modo, são forjados conflitos ou encontros por parte dos sujeitos do tráfico para poder justificar a morte dos mesmos, sendo visto um necropoder estabelecido por quem tem o “direto soberano de matar” (FOUCAULT, 2008), legítimo e inquestionável, pois a polícia é um braço armado do Estado e como eliminam-se sujeitos considerados “matáveis”, a morte vira uma regra do jogo.

Em quarto lugar, têm-se os conflitos territoriais envolvendo os grupos ou facções do narcotráfico. Haja vista que estes conflitos se tornam inevitáveis, pois representam a disputa pelo uso do território e pelo controle do mercado da droga. Os grupos, ou facções do narcotráfico em Belém, buscam se firmar, enquanto organizações criminosas que mantêm relações com facções de outros estados a exemplo do PCC (São Paulo), CV (Rio de Janeiro) e FDN (Amazonas), buscam também expandir seus territórios e suas influências. Logo, diversas formas de reprodução da violência são manifestadas, sobretudo na periferia.

Na metrópole de Belém, um caso singular, talvez seja, o fato de que os bairros onde o narcotráfico está territorializado – do ponto de vista de sua presença “político-econômica” e “simbólico-cultural” (HAESABERT, 2004) – são os mesmos que nos anos de 1990 apresentavam várias gangues de rua que rivalizavam no espaço urbano de Belém, e hoje, a rivalidade em alguns bairros se dá em função do narcotráfico. É preciso lembrar que alguns “patrões do tráfico” são ex-integrantes

²⁵O termo acerto é utilizado popularmente na periferia para fazer referência ao pagamento de algum tipo de propina aos policiais corruptos. Logo, propina e acerto na linguagem do crime têm o mesmo sentido.

dessas gangues, e nesse contexto, torna-se pertinente o controle do bairro para que se possa ter também o controle do mercado de vendas da droga. Assim, seja na Terra Firme, Guamá, Jurunas ou Cabanagem, o narcotráfico terá sempre um olhar empreendedor em busca do lucro e inserção de pessoas nas redes e isso se dá diante de uma lógica racional, na qual a possibilidade de lucro supera a possibilidade de risco.

Finalmente, têm-se as questões que envolvem as “leis internas” do narcotráfico como, por exemplo, assaltos aos apadrinhados, aos parentes dos traficantes e aos moradores dos territórios. Tendo vista que estas ações de assaltantes colocam sobre risco o esquema da venda da droga, elas atraem a atenção da polícia e colocam os moradores contra o narcotráfico. Assim, torna-se necessário para o tráfico manter este controle e vigilância, e, portanto, os ladrões que chamam a atenção da polícia, tirando o sossego dos vizinhos, são punidos com a morte. Isto corresponde a uma relação paternalista que alguns traficantes exercem em suas áreas de controle, buscando ter apoio da população que passa a vê-los como “protetores”.

Destaca-se, também, que o chamado X-9²⁶ é outro sujeito que se enquadra na categoria dos que devem ser eliminados através da morte, pois ele se encarrega de entregar a “boca” e todo o esquema de funcionamento interno do narcotráfico no bairro. Devido a isso, a sua morte, ordenada pelo comando do tráfico, passa a ter um efeito político sobre todos os moradores que enxergam, a partir de então, tal atitude como uma demonstração de poder e alerta de que estão sendo vigiados.

Vale lembrar que existem outros tipos de homicídios que podem ser relacionados ao narcotráfico, a exemplo do latrocínio, que se define enquanto o roubo seguido de morte, pois existem casos em que os assassinos estão sobre o efeito de drogas e às vezes o objeto roubado é utilizado para pagar dívida com a “boca”, ou então, serve como moeda de troca no mercado da droga. Tem-se, também, os conflitos entre os sujeitos do tráfico e a polícia, quando as operações policiais na periferia levam algumas vezes ao enfretamento por parte do tráfico, gerando um conflito que deixa vítima.

²⁶ X-9 é termo designado a qualquer pessoa que possa vir a denunciar o esquema do tráfico de drogas, apontando para a polícia quem são os “aviãozinhos”, traficantes, etc. Eles podem, também, apontar o local de funcionamento da “boca”, e assim, o X-9 pode ser qualquer pessoa, desde um morador comum até uma pessoa viciada em drogas que venha a ser flagrada pela polícia portando drogas.

Alguns pesquisadores que se dedicam ao tema da violência urbana em Belém apresentam a afirmação de que o aumento dos homicídios obedece a uma tendência natural, acompanhando o crescimento da violência em todo o Brasil, e, portanto, não se deve atribuir ao narcotráfico o aumento destes índices. Inclusive, para alguns pesquisadores, os homicídios em Belém se definem enquanto crimes passionais praticados por pessoas que perdem o controle de suas ações e matam por traição, vingança, ciúmes, etc. Trata-se de uma argumentação equivocada pela falta de uma pesquisa de campo aprofundada, retirando, de certa forma, a responsabilidade do Estado sobre a necropolítica.

É preciso lembrar que, no Brasil, ocorreu um aumento no consumo de cocaína, de acordo com os dados apresentados pelo (UNODC, 2015). O relatório também destaca que o país tem uma tendência a superar o consumo nos EUA com uma média que é quatro vezes maior do que a mundial. Além disso, o Brasil tornou-se o maior centro de distribuição dessa droga no mundo na última década, pois ele desempenha um papel importante no mercado global de cocaína como um país de trânsito, inclusive citado por 56 países como local de saída da droga.

Acredita-se que é preciso correlacionar este dado com o aumento de homicídios no Brasil, e deixar de fora esta possibilidade é negligenciar um dado recente sobre o narcotráfico no mundo e seus efeitos sobre o território nacional. Também, há de se considerar que as regiões não são homogêneas e, ao falar sobre a Amazônia, faz-se necessário destacar o seu caráter singular ao tratar do narcotráfico, já que os principais produtores de cocaína (Bolívia, Colômbia e Peru) se encontram na região transfrotreiriça.

Problemáticas como estas apresentadas justificam todo e qualquer tipo de ação violenta do Estado e seu poder soberano, em nome da normalidade, segurança e regulação, dá-se ao Estado, então, o direito de matar. Foucault (1988) destaca que foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que os regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. Por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais a tecnologia das guerras voltou-se para a destruição exaustiva, mais as decisões que as iniciam e as encerram ordenaram-se em função da questão nua e crua da sobrevivência.

As operações da polícia na periferia de Belém se apresentam enquanto uma guerra declarada ao crime e, nestas condições, as perseguições, prisões e mortes são justificadas pela necessidade de manter a segurança da população, e todos os

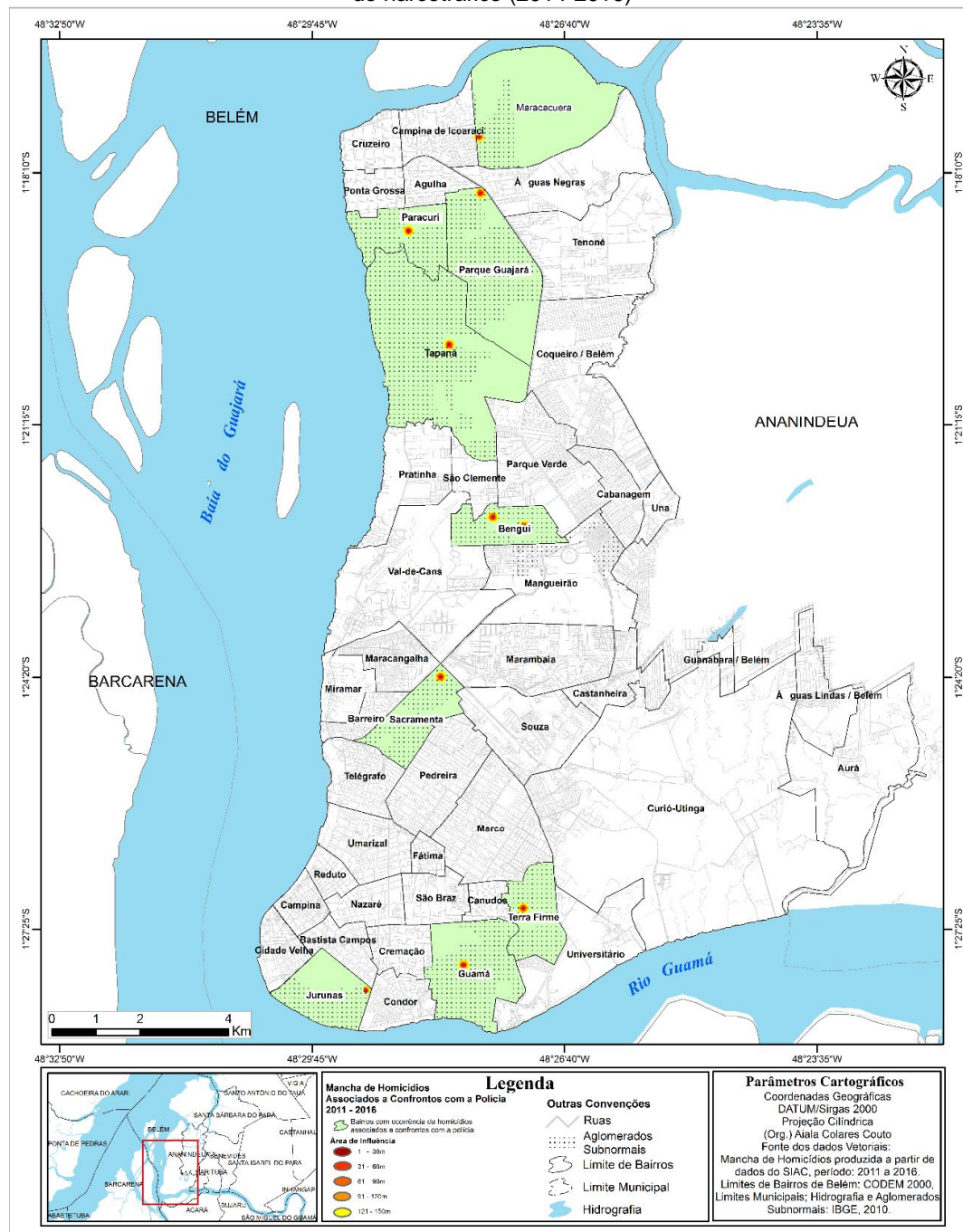
jovens negros dos bairros que sofrem estas intervenções são considerados culpados antes mesmo de serem suspeitos de um crime e, dessa maneira, o exercício do poder do Estado assume a função de gestor da vida.

O mapa a seguir (Mapa 8) corresponde à representação espacial na qual se apontam os bairros onde ocorreram assassinatos com características de execução, aqueles associados ao confronto com o Estado, representado pela polícia. Destaca-se que foram avaliados registros do período de 2011 a 2016, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Investigação e Análise Criminal (SIAC).

Por outro lado, esta estatística não indica o número real das mortes de “criminosos” em confrontos com policiais. Eles consideram apenas aqueles registrados oficialmente e, portanto, a intenção aqui foi mais de espacializar esse tipo de homicídio, de modo que se possa construir uma noção da localização das áreas em que se encontram populações vulneráveis. Trata-se, ainda, de bairros em que há uma forte presença do narcotráfico territorializado, ou seja, carregam consigo um forte estigma e preconceito por serem periféricos e pobres.

As operações policiais feitas sobre eles sempre justificaram a morte e a prisão de delinquentes e marginais. Por esta razão, a morte na periferia é aceitável e não choca a opinião pública, pois ela faz parte de uma tecnologia de poder do Estado, em que a polícia é, nesse sentido, o poder soberano que carrega consigo o direito de mata; é o poder sobre a vida, ou mais ainda, um biopoder que torna os corpos vazios.

Mapa 8 – Mancha de homicídios associados a confrontos com a Polícia nos bairros com a presença do narcotráfico (2014-2016)



Fonte: SIAC (2016), adaptado de Couto (2016).

Verifica-se que a ocorrência dos homicídios com características de execução, os quais se associam ao conflito com a polícia, estão concentrados em alguns pontos dos bairros destacados e apenas o bairro do Benguí apresenta dois pontos de localização dessas evidências em seu espaço. Todavia, o mapa acima identifica,

também, os “aglomerados subnormais”, segundo o IBGE, ressaltando que não se concorda com esta definição, mas, ela tornou-se pertinente para a compreensão da relação entre as mortes e a precarização, visto que elas ocorrem em áreas de concentração espacial da pobreza, destacando que os pobres estão condenados à construção de um imaginário que os coloca como delinquentes e criminosos estampados nas manchetes dos jornais policiais.

Imagem 3 – Facção leva a pior em guerra com a PM



Fonte: Jornal O Liberal (25 ago/ 2016).

O jornal acima (Imagem 3) exalta a guerra do Estado contra uma facção criminosa, o que significa justificar todo e qualquer tipo de extermínio que possa ocorrer em função do Estado estar enfrentando inimigos que colocam sob a ameaça a segurança da “população”. Para Foucault (2010), é característica a tática do que poderia chamar-se de “contranoticiário policial”. Ele destaca que, para os jornais

populares, o importante era transformar o uso que se dava aos crimes – ou aos processos nos jornais – que se alimentam de sangue e de prisão e fazem representar todo dia um repertório de melodrama. Pois, “estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 180).

Torna-se salutar para os policiais, segundo Foucault (2010), apresentá-los como bem próximos, presentes em toda parte e em toda parte temíveis. É a função do noticiário policial que invade parte da imprensa e começa a ter seus próprios jornais. A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade.

Imagem 4 – Executado no meio da rua com 7 tiros



Fonte: Jornal Amazônia (29 mar.2016).

Imagem 5– Homem executado com nove tiros na Cabanagem



Fonte: Jornal Amazônia (9 jun. 2016).

As imagens 4 e 5 acima, recortadas de um jornal de grande circulação em Belém, evidenciam com destaque os extermínios que ocorreram no bairro da Cabanagem, na periferia de Belém. Este bairro apresenta problemas relacionados ao narcotráfico, à atuação de milícias e a presença precária do Estado. Cria-se, assim, uma espécie de “re-encantamento do mal” (ZALUAR, 1996) na produção da própria manchete jornalística com um teor sensacionalista e, ao mesmo tempo, defensor das ações violentas de repressão do Estado.

É interessante que as chamadas dão atenção para a quantidade de tiros que as vítimas sofreram e ainda informa que uma delas havia acabado de sair de uma “boca” de fumo no momento em que foi perseguida e assassinada, relacionando o crime ao narcotráfico. Inclusive, isso exclui outras possibilidades que possam ter levado ao assassinato do jovem. De acordo com Foucault (1979), trata-se de mostrar que o infrator existia antes do crime. A psicologia foi (e ainda é) cúmplice na criação de uma etologia das classes perigosas. O ato foi julgado e o infrator punido,

mas o delinquente carrega o crime consigo, ele nunca está completamente curado, carregará sempre esta mancha. A delinquência estabelece ainda um lugar imprescindível para a economia e a forma de vida atual. Não há espaço para desperdício, não há fora, não é possível o degredo. A nova moral é “tolerante” o bastante para subordinar aqueles que não se enquadram.

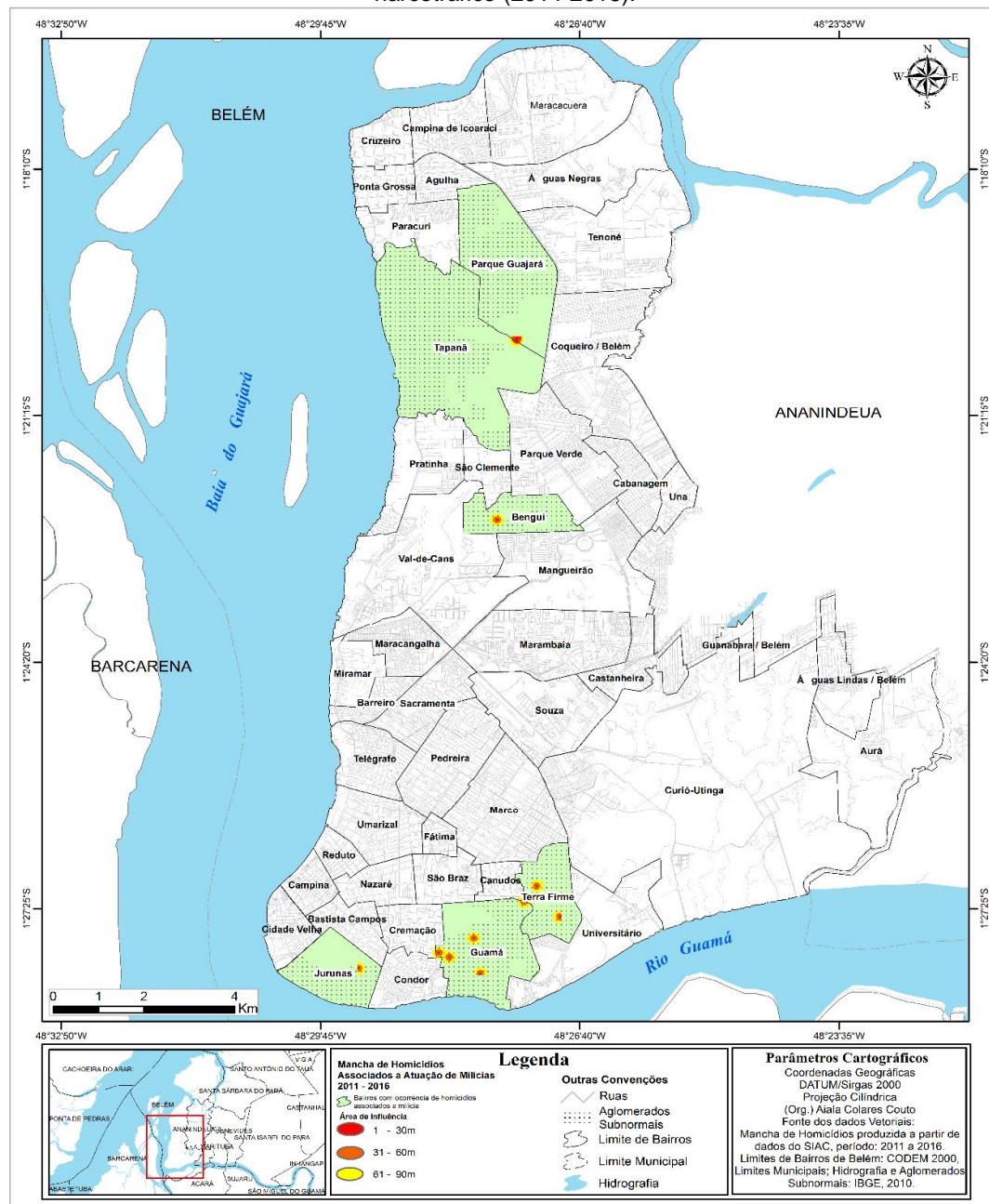
Com efeito, a mídia torna mais matável aqueles que de alguma forma já sofrem os efeitos perversos da precarização e da “barbárie”. Desse modo, os jornais contribuem para um processo de naturalização dos conflitos sociais na periferia. Vende-se, então, um imaginário consumido pela própria massa que está diante do conflito e compra os jornais para saber notícias que tratam de seus vizinhos, conhecidos, etc.

Contudo, os jornais escondem toda a violência e crimes reproduzidos também pelas classes mais abastadas, tais como; crimes de exploração do trabalho, racismo, sonegação fiscal, trabalho escravo, crimes de pedofilia e até mesmo o uso de drogas, como destaca Foucault (2010). Empenha-se todo esforço para transformar este discurso monótono sobre o crime, procurando ao mesmo tempo isolá-lo como uma monstruosidade e fazendo cair todo o seu escândalo sobre a classe mais pobre.

O mapa 9 abaixo destacará os homicídios com características de execução associados às ações das milícias, são números disponíveis no banco de dados do SIAC. Entretanto, embora os homicídios desta natureza tenham sido coletados obedecendo ao período de 2011 a 2016, oficialmente a relação deles com a milícia só aparece a partir de 2014, logo após as chacinas de Belém dos dias 4 e 5 de novembro de 2014.

Em razão disso, pode ser que deva existir mais ocorrências destes homicídios dispersos pelo espaço urbano da região metropolitana de Belém, mas, devem estar associados ao narcotráfico ou outros tipos de crime. Daí a limitação de quem trabalha apenas com estes dados que escondem de certa forma a realidade dos fatos. Mesmo assim, a identificação dos pontos serve para ter-se um indicativo das ocorrências em relação aos bairros e às áreas que enfrentam ações dos grupos milicianos.

Mapa 9 – Manchas de homicídios associados à atuação de milícias em bairros com a presença do narcotráfico (2014-2016).



Fonte: SIAC (2016), adaptado de Couto (2017).

De acordo com o mapa, nos bairros do Guamá e da Terra Firme apresenta-se a maior concentração de mortes por ações das milícias. São bairros que a partir do igarapé Tucunduba destacam-se pelo narcotráfico, pelo tráfico de armas e pelo transporte de motos roubadas. Posteriormente, Benguí, e o limite entre o Tapanã e o

Parque Guajará em Icoaraci, Terra Firme e Jurunas apresentam pontos de concentração desse tipo de homicídio, como já destacado.

Não se pode esquecer que milicianos são homens das forças de segurança do estado que impõem o uso da força a partir da própria falha nos mecanismos de segurança pública, dos quais eles fazem (ou fizeram) parte. Considerando-se também que, alguns destes homens estão afastados por problemas de saúde ou até mesmo expulsos da corporação devido ao mau comportamento, existe a lógica do corporativismo militar que contribui para legitimar as ações da própria milícia que, em Belém, tem elevado os números absolutos de homicídios.

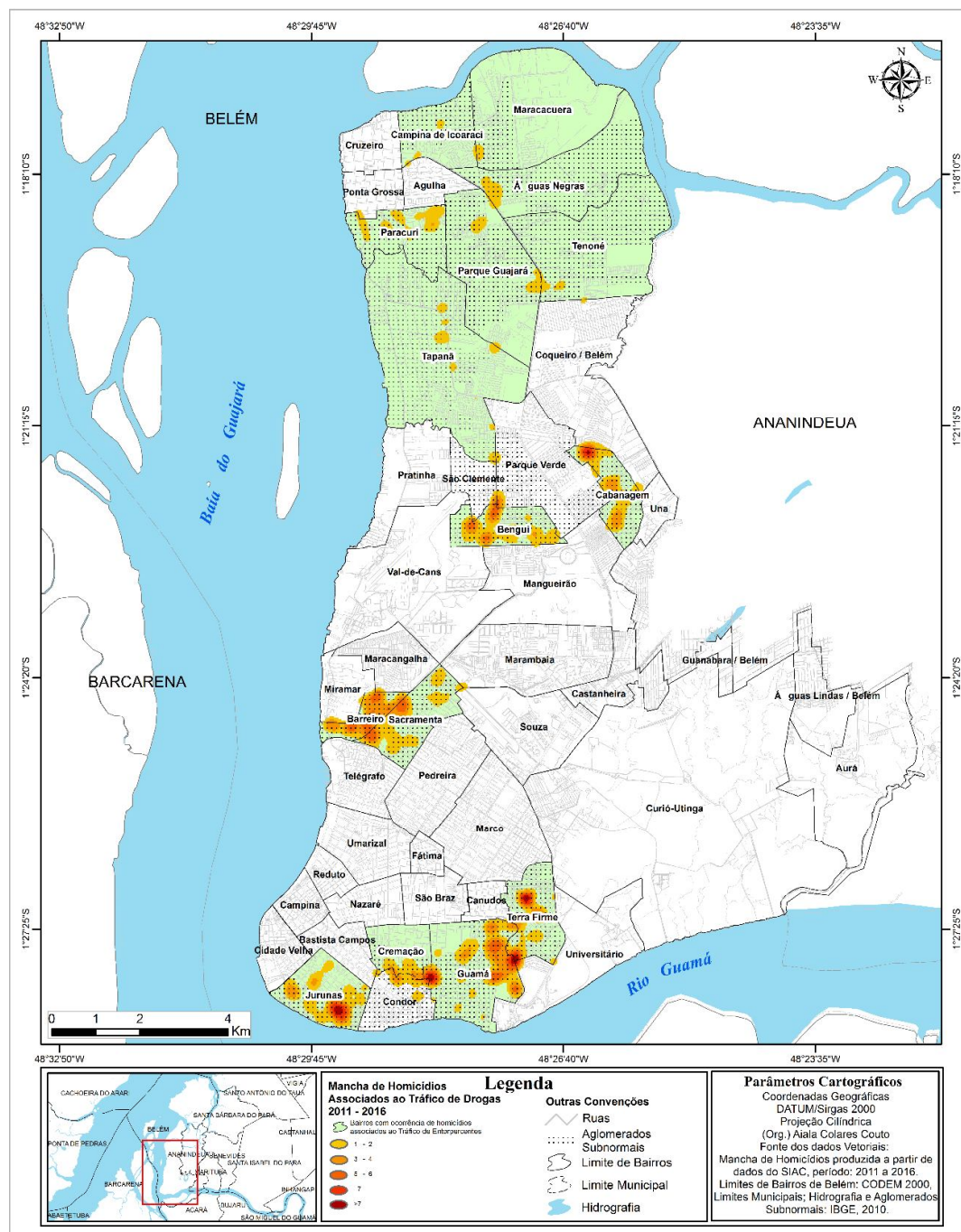
No caso de Belém, há uma subordinação evidente da milícia ao mercado da droga e aos recursos que esse mercado gera e os traficantes tornam-se subordinados aos milicianos, como comerciantes que também dependem dos serviços. Enquanto braço do tráfico de drogas, a milícia faz um cálculo racional dos ganhos e promove uma desterritorialização do estado, ao mesmo tempo em que controla territorialmente as “bocas” que estão sob sua influência.

Para Haesbaert (2004), o Estado também perde poder em termos de controle territorial, não só ao legitimar a proliferação interna de territórios de segurança privada (que podem, inclusive, se apropriar de espaços públicos), como também ao permitir a difusão, interna ou externa, de milícias privadas que lutam não mais diretamente em nome do Estado-nação, mas em relação a grupos ou empresas aos quais encontram-se subordinadas.

Enfim, para complementar a análise sobre os conflitos urbanos em territórios divergentes na metrópole, o mapa 10 abaixo apresenta as manchas de homicídios com características de execução associadas ao narcotráfico, segundo os dados oficiais da SEGUP por via do SIAC.

Mesmo assim, acredita-se que alguns destes crimes têm relação com as ações de milícias e, portanto, escondem a realidade ao atribuir a totalidade destes crimes ao narcotráfico. Por outro lado, os dados, de maneira geral, ajudam na interpretação acerca da divergência de interesses que fazem parte destas sobreposições de poderes, que têm como efeito a espacialização das mortes.

Mapa 10 – Manchas de homicídios associados ao tráfico de drogas



Fonte: SIAC (2016), adaptado de Couto (2017).

Na zona Norte, encontram-se algumas manchas no distrito de Icoaraci distribuídas pelo Paracurí, Parque Guajará, Águas Negras, Maracacuera, Campina de Icoaraci e Tenoné, destacando que nessa região o tráfico de drogas é mais presente na “invasão do Buraco Fundo”, “Invasão do Tocantins”, na Rua Uxiteua e na “Invasão Fé em Deus”. Isto não significa dizer que apenas nestas áreas ocorrem

conflitos envolvendo o narcotráfico, ressaltando que o “Buraco Fundo” faz parte do Paracurí, assim como, a “Invasão do Tocantins” se localiza no bairro Parque Guajará, a “Invasão Fé em Deus” no Tenoné e a Rua Uxiteua no Maracacuera.

Na Cabanagem, porção mais norte de Belém, existe uma concentração dos homicídios associados ao tráfico de drogas. Pode-se dizer que nos últimos anos os conflitos passaram a se manifestar com mais intensidade desde a prisão do líder de um grupo que controlava o comércio de entorpecentes no bairro. Isto incentivou grupos rivais a se organizarem na tentativa de dominar o território. Com isso, o bairro tornou-se conhecido a partir das “guerras da periferia”, motivadas pelo narcotráfico, as quais ocasionaram vários tipos de manifestações da violência envolvendo traficantes, milicianos e a polícia.

No Benguí, as manchas são mais evidentes na parte leste deste bairro, mas existem também algumas manchas difusas. Isso ao considerar que o bairro tem o papel de articular a distribuição da droga em direção a outros bairros da cidade, função que a Cabanagem exerce, por exemplo. Há, então, uma conexão em rede que é favorecida pela sua localização central no espaço geográfico de Belém. Além disso, percebem-se algumas manchas no bairro do Tapanã, localizadas próximas ao limite do Parque Guajará.

Os bairros da Sacramenta e do Barreiro, que estão situados na zona Oeste de Belém, apresentam manchas nos limites entre um bairro e outro, mas praticamente por todos os espaços destes bairros existem dispersões das mortes, principalmente no Barreiro, onde quase em sua totalidade estão presentes as manchas de homicídios associadas ao narcotráfico. Pesquisas empíricas apontam para o fato de que existe um comando de fora do espaço do bairro, mas internamente há uma atividade dispersa, tornando constantes as disputas entre traficantes.

Há bastante tempo o bairro da Terra Firme apresenta uma forte relação com o narcotráfico, mais precisamente, na parte Sul e Leste de Belém. Este bairro apresenta manchas de homicídios na sua porção norte e nos limites com o bairro do Guamá, principalmente na região conhecida como área do entorno do Igarapé Tucunduba. É importante ressaltar que este bairro viveu conflitos envolvendo facções rivais do narcotráfico, conhecidas também como “equipes”, a exemplo da “Equipe Rex” e “Liga da Justiça” que disputavam o controle da distribuição de

cocaína pelas bocas de fumo de todo o bairro, o que resultou em uma série de mortes envolvendo membros das duas facções.

O Guamá está entre os bairros da Terra Firme e Cremação, e isso já o coloca em condição de instabilidade, pois toda esta porção mais ao Sul de Belém está envolvida pelas redes do narcotráfico. O poder do narcotráfico se dá a partir de lógicas de organização em rede, ou mais ainda, ele representa uma heteronomia, que consiste na sujeição do território à uma lei exterior, o qual dita as regras do jogo, controlando a venda de cocaína e seus derivados. Portanto, o Guamá é um dos principais “nós” das redes que abastecem a metrópole e sua periferia.

Na Cremação e na Condor, as manchas obedecem ao limite entre os bairros, enquanto que no Jurunas há uma dispersão maior, mas com uma clara concentração em sua porção sul, justamente na área de ocupação espontânea próxima ao rio Guamá. Como também acontece no Guamá e na Terra Firme, o rio desempenha, como já destacado, um papel singular na organização espacial dos fluxos de distribuição principalmente de cocaína dentro do contexto intraurbano.

Enfim, nos bairros do Guamá, Terra Firme, Jurunas e Cremação há uma questão importante que estimula as mortes, ou seja, trata-se da entrada da droga pelos rios a partir deles, onde se utilizam “espaços camuflados” em meio à precarização encontrada nestes ambientes, resultando em vários pontos de tensões e conflitos. Logo, há um interesse em controlar a distribuição da droga no espaço metropolitano de Belém e isso eleva o número de homicídios com características de execução.

De fato, a morte torna-se uma categoria política das relações de poder, ela simboliza as reafirmações e manifestações de tensões presentes no cerne das divergências territoriais, onde as manchas de homicídios destacam a presença de territórios divergentes. Existe, então, uma necropolítica que impõe uma tecnologia de poder, na qual o conjunto da população torna-se alvo, e as técnicas para isso são as mais numerosas possíveis, destacando o necropoder (MBEMBE, 2006) presente nas disputas territoriais do crime.

Para Mbembe (2006), esta nova era de mobilidade global tem como uma de suas principais características, o fato de que as operações militares e o exercício do direito de matar não são mais exclusividades únicas dos Estados, e o “exército regular” já não é único meio capaz de executar essas funções.

Assim,

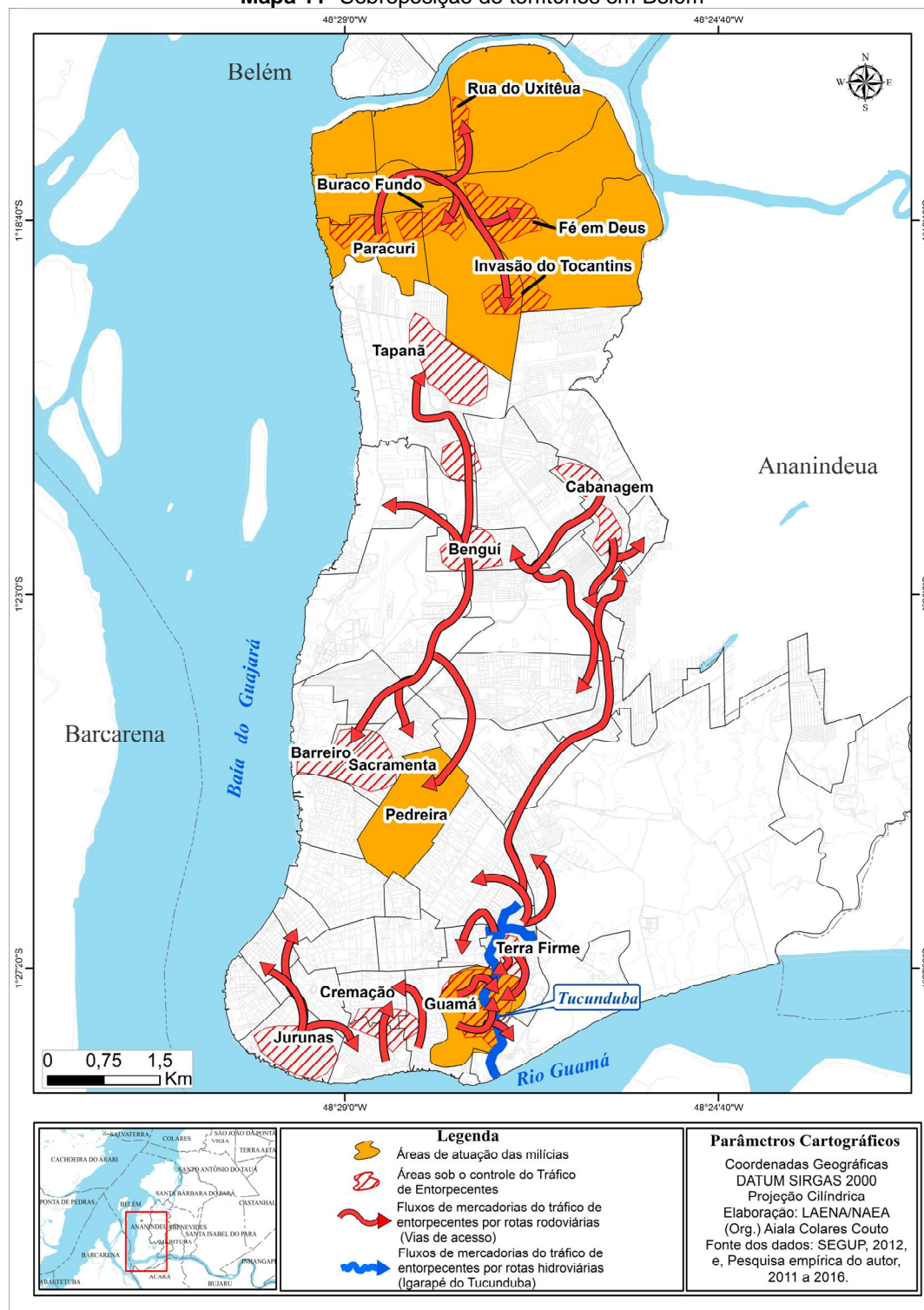
A afirmação de uma autoridade suprema em um espaço político particular não é fácil; em lugar de isto, se desenha um pacto de direitos de governo incompletos que se sobrepõe, eles encamparão, onde as várias instâncias legais de fato geograficamente entrelaçadas produzem as diversas obrigações de fidelidade, soberanias assimétricas e enclaves. Nesta organização heterônima dos direitos territoriais e reivindicações não faz sentido insistir em distinções políticas entre "interno" e os campos "externos" separados por linhas claramente marcados (MBEMBE, 2006, p. 56-57).

É nessa conjuntura político-territorial que a metrópole se encontra, pois, as sobreposições materializadas sobre o espaço urbano de Belém refletem a existência de outros poderes não exclusivos do Estado, poderes estes que, na perspectiva de Foucault (2010), disciplinam, punem e tornam os corpos dóceis, mas que também sentenciam a sua morte, tornando-os corpos vazios, sem importância e sem significados. Quando a referência são as milícias, concorda-se com a ideia de Mbembe (2006), em que a mão de obra militar é comprada e vendida em um mercado que a identidade dos fornecedores e compradores é praticamente insignificante.

O que fica posto, é que o narcotráfico fundamenta um cálculo racional que influencia nas ações e no pensamento dos sujeitos que compõem os territórios. Ou seja, "todos" querem ganhar ou tirar proveito da possibilidade de ganhos financeiros com o mercado da droga, justificando seus riscos. Portanto, compreende-se o narcotráfico como o âmago de todos os conflitos pelo domínio político-econômico do território (HAESBARET, 2004).

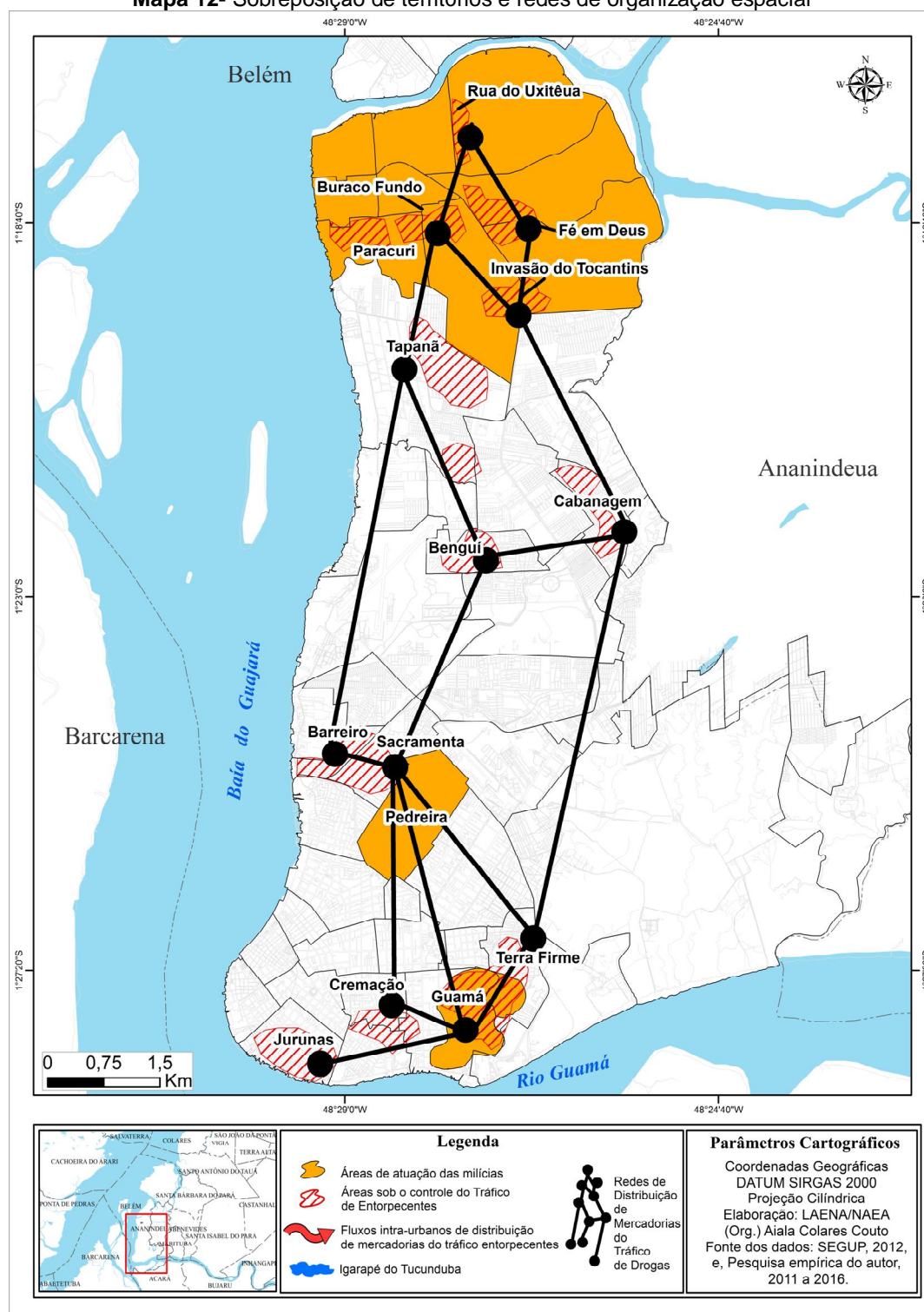
Nestes termos, o narcotráfico deve ter o controle do território para ter domínio sobre mercado, porém as milícias também buscam, a partir do território, impor seu poder para extorquir, coagir e se apropriar do tráfico de drogas, obtendo vantagens econômicas. Por outro lado, o Estado quer se reafirmar enquanto poder soberano, tendo a polícia como seu braço armado. Por fim, as redes do narcotráfico estão acima de todas estas relações, são territórios redes sobre os territórios-zonas (HAESBAERT, 2004), os mapas abaixo (Mapa 11 e 12) buscam apresentar a sobreposição dos territórios na metrópole a partir do narcotráfico (em redes e zonas) e das milícias, ou narcomilícias.

Mapa 11- Sobreposição de territórios em Belém



Fonte: Couto (2017).

Mapa 12- Sobreposição de territórios e redes de organização espacial



Fonte: Couto (2017).

Os mapas 11 e 12 são representações espaciais que, além de destacarem os territórios sobrepostos, apresentam, também, os bairros do Guamá, Terra Firme, Jurunas, Benguí e Cabanagem como centros de distribuição interna das redes. Desse modo, eles são os “nós” de articulação interna nas Zonas Sul, Leste e Oeste de Belém. Já na Zona Norte, tem-se o bairro do Tapanã e o Distrito de Icoaraci que destaca alguns nós importantes das redes, tais como: Paracurí, Buraco Fundo, Invasão do Tocantins, Fé em Deus e Rua Uxiteua. Ou seja, áreas extremamente instáveis e precárias são aglomerados que foram dominados e apropriados pela lógica da territorialidade do crime.

Estas sobreposições territoriais fazem parte das reconfigurações espaciais do narcotráfico apresentadas na tese, na qual se usou o termo *narcosobreposição dos territórios*, definido como: a presença de um território sobre o outro em função do narcotráfico, onde há convergências e divergências de interesses que envolvem: os territórios-zona do narcotráfico nos bairros periféricos, as milícias que se apropriam do narcotráfico, tornando-se narcomilícias, e por fim, o narcotráfico territorializado em redes ou em territórios-redes, que está acima destas relações mais de baixo. “As redes estruturam à sua maneira, o campo de forças das relações de cooperação e de antagonismo que estão presentes na sociedade humana” (TINLAND, 2001, p. 263).

Em Belém esse processo não foi diferente, sobretudo em função de que as redes impuseram uma tecnologia de poder a qual faz parte das relações que perpassam a sociedade, contribuindo, inclusive, para uma fragilidade institucional do Estado que convive com a presença de outras forças, as quais se apropriaram de porções do espaço urbano. As redes do narcotráfico na metrópole, a partir dos bairros mencionados nos mapas, “são, de fato, instrumentos de poder e de rivalidades para seu controle. Elas são suscetíveis (...) de funcionar como instrumentos de integração e de exclusão, na linha direta dos processos de diferenciação” (TINLAND, 2001, p. 263).

Destarte, as redes estão por toda parte, elas têm um completo entendimento de toda sua organização espacial, já que para a consolidação de um mercado da droga em Belém é essencial o conhecimento do funcionamento das instituições que regem as leis e as regras.

Na lei do tráfico em Belém, as redes determinam as regras e pouco importa se, nos bairros territorializados, uma parte do recurso arrecadado com a venda da

droga serve para pagar propinas aos policiais corruptos ou algum tipo de acordo ou extorsão praticados pelas milícias que, nesse caso, tornam-se narcomilícias. O importante é que a dívida deve ser paga ao fornecedor que está fora desse contexto mais zonal e que ocupa o alto escalão da dinâmica regional-global do narcotráfico. Quase sempre, a pena de morte é a sentença dada aos que não cumprem seus compromissos e, nesse campo de forças, acumular dívidas com o narcotráfico não é um “bom negócio”.

Por isso, para analisar os territórios do narcotráfico em Belém, partiu-se das idéias de Haesbaert (2004), o qual propôs uma distinção importante na constituição dos “múltiplos territórios” do capitalismo, e que se torna importante lembrar, distinção esta entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade. Logo, em Belém, os mapas 11 e 12 enfatizam tipos zonais de territorialidades presentes no espaço urbano, reflexos de uma sobreposição de poderes: narcotráfico territorializado em zonas, milícias territorializadas em zonas a partir dos bairros.

Mas, os territórios-redes estão presentes tanto nas formas de conexão interna do narcotráfico, quanto nas conexões externas que tornam Belém um “nó” importante das escalas de poder. Nesse sentido, concorda-se com a ideia de Haesbaert (2004), na qual, para este autor, dentro da diversidade territorial do nosso tempo, *deve-se* levar em conta, em primeiro lugar, esta distinção crescente entre uma lógica territorial zonal e uma lógica territorial reticular, pois elas se interpenetram, se mesclam, de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais – que marcam a grande colcha de retalhos política, pretensamente uniterritorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno – vê-se obrigada, hoje, a conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede, como é o caso da territorialidade do narcotráfico globalizado.

A presença de territórios sobrepostos, em função do narcotráfico, é um dos principais fatores de aumento dos homicídios com características de execução, em que a morte se apresenta enquanto uma categoria política das relações de poder e, portanto, ajuda na compreensão dos conflitos urbanos envolvendo as disputas entre narcotraficantes e milicianos.

Haesbaert (2004) afirma que sempre vivemos uma multiterritorialidade, pois, para este autor:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Não se pode negar, hoje, a existência destes múltiplos territórios em Belém a partir de grupos que impõem suas tecnologias de poder. São representações espaciais múltiplas e que implicam na vivência de diversas funções inscritas em cada porção da área ocupada, seja pelo narcotráfico ou pelas milícias, há sempre uma geografia imposta pela territorialidade de seus sujeitos. Essa geografia do poder é característica destes múltiplos territórios que na sobreposição aparecem como encaixes de uma dimensão multiescalar das práticas espaciais.

São territórios em diferentes dimensões escalares, ou então representações espaciais diferenciadas, como ressalta Lacoste (1988, p. 50):

O desenvolvimento desse processo de espacialidade diferencial se traduz por essa proliferação de representações espaciais, pela multiplicação das preocupações concernentes ao espaço (nem que seja por causa da multiplicação dos deslocamentos). Mas esse espaço do qual todo mundo fala, ao qual nos referimos todo tempo, é cada vez mais difícil de apreender globalmente para se perceber suas relações com uma política global.

A lógica da sobreposição dos territórios é o maior desafio enfrentado pelas políticas de segurança pública na metrópole de Belém. Haja vista que o Estado não tem a compreensão das relações sociais que produzem o território. Somando-se a isso, as ações das redes de poder do narcotráfico de formas fluídas contribuem para essa fragilidade.

Algumas lições foram tiradas de todas estas contextualizações postas à discussão. Mbembe (2006) diz que, historicamente, criar e manter a dependência através do mecanismo da dívida tem sido sempre um aspecto central de ambos os povos, a produção como constituição da política de relação. Essas relações são essenciais para determinar o valor das pessoas e julgar sua utilidade.

Os enclaves territoriais do narcotráfico contribuíram, também, para o surgimento dos “espaços privilegiados de guerra e morte” (MBEMBE, 2006, p. 61). Pode-se afirmar, além disso, que toda esta transformação no controle do espaço levou ao aparecimento das “economias de milícia” (MBEMBE, 2006).

Por fim, na metrópole de Belém, o conflito em torno do narcotráfico é um dos grandes dilemas da problemática urbana, e, portanto, é imprescindível a compreensão dos territórios sobrepostos a partir da micropolítica e das relações de poder, que por ela foram constituídas. A tese buscou interpretar estas relações que ora divergem, ora convergem para um mesmo interesse que vê no território as possibilidades de vantagens políticas e econômicas. Esta explanação prática-teórica é resultado de um campo interdisciplinar, em que o diálogo entre as ciências sociais buscou, na genealogia do poder, a fundamentação que pudesse dar condições de analisar a relação entre forma e conteúdo presentes na metrópole a partir do narcotráfico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O narcotráfico presente em território brasileiro vem conseguindo se firmar enquanto uma das atividades do crime organizado que causa grandes impactos sócio-políticos, sobretudo nas grandes metrópoles. Ele cria suas bases operacionais a partir de enclaves territoriais, utilizando-se de estratégias das mais variadas possíveis e sua conexão em redes têm possibilitado relações que envolvem múltiplas escalas de poder. Escalas estas que integram o local ao global e que constituem a organização espacial criada a partir das necessidades da economia do crime.

Para Foucault (1995), a palavra estratégia é corretamente empregada em três sentidos: para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim, trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um objetivo; para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado age em função daquilo que ele pensa que deve ser a ação dos outros; e, por último, daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele, em suma, a maneira pela qual se tenta ter uma vantagem sobre o outro.

Nestes termos, a estratégia, para Foucault (1995), designa o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e convencê-lo a renunciar à luta; trata-se, então, dos meios destinados a fim de obter a vitória. O objetivo da tese tratou de analisar as relações de poder do narcotráfico na configuração de territórios sobrepostos na metrópole de Belém, e isso levou ao entendimento das relações entre os sujeitos envolvidos, de maneira geral, no movimento do narcotráfico.

A Amazônia brasileira cumpre importante função geográfica de conectividade do narcotráfico em nível nacional e internacional, pois ela representa uma área de trânsito da cocaína produzida nos países da Comunidade Andina, recebendo toda a atenção necessária do crime organizado e sendo utilizada como corredor de importação/exportação de cocaína, transforma-se em objeto de interesse dos altos comandos do crime organizado.

Por isso, é preciso considerar os impactos que o narcotráfico causa nas cidades da Amazônia, principalmente em suas metrópoles, a exemplo de Belém e Manaus, que hoje convivem com a presença de facções criminosas do crime organizado. A tese preocupou-se com as territorialidades criadas em função do

narcotráfico, considerando as suas micropolíticas que, ao exercerem relações de poder, expressam e definem territorialidades que estão sobrepostas sobre o espaço urbano, pelo fato de estarem articuladas às relações macro do crime. Dessa forma, estas múltiplas escalas possibilitaram a constituição de territórios-redes e territórios-zonas.

O avanço empírico da pesquisa comprova a hipótese da tese, portanto, confirma-se que: a presença de territórios sobrepostos em função do narcotráfico é um dos principais fatores de incremento dos homicídios com características de execução em Belém, onde a morte se apresenta enquanto uma categoria política das relações de poder e, portanto, contribui para a difusão dos conflitos urbanos envolvendo as disputas entre narcotraficantes e milicianos que se apropriam dos negócios do narcotráfico.

Ao abordar as diferentes perspectivas teóricas sobre o narcotráfico, a partir das relações entre redes e territórios, realizou-se a análise de várias literaturas nacionais e internacionais que tratam o tema considerando sua relevância para as ciências sociais e as implicações socioeconômicas e políticas que ele proporciona. A visão de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e economistas somaram-se a uma visão geográfica que buscou, no conceito de território, um campo interdisciplinar ao possibilitar a construção de categorias criadas em função do fenômeno do narcotráfico na metrópole de Belém.

Assim, os trabalhos de Gotman (1973); Raffestin (1993); Sack (1986); Santos (1995; 1996; 1998; 2001); Saquet (2005; 2007; 2015); Souza (1995) e, principalmente, Haesbaert (2002; 2004), propuseram um esforço conceitual, em que a dominação político-econômica e a apropriação simbólico-cultural dos territórios (HAESBAERT, 2004) tornaram-se tese, definições privilegiadas acerca do narcotráfico. As obras de Dias (1995); Corrêa (1995; 2011); Ueda (2007) e Musso (2004) sobre as redes possibilitaram a formulação teórica sobre territórios-redes ou territórios em redes.

Sobre a genealogia do poder, as contribuições filosóficas de Foucault (1979; 1997; 1998; 1999; 2007; 2008; 2010) propuseram uma abordagem a partir das várias perspectivas do poder; do disciplinar ao biopolítico, passando pela docilização dos corpos, pois a existência de micropolíticas é uma condição essencial para a configuração de territórios, sobretudo considerando-se o exercício do poder de forma difusa sobre o corpo e sobre o espaço. Por este viés, a tese também achou

essencial buscar na genealogia foucaultiana a interpretação que melhor explica o fenômeno do narcotráfico a partir de suas territorialidades na metrópole.

As expressões e definições do narcotráfico são compreendidas em seu cerne, através de uma geografia que o narcotráfico impõe sobre a Amazônia. Nesse sentido, a região exerce função singular no contexto regional-global do crime organizado, em que rios, estradas, portos e aeroportos, tornaram-se estruturas modais de organização das redes ilegais, deliberadas a partir de um poder heterônimo que envolve a relação entre facções criminosas no Brasil e narcotraficantes de países Andinos.

Belém é um dos principais nós de organização em rede do narcotráfico na região amazônica, além disso, a precarização dos territórios na periferia da metrópole contribuiu para a construção de uma dinâmica urbana que foi incorporada às redes ilegais. Os micropoderes na periferia definem as territorialidades do narcotráfico e suas tecnologias de poder com suas narcodisciplinas e, nesse contexto, a relação entre pichações e facções do crime configuram a dominação político, econômica e simbólica dos territórios.

O narcotráfico criou, também, territórios sobrepostos que deixam evidentes as divergências entre grupos. Como fora apresentado na tese, narcotraficantes e milicianos disputam o controle do território, cada um com suas características peculiares, cujo objetivo nisto é obter vantagens em função do mercado da droga.

Existem, então, territorialidades precárias na metrópole de Belém, que se tornaram “aglomerados urbanos de exclusão” em áreas periféricas, nesse sentido, as redes ilegais territorializaram-se nesses espaços, materializando a configuração de territórios-redes e territórios-zonas do narcotráfico, sobretudo em bairros que apresentam altos índices de violência urbana. As definições das sobreposições territoriais em função do narcotráfico expressam tecnologias de poder com os mais variados mecanismos de imposição das regras e normas que fazem parte das estratégias de controle dos territórios.

As milícias, ou narcomilícias, como a tese propõe, são milicianos que se tornaram braços do tráfico de drogas ao extorquirem, coagirem, assassinares traficantes para obter recursos financeiros. Também, a prestação de serviços ao tráfico e a distribuição de drogas para o mercado – compreendidas aqui como relações de poder que são constituídas obedecendo às vantagens que a milícia – tem sobre os traficantes dos bairros periféricos de Belém, por se tratarem de

homens das forças de segurança pública. A milícia territorializou-se em espaços que passarem a receber os seus serviços de segurança privada, impedindo assaltos aos comerciantes que pagavam pela proteção. Isso levou à perseguição e assassinato de pequenos assaltantes.

As divergências territoriais, em função da sobreposição de poderes, levaram a uma necropolítica na qual as mortes com características de execução destacam-se como afirmações do necropoder no disciplinamento dos territórios e dos sujeitos. Em razão disso, a periferia da metrópole de Belém passou a sofrer um racismo imposto aos jovens negros e pobres das áreas vulneráveis às ações dos grupos milicianos, das operações da polícia e dos conflitos envolvendo o narcotráfico. Pois, os jovens da periferia são considerados criminosos ou delinquentes em potencial, são culpados antes de o crime ocorrer e esse “apartheid social”, os coloca em uma condição de sujeitos “matáveis”, sendo a morte é justificável, trata-se, então, de corpos vazios, sem sentidos e significados, confinados num espaço em que o controle-regulação das espécies é necessário para a segurança.

O avanço teórico da tese é resultado das combinações entre as definições de: dominação político-econômica e apropriação simbólico-cultural dos territórios, territórios-redes e territórios-zonas, “aglomerados urbanos de exclusão” e precarização dos territórios, genealogia do poder e necropolítica. Todas estas teorias, relacionadas ao contexto do narcotráfico na metrópole de Belém, a partir de um olhar sobre os territórios sobrepostos, levaram ao conceito de *narcosobreposição*, definido como as múltiplas dimensões do narcotráfico, considerando a presença dos traficantes territorializados, dos narcomilicianos construindo territórios sobre os já existentes, procurando obter vantagens com a extorsão, propina, distribuição e venda de drogas apreendidas e segurança fornecida aos comerciantes. Por fim, as redes do narcotráfico sobre estes territórios, ou seja, um território-rede sobre territórios-zonas, que contribuem para o *narcodisciplinamento* dos sujeitos e dos territórios.

Em Belém não há uma política objetiva de combate às drogas no que diz respeito à elaboração e implementação de Políticas Públicas mais específicas voltadas para a retirada dos jovens do circuito do narcotráfico. Além disso, como ressalta Zaluar (1995), do ponto de vista da segurança nacional, os resultados dessa política também têm sido pífios. Não só não se conseguiu interromper o uso do país como rota intermediária para os grandes carregamentos de drogas que saem para a

Europa e os Estados Unidos, como o país tornou-se um mercado atraente para traficantes de drogas e, ainda mais, de armas, cujo tráfico não tem merecido as mesmas medidas repressivas e a investigação de seus canais de entrada ilegal no país. A avalanche de armas que entram ilegalmente no país termina nas mãos dos jovens, que, com a ajuda da polícia, estão se exterminando mutuamente.

A tese descreve os conflitos sociais que apareceram em Belém como resultado da presença do narcotráfico, onde bairros estão territorializados por narcotraficantes e narcomilicianos, além de estarem sobre os efeitos do poder das redes. Ao olhar mais de baixo as relações sociais que o narcotráfico constrói, é possível deparar-se com as situações mais adversas. Zaluar (2004) destaca que a inflação em ritmo alucinante ajuda a criar igualmente as miragens do “ganhar dinheiro fácil”, ideia principal daqueles que passam a cometer crimes cada vez mais ousados para mostrar que também são “espertos”.

Também, segundo a autora, as relações facilitam a corrupção, pois torna a contabilidade e o controle dos orçamentos públicos cada vez mais difíceis. A própria violência sofre um processo inflacionário, quando a perda dos valores, da vida e do entendimento fazem com que a moeda da sociabilidade positiva deixe de vigorar. O social passa a ser regido por uma moeda podre. E, como no caso da inflação econômica, ela necessita de políticas públicas adequadas e da mudança de comportamento dos agentes sociais.

Contudo, a tese apresenta algumas limitações que precisam ser destacadas, a título de conclusão deste trabalho e recomendações para pesquisas futuras, portanto, trata-se de um tema que não se encerra por aqui e as Ciências Sociais necessitam avançar acerca deste debate tão relevante para a compreensão da sociedade contemporânea. Sendo assim, são limites desta tese:

- 1) Não se investigou profundamente questões que envolvam a relação narcotráfico e instituições, algo que poderia ter sido explorado utilizando-se a teoria neoinstitucional como referência, pois durante o campo foi possível identificar relações mais estreitas do narcotráfico com diversos agentes estatais e agentes políticos, entre os quais prevalece a racionalidade política e econômica nas escolhas e estratégias de tais agentes. Porém, as limitações em relação às leituras sobre a teoria neoinstitucional foram um agravante que deram insegurança para que pudesse ser realizada esta abordagem, ficando apenas no campo da superficialidade.

2) Não se analisou as questões associadas à incorporação do narcotráfico ao mercado urbano, sobretudo considerando-se o mercado imobiliário, pois evidências apontam para uma relação entre estes dois setores. Entretanto, este não foi o objetivo posposto por esta tese, mesmo sabendo da importância de se pesquisar tal problemática.

3) Também, a tese não se preocupou em identificar o percentual ou até mesmo uma estimativa quantitativa do número aproximado de pessoas que dependem do narcotráfico, ou seja, quantas pessoas em Belém estão trabalhando e dependem dele para sobreviver. Tal explicação pode servir como um dos indicativos para a formulação de políticas públicas de combate às ações do narcotráfico em áreas vulneráveis da periferia de Belém.

4) Por fim, a tese não analisou a estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia, ou seja, entender como ela se organiza e se estrutura, considerando a divisão do trabalho envolvendo as cidades da região e a incorporação delas às redes do narcotráfico.

Estas foram limitações da tese, e de alguma forma, podem ser pesquisadas e explicadas por cientistas sociais que tenham interesses pelo tema. São questionamentos que surgiram ao longo do desenvolvimento da pesquisa e ficam abertos para propostas teóricas, as quais possam contribuir na busca de respostas para estes questionamentos, inclusive, dentro de outras perspectivas teóricas.

O narcotráfico ganhou dimensões políticas significativas no contexto urbano das grandes metrópoles brasileiras, a exemplo de Belém, enquanto uma metrópole que está inserida nesta dinâmica das redes do narcotráfico. Compreender o narcotráfico a partir da perspectiva do poder que leva a configuração de territórios sobrepostos é de um desafio para as políticas públicas direcionadas à problemática urbana metropolitana.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 1996. Disponível em: <<http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/01/Estado-de-exce%C3%A7%C3%A3o2.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. **Homo sacer: o poder soberano e vida nua**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. A Geopolítica da Dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 67-82, jan. 2010.

ALEPA. Comissão Parlamentar de Inquérito Para a Apuração a Atuação de Grupos de Extermínio E Milícias no Pará. Belém. ALEPA, 2015.

ALVES, José Cláudio. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: **Justiça Global (eds.), Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2009.

ARBEX JUNIOR, José. **Narcotráfico, um jogo de poder nas Américas**. São Paulo: Moderna, 2005.

ARLACCHI, P. **Mafia business: the mafia ethic and the Spirit of Capitalism**. New York: Shocken Books, 1986.

BADIE, B. **Le fin des territories**. Paris: Fayard, 1995.

BAGLEY, Bruce (Org.). **Drug trafficking research in the Americas: an annotated bibliography**. New York: Lynne Rienner Publisher, 1995.

BAKIS, H. **Les réseaux et leurs enjeux sociaux**. Paris: Universitaires de France, 1999.

BARBOSA, Jorge Luiz. A geografia dos negócios do narcotráfico. In: CARLOS, Ana Fani; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDEMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.

BECKER, B. A. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

_____. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, t. 2, p. 99-125, 1988. Edição especial.

_____. A geografia e o resgate da geopolítica. Revista Brasileira de, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, n. 19, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf/>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2006.

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

BERGER, P. L. A realidade da vida cotidiana. In: _____; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973. (Antropologia, 5).

BERQUE, A. **Vivre l'espace au japon**. Paris: Universitaires de France, 1982.

BIJKER, Wiebe E., HUGHES, Thomas P., PINCH, Trevor (Edt.). **The social construction of technological systems. New Directions in the Sociology and History of Technology**. Cambridge: The MIT, 1987.

BLUMSTEIN, Alfred; WALLMAN, Joel. **The crime drop in America**. New York: Cambridge University press, 2006.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRUNET, R. **Zones franches et paradis fiscaux**. Paris: Fayard-Reclus, 1992.

CALDERÓN, E. La lucha de Brasil contra el narcotráfico en la frontera con Colombia. Un acercamiento a los condicionamientos de las amenazas no tradicionales sobre la política exterior. **OBSERVAR**, Lisboa, v. 5, n. 1, p. 1-14, maio/out, 2014.

CAMARGO, J.; REIS JUNIOR, D. A filosofia (neo)positivista e a Geografia quantitativa. In: VITTE, A. C. **Contribuições à história e à metodologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAMARGO, L. H. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, F. G.; SOARES, L. A. (Org.). **Ordenamento territorial**: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto Brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. "No sapatinho": **a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CANO, Ignacio. "Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro". In: **Justiça Global** (Ed.), Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2009.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. **O ponto de mutação**. São Paulo, Cultrix, 1982.

CARDOSO, R. C. I. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Org.). **A aventura antropológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CASTRO; Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHABAT, Jorge. **El narcotráfico en las relaciones México-Estados Unidos**: las fuentes del conflicto. Lomas de Santa Fé: CIDE, 2009.

_____. **La respuesta del gobierno de Calderón al desafío del narcotráfico**: entre lo malo y lo peor. Lomas de Santa Fé: CIDE, 2010.

CHIZZOTTE, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. Braga. **Revista Portuguesa de Educação**, n. 2, v. 16, p. 221-236, 2003.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: EdUFSC, 2011.

COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia**: um espaço integrado. Brasília, DF: FUNAG, 1992.

COLONOMOS, A. Emergence d'un objet et perspectives internationalistes. In: CHARILLON, F. et al. **Sociologie dès réseaux transnationaux**, Paris: L'Harmattan, 1995.

COSTA, Greiciely. **Sentidos de milícia**: entre a lei e a ordem. Campinas. Editora da Unicamp, 2009.

CORDOVIL, Sildo Pedro Souza; NASCIMENTO, D. M. Huntigton e Waltz: reflexões para análise dos “novos” conflitos internacionais. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). **Amazônia e defesa**: dos fortes às novas conflitualidades. Belém: NAEA; UFPA, 2010. p. 73.

CORREA, R. L. A. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: SILVA, José B. da; COSTA, Maria Clélia L; DANTAS, Eustógio W.C. (Org.). **A Cidade e o urbano**, Fortaleza, UFC, v. 1, p. 131-136, 1995.

_____. Redes Geográficas: cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e (Org.). **Novos Estudos de Geografia Urbana**, Salvador, Universidade Federal da Bahia, v. 1, p. 65-70, 1999.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: _____; SILVEIRA, L. L. S. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. Redes eletrônicas no território brasileiro. In: _____. CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. Costa; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Brasil**: questões atuais na organização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DUFFY, Mary E. Methodological triangulation: Vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. **Journal of Nursing Scholarship**, v. 3, n. 19, p. 130-133, 1987.

DUPUY, G. Les effets spatiaux des techniques de télécommunications: ouvrons la boîte noire! **Bulletin de l'IDATE**, n. 7, p.77-83, 1982a.

DUPUY, G et al. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1982b.

EHRENFELD, Rachel. **Narco terrorism**. New York: Basic Books, 1990.

FABRE, Guilhem. **Criminal prosperity**: drug trafficking, money laundering and financial crisis after the cold war. London: Routledge, 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FEM. **Relatório sobre atividades ilegais no mercado global**. Rio de Janeiro. FEM, 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160331_atividades_crime_organizado_fn>. Acesso em: 13 ago. 2010.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: Reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **El poder psiquiátrico**: curso en el Collège de France (1973-1974). Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

_____. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Galvão. São Paulo. Editora: Martins Fontes, 1999.

_____. **Historia da sexualidade**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Las redes del poder. Extraído de Christian Ferrer (Comp.). **O libertário de linguagem 1. Ele pensou anarquista contemporâneo**. Montevideú: Edição-comunidade editorial, 1990 (pedra de coleção enciclopédia), p. 21-41.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

_____. **Segurança, território, população**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Gallimard, 1975.

_____. **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Pesquisa educacional e políticas governamentais em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 53, p. 25-31, 1985.

GARCIA, Eusébio Medina. Aportaciones para una epistemologia de los estúdios sobre fronteiras internacionales. **Estúdios Fronterizos**, v. 7, n.13, 2006.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Regiões fronteira no Brasil**. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&biw=768&bih=390&q=regioes+fronteiras+no+brasil&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=9225624b5a5e7353>. Acesso em: 21 ago. 2010.

GHEDIN, E; FRANCO, M. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GIANFOLDINI, M. **O processo de pesquisa**: iniciação. Brasília, DF: Liber, 2006.

GIDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: EDUSP, 1985. p. 23.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, mar. /abr. 1995a.

_____. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, maio-jun, 1995b.

GRAHAM, S.; MARVIN, S. **Telecommunications and the city. Eletronic spaces, urban places**. London, New York: Routledge, 1996.

GREGORY, D. Teoria social e geografia humana. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G (Org.). **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995. p. 31-122.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia**: teoria e pesquisa, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio-ago, 2006.

HAESBAERT, Rogério . **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____; GONÇALVES, Carlos W. P. **A nova des-ordem Mundial**. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. In: OLIVEIRA, M. et al. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ; ANPEGE, 2008.

_____. Os dilemas da globalização-fragmentação. In: HAESBAERT, R (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: UFF, 2012.

_____. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HOISEL, Beto. **Anais de um simpósio imaginário**. São Paulo: Palas Athena, 1998.

INFOPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Brasília. INFOPEN, 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2010.

INPAD. **Segundo levantamento nacional de álcool e drogas**. São Paulo. INPAD, 2012. Disponível em: <<http://inpad.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Lenad-II-Relat%C3%B3rio.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2010.

ISHIDA, E. **Política de segurança integrada da Amazônia: utopia ou realidade?** Santiago Dantas, 2006.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

JORNAL AMAZÔNIA. **Caderno Polícia**. Facção leva a pior em guerra com a PM. Belém, 25 ago. 2016.

_____. **Caderno Polícia**. São 30 mortos após morte de policial. Belém, 22 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. **Caderno Polícia**. Executado com 9 tiros. Belém, 9 jun. 2016.

_____. **Caderno Polícia**. Executado no meio da rua com 7 tiros., Belém, 9 de jun. 2016.

_____. **Caderno Polícia**. 16 Operações e 3 mortos em conflito operação da polícia e MP. Belém, 25 ago. 2016.

_____. **Caderno Polícia**. Violência geral e em todo lugar. Belém, 17 dez. 2016.

JORNAL O LIBERAL. **Caderno Polícia**. Polícia prende 14 traficantes por dia. Belém, 27 jun. 2016.

_____. **Caderno Polícia**. Secretário admite atuação de grupos de extermínio em Belém. Belém, 24 jan. 2016.

KOPP, Pierre. **A economia da droga**. São Carlos: EDUSC, 1999.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

MAANEN, John Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, dez. 1979.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da legalidade. **Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan-jun. 2000.

_____. Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia. In: RIBEIRO, M. M; SEIBEL, S. (Org.). **Drogas: hegemonia do cinismo**. São Paulo: Memorial, 1997.

_____. Notas sobre o complexo coca: cocaína na Amazônia sul: Americana. In: **Relatório CNPQ**, FINEP, 1998.

_____. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, I. et al. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. Região, Cidades e Redes Ilegais. Geografias Alternativas na Amazônia Sul-americana. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. (Org.). **Regiões e cidades: cidades nas regiões**. São Paulo: EdUNESP, 2003.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. VII-XXIII.

MANNING, Peter K. Metaphors of organizational discourse. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, dez. 1979.

MAPA da violência: homicídios por armas de fogo no Brasil, 2016. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 13 mai. 2016.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARINHO, H. J. **O estudo das relações Internacionais: teorias e realidades**. São Paulo: Aduaneira, 2008.

MARTIN, R. Teoria econômica e geografia humana. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G (Org.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

MARTINS, J, S. **A sociedade vista do abismo**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Paulus, 1985.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Power-geometry and a progressive sense of place. In: BIRD, J. et al. (Edt.). **Mapping the futures, local cultures, global change**. Londres; Nova York: Routledge, 1993.

_____. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papius, 2000.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: sobre El gobierno privado indirecto**. Melusina, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA NETO, J. Q. **Redes, território e competitividade: as estratégias das empresas de telefonia celular no Estado do Pará**. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, Pará.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, n. 21, v. 61, p. 139157, 2006.

MIYAMOTO, Shyguenoli. *Amazônia, política e defesa*. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). **Relações internacionais defesa na Amazônia**. Belém: NAEA, UFPA, 2008.

MONTEIRO, José Cauby Soares. *Amazônia, intermestics e as teorias de relações internacionais*. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades**. Belém: NAEA; UFPA, 2010.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MORAES, Carlos Robert de. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MORAIS, Paulo César de Campos. **Drogas e políticas públicas**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MOREIRA, Luís Fernando. **Drogas, economia, tributação e a ética liberal**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o olhar geográfico sobre o mundo**. Rio de Janeiro: AGB, 2001.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral**. Rio de Janeiro: obra aberta, 1993. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-153.htm>>. Acesso em: 7 out. 2010.

MORIN, Edgar . **Ciência e consciência**. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1998.

_____. **O método 1: a natureza da natureza**. Portugal: Europa; América, 1977.

_____. **O método 4: as idéias, habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MUSSO, P. A filosofia da Rede. In: PARENTE, A. **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. **Critique des réseaux**. Paris: Press Universitaires de France, 2003.

_____. Gênese et critique de la notion de reseau. In: PARROCHIA, D. **Penser les réseaux**. Seussey: Champ Vallon, 2001 ; 2002.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

NOVAES, A. **Tráfico de drogas e lavagem de dinheiro**: um estudo sobre a atuação das redes ilegais na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

OAB. Relatório da situação dos casos de extermínio e chacinas de jovens negros no estado do Pará. Belém: OAB, 2017. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/add/pdf/relatorio-dh-com-capa-chacinas-05-09-2017-17-14-06.pdf>>. Acesso em: 14 de Jan. 2017.

OFFNER, J-M.; PUMAIN, D. *Réseaux et territoires: Significations croisées*. Paris: Ed. de l'Aube, 1996.

OLIVEIRA FILHO, J. Jeremias de. Reconstruções metodológicas de processos de investigação social. **Revista de História (FFLCH)**, v. 54, n. 107, ano 271, jul-set. 1976.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Carlos de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PAGLIARI, G. C. Segurança hemisférica: discussão em torno da validade e a atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 1, n. 49, p. 26-42, 2006.

PARODI, Carlos. **The politics of south American boundaries Westport**. Praeger, 2002.

PICANÇO, Felícia; LOPES, Natália. "O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisa sobre o Rio de Janeiro". **Análise Social**, 218, li (1.º), p. 96-120, 2016.

PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Petrópolis, RJ, 2010.

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico Internacional. **Rev. Bras. Polít. Internacional**, v. 40, p. 78, [1997].

PROCÓPIO, A. Drogas ilícitas em espaços transfronteiriços. **Revista Cena Internacional**, v. 2, n. 1, p. 92-122, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1991;1993.

RANDOLPH, R. Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca das novas formas de articulação social e territorial das sociedades. **Revista Geografias**, ano 1, n. 2, p. 27-53, 1999.

RENGERT, George; RATCLIFE, Jerry H; CHAKRAVORTY, Sanjoy. **Policing Illegal drug markets: geographic approaches to crime reduction**. New York: Lynne Rienner Publisher, 2005.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

ROCHA, Andrea Pires. **Trajetórias de adolescentes apreendidos como “mulas” do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil-Paraguai: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza**. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Franca, SP.

RODRIGUES, T. A infundável guerra norte-americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. 16, p. 102-111, 2002.

_____. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo. Desatino, 2004.

RURHOFF, A. L. **Geopolítica das drogas**. Santa Maria: UFSM, 1998.

SACK, R. **Human territory : its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SANTANA, A. A globalização do narcotráfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 2, n. 42, p. 99-116, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 1979.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Por uma geografia das redes. In:_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 208-222.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico, científico, informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** 4. ed. Porto: Afrontamento, 1990.

SANTOS, Fernando Corrêa dos. O narcotráfico na região Amazônica e as implicações para a segurança internacional. **Conjuntura Internacional**, Minas Gerais, p. 2, set. 2010.

SANTOS, Milton; SIVEIRA, Maria Laura. **Brasil:** território e sociedade no século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SCHLEMMER, B. A. A ética da profissão: da responsabilidade política do cientista à responsabilidade científica do pesquisador: um itinerário da antropologia francesa. In: ARANTES, A. A., RUBEN, G. R., DEBRET, G. G. (Org.). **Desenvolvimento e direitos humanos:** a responsabilidade do antropólogo. Campinas: UNICAMP, 1992.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985. p. 108.

SILVA, Jailson; FERNANDES, Fernando; BRAGA, Raquel. Grupos criminosos com domínio de território; reflexões sobre a territorialidade do crime na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Justiça Global** (Ed.), Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2009.

SILVA, Marcele Ivie da Costa. Raposa Serra do Sol: agentes políticos, conflitos e questões Internacionais. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). **Relações internacionais defesa na Amazônia.** Belém: NAEA; UFPA, 2008.

SMITH, G. Teoria política e geografia humana. In: GREGORY, D. Teoria social e geografia humana. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G (Org.). **Geografia humana:** sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

SOUTH, Nigel. **Drugs:** cultures, controls and Everyday Life. London: Sage publications, 1998.

SOUZA, M. **Fobópole:** o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

_____. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C, C.; CORRÊA, Roberto. **Geografia:** conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Eliseu. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2008.

SWYNGEDOUW, E. Globalización o glocalización? redes, territórios e reescalamiento. In: FERNÁNDEZ, V. R. BRANDÃO, C. **Escalas y políticas del desarrollo regional**: desafios para América Latina. Buenos Aires, Miño Dávila, 2010.

TINLAND, F. Interactions, réseaux, différenciation. In: PARROCHIA, D. (Org.). **Penser les réseaux**. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 2001.

TRACY, E. M.; MARTIN, T. C. Children's roles in the social networks of women in substance abuse treatment. **Journal of Substance Abuse Treatment**, v. 1, n. 32, p. 81-88, 2007.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka Tatu, 2016.

_____. Pensando a noção de fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). **Amazônia e defesa**: dos fortes às novas conflitualidades. Belém: NAEA; UFPA, 2010.

UEDA, V. Dinâmica do território em redes: implantação e difusão do telefone no rio grande do sul. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, L. L. S (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

UNODC. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2008. Disponível em: <http://www soi.org.br/upload/4f408c_d511eede14f87cb973fb8fb6bd80b68_76225b7b71ca4c7_aa4e634c4106.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010.

_____. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2012. Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2012/06/26-press-release-WDR-2012.html>>. Acesso em: 21 set. 2010.

_____. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2013. Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2013/06/26-world-drug-report-notes-stability-in-use-of-traditional-drugs-and-points-to-alarming-rise-in-new-psychoactive-substances.html>>. Acesso em: 21 set. 2010.

_____. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2014. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2014/01/13-new-unodc-campaign-raises-consumer-awareness-of-links-between-organized-crime-and-250-billion-a-year-counterfeit-business.html>>. Acesso em: 21 set. 2010.

_____. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2015. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010.

_____. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2016. Disponível em: <https://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD_DRUG_REPORT_2016_web.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010.

VELASCO, José Luis. **Insurgency, authoritarianism and drug trafficking in Mexico's "democratization"**. New York: Routledge, 2005.

ZAITCH, D. **Trafficking cocaine: Colombian drug entrepreneurs in the netherlands**. London; New York: Kluwer Law International, 2002.

ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G. e ALVITO, M. **Cidadania e violência**, Rio de Janeiro, FGV, 1996.

_____. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Da revolta ao crime**. São Paulo: Moderna, 1999.

_____. Gangs, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. **Galeras cariocas**, Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

_____. O medo e os movimentos sociais. **Revista Proposta**, 1995.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 9 Jan. 2017.

ZIEGLER, J. **Os senhores do crime: as novas máfias contra a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A- Carta de Apresentação

Belém, 02 de Junho de 2016.

Prezado,

Por meio deste questionário, pretende-se elaborar um banco de dados qualitativos acerca de questões emblemáticas de nossa região que carecem de maior entendimento. Para isso, estou a desenvolver uma tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PGGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O intuito é de reconhecer as fragilidades de nossa política de segurança pública a fim de incentivar o poder público a elaborar um conjunto de políticas públicas que possam ser pensadas a partir da realidade de cada bairro afetado pela violência urbana.

A metodologia desta pesquisa precisa destas entrevistas para correlacionar com as informações coletados em conversas e observações realizadas em campo, pois trata-se de um projeto que tem o interesse em trazer para sociedade de maneira geral uma significativa contribuição estratégica que sirva de utilidade para as ações do poder público em termos de preservação da vida.

Atenciosamente,

Aiala Colares de O. Couto

Doutorando do PPDSTU-NAEA-UFPA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Idade: _____ Profissão: _____

Nome (Pseudônimo): _____

Sujeitos da pesquisa – moradores dos bairros.

Questões:

1) Você acredita na existência de grupos milicianos em Belém?

() Sim () Não () Não sei responder.

2) Você já presenciou alguma ação das milícias no seu bairro?

() Sim () Não () Não sei responder.

3) Existe tráfico de drogas no seu bairro?

() Sim () Não () Não sei responder.

4) Você acredita que há relação entre o tráfico de drogas e as milícias?

() Sim () Não () Não sei responder.

5) Você se sente seguro no seu bairro?

() Sim () Não () Não sei responder.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Idade: _____ **Profissão:** _____

Nome (Pseudônimo): _____

Sujeitos da pesquisa – Agentes de segurança pública (militares, policiais civis e delegados).

Questões:

1) Você acredita na existência de grupos milicianos em Belém?

() Sim () Não () Não sei responder.

2) Há relação entre o tráfico de droga e as milícias em Belém?

() Sim () Não () Não sei responder.

3) Há relação entre as mortes na periferia de Belém e os grupos milicianos?

() Sim () Não () Não sei responder.

4) Você confia na política de segurança pública?

() Sim () Não () Não sei responder.